

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ANO XIII

Volume I — N. 2

Fevereiro de 1950

DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO
DO
SERVIÇO PÚBLICO

EDIFÍCIO DA FAZENDA — 6.º e 7.º andares

Rio de Janeiro

Brasil

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DASP

DIRETOR-GERAL

Mário de Bittencourt Sampaio

João Maria Broxado Filho
(interino)

DIRETORES DE DIVISÃO

Eurico Siqueira

Lucílio Briggs Brito

José Silvestre Fernandes

DIRETORES DE SERVIÇO

Ibany da Cunha Ribeiro

José Machado de Faria

DIRETOR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Moreira de Souza

DIRETOR DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DA
CIDADE UNIVERSITÁRIA DO BRASIL

Luiz Hildebrando de Horta Barbosa

DIRETOR DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

Espírito Santo Mesquita

CONSULTOR JURÍDICO

Carlos Medeiros Silva



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XIII

FEVEREIRO DE 1950

Vol. I - N. 2

SUMÁRIO

EDITORIAL

1.º Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros	Págs. 3
---	---------

TÓPICOS

Das acumulações remuneradas.....	5
Fornecimento de alimentação preparada.....	6
Conselho Nacional do Petróleo.....	7
Comissão Nacional de Alimentação.....	8

COLABORAÇÃO

Demografia — JORGE LATOUR	9
Introdução à Filosofia das Ciências — LUIZ HILDEBRANDO DE HORTA BARBOSA.....	13
Aspectos Gerais da Situação Econômico-Financeira do Estado do Pará — SILVIO MEIRA....	19
Contribuição do Serviço Social na Readaptação de Inválidos — GASTÃO DIAS VELLOSO e BALBINA OTTONI VIEIRA.....	34
Relações com o Público — PAULO POPPE DE FIGUEIREDO	41

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL:

A dramática experiência de Antonio Arango — GUILLERMO NANNETTI (Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano).....	46
--	----

ADMINISTRAÇÃO GERAL:

Organização	
Princípios de organização — MOONEY e REILEY (Trad. de Espírito Santo Mesquita)...	56
Pessoal	
Comentários sobre o Relatório Hoover — JOHN MAINWARING (Trad. de Dulcy Melgaço Filgueiras)	61
Aperfeiçoamento	
Curso de orientação, seleção e readaptação profissional — MYRA Y LOPEZ.....	64
Documentação	
O Serviço de Referência nas Bibliotecas — LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUI.....	68

ENGENHARIA E OBRAS:

A Casa Popular no Brasil — RICARDO GREENHALGH B. FILHO.....	71
Eficiência do trabalho operário.....	82
Rochas calcárias no Brasil — ANTÔNIO VAZ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.....	83

DOCUMENTÁRIO

O desenvolvimento comercial entre os Países Sul-Americanos — Reportagem de MILTON CAMPOS VIANA	85
O Grande Governo — Relatório Hoover — (Trad. de Espírito Santo Mesquita).....	92

DIREITO E JURISPRUDÊNCIA:

O direito de petição e o controle jurisdicional dos atos administrativos — ITAGILDO FER- REIRA	95
Decretos e Decisões Administrativas.....	97

PODER LEGISLATIVO:

A instituição do ensino secundário e superior gratuitos — JOSÉ FONTES ROMÉRO.....	98
Atividades do Congresso Norte-Americano — SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR.....	100
Consignação em folha de pagamento para os Servidores Públicos	101

NOTAS:

Melhoram as perspectivas de vida para a humanidade — MARIA DE LOURDES LIMA MODIANO	105
As principais organizações de estudo de administração pública dos Estados Unidos.....	107
Comissão econômica para a América Latina — DIOGENES B. MONTEIRO.....	111
Publicações recebidas	113

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público

(Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Edifício da Fazenda - 6.º andar — Sala 619

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação..... 22-9961 Ramal 529
Administração..... 22-9961 Ramal 527
Expedição..... 22-9961 Ramal 555

Endereço telegráfico: REVISDASP

Diretor — ESPÍRITO SANTO MESQUITA

Redator-chefe — Diógenes B. Monteiro

Secretário — Wanda Silva Wolter

Expediente

Assinatura anual Cr\$ 50,00
Assinatura anual para o exterior..... Cr\$ 100,00
Número avulso ... Cr\$ 5,00

A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à “Revista do Serviço Público”.

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta Revista é feita unicamente com o objetivo de focalizar assuntos relacionados com a administração pública e provocar, assim, o estudo e debate dos mesmos.

Só serão pagos os trabalhos inéditos escritos especialmente para esta Revista.

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.

I.º Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

FATÔRES geográficos, sociais e históricos fizeram com que os municípios brasileiros vivessem, até bem pouco tempo, uma existência vegetativa, imersos em absoluto marasmo.

Por uma deformação do Federalismo, a União e os Estados fortaleciam-se cada vez mais, absorvendo cerca de 90% das rendas públicas, enquanto os Municípios eram relegados a plano inferior, condenados a exercer papel inexpressivo nos quadros da vida brasileira e, por isso, como afirma Rafael Xavier, desceram ao nível "zero na escala dos valores nacionais".

A situação de abandono em que se encontravam os municípios de há muito vinha preocupando patriotas esclarecidos. Portanto, é inexato afirmar-se que o municipalismo é idéia recente. Pelo contrário, através de nossa história política e administrativa, encontramos grandes vultos que colocaram o prestígio de sua autoridade e de seu saber a serviço da nobre causa. Carneiro Maia, Cortines Laxes, Jaguaribe e tantos outros são elos de uma mesma e grande corrente — o Municipalismo.

Devemos observar, porém, que os antigos municipalistas (que chamaremos de históricos) foram infelizes na escolha da orientação que imprimiram à propaganda de suas idéias. Esta sempre se desenvolveu nos grandes centros urbanos. Ora, a campanha municipalista, feita nas capitais, através de belos e inflamados discursos, estaria fatalmente fadada a não encontrar receptividade. E' que nos aglomerados humanos, como o Rio e São Paulo, não se sente, nem às vezes se tem consciência desse angustioso problema representado pelo abandono e miséria que assolam as comunas. Falhou, assim, a campanha desfechada pelos velhos municipalistas porque ela se processou num meio indiferente e mesmo adverso.

O movimento municipalista, com a amplitude e a intensidade de que hoje se reveste, é obra de nossos dias. Podemos afirmar que êle data de pouco antes da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1946.

Nessa época, um grupo de municipalistas entusiastas deflagrou o movimento em prol da redenção municipal.

Conhecendo as causas que ocasionaram o fracasso das campanhas levadas a efeito pelos velhos municipalistas, os líderes do novo movimento empreenderam uma peregrinação pelo interior do país, fazendo a pregação de suas idéias, arregimentando adeptos e procurando inocular o germe municipalista naqueles que estavam realmente predispostos a contraí-lo: os que vivem no interior do Brasil e sentem na própria carne as conseqüências danosas da errônea política de desamparo às nossas comunas.

Após alguns meses de propaganda, os novos municipalistas começaram a colher os frutos do seu trabalho: o povo brasileiro havia reagido de maneira admirável e de todos os quadrantes do território pátrio chegavam valiosas adesões ao movimento.

Paralelamente, os líderes municipalistas desenvolveram vigorosa propaganda junto aos legisladores constituintes, graças à qual foi inscrita na Constituição vigente uma série de princípios de índole favorável ao municipalismo.

A seguir, fundou-se, nesta Capital, a Associação Brasileira de Municípios (A.B.M.), "uma entidade de natureza técnica destinada à investigação, análise e discussão dos problemas locais", e que ainda exerce "amplas atividades consultivas, na defesa dos interesses legítimos das Municipalidades brasileiras às quais vem prestando, desde sua fundação, valiosa assistência".

Sob inspiração da A.B.M., realizaram-se congressos de municípios em várias unidades da Federação, com excelentes resultados.

A propaganda municipalista continuou com a mesma intensidade e conseguiu penetrar nos vários setores da vida pública do país, empolgando os responsáveis pelos destinos da nacionalidade. Em consequência, o Governo Federal vem tomando uma série de medidas no interesse da reabilitação das comunas, dentre as quais se destaca o projeto de criação da Fundação dos Municípios, entidade que se destina a promover, acelerar e coordenar a revitalização da vida municipal.

Está, pois, vitoriosa a propaganda municipalista e podemos dizer que o municipalismo, hoje, já não é mera abstração, simples aspiração de alguns brasileiros esclarecidos. O Municipalismo, nos nossos dias, é uma bandeira vitoriosa, "um estado de espírito nacional".

Encerrada a fase de propaganda e doutrinação, os promotores do movimento encaminham suas atividades no sentido de dar conteúdo prático às suas idéias. Assim, já se realizaram, como dissemos acima, congressos de municípios em vários Estados da União. Muita experiência se acumulou. Resta, agora, promover-se um congresso nacional, que reúna a totalidade dos municípios brasileiros, para a discussão e equacionamento de problemas comuns.

Com esse objetivo, a Associação Brasileira de Municípios fará realizar nos primeiros dias de abril próximo, no Hotel Quitandinha, o I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Esse conclave reunirá representantes de todos os municípios e se propõe fazer um levantamento das necessidades locais, estabelecer planos de administração e conjugar esforços no sentido de encontrar solução para problemas comuns, oferecendo, ainda, excelente oportunidade para o exame e debate de todas as questões ligadas à vida e à administração municipais.

Estamos certos de que o I Congresso Brasileiro de Municípios alcançará absoluto êxito. É um grande empreendimento ao qual devemos prestar todo o nosso apoio e o máximo de nossas energias, pois seus resultados serão altamente benéficos ao país. Tudo que se fizer pelo reerguimento dos municípios ainda é pouco. Devemos repetir, nesta oportunidade, as belas palavras proferidas pelo Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, em discurso recentemente pronunciado no Rio Grande do Sul, por ocasião do banquete que lhe foi oferecido pelas classes produtoras daquele Estado. Falando sobre a importância dos problemas rurais, salientou o Presidente Dutra: "A experiência de governo confirmou no meu espírito a convicção de que tais problemas estão na base do nosso desenvolvimento. Sua progressiva solução reagirá sobre todos os demais setores, assegurando à indústria nacional novos campos de atividade e uma expansão nem sequer entrevista nos dias de hoje". E, depois de preconizar a necessidade da conjugação de esforços dos três níveis de governo para a solução dos problemas rurais e a importância do papel que, nesse particular, caberá aos municípios, concluiu S. Ex.^a: "Os tempos estão, felizmente, mudados. A reforma em nossa vida pública, empreendemo-la à base do ativismo municipal. Da periferia para o centro, o movimento renovador está transformando, a olhos vistos, o panorama brasileiro".

O I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros será mais um passo decisivo no sentido de acelerar o triunfo da transformação encetada pelo movimento renovador a que alude o Senhor Presidente da República. Ele contribuirá, também, para sacudir o marasmo, para dissipar o ceticismo porventura ainda reinante, para incutir no município a consciência do seu valor e integrá-lo nos quadros da vida brasileira, não como "um zero na escala dos nossos valores", não como a "gata borralheira" do regime, mas como "minia-tura da Nação", como grupo vivo e atuante, como uma síntese do progresso e da vitalidade da nossa grande pátria.

TOPICOS

Das acumulações remuneradas

A despeito da abundante legislação impeditiva que o Império conheceu, o abuso das acumulações remuneradas resistiu aos mais renhidos embates, cabendo, com acerto, a observação de Pontes de Miranda de que o mal tem raízes profundas, a ponto de a sabedoria popular haver sagrado os acumuladores com a expressão desprimorosa de "cabides de empregos".

A Constituição de 91 — modelo de arquitetura jurídica do liberalismo político — tentando opor um dique a esse abuso, que parecia corroer os sisudos costumes do Brasil-Império, estabeleceu, no seu art. 73, que "os cargos públicos, civis ou militares, são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas".

Apesar da pureza com que se apresenta essa disposição constitucional, não se livrou do impacto provindo da inteligência incomparável de Ruy que, interpretando o texto, se manifestou nos seguintes termos: "A Constituição enumerou a regra, deixando à lei ordinária o precisar as exceções. Logo, a lei ordinária, negando a existência das exceções, contravém ao pensamento constitucional".

Diante de parecer tão incisivo de um dos maiores e mais autorizados intérpretes da Constituição da primeira República, somente a autoridade de um Carlos Maximiliano poderia dêle discordar, assim se expressando: "O texto é radical e claro; não se presta a interpretações viciosas. Abrange todos os cargos, civis ou militares; não admite acumulação de espécie alguma".

Parece que, nessa contenda entre gigantes, o texto constitucional acabou ficando incólume, fortalecido pela jurisprudência pacífica do mais alto Pretório.

Depois de 30 as raízes do mal voltaram a brotar e o abuso tornou a imperar desabusadamente. A Constituição de 34 abriu as comportas, generalizando a prática desregrada das acumulações, de tal sorte que os "cabides de empregos" proliferaram, transformando a Administração em arena de desenfreadas "cavações" e de "bicos".

De fato, o seu art. 172 não poderia ter sido redigido com mais amplitude: "E" vedada a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios. § 1.º Exce-tuam-se os cargos do magistério e técnico-científicos, que poderão ser exercidos cumulativamente, ainda que por funcionário administrativo, desde que haja compatibilidade de horário de serviço".

Em face disso, parece justificar-se, pelas próprias condições históricas, a violenta reação que a Carta de 37 propiciou, vedando-se, terminantemente, a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios

(art. 159) e de outras entidades públicas, com o imperativo imediato da desacumulação em massa, sem o devido respeito aos direitos que foram normalmente adquiridos (D.L. 24).

O Estatuto dos Funcionários de 39 e o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares de 40 nada mais foram, a respeito, que frutos dêsse regime, ao dispor em concordância com os princípios dimanados do espírito constitucional dominante.

Dessa forma, é de justiça salientar-se o equilíbrio do legislador constituinte de 46, colocando-se equidistantemente entre posições opostas, ao consagrar o princípio da proibição e ao discriminar os casos excepcionais, além da necessária reparação que o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias concretizou.

Assim é que, dispondo sobre as acumulações remuneradas, prescreveu o art. 185 da vigente Constituição: "E" vedada a acumulação de quaisquer cargos, exceto a prevista no art. 96, n.º 1, e a de dois cargos de magistério ou a de um dêste com outro técnico ou científico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários".

O aludido art. 96, n.º 1, firmou que "é vedado ao juiz exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior".

Vê-se, pois, que a Carta Política de 46, proibindo as acumulações remuneradas, deixou somente uma fresta para três exceções: a) acumulação de cargo de juiz com outro de magistério superior ou secundário; b) acumulação de cargo de magistério com outro de magistério; c) acumulação de cargo técnico com outro de magistério.

Ainda assim, é indispensável que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários, no que toca às acumulações previstas nas referidas alíneas b e c.

Como se observa, não deixou de ser explícita a Carta Política vigente, ao consagrar o princípio impeditivo das acumulações remuneradas que, conforme acentuou Haroldo Valadão (cujo parecer serviu de roteiro para esta nota), é uma constante do direito brasileiro. Situou-se bem entre os textos das Cartas de 91 e 34, preferindo resolver o problema de modo a evitar a repetição dos debates que a disposição da de 91 acarretou e de forma a prevenir os excessos que a da de 34 facilitou, a ponto de gerar a reação drástica da legislação de 37.

Mesmo tendo ficado bem limitada a matéria, dúvidas, como é natural, não deixaram de surgir durante esta fase inicial de execução da lei das leis.

E' de salientar-se, inicialmente, o debate travado entre Odilon da Costa Manso e Haroldo Va-

ladão, quanto à acumulação de funções eletivas. Acabou prevalecendo o parecer do segundo, inteiramente contrário às acumulações de subsídios de funções eletivas com vencimentos, salários ou proventos.

Ressalte-se, em seguida, a dúvida, que ainda não se desvaneceu, quanto à exigência do requisito da correlação de matérias que, segundo opinião valiosa, só deverá ser feita em se tratando de acumulação de cargo técnico com outro de magistério.

Anote-se, ainda, a opinião oficial, também contraditada, segundo a qual é possível a acumulação de cargos, sendo um deles de direção ou chefia, desde que haja lei ou regulamento que restrinja, expressamente, o seu provimento a elementos técnicos. A corrente que admite essa acumulação entende, ao que parece, que a qualidade de técnico do ocupante modifica, neste caso, a natureza administrativa do cargo.

Já é tempo, porém, de concluir estas ligeiras anotações, cujo propósito é de orientar aquêles

que, por dever de ofício, estão lidando, diariamente, com a legislação de pessoal.

Concluimos, pois, com certo pessimismo, entendendo que teria sido melhor, bem melhor, que o princípio proibitivo das acumulações remuneradas não houvesse sofrido brechas, adotando-se, simplesmente, a disposição da Carta de 91, ou mesmo a da de 37, a despeito do equilíbrio com que o legislador constituinte de 46 cuidou do assunto, colocando-se bem no vendaval das paixões e dos apetites ilimitados que toda fase de reconstitucionalização dá ensejo.

Reparada, portanto, com o art. 24 do Ato, a violência que o legislador ordinário de 37 desassisadamente perpetrou, teria sido melhor que as frinchas dos artigos 96 e 185 não existissem, em virtude de razões de ordem vária, que não vale a pena examinar, principalmente porque seria desvirtuar os fins desta nota que, como já ficou acentuado, são bem outros. E se não foram atingidos, não faltou, pelo menos, boa vontade.

* * *

Fornecimento de alimentação preparada

No período compreendido entre 1942 e 1944, por motivo das dificuldades conseqüentes da guerra, os gêneros de alimentação sofriam constantes alterações em seus preços e, por vêzes, escasseavam. Os fornecedores habituais deixavam de atender corretamente seus compromissos, as repartições queixavam-se da qualidade de vários alimentos e o Departamento Federal de Compras não dispunha de meios suficientes para prestar auxílio maior às repartições a que abastecia. Por outro lado, os encarregados ou responsáveis em certas repartições entravam em entendimento com os fornecedores de modo a comprometer o regime vigorante.

O D.A.S.P. procedeu a estudos, por intermédio de sua antiga Divisão de Material, verificando que os maiores males não eram devidos à situação, nem aos efeitos da guerra, e sim a certos responsáveis que, longe de cumprirem com suas obrigações, conluiavam-se com fornecedores e assim os artigos que recebiam ou eram de má qualidade ou em quantidade inferior à adquirida.

Não foi possível a instauração de inquérito para apuração das irregularidades porque os gêneros eram imediatamente consumidos, não sendo possível verificar-se as quantidades e qualidades. Muitos artigos são entregues fora das horas habituais de fiscalização por parte do órgão comprador e para que este pudesse inspecionar de fato necessitaria de fiscais permanentes em todas as repartições, desde o nascer do dia até o pôr do Sol, pois durante esse período são os gêneros en-

tregues e muitos deles têm de ser logo empregados. O tipo de mercadoria facilitava a ação dos menos escrupulosos e a situação tornava-se cada vez mais angustiosa, pois a qualidade da alimentação que era distribuída em hospitais, escolas e institutos, apresentava-se pior a cada dia que se passava, urgindo uma providência regularizadora.

Diante de tal situação, depois de serem ouvidas as repartições interessadas, órgãos da Saúde Pública e o Serviço de Alimentação da Previdência Social, com a colaboração de médicos e nutricionistas, sugeriu o D.A.S.P., "como medida de emergência", fôsse contratado o fornecimento de alimentação preparada e para isso fixadas as quantidades, os cardápios diários, o número de refeições, a qualidade dos gêneros, e tudo mais que conviesse aos interesses da repartição e aos indivíduos a serem alimentados.

Tratava-se, evidentemente, de uma medida de emergência e de caráter policial, a fim de ser resolvida uma situação de momento, até que fôsse possível regularizar o funcionamento de certas repartições onde até enfermos trabalhavam nos serviços de cozinha.

A primeira conseqüência do novo sistema foi observada policialmente, isto é, notou-se não ter sido mais necessária a suplementação de créditos porque as despesas contratuais se comportaram dentro dos quantitativos orçamentários. Antes, por falta de controle, pela ação menos recomendável dos responsáveis, as dotações orçamentárias não bastavam, pois não raro eram adquiridos gêneros especiais, fora das normas habituais e as quantidades faturadas não correspondiam às rece-

bidas. Com o regime da alimentação preparada, quando o pagamento é feito de acordo com o número de rações fornecidas, tornou-se, "a princípio", mais difícil o deslize.

São passados mais de cinco anos, tempo bastante para serem resolvidos os problemas que determinaram a solução de emergência, mas em vez de se tentar nesse sentido, verifica-se o prosseguimento da solução, havendo um grupo de fornecedores especializados que se tornaram donos das repartições e ditam suas condições.

A alimentação que hoje é distribuída às repartições não difere qualitativamente daquela que deu motivo ao alarma e que determinou as investigações feitas pelo D.A.S.P. e das quais resultou a proposição da solução vigente. Nota-se, entretanto, que hoje não existe a queixa generalizada que então ocorreu; por que? Na resposta encontraremos o que deve ser investigado e solucionado.

O preço da alimentação hoje contratada é a chave do mistério. Os responsáveis em todos os órgãos interessados, salvo raríssimas exceções, já não podem levantar suas vozes contra os fornecedores ou exercer vigilância contra seus sócios. A questão foi resolvida financeiramente, com geral agrado por parte dos responsáveis.

Num momento difícil para as finanças nacionais, quando as recomendações do Senhor Presidente da República são no sentido de compressão das despesas, não é admissível que esteja vigo-

rante um sistema de abastecimento que dá margem a gastos irregulares e sem maior controle.

A solução proposta pelo D.A.S.P., embora de emergência, procurava colocar três elementos fiscalizadores: — O D.F.C., a D.M. e a própria repartição, mas com o correr dos tempos houve um certo ajustamento e a suposta fiscalização tornou-se inoperante.

A fim de atender às recomendações do Chefe de Estado e para bem servir aos inúmeros indivíduos que recebem alimentação por conta do Estado, impõe-se a suspensão do sistema de fornecimento de alimentação preparada pelos vários inconvenientes que apresenta, sendo que estes melhor poderão ser apreciados pelo Tesouro e pela Saúde Pública. Se não for possível voltar-se ao regime antigo, isto é, de ser a alimentação preparada pela própria repartição, com seu pessoal e material, uma solução oferece-se naturalmente: — O Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), é uma autarquia ou por outras palavras, um serviço de Estado, delegado, e por isso obrigado a atender aos interesses desse Estado, que nessa condição deverá tomar a si o fornecimento da alimentação às repartições, contra pagamento pelos meios normais.

A atribuição de tais fornecimentos ao S.A.P.S. também constituirá solução de emergência, até que seja possível a melhor, mas no momento é a que se impõe a fim de serem cumpridas as recomendações do Senhor Presidente da República e evitados certos males hoje notados e que não vale a pena expô-los, bastando a advertência.

★ ★

✱

Conselho Nacional do Petróleo

As pesquisas de petróleo no Brasil foram oficialmente iniciadas em 1919 por intermédio do antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, cuja denominação foi, mais tarde, alterada para Instituto Geológico e Mineralógico.

Esse Instituto passou, em 1933, a constituir a Diretoria Geral da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, sendo essa designação, por sua vez, modificada, depois, para Departamento Nacional da Produção Mineral, mantida até hoje.

Em 1938, verificando o Governo Federal a necessidade de aparelhar o País com um órgão destinado a tratar exclusivamente dos problemas do petróleo, baixou, em 29 de abril daquele ano, o Decreto-lei n.º 395, pelo qual foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, diretamente subordinado ao Presidente da República, com a finalidade de exercer o controle técnico e administrativo dos assuntos relacionados com os combustíveis minerais líquidos em todo o território nacio-

nal, abrangendo esse controle a importação, exportação, pesquisa, produção, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, bem como o processamento e a fiscalização das autorizações de pesquisas e de lavras de jazidas de rochas betuminosas e pirobetuminosas, petróleo e gases naturais, e das autorizações relativas à industrialização dos produtos minerais dessas classes de jazidas.

Em 7 de julho de 1938, pelo Decreto-lei n.º 538, que deu organização ao Conselho Nacional do Petróleo, foram definidas as suas atribuições, entre as quais figurava a realização dos trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo e gases naturais, para o que seriam transferidos o pessoal técnico e o material existentes no órgão a que estavam afetas essas pesquisas, que era o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Essa transferência, entretanto, só se tornou efetiva pelo Decreto-lei n.º 1.369, de 23 de junho de 1939, de modo que foi ainda sob a direção do referido Ministério que, em 21 de janeiro de 1939,

se revelou o primeiro poço com produção de petróleo no local denominado Lobato, subúrbio de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

Criado o Conselho Nacional do Petróleo, foram ao mesmo atribuídas, no período de 1938 a 1948, dotações no total de Cr\$ 542.384.100,00, de verbas orçamentárias, e 120 bilhões de cruzeiros, do Plano de Obras e Equipamentos.

O Conselho Nacional do Petróleo é composto de um Presidente, um Vice-Presidente e oito Conselheiros, que representam, respectivamente, os Ministérios da Guerra, Marinha, Aeronáutica, Viação e Obras Públicas, Agricultura e Fazenda, e as organizações de classe da indústria e do Comércio. O Presidente é de livre nomeação do Presidente da República e o Vice-Presidente é designado dentre os Conselheiros. O Presidente e os Conselheiros recebem a investidura em caráter de comissão pelo prazo de três anos, podendo ser substituídos ou reconduzidos.

Os órgãos técnicos e administrativos do Conselho são agrupados em três divisões: Técnica,

Administrativa e Econômica, cada uma delas subordinada a um dos membros da Comissão Executiva, constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e um Conselheiro.

Em Salvador tem sede o Serviço Regional da Bahia, a que estão afetas as atividades técnicas e administrativas do Conselho na Bahia, Maranhão e Sergipe, sendo que nas capitais dos dois últimos Estados mantém o C.N.P. Escritórios de Administração.

Nas cidades de Belém (Pará) e Ponta Grossa (Paraná), existem representantes do Presidente do Conselho, que chefiam os trabalhos geofísicos e geológicos em execução naqueles Estados.

O primeiro Presidente do Conselho Nacional do Petróleo foi o General Júlio Caetano Horta Barbosa, que tomou posse em 18 de julho de 1938, permanecendo nessas funções até agosto de 1943, quando solicitou exoneração.

Foi, então, nomeado Presidente o Coronel, hoje General, João Carlos Barreto, cuja posse teve lugar a 2 de setembro de 1943.

Comissão Nacional de Alimentação

A Comissão Nacional de Alimentação foi criada pelo Decreto-lei número 7.328, de 17 de fevereiro de 1945, como órgão integrante do Conselho Federal do Comércio Exterior, tendo como finalidade o estudo de todos os assuntos que se prendam à alimentação da população brasileira.

Preside a Comissão o Diretor-Geral do C.F.C.E., sendo auxiliado por oito membros, especialistas no assunto, designados por decreto do Senhor Presidente da República.

São as seguintes as atribuições da Comissão Nacional de Alimentação:

- 1) estudar e propor as normas da política de alimentação;
- 2) estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida;
- 3) acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários ou convenientes;
- 4) trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas;
- 5) concorrer para o desenvolvimento da indústria da desidratação dos alimentos no Brasil;

6) acompanhar a montagem de fábricas de desidratação, para que se tornem efetivas as garantias de zonas de abastecimento e não seja prejudicado o consumo de mercadorias;

7) opinar sobre os projetos para a instalação de fábricas de desidratação, tendo em vista a localização da indústria, os processos que vão ser usados e os tipos de produtos que tencionam fabricar;

8) promover todo auxílio à implantação dessa indústria, propondo subvenções ou assistência às pesquisas e trabalhos de ordem técnica;

9) superintender os trabalhos de divulgação dos processos de aproveitamento dos produtos desidratados, principalmente destinados ao uso dos internatos, asilos, hotéis e cozinhas coletivas em geral;

10) solicitar todas as prioridades necessárias para a obtenção dos materiais indispensáveis à construção de usinas, assim como para o transporte das matérias-primas indispensáveis e dos produtos elaborados;

11) estabelecer a especificação exigida para cada tipo de alimento, a fim de que a indústria se mantenha num alto nível técnico;

12) pleitear os favores alfandegários que considere necessários à implantação ou desenvolvimento da indústria de desidratação de alimentos.

DEMOGRAFIA

JORGE LATOUR

COSTUMA-SE dizer que a verdade é uma só; e, também, já se afirmou com suma autoridade: "Digam a verdade; digam-na tôda, porque a metade só da verdade é uma mentira inteira".

Aplicadas essas sentenças ao assunto que nos ocupa, cabe distinguir a *verdade*, dos *caminhos* que a ela conduzem. Ora, no que respeita à imigração, procuram os legisladores e os dirigentes uma fórmula que dê solução ao problema no país. A verdade, ainda que batida pelas controvérsias, fugaz aos incontentáveis de todos os matizes, tisnada por interesses escusos, por doutrinadores tendenciosos, confundida entre sutilezas — é clara e inconfundível: o Brasil precisa de copiosa imigração. Isso não impede que, reconhecida essa verdade única, sejam adotados diferentes meios ou modos de satisfazê-la ou que se procure, entre êles, um, considerado o melhor, e que seja, por múltiplas razões devidamente pesadas, o escolhido.

E' imperioso, porém, ressaltar (e o conceito pode ser generalizado às demais questões administrativas e nacionais) que, se várias fórmulas podem, com maior ou menor eficácia, rapidez e segurança, chegar aos mesmos resultados teóricos e práticos, há condições essenciais, de ordem moral, jurídica e administrativa que se impõem como uma constante e uma preliminar, ao aviar-se a receita mágica. Subestimadas ou esquecidas, será vão o esforço redentor. Não basta criar órgãos ou reformá-los. O imprescindível é reformar e melhorar a nossa mentalidade, elevar o nível educacional do nosso meio, fazendo medrar e desenvolver-se a sagrada sementeira da justiça, firmando-se critérios de seleção das competências, formando-se quadros de funcionários e especialistas aptos, criando-se autênticas carreiras de servidores, banindo-se em definitivo o obsoleto e corrosivo sistema dos empenhos e recomendações, instaurada a noção de responsabilidade efetiva, propiciado o exercício esclarecido de direitos e deveres, gerada a consciência do interesse público e coletivo, com predomínio sobre os interesses e preconceitos particulares, favorecidos, plenamente, o sentido da cooperação funcional e a observância dos verdadeiros métodos de ação administrativa e coordenação sistemática. A convicção e o escrupulo profissionais, o amor à profissão abraçada e a preocupação pelos títulos legitimamente conquistados completam essa edificante lista.

O que aí se alinha a êsmo depende do culto aos princípios de ordem mais elevada, da ética,

da moral, do direito, dos bons costumes, de cultura, de estalão administrativo elevado e, então, de inteligência, boa vontade e bom senso, nada tendo de transcendente ou abstrato.

A Câmara dos Deputados, em boa hora, deu início à elaboração de uma lei que cria um novo órgão para a imigração e matérias afins. O Executivo acompanhou com atenção essa iniciativa e, dentro de certos limites, colaborou na mesma. Reconheceu-se, assim, que a experiência feita em 1938 e até agora prolongada com o Conselho de Imigração e Colonização, não correspondeu às necessidades e as esperanças, convertendo-se até, esse órgão, em um instrumento prejudicial aos interesses nacionais. Em 1947, o Senhor Presidente da República procurou corrigir a ineficiência do C.I.C. contornando, na esfera do Executivo, o que, para ser anulado, dependia de medida legislativa. Por meio de atos de sua competência reforçou a autoridade executiva do Presidente do Conselho e deu-lhe maior capacidade de iniciativa, circunstâncias essas que, aliadas à concessão de alguns recursos financeiros ocasionalmente solicitados ao Congresso para a imigração dirigida, deram ensejo à inauguração e andamento de alguns empreendimentos. Prevaleceram, entretanto, na oportunidade, os preconceitos e a ação negativa sobre a ação construtiva. Consequentemente, os propósitos da coordenação de problemas e matérias entre as autoridades competentes, com órgãos específicos, coordenação esta atendida com a centralização da autoridade responsável pelas diretrizes gerais, foi solapada. Debilitaram-se, progressivamente, quer a autoridade, quer o esforço coordenador, até desaparecerem ambos. A ausência das premissas morais e jurídicas a que me referi em outro passo deste artigo, demonstrou, em tal emergência, o seu peso nocivo, anulando em cheio as iniciativas concretas, a obra começada na imigração em seus variados aspectos. A falta de meios financeiros em tempo solicitados e não concedidos determinou o colapso da imigração restabelecida depois de tanto tempo em prospero surto inicial.

E' lícito esperar que, este ano, vencidos os trâmites regimentais no Senado, seja devolvido à Câmara o projeto de criação do D.N.I.C., e tenha este finalmente existência, ou anexado a algum Ministério, como quer aquela Casa do Parlamento, ou restabelecido o seu caráter autônomo mediante subordinação direta ao Presidente da República, como o prefere a Câmara dos Depu-

tados, proponente dessa lei orgânica. Representará êsse órgão a fórmula do presente para se chegar à verdade da imigração.

Embora o Departamento que se espera esteja concebido em forma suscetível de amplo desenvolvimento funcional posterior, tornando-o capaz de exercer uma influência de apreciável envergadura, não está contudo inspirado em princípios e exigências de franca atualidade brasileira e universal, sendo fácil admitir-se que as nobres cogitações dos legisladores, além de objetivarem parcialmente o problema, não se alçaram à altura da realidade contemporânea de maneira a integrá-lo em imperativos de categoria superior. Com efeito, aos dirigentes do país não cumpre ferir apenas as questões de *imigração*, *colonização* e *assimilação*, que, aliás, bem compreendidas, são fundamentais. O Estado, revendo os seus problemas de mais alto porte convencer-se-á da necessidade de reunir essas questões em uma só ementa — a demografia, aliando-a à higidez e à produtividade das suas populações e, portanto, à colonização, que é dela um dos mais importantes fatores. E deverá fazê-lo (como insistentemente tenho repetido sempre que me é dada a oportunidade de opinar), em termos sociológicos, servida por métodos racionais, abrangendo a política demográfica, a formação da nacionalidade, a economia do país, a consistência crescente das massas populacionais e a constituição paulatina de autênticas elites. E' bem verdade — e o registro com satisfação patriótica — que o projetado D.N.I.C. representa um grande passo, ao abrigar um setor especialmente dedicado à assimilação, matéria deixada até agora ao inteiro abandono, e outro denominado Divisão de Estudos que, cientificamente orientado, poderá ser o ponto de partida para indagações e cogitações de dilatada amplitude futura. Entretanto, como o D.N.I.C. não assegura em seu espírito e estrutura a rota científica e racional, deixando entrever, preferentemente, a administrativa e burocrática, e sendo a sua finalidade parcial e de acanhados horizontes demográficos, é de se prever que o setor de estudos, ao invés de se tornar, com o funcionamento, um órgão de formulação e solução de problemas de alto padrão, se atrofiará, para enquadrar-se a pouco e pouco na rotina.

A demografia, para ser convenientemente atendida em seus diferentes aspectos, abrangeria: a) de um lado, de modo imperativo, por via de previsão, a formação hígida do *elemento humano nacional*, assegurando-se-lhe condições mínimas de saúde, educação, padrão de vida, produtividade e bem-estar, o que vem a ser, em última análise, número e qualidade, bem como, por via de recuperação, a observância dêsse mesmo paradigma quanto às populações brasileiras a vários títulos deficitárias e insuficientes; b) de outro lado, a *imigração*, isto é, a introdução, em larga escala e em dosagem preconcebida e precalculada, de imigrantes estrangeiros, com destino e localizações previamente estudadas, sem prejuízo da imigração corrente, espontânea ou dirigida, em pe-

quenos fluxos, consoante as ofertas e oportunidades. Um serviço adequado secundaria a assistência ao nacional e ao estrangeiro imigrante, a colonização mista de nacionais e não nacionais, ambos para êsse efeito selecionados, mantidos em equivalente nível de eficiência. Seria amparada, igual e simultaneamente, a prole do nacional e do imigrante em sua saúde, instrução, educação e desenvolvimento.

O amparo à prole de colonos nacionais e imigrantes compreenderia, como, aliás, deverá suceder em qualquer outro ambiente, a seguinte linha eixo: prenupcialidade — nupcialidade — maternidade — prenatalidade — natalidade e puericultura — infância. Nem sempre, em tais casos, a legislação estaria preparada, por enquanto, para que se atingisse êsses altos objetivos; mas o concurso oficial, um serviço de informações oportunas, educativo e de persuasão, junto a outros recursos de inteligência e atividade, poderiam suprir lacunas, principalmente se aproveitadas as organizações religiosas e católicas, bem como a rede já considerável da assistência social existente, pública, semi-pública, particular subvencionada e voluntária. Seria, mais do que o império de leis, a objetividade, a arregimentação e o ensino facultativo.

A mentalidade imperante na administração, em que, em regra, os órgãos, subórgãos e serviços se hostilizam em vez de se coordenarem em mútua cooperação e assistência no interesse dos serviços, do bem público e da solução das questões comuns — poderia levantar óbices concretos ao trato de um grande número de problemas que se acham diluídos na competência de vários Ministérios e repartições. Cumpriria, porém, que, centralizadas as questões demográficas, adquirissem elas consistência crescente, fazendo jus a uma direção una e vigilante.

A ação governativa em tôdas essas modalidades do tema fundamental demográfico incluiria, necessariamente, um programa de realizações de excepcional energia, moldado em verdadeiras campanhas tenazmente dirigidas, envolvendo a higiene, o sanitarismo, a profilaxia, a instrução pública, a educação largamente difundida e outras muitas empreitadas incisivas.

A demografia, no quadro clássico dos seus índices e inquéritos, subentende ainda inúmeras sugestões, que vão da evidência às sutilezas pouco perceptíveis à grande maioria dos nossos dirigentes, sendo suficiente citar, como exemplos, entre muitos, os índices da mortalidade infantil, os da idade útil e produtiva da existência, os da fraca ou forte letalidade na velhice e nas fases improdutivas da vida, a boa ou má distribuição das populações no território do país, nas classes ativas e nas profissões, a significação e influência dos vazios demográficos no desenvolvimento nacional, as migrações internas e suas causas. Se aliarmos essas e outras questões às interinfluências existentes entre os demais fatores sociológicos de maior porte e à transposição do problema demográfico nacional ao da esfera latino-americana e internacional ou mundial, onde já se agitam, a par das interrogações maltusianas e neomaltusianas as

relativas à proliferação excessiva de certas raças, e às afinidades do fenômeno com as injunções imperialistas — teremos a medida da ignorância e do cândido alheamento em que se vive, entre brasileiros, com respeito ao problema fundamental e humano aqui focalizado.

Por essa razão acenara eu, em Memorando ao Senhor Presidente da República, em janeiro de 1947, à conveniência de ser organizado no Brasil um Instituto demográfico, de cunho científico, aparelhado para pesquisas, interpretação e sugestões concernentes à matéria e, dissipadas as esperanças de conseguir a realização desse anelo, procurara, em projeto substitutivo do D.N.I.C., em 1947-1948, promover a criação do Departamento Nacional do Povoamento que, no âmbito administrativo, assegurasse os estudos e investigações convenientes ao conhecimento das questões demográficas, com base sistemática, ao mesmo tempo em que realizasse a imigração (Ver opúsculo *Documentos — Orientação orgânica — M. R. E. — Imprensa Nacional — 1948*).

Não é fora de alcance, porém, do D.N.I.C., em vésperas de se tornar agora uma realidade, constituir-se em excelente ensaio de tais propósitos. De algum modo lhe servirão, para isso, as emendas sugeridas ao Senado pelo antigo Presidente do Conselho de Imigração e Colonização, aceitas pelo ilustre relator em seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça daquela Alta Câmara.

Para chegar o Departamento a êsse resultado de urgente consagração preciso será entretanto que militem, entre as demais, as seguintes condições:

1) Ser superiormente dirigido, orientado com critério científico e racional.

2) Ser sua ação apoiada em recursos angariados em forma orçamentária e creditícia, com apreciável capacidade de exercitar o financiamento. O financiamento e o crédito, especialmente no concernente à colonização, deverão ser organizados em forma bancária.

3) Integrar-se o seu plano de ação o diretrizes no plano geral do desenvolvimento orgânico, agrário e industrial da nação, tendo como normas básicas as condições sociológicas do país, os empreendimentos de grande envergadura e as obras públicas de alcance nacional já previstas pelos poderes públicos, com cujos planejamentos deverá articular-se.

4) Na regulamentação do órgão, uma vez criado, e na de seu funcionamento, deverá ser prevista a coordenação sistemática com os demais órgãos, oficiais ou não, na esfera federal, estadual, municipal e particular, bem como com o ambiente continental e mundial, através do Ministério das Relações Exteriores e das Missões brasileiras fora do país.

5) Manutenção de uma articulação especial permanente e estreita com os Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura (não excluída, é

lógico, a articulação com os demais) e, direta com as Secretarias de Educação e Saúde e Secretarias de Agricultura dos Estados. Esse liame deve ser preponderante, pois, simultaneamente com a imigração e a colonização, devem ter andamento os temas da demografia em geral e, de modo particularmente cuidado, os de higiene, educação, assistência social e amparo em favor do colono nacional, do colono estrangeiro que se integra no país e das proles de ambos metódicamente miscigenadas. Assim deve aparecer o homem brasileiro do futuro, como resultante de caldeamentos sucessivos e não o raquítico e enfezado produto de caótica miscelânea racial.

6) Formação de quadros funcionais com elementos habilitados, especializados ou de *staff*, mediante seleção, preparo prévio e aperfeiçoamento do pessoal, garantidos os direitos e definidos os deveres em carreiras autênticas, feita a admissão por meio de concurso de provas ou de títulos rigorosamente julgados.

Abstenho-me aqui de entrar em detalhes respeito à imigração propriamente dita e o que poderá o Departamento realizar em tal sentido. Não padece dúvida que, vencidos os primeiros percalços, naturais e contingentes, em um órgão que se constitui e que é, além disso, inédito no complexo cenário da administração pública, poderá ele tornar-se altamente eficiente e de ação pronta e rápida, se lhe fôr permitido o exercício das suas atribuições sem interferências ou paralelismo e se forças negativas, ostensivas ou ocultas, não lhe entorpecerem a ação. E' incontestável que a tarefa do Executivo iguala em importância a obra do Legislativo na hipótese em aprêço, pois, a execução de uma lei, inteligente e sinceramente conseguida, vale integralmente a concepção que nela se encerra e a supera frequentemente, corrigindo na prática os seus preceitos, suprimindo lacunas, dando vida e força onde o texto é inexpressivo ou platônico, nos embates com a realidade, nas reações da sua aplicação. Assim, pois, o D.N.I.C., bem regulamentada a sua ação, bem dirigido e aproveitada a substância da lei que lhe vai dar existência, será um organismo suficientemente dotado a serviço de uma política nacional sociologicamente definida, integrado em amplos moldes e capaz de se articular com os magnos empreendimentos delineados pelos nossos melhores teóricos e doutrinadores, estatuídos em sucessivas Cartas constitucionais, previstos em iniciativas dos Governos, vazados em vários projetos ora em trâmites parlamentares, recomendados em meditações conclusões, em conferências e congressos nacionais. Será ele, ou poderá vir a ser, em tais condições e circunstâncias, um aparelho de inconfundível importância na administração federal, de decisivos benefícios para as diferentes regiões brasileiras e para a nacionalidade em formação. Pensa-se na criação do Ministério da Economia Nacional, desejam alguns patriotas um Ministério da Imigração, outros um Ministério da Colonização

ou de ambas essas coisas reunidas, enfim algumas fórmulas administrativas são lembradas visando preencher lacunas que se consideram hiantes. Aparece o Conselho Nacional de Economia em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal. Em outra ordem de idéias propõe-se o aumento do número de Territórios, cogita-se da revisão das leis de fronteiras, planeja-se nova divisão do território nacional. Ainda, em outra esfera de pensamento e de ação, sente-se, cada vez mais ameaçadora e operante, a coação, por enquanto branda e suasória, das energias mundiais, exercida de fora para dentro sobre as realidades nacionais. Todas essas concepções, fatos e tendências, além de outros que escapam à pena nesta enumeração, poderão concorrer para tornar obsoleto o projetado D.N.I.C., principalmente se tardar ainda o seu nascimento. Seria, portanto, aconselhável criá-lo sem delongas, evitando-se intermináveis controvérsias e bizantinismos, firmando-se uma base de experiência e um ponto de partida para a evolução do órgão, em reformas oportunas e sucessivas, à medida das necessidades, ou para a

sua substituição, se o exigir um imperativo mais categórico de índole administrativa geral.

Em qualquer caso, contudo, é obrigatório o trato imediato, em caráter científico, sistemático e racional, da demografia, do povoamento e dos problemas populacionais, filiando-o à sociologia, visando-se, nas diretrizes a traçar, corolários capitais, como sejam: a) a formação e a recuperação do elemento nacional; b) o dreno de caudalosa imigração, subordinada a normas e ritmo metódicos; c) amparo tenaz, em grandes moldes, à prole do brasileiro e do imigrante estrangeiro; d) adaptação rápida deste ao ambiente nacional; e) redistribuição demográfica no país, diluição dos quistos existentes, fixação do homem do campo ao solo pela economia estável, bem-estar e amor à terra que possui ou vai possuir. E, ao ser realizado esse descomunal programa humano e humanístico, têmos bem presente as leis da demografia universal, e as suas injunções, mediante uma observação alerta e contínua das tendências internacionais, dos povos pletóricos e dos imperialismos em ponto de maturação.

* *

*

Os serviços criados pela lei de classificação foram cinco; serviço, no sentido aqui empregado, significa a mais ampla divisão do plano de classificação. No sentido lógico, significa a mais extensa generalização do critério classificador; assim, é a parte do plano que abrange todo o serviço classificado em cinco divisões. Nos cinco grandes serviços, predomina a extensão em prejuízo da compreensão; à proporção que se fôr descendo na classificação, os serviços aparecerão somente como amplos conceitos necessários à ordenação de milhares de cargos sob qualidades que, embora comuns a todos os que pertençam a cada um serviço, constituem um mínimo irredutível para diferenciar um serviço do outro. Os serviços referidos são: a) profissional e científico, com sete graus; b) subprofissional, com oito graus; c) de escrita, administrativo e fiscal, com quatorze graus; d) de guarda, com dez graus; e) misto de escrita e mecânico, com cinco graus. Outro aspecto importante da lei de classificação de cargos de 1923 é a avaliação de eficiência; conhecida como promoção horizontal ou administrativa, qualquer aumento nos vencimentos do funcionário dentro da classe ou grau a que pertence seria feita mediante a respectiva avaliação de eficiência. Esta, como se sabe, visa distinguir os funcionários que exercem o mesmo trabalho. A lei, contudo, impunha condições restritivas de ordem financeira que muito estorvavam a plena realização do objetivo para o qual foi criada a avaliação da eficiência. Além da restrição compreensível da necessidade de existir verba suficiente para a concessão do aumento, toda melhoria de vencimento estava ainda subordinada ao que se chama "average provisions", isto é, a média dos vencimentos do número de funcionários de qualquer grau ou classe não poderá, em qualquer tempo, exceder a média dos níveis de remuneração determinados para cada grau. — *Paulo Poppe de Figueiredo* — R.S.P. — outubro de 1949.

* *

*

A hierarquia não exclui a unidade da ciência. "Da classificação das ciências e das subciências, eis que passamos com um sentimento de alívio para a idéia da Unidade das Ciências. Isoladas por simples conveniência prática, apresentadas aos estudiosos em distintos livros, expostas e aplicadas por diversos mestres, e também investigadas em laboratórios diferentes, note-se que as ciências, afinal de contas, são todas partes de uma disciplina única, todas ilustrações de uma disciplina única, todas ilustrações de um mesmíssimo método, todas tentativas de nos pôr mais claro — se não realmente de resolver — o problema da Ordem da Natureza. Formam, ou deveriam formar, um conjunto unitário de verdade, e é tanto maior o valor que têm quanto mais se acham correlacionadas". — *Byron T. Freitas* — R.S.P. — julho de 1949.

Introdução à Filosofia das Ciências

LUIZ HILDEBRANDO DE HORTA BARBOSA

I

AS FUNÇÕES CEREBRAIS

PARA que se possa compreender como constrói a Humanidade as ciências positivas formadas por conjuntos de leis abstratas relativas tanto ao mundo quanto ao homem, tôdas racionalmente coordenadas entre si de modo a permitirem a previsão dos acontecimentos de que depende a existência social, é de tôda conveniência que se tenha uma idéia clara do modo pelo qual funciona o sistema nervoso nessa imensa elaboração.

A manifestação mais geral e característica da vida é o fenômeno de *nutrição*, o qual consiste num duplo movimento de assimilações e desassimilações que certos seres são capazes de efetuar continuamente em seu interior quando colocados em meios adequados.

Os seres que assimilam e desassimilam, isto é, que vivem, subdividem-se em dois grupos: os vegetais e os animais. Os primeiros podem nutrir-se diretamente de substâncias minerais, o que não acontece com os segundos que necessitam, para isso, de substâncias vivas, isto é, quimicamente semelhantes às que constituem os próprios seres vivos. Esta diferenciação entre os vegetais e os animais não é satisfatória em relação a muitos seres vivos inferiores cuja classificação num ou noutro grupo é imprecisa.

Em todos os seres vivos nitidamente animais, aos fenômenos da *nutrição* (vida vegetativa), juntam-se os da vida de relação, caracterizada pela *sensibilidade* e pela *contratilidade*, resultantes do aperfeiçoamento necessário ao *reconhecimento* e à *apreensão* dos alimentos.

Os seres mais simples nos quais o fenômeno de vida pode produzir-se, denominam-se *células*. Existem seres vivos unicelulares (protóbios) e multicelulares (metábios). Nestes últimos verifica-se a diferenciação tanto anatômica quanto fisiológica das células que se grupam formando os diversos tecidos, órgãos e aparelhos cujas atividades específicas mantêm as múltiplas modalidades de vida que esses animais apresentam.

Nos animais unicelulares (os protozoários) os fenômenos de nutrição, de sensibilidade e de motilidade são efetuados indistintamente por toda massa celular. Nos multicelulares (os metazoários) esses fenômenos se produzem muito mais enérgicamente graças a órgãos adequados constituídos por conjunto de células especializadas.

Através da *sensibilidade* o animal *explora* o meio material em que vive. Os dados colhidos são depois *apreciados* pelo animal como favoráveis ou não aos seus *interesses*. Por fim, mediante a *contratilidade* o animal *age* modificando o meio ou a si próprio, tendo sempre em vista a preservação de sua vida ou a satisfação de qualquer outro *interesse*. Entre a sensibilidade e a motilidade existe, pois, a *deliberação*: *sentir, deliberar, agir*. Como a cada função corresponde um órgão, entre os órgãos sensoriais que colhem informações e o sistema muscular destinado à ação, existe o aparelho *encéfalo-raquidiano* onde os instintos impellem a inteligência a traçar planos de ação de conformidade com os fatos observados.

Os órgãos sensoriais mediante os quais o animal percebe ao mundo e a si próprio, variam muito, na escala zoológica, em número e intensidade. Nos homens eles permitem perceber 8 tipos de atividade material: a forma, o peso, o calor, a eletricidade, o sabor, o odor, o som e a luz, donde os órgãos do tato, da musculação, da calorificação e da eletrição, esparsos por toda a pele e os órgãos gustativos, olfativos, auditivos e visuais, localizados em certas zonas da cabeça.

Dos referidos órgãos periféricos receptores, as impressões são transmitidas aos *gânglios sensitivos* e destes ao *cérebro* onde são realmente *percebidos*. Em sentido inverso, as incitações ou *estímulos motores* que provocam as contrações musculares, partem do cérebro e vão ter aos diversos tecidos musculares.

A parte do sistema nervoso exclusivamente destinada às atividades vegetativas é constituída pelo *sistema simpático* e pelo *pneumogástrico* (décimo par dos nervos cranianos) que direta ou indiretamente se ligam ao cérebro. Este último achase, desta forma, em contínua comunicação tanto com o mundo, quanto com o próprio organismo de que faz parte, quer para os perceber e sofrer-lhes ação, quer para reagir sobre eles modificando-os do modo mais favorável possível a existência e aos demais interesses do animal.

Nesse complexo sistema nervoso que dá unidade ao organismo animal, coordenando as ações e reações não só entre todos os aparelhos, órgãos, tecidos e células que o integram, mas também regulando as ações e reações entre esse organismo e o meio material em que vive, o aparelho mais importante, por ser a cúpula central de tôdas as atividades da vida de relação, é o *aparelho cerebral*, sede das funções primitivamente atribuídas à alma.

A idéia de que o cérebro é responsável pela nossa *vida psíquica*, isto é, responsável pela nossa atitude moral, intelectual e prática, parece-nos modernamente tão natural quanto a idéia de que a terra é que se move em torno do Sol. No entanto, foram necessários muitos milhares de anos para que a Humanidade conseguisse descobrir e comprovar, de modo científico, essas duas verdades essenciais ao surto da filosofia positiva.

Pondo de lado a teoria teológica que atribui a vida psíquica a uma entidade sobrenatural — a *alma* — infundida pelas divindades no corpo material, a história da evolução de nossas concepções reais a respeito das funções superiores da vida de relação, mostra a dependência dessas concepções em relação a uma prévia e suficiente elaboração de todos os termos da escala enciclopédica e, em especial, da biologia e da sociologia. Todos esses trabalhos visando analisar as chamadas funções da alma, de modo a descobrir as suas faculdades elementares, as leis de sua produção, assim como descobrir os órgãos de cujas atividades emanam, vieram, depois da obra básica de Gall, desabrochar na decisiva elaboração de A. Comte com que ficou fundada a *moral teórica*.

Desde então a palavra *alma* deve ser usada na sua acepção positiva, como exprimindo o conjunto das funções morais, intelectuais e práticas exercidas pelos órgãos localizados no cérebro.

A teoria positiva das funções do aparelho nervoso central — o cérebro — que, por um lado, estimula e regula a vida vegetativa e, por outro, coordena a vida de relação, estabelece a pluralidade dessas funções as quais podem ser distribuídas em três grupos de conformidade com as suas características comuns. O primeiro grupo de funções, em número de 10, corresponde aos estados elementares de nossa *emotividade*, das quais provêm os *desejos*.

Os desejos, sentimentos, inclinações ou instintos são a origem de todas as atividades exercidas pelos animais. Eles "*pensam e agem* impelidos ou movidos pelos seus *desejos*". "Agir por afeição, pensar para agir".

São esses estados emocionais que põem em atividade todo o sistema nervoso e, por seu intermédio, todos os órgãos animais tanto os vegetativos quanto os de relação. Para atender ou satisfazer aos desejos, a inteligência intervém analisando e combinando os dados colhidos pelos sentidos de modo a formar um quadro ou imagem do mundo exterior de cujos elementos depende o apaziguamento dos sentimentos dominantes no momento.

A inteligência, fruto das atividades de 5 órgãos intelectuais, *concebe* os *planos de ação* tendo em vista, de um lado os desejos que procura servir e doutro os dados ou informações de que dispõe a respeito do meio a que está o animal subordinado.

Entre os desejos que põem os problemas e as atividades necessárias à sua satisfação, deve interpor-se a inteligência que, normalmente, funciona

como conselheira e esclarecedora dos meios mais aptos para atingir o objetivo desejado.

Os sentimentos podem ser *egoístas* ou *personais* e *altruístas* ou *sociais* conforme levem o animal a pensar e a agir em proveito *próprio* ou em proveito de *outrem*.

O egoísmo apresenta 7 modalidades: existem instintos de conservação individual (instinto nutritivo) e de conservação da espécie (instinto sexual e instinto materno); bem como instintos de aperfeiçoamento por destruição dos empecilhos (instinto militar) e por construção dos meios adequados (instinto industrial). As duas formas mais elevadas do egoísmo são as da *ambição* que pode ser temporal ou necessidade de domínio (orgulho) e espiritual ou necessidade de aprovação (vaidade).

As funções intelectuais mediante as quais o animal *ajuíza* ou *aprecia* as condições e os meios de que dispõe para atender ou satisfazer aos impulsos de seus desejos egoísticos ou altruísticos, são em número de cinco. Para *conceber* com o máximo de exatidão possível as *realidades* a que está submetido e, em seguida, traçar planos para os esforços que deverá realizar com o objetivo de adaptar o *meio* aos seus interesses ou para, ao contrário, adaptar-se a si próprio todas as vezes que lhe fôr impossível alterar a ordem exterior, deverá o animal *contemplar* as referidas realidades, observando-as ou experimentando-as e, depois, *meditar* com auxílio dos dados colhidos.

A contemplação pode ser *concreta* ou *intéctica* quando os dados colhidos através dos sentidos não são separados uns dos outros, antes pelo contrário são reunidos numa imagem única relativa ao ser de onde provieram as sensações.

Na contemplação *abstrata* ou *analítica*, a inteligência constrói imagens isoladas de cada tipo de sensação ou de cada fenômeno independentemente dos seres de onde provieram as referidas sensações.

A *expressão* ou os meios de comunicação de nossos estados emocionais ou de nossas concepções quaisquer, corresponde à função de um órgão especializado do cérebro. A ele cabe estabelecer uma correlação constante entre os estados da alma e as atitudes exteriores do animal (mímica, oral, escrita ou outra qualquer), de modo que o sinal desperte os sentimentos ou as idéias e reciprocamente. A linguagem atual dos povos civilizados constitui um resultado complexíssimo do desenvolvimento social cuja base encontra-se, porém, no órgão cerebral que nos permite criar sinais artificiais.

As três últimas funções simples em que se pode decompor os nossos estados mentais são as que presidem a *execução* dos planos traçados pela inteligência sob o impulso dos sentimentos. Elas coordenam as *atividades práticas* ora pondo em movimento o nosso sistema muscular, ora retendo-o, ora, pelo contrário, mantendo-o em plena ação.

A primeira forma do caráter é concebida sob o nome de *coragem*, tão necessária ao início da execução de qualquer plano; a segunda corresponde à *prudência* ou à capacidade de conter ou interromper a ação até nova deliberação; a terceira modalidade do caráter é a *firmeza* indispensável à conclusão dos atos iniciados.

O dístico : *agir por afecção e pensar para agir*, resume a correlação entre os três aspectos distintos (impulso — conselho — execução) de nossas funções cerebrais.

E' preciso lembrar, porém, que não é possível observar-se nenhum estado simples do cérebro: ele ama, pensa e age de um modo sempre complexo, isto é, mediante o funcionamento simultâneo de muitos de seus órgãos. Os estados cerebrais observáveis são, em cada caso, resultantes de muitas funções.

II

TEORIA DA ABSTRAÇÃO

Segundo as concepções da ciência biológica, os homens, como todos os animais, são dotados de um conjunto de funções que lhes permite, através da sensibilidade e da motilidade, modificarem, a cada instante, a respectiva conduta de conformidade com as condições exteriores. Essa modalidade da vida, chamada *vida de relação* ou *animal*, coexiste e mantém íntima relação de mútua interdependência com as manifestações vitais puramente vegetativas de conservação tanto do indivíduo quanto da espécie, as quais, por serem as únicas observáveis nos vegetais, são englobadas sob a denominação geral de *vida vegetativa*.

Nos seres humanos, a superior intensidade de todas as suas funções nervosas centrais, isto é, *cerebrais*, comumente designadas sob o nome de *funções da alma*, lhes permite elaborar, da ordem exterior e de si próprios, imagens mais completas e, portanto, mais próximas da realidade do que as que certamente constroem os demais animais inferiores. Essa capacidade, altamente desenvolvida nos homens graças à influência do meio social em que vivem, varia muito de intensidade ou de eficácia tanto ao longo da escala zoológica quanto dentro de cada espécie animal.

De qualquer modo, mesmo quando reduzida aos seus menores graus, a inteligência tem por finalidade principal instituir das realidades objetivas e subjetivas, isto é, do meio em que vive o animal como de si próprio, conhecimentos integrados pelas respectivas imagens cerebrais e pelos sinais de qualquer natureza que as representem, conhecimentos esses que permitam traçar das aludidas realidades um quadro de sua situação futura, vale dizer, que permitam *prever* os acontecimentos vindouros. Graças a essa operação mental, é possível aos animais *prover*, isto é, *agirem* sobre o mundo para adaptá-lo às suas conveniências, ou, quando isso estiver acima de suas forças, *agirem* sobre si próprios para se arrastarem à fatalidade inacessível à sua intervenção. Daí a fórmula

de A. Comte, "Conhecer para prever a fim de prover".

A inteligência, estimulada pelos sentimentos egoístas ou altruístas, trabalha preponderantemente no sentido de obter a melhor concepção possível das realidades, porquanto disso depende a satisfação de necessidades tanto mais numerosas e variadas quanto mais se sobe na escala zoológica e, nos homens, quanto mais se aperfeiçoa e desenvolve a estrutura social. Mas, além de seu destino prático, a inteligência, em seus níveis superiores, dedica-se também à *idealização das realidades* apresentando-as do modo mais adequado à excitação dos sentimentos. As ciências e as artes práticas dependem da primeira modalidade das atividades cerebrais, ao passo que as belas-artes, — desde a poesia até a arquitetura — resultam da segunda forma daquelas atividades. Tanto *representando* o mundo para melhorá-lo, quanto o *idealizando* para embelezá-lo, o entendimento trabalha segundo as mesmas leis gerais.

O *saber*, quer aquele que tem em mira o *verdadeiro*, quer o que se dedica ao *belo*, pode ser adquirido usando-se apenas a *razão individual* ou, simultaneamente, a *razão coletiva* ou social.

A *razão* consiste, em última análise, na maior ou menor aptidão que manifestam os animais, mediante o conjunto de suas funções cerebrais, para descobrirem as ligações ou as relações de dependência realmente existentes entre eles próprios e os seres que constituem o meio em que vivem, bem como entre esses seres diretamente, de modo a lhes permitir estabelecer análogas relações entre as imagens cerebrais, que refletem os aludidos seres. Tanto maiores sejam as ligações ou relações de interdependências assim descobertas e devidamente reproduzidas no cérebro, tanto mais *racionais* e sistemáticas serão as concepções que, de outro modo, ficam incoerentes e desligadas umas das outras.

A *continuidade* histórica que, mais do que a *solidariedade*, caracteriza a Humanidade, se faz sentir, no domínio do saber, pelo contínuo desenvolvimento da razão coletiva a qual, pela educação, é transmitida à generalidade dos indivíduos cuja inteligência pode, deste modo, em poucos anos, atingir um nível de racionalidade que lhe seria inteiramente inacessível com o emprêgo exclusivo de sua própria razão.

Os animais *sociáveis*, em especial os homens, são dotados de notável aptidão para uma rápida identificação de seu estado cerebral com o de outros indivíduos que veneram ou respeitam por qualquer motivo. Essa assimilação pode ser feita de dois modos: mediante o uso de fé ou confiança, geralmente baseada nos sentimentos altruístas, responsáveis pela sociabilidade, ou à custa da repetição individual dos processos indutivos ou dedutivos adequados à demonstração da veracidade do conhecimento em causa.

A vida em sociedade exige um largo uso da fé ou da confiança recíproca, sem a qual, certa-

mente, tôdas as atividades coletivas entrariam em colapso pela sua paralisação. Sem confiança, cada vez que fôsse um indivíduo ingerir um alimento, teria êle de proceder à sua análise para se certificar de sua pureza. Idênticamente, tôdas as vêzes que alguém fôsse atravessar uma ponte, ou usar um automóvel, um bonde ou um elevador teria de proceder a um prévio e rigoroso exame de suas perfeitas condições técnicas. Semelhante atitude, fruto da desconfiança generalizada, pode ser observada em certos casos de psicopatia, caracterizados pela mania de perseguição.

Já vimos, segundo a teoria das funções cerebrais, que os seres e as coisas objetivas nos revelam a sua existência mediante suas atividades específicas as quais excitam de modo especial os nossos órgãos sensoriais, produzindo as sensações. Estas, percebidas pelo cérebro, constituem os dados necessários para construir, dêsses seres ou coisas, imagens com as quais serão depois elaboradas as concepções representativas do mundo exterior.

O cérebro é assim alimentado, estimulado e regulado pelo próprio meio cosmológico em que vive o animal. O entendimento, porém, não fica passivo ante êsses dados colhidos. Êle os digere, os transforma e os assimila sob o impulso dos desejos ou dos interesses que o estiverem aguilhoando. Inicialmente, graças ao órgão da *contemplação concreta*, o cérebro reúne ou refere tôdas as sensações a uma imagem única ou *sintética* que, assim, reproduz, aproximadamente, o objeto de onde provieram as sensações reunidas. Formam-se, dêste modo, as chamadas *imagens concretas* adstritas aos seres individualizados.

Simultaneamente ou não, prosseguindo o estímulo de um interesse qualquer intervém a *contemplação abstrata* que guarda as imagens isoladas de cada sensação, independentemente das demais, sem as referir ao objeto de onde provieram. Dessa elaboração cerebral participa a *meditação indutiva* que, comparando sensações atuais com as antigas, já reduzidas a imagens, descobre os aspectos ou propriedades comuns, elimina os atributos particulares, aplaina as diferenças individuais, e acaba por construir novas imagens que não se referem a nenhum dos objetos individualmente, mas a todos indistintamente, porque compostos com aquilo que de comum existe entre êles. Êsse trabalho intelectual é conhecido sob o nome de *abstração*.

Abstrair (do latim *abs + trahere* = retirar de) consiste, pois, em separar uns dos outros, pela análise, os fenômenos, as propriedades, os atributos, bem como as relações existentes entre êles, não obstante não existirem tais propriedades e relações senão em seres ou coisas individuais, nos quais coexistem englobadamente. Meditar sobre tais fenômenos ou propriedades, sem os referir a nenhum dos seres concretos nos quais hajam sido inicialmente contemplados, constitui o aspecto básico dessa elevada operação cerebral mediante a qual, pouco a pouco, se constrói a nossa *razão abstrata*.

Se a tôda *imagem concreta* corresponde um objeto ou um ser exterior, independente de nosso cérebro, o mesmo não acontece com as *imagens abstratas* que são subjetivas, isto é, existem apenas no nosso entendimento, conquanto sejam sempre invariavelmente, como veremos depois, construídas com materiais provenientes ou inspirados pelas realidades objetivas.

E' das *imagens sintéticas* ou *concretas*, sempre ligadas a seres individualizados, sem qualquer generalidade, que a meditação retira os elementos comuns com que acaba por construir as *imagens analíticas*, isto é, separadas ou independentes dos corpos. Tais imagens, quanto mais capazes forem de abranger, como casos particulares, maior número de seres concretos, mais abstratas e gerais serão. E' assim que as idéias de *forma*, de *pêso*, de *côr*, de *temperatura*, etc., são de grande generalidade, pois que indicam propriedades comuns observáveis em todos os seres concretos. No entanto, para poderem convir a todos os objetos reais, tais imagens têm de se tornar profundamente simples, analíticas ou *abstratas*, isto é, dificilmente decomponíveis em outras idéias mais simples.

Generalizando por abstração, a razão teórica isola cada fenômeno de todos os outros que realmente os acompanham, para compará-lo aos efeitos semelhantes que os demais seres concretos apresentam. A abstração substitui, pois, a contemplação direta dos seres pelo estudo isolado de cada um dos diversos tipos de atividade de que é capaz e que nos é possível perceber direta ou indiretamente.

Além das abstrações muito simples, correspondentes às *propriedades* ou fenômenos gerais como, *extensão*, *forma*, *pêso*, *temperatura*, *eletricidade*, *alto*, *baixo*, *belo*, etc., pode a meditação criar imagens abstratas complexas. São os *tipos abstratos* dotados de numerosas propriedades abstratas. O tipo abstrato expresso pela palavra *árvore*, por exemplo, abrange tôdas as propriedades comuns às mangueiras, às laranjeiras, aos oitis, etc., com exclusão, porém, daquelas que forem exclusivas ou características de cada árvore em particular. Do mesmo modo, com a palavra *objeto* nos referimos simultaneamente à *forma*, ao *pêso*, à *côr*, etc., que, em geral, são perceptíveis em todos os objetos concretos, sem que, porém, tornemos explícitas *qual* a forma, *qual* o pêso, *qual* a *côr* etc., isto é, sem que individualizemos o objeto. São imagens genéricas, artificialmente construídas pelo entendimento.

O conjunto de nossas abstrações como que forma, no interior de nosso cérebro, um *mundo subjetivo* que reproduz de modo simplificado e, portanto, aproximativo, o *mundo objetivo*, existente fora de nós, cuja imensa diversidade real não comporta imagens que o abranja e descreva tal qual é. Êste último desiderato é parcialmente alcançado pela razão concreta cujas imagens estão, por isso mesmo, restritas a certo número de seres. A proporção que nos aproximamos da realidade objetiva, perdemos generalidade e reciprocamente.

Esse admirável repertório do saber coletivo que é a *linguagem*, como o mostra A. Comte, é formado de sinais fônicos todos correspondentes, salvo os substantivos próprios, a idéias abstratas sem as quais não seria ela possível. Todas as palavras como *correr, amar, cavalo, esfera, casa, belo, feio, vida, pátria*, etc., exprimem idéias abstratas, isto é, não individualizadas.

O imenso e variadíssimo "stock" de abstrações de que se vai enriquecendo a linguagem, na medida da evolução social, constitui fecundo tesouro indispensável à criação das ciências e das artes positivas, como também à elaboração das fantasias teológicas e metafísicas. A capacidade de abstrair é, portanto, uma das propriedades mais preciosas do entendimento. Essa capacidade existe tanto nos homens como nos animais a partir, pelo menos, das espécies mais elevadas na escala zoológica. As diferenças, por exemplo, entre o homem e o cão, conquanto extraordinariamente grandes, limitam-se apenas à intensidade ou ao grau dessas funções.

A. Comte mostrou, também, que a *razão concreta*, ao procurar descobrir as relações existentes entre os seres diretamente, não é capaz de abranger e correlacionar senão um número muito restrito de seres. Somente a *razão abstrata* ou *científica* permite atingir aquela generalidade de relações, isto é, aquela racionalidade necessária a uma ampla concepção do mundo e do homem na qual se enquadrem, simultaneamente, pelo menos de modo esquemático, todos os casos ou todas as modalidades das existências objetivas. É preciso, pois, *abstrair* para poder *generalizar* e generalizar para poder *prever* todos os acontecimentos.

A Humanidade não pode prescindir nem de seus conhecimentos *teóricos* nem dos *práticos*. Os primeiros nos dão do mundo e do homem um esquema geral, conquanto relativamente distanciado da realidade objetiva. Os segundos, delimitados e orientados pelos primeiros, completam, em cada caso particular, o ajudado esquema geral, permitindo a maior aproximação da realidade, indispensável às nossas atividades práticas. A passagem das concepções abstratas para os planos práticos, isto é, a transição da *teoria* para a *prática*, constitui uma das operações mais difíceis mas também das mais indispensáveis, porque todo trabalho intelectual deve ter um destino social: *amar e conhecer* para bem servir à Humanidade.

É mediante o estudo abstrato do mundo e do homem, isto é, dos diversos modos de existência — geométrica, mecânica, física, química, biológica, sociológica e moral — que a meditação indutiva e dedutiva resolve o problema de *conhecer* a ordem universal de modo a poder *prever* os acontecimentos e, portanto, *prover* de conformidade com os interesses sociais.

Pondo de lado as atividades intelectuais de cunho estético, elabora o entendimento, a partir das mais concretas e objetivas, e, por isso mesmo, mais espontâneas, concepções cada vez mais abs-

tratas e mais gerais, até atingir aquelas que, segundo A. Comte, constituem a Filosofia Primeira.

O saber que integra a Filosofia Primeira corresponde às concepções abstratas de generalidade superior, isto é, aquelas nas quais, além de se abstrairem os seres em que se contemplam os fenômenos, também se afasta a consideração da natureza própria a cada uma dessas categorias de atributos. Esse elevado saber, verdadeiro golpe de vista sobre o conjunto da ordem cosmológica e humana, sem entrar, porém, em nenhum de seus detalhes, surgiu, historicamente, como não poderia deixar de ser, depois de um suficiente desenvolvimento da *Filosofia Segunda*, dedicada ao estudo de cada um dos aludidos grupos de fenômenos. Do mesmo modo, esta última só começou a se formar, com Tales, baseada em vasto cabedal prático a que A. Comte denominou *Filosofia Terceira*. Somente o estudo sistemático de cada um desses conjuntos de conhecimentos permitirá caracterizá-los melhor.

As Filosofias Primeira e Segunda contêm todo o saber abstrato já obtido pela Humanidade. Os conhecimentos concretos ou práticos integram a Filosofia Terceira. A instituição das concepções, isto é, das *leis teóricas* que ligam entre si duas ou mais imagens abstratas, ou das *regras práticas* que especificam o comportamento de determinadas categorias de seres concretos, quando colocados ou manejados nas condições características das artes práticas que deles se utiliza, se processa segundo os métodos da *lógica positiva*.

A *lógica*, concebida como o estudo das operações do entendimento em seus esforços no sentido da elaboração dos nossos conhecimentos teóricos ou práticos, não deve, segundo A. Comte, ficar separada desses resultados de sua própria atividade, visto como é *raciocinando que se aprende a raciocinar* e não discorrendo sobre a arte de raciocinar. O estudo do *método* devendo, pois, ser inseparável do da *doutrina*, os esclarecimentos a respeito das operações realizadas pelo espírito deverão efetuar-se a propósito dos casos simples suficientemente claros e precisos em que a operação lógica estiver em ação. O positivismo, deste modo, não desliga o estudo teórico, nem o tirocínio prático da *lógica* do ensino das ciências as quais, na verdade, se apresentam como o seu melhor campo de aplicação e exercício.

Toda operação lógica nada mais é do que o concurso normal (isto é, não patológico) de sentimentos, imagens e sinais para a elaboração, em cada caso, das concepções mais convenientes aos nossos interesses morais, intelectuais ou práticos. Nessas operações, os sentimentos põem, com energia, os problemas e excitam os demais órgãos cerebrais que fazem, então, surgir as imagens e os sinais de qualquer modo ligados ao caso. As imagens dão clareza e nitidez à composição e os sinais fornecem precisão, concisão e rapidez aos encadeamentos lógicos, ora substituindo-se a certos sentimentos ou imagens, ora sugerindo novos sentimentos e imagens, com que estejam relacionados.

O encadeamento dos elementos que concorrem em cada operação lógica se processa mediante a *meditação indutiva* ou a *meditação dedutiva*.

Induzir ou generalizar, consiste em estender a todos os casos semelhantes uma relação constante descoberta mediante o exame direto de reduzido número de manifestações do fenômeno considerado. Das numerosas imagens de árvore que temos no cérebro, tais como as de mangueira, abacateiro, etc., a *meditação indutiva* consegue assinalar e destacar aspectos constantes como os da existência em todas elas de raízes, caules e folhas. O seu trabalho logo se completa generalizando esse fato mediante o enunciado de uma *propriedade abstrata* ou lei de semelhança: as *árvores* são dotadas de raízes, caules e folhas. O mesmo método lógico pode assinalar também, por exemplo, que apenas as árvores que dão flores produzem frutos, e generalizar essa *relação constante* de dependência do aparecimento dos *frutos* à existência prévia das *flores*. Neste último caso institui-se indutivamente uma lei de *sucessão*.

A indução pode ser feita por *observação*, *experimentação*, *nomenclatura*, *comparação* e *filiação histórica*.

Na indução por *observação*, o fenômeno cuja lei procuramos é contemplado tal como se produz espontaneamente, sem que nele se provoque qualquer modificação. E' o método clássico da astronomia, cujos fenômenos não admitem a menor intervenção humana.

As leis básicas da física são, em geral, obtidas pelo método *experimental*, porquanto os fenômenos correspondentes, manifestando-se nos corpos terrestres ao nosso alcance, podem ser produzidos tantas vezes quantas nos convenha e do modo mais adequado à nossa contemplação e meditação.

A *nomenclatura* e a *comparação*, outras modalidades do método indutivo, têm seus melhores campos de aplicação em química e em biologia, respectivamente. O primeiro destes dois últimos processos lógicos consiste em induzir propriedades ou relações entre as substâncias compostas e as componentes mediante as aproximações ou semelhanças facultadas pelo uso das classificações naturais.

O outro método, o *comparativo*, consiste em contemplar um fenômeno em suas sucessivas fases de crescente complicação. Meditando-se, por exemplo, a respeito da respiração *tegumentar*, que é a mais simples e característica dos seres in-

feriores, passa-se com relativa facilidade à compreensão da respiração por brônquios e a *traqueal* e, por fim, à da respiração *pulmonar* que constitui a forma mais complexa desse fenômeno *biológico* cujas leis podemos, assim, descobrir com mais facilidade e segurança.

A sociologia institui suas leis utilizando-se principalmente do método conhecido sob o nome de *filiação histórica*. Este método consiste numa verdadeira comparação das diversas fases da evolução social, cada uma das quais se filia às anteriores e serve de base às seguintes.

Descobertos, pela indução, os princípios ou as leis fundamentais de cada categoria de fenômenos, torna-se possível o emprêgo do método *dedutivo* mediante o qual se faz emanar dos referidos princípios ou leis outros conhecimentos nêles contidos implicitamente como consequência ou aspecto novo do mesmo fato geral. E' o método preponderante em matemática, cujas induções são tão espontâneas e simples que nos passam despercebidas.

Há um terceiro método geral, o *construtivo*, altamente empregado pela ciência *moral* caracterizado pela maior intervenção do subjetivismo que entra a orientar e a selecionar as induções e as deduções no sentido de dar às elaborações lógicas a forma mais *bela* e mais *simpática*, isto é, mais favorável ao altruísmo.

Quando se diz que a física é a ciência experimental ou que a experiência é o método físico, deve-se entender que tal método é o mais empregado nessa ciência ou que é no estudo dos fenômenos correspondentes que esse método mostra melhor suas características e sua fecundidade. Dêste modo há sempre, para cada ciência, um método mais adequado ao qual passa a distingui-la. E' preciso, no entanto, ter em vista que as ciências são instituídas com o auxílio da totalidade dos métodos lógicos de que dispõe a Humanidade. Entre eles há, porém, uma ordem de subordinação, porque não é possível *deduzir* sem que se haja previamente *induzido*, nem *construir* sem suficientes induções e deduções preparatórias. *Induzir para deduzir* a fim de *construir*, tal a sùmula dessa seqüência.

Finalizando, resumiremos estas indicações dizendo que a *abstração* fornece à *lógica* as imagens e os sinais de que ela necessita para que sob o impulso dos sentimentos, possa elaborar tanto as ficções estéticas, quanto as realidades científicas e os planos práticos que constituem o objetivo da poesia, da ciência e da indústria.

* *

*

"Em síntese, documentação é o registro dos fatos, para perpetuação e informação. Ela se processa mediante a utilização dos recursos existentes à época, passando pelas fases de pesquisa, classificação, registro ou catalogação, coleção e arquivo." — (SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR, in *Revista do Serviço Público*, outubro de 1949).

Aspectos Gerais da Situação Econômico-Financeira do Estado do Pará

SÍLVIO MEIRA

(Teses e sugestões apresentadas à 2.^a Conferência das Classes Produtoras, realizada em Araxá, no dia 24 de julho de 1949).

INTRODUÇÃO

PARA conhecermos a situação financeira do Estado, devemos, antes de tudo, estudar a sua situação econômica. Em grande parte as questões financeiras e econômicas se entrelaçam, se completam. Há entre elas uma relação de causa e efeito bem pronunciada, e que procuraremos evidenciar neste breve estudo, que não tem maiores méritos, nem outras intenções, senão as de colaboração desinteressada e espontânea para a solução dos gravíssimos problemas que enfrentam não só os responsáveis pelo destino do Estado, como as classes comerciais e produtoras.

Não foi em vão que Augusto Comte situou a Economia entre as ciências sociais, relacionada que se encontra com tantos outros ramos do saber humano, formando um todo coerente e homogêneo. Daí a necessidade de serem estudados os assuntos financeiros à luz dos fatores sociais, econômicos e históricos, todos eles relacionados entre si. Para a análise das condições financeiras do Estado do Pará vamos, em primeiro lugar, fazer uma digressão, breve embora, sobre os aspectos gerais de sua situação econômica, sugerindo o que nos parece oportuno, sabendo, muito embora, de antemão, que opiniões divergentes haverá. Delimitaremos, inicialmente, os problemas referentes à produção de matéria-prima e sua industrialização; em seguida o abastecimento de gêneros de alimentação e o movimento de importação e exportação do Estado nos últimos anos e finalmente as repercussões profundas desses fatores na vida financeira do Governo, que luta contra uma crise, de consequências imprevisíveis.

E' bem verdade que em todo o país há sintomas de desequilíbrio econômico. Em todos os Estados há manifestações mais ou menos graves; uns as vencem com certa facilidade, devido a suas reservas, outros, como o nosso, sofrem mais, por estarem sujeitos a mil e um problemas entrelaçados, entre eles a falta de produção, a ausência de crédito, a encasnez de braços, a inexistência de mercados consumidores e ainda outros muitos fatos secundários de maior ou menor gravidade.

Só medidas de caráter objetivo e muito *capital*, seja ele particular ou público, poderão salvar a situação. E se não temos capitais, devemos atraí-los, buscá-los onde se encontrem, para que nossas riquezas possam ser exploradas convenientemente. Do contrário estaremos sempre fazendo obra sem sucesso, empírica, rotineira, estafante, inglória, como tantas outras do passado, que fracassaram.

Ao lermos o temário organizado para a 2.^a conferência das classes produtoras, a realizar-se em Araxá, despertou desde logo a nossa atenção a 2.^a Seção referente à produção industrial e comentários sob o número 2, nos seguintes termos: "Outro ponto a ser estudado é o da localização das indústrias. A descentralização de certas indústrias, pela instalação de fábricas nos locais mais próximos das matérias-primas, pode ser aconselhável não só para melhor rendimento no aproveitamento dos recursos naturais e da mão-de-obra, como para criar atividades em zonas economicamente fracas e assim valorizar diversas regiões brasileiras". Representante de uma zona setentrional do país, fraca na produção industrial, e fornecedora de matérias-primas poderia parecer estranho o interessar-nos, em primeiro lugar, pela industrialização, antes de cogitar do desenvolvimento das fontes de matéria-prima. Mas nessa controvérsia é que está o fundamento primacial desta tese, em que procuraremos demonstrar, aproveitando a oportunidade que aqueles comentários oferecem, que devemos ser, na Amazônia, alguma coisa mais do que simples fornecedores de matéria-prima para o sul do país e estrangeiro, sob pena de vivermos eternamente enfraquecidos, esperando por um futuro promissor que não chega nunca. Temos na Amazônia inúmeros produtos vegetais, animais e minerais e campos para criação de novos outros, mas procuraremos focalizar apenas alguns deles, por serem de grande significação: a borracha, as fibras, oleaginosas, e cana de açúcar. Por um exame, superficial mesmo, da situação em que se encontram as fontes produtoras dessas matérias-primas e de sua industrialização, poder-se-á, sem grande esforço, avaliar do verdadeiro panorama econômico do Estado do Pará e dos males que o afligem. Todos os demais produtos sofrem das mesmas vicissitudes e estão sujeitos às mesmas condições inevitáveis.

Na Amazônia os problemas se completam na desgraça, como uma cadeia de dificuldades quase insuperável. E entre essas dificuldades, consideradas hoje em dia como problemas, destacam-se, sem dúvida alguma: o saneamento da região; o povoamento; o transporte; o crédito. O saneamento completo e absoluto é tarefa irrealizável para nossos dias, tal a amplitude territorial, a intensidade de endemias e as dificuldades que se oferecem. O povoamento a êsmo de nada adiantará. Aí estão os restos mortais da famosa "batalha da borracha", em que milhares de brasileiros de outras terras se sacrificaram, sem saúde, sem conforto, sem trabalho. A migração e colonização dependem também de variadas condições, sendo de salientar que a migração européia tem sido refratária às nossas terras do norte, receosa sem dúvida do intenso calor e da falta de base econômica para o estabelecimento primário de qualquer imigrante.

A Ilha das Flores, que tivemos oportunidade de conhecer de perto, tem sido um trampolim por onde têm passado grandes massas humanas, provenientes da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Alemanha e outros países da Europa, acossados pela guerra que devastou os seus territórios. Só este ano, até agora, já tiveram entrada no país cerca de 12.000 imigrantes de diversas nacionalidades, mas todos eles são canalizados para o sul, especialmente para São Paulo e Rio Grande do Sul. Buscam assim um melhor clima e, o que é mais significativo, uma região mais industrializada, onde com facilidade podem obter colocação e os meios de sustento próprio. Como concentrar na Amazônia massas de população alienígena, mesmo de origem outra, que não a européia? Quais as garantias que se oferecem para esses imigrantes? Nenhuma, sem dúvida. Daí a razão por que as tentativas até hoje feitas com nacionais e estrangeiros (japoneses), têm fracassado em toda a linha. Continuamos assim *no statu quo ante*, sem braços necessários à produção agrícola, pecuária e industrial. Como atrair esses braços, senão criando novas condições de vida, maiores possibilidades econômicas, com os recursos de que dispomos no momento? Parece que a melhor solução será, sem dúvida, o investimento de capitais para exploração das variadas riquezas amazônicas, mas de forma que essa exploração não se limite a fazer desta região uma fonte de matéria-prima para outras zonas, mas pelo contrário lhe dê elementos para industrialização própria de seus numerosos produtos. Com isso haverá, sem dúvida, o enriquecimento da região com a instalação de fábricas, com capacidade elevada de produção, economia considerável de braços, que são substituídos pela maquinaria moderna, barateamento do custo de vida e deixaremos de importar do sul e do estrangeiro certos gêneros que poderão ser industrializados no próprio Estado, onde já se acha a matéria-prima, com grandes vantagens. Assim, por exemplo, com relação à borracha. Desde as mais remotas épocas temos sido apenas produtores dessa matéria-prima e isso tem sido a nossa desgraça.

Ficamos sujeitos aos caprichos internacionais, às crises financeiras, às guerras, às exigências dos mercados consumidores, que muitas vezes impõem o preço. No terreno econômico não há sentimentalismo e por isso vimos, durante a última guerra, a borracha brasileira tabelada, vendida a dezoito cruzeiros, enquanto o boliviano a vendia a cinquenta cruzeiros e até mais. Passada a guerra, cessadas as necessidades internacionais, largaram-nos de mão, como inúteis, entregues à própria sorte e não fôra a boa vontade do Governo brasileiro e esta região já estaria na mais negra miséria. A estabilização do preço pelo Governo foi uma tábua de salvação, mas que não poderá eternizar-se, que satisfaz momentaneamente no passado, quando sofremos outras grandes crises e a vertigem das quedas bruscas e inesperadas. Uma região sujeita a tais oscilações precisa de medidas de caráter econômico que a protejam suficientemente. Com relação à borracha e similares a solução não é abandonar a sua extração. Absolutamente. A solução é industrializá-la na própria Amazônia, junto às fontes produtoras, com economia de fretes e sem a sangria que quase sempre se observa nas regiões que exportam matéria-prima e importam o produto industrializado. A posição da Amazônia hoje em dia perante o resto do país, é a mesma do Brasil no passado, em paralelo com os povos adiantados, quando sujeito ao mercado estrangeiro, exportando algodão e importando linho e tecidos, pagando bem caro o produto de seu próprio esforço. Nem se diga que não haverá mercado suficiente para o produto industrializado na Amazônia. Poderemos exportar os nossos pneumáticos, câmaras de ar, utensílios médicos, luvas, brinquedos, aparelhos, objetos de adorno e de uso doméstico, fabricados na Amazônia, não só para os demais Estados do país, como para o sul e centro e ainda para países estrangeiros sul-americanos, conquistando talvez o mercado venezuelano, colombiano, peruano e boliviano. Sem o gravame do frete que o produto paga em seu transporte para São Paulo, poderemos produzir mais barato e teremos assim oportunidade de soerguer a região. Posta a questão nesses termos, surge, sem dúvida, no espírito de todos, uma pergunta: onde estabelecer essas novas fabricas? Qual o local e meio de instalá-las? A resposta é simples. Existe na Amazônia, em pleno coração do Brasil, a obra notável de Henry Ford, situada sobre um magnífico platô a poucos quilômetros da margem direita do Rio Tapajós: Belterra e mais acima, a Fordlândia. Região privilegiada, escolhida por Henry Ford para sede de suas plantações, Belterra tem em si o alicerce necessário para qualquer obra de grande envergadura. Cerca de 3.000.000 de seringueiras ali foram plantadas, das quais grande parte já está produzindo e as demais quase em fase de produção. Com mais alguns anos todas estarão produzindo. Pela sua posição geográfica, Belterra serviria de centro para onde convergiria toda a produção de borracha amazônica, desde os altos rios do Acre, Estado do Amazonas e Estado do Pará. E ali, junto às fontes produtoras, seriam instaladas fábricas com capacidade de pro-

dução para abastecer todo o país e até para exportação. Belterra possui condições de conforto que facilitariam a localização de massas humanas, bom serviço de energia elétrica, água encanada, serraria, habitações, bom clima, hospital, creche, magnífico grupo escolar, tudo isso ali construído pelo espírito empreendedor dos americanos. Além disso, é de salientar mais que, no futuro, Belterra poderá ser ligada a Cuiabá, conforme, aliás, traçado já existente de uma rodovia, constante do Plano Rodoviário Nacional que pretende a ligação de Santarém àquela cidade de Mato Grosso. A exportação de seus produtos industrializados se faria com facilidade, via fluvial, pelo Tapajós e Amazonas, para os mercados consumidores. Mas para que isso venha a se tornar realidade há necessidade de *grandes capitais*, ponto de partida para qualquer plano de soerguimento da região. Tais capitais poderiam ser fornecidos quer pelo Governo Central, com organização de empresas de capital misto, ou autarquias ou ainda pelo interesse que tivessem pelo assunto capitalistas do sul do país, especialmente de São Paulo. E' de salientar ainda a facilidade que existe de transporte aéreo entre Belterra e as regiões do sul. Na hipótese de tais investimentos de capitais serem feitos pelo Governo, a solução mais prática seria então a criação do Território Federal de Belterra, à margem direita do Tapajós, abrangendo terras do antigo Município de Aveiro, Belterra e Fordlândia. Com o levantamento econômico daquela região, por essa maneira, haveria desde logo o incremento de outras fontes de riqueza, quais sejam, a produção de cereais, a indústria de cimento com o aproveitamento de excelente calcário daquela zona, exploração de oleaginosas, pecuária, etc. Urge que se procure desenvolver Belterra, sob pena de desaparecer a obra gigantesca que os americanos construíram na Amazônia. Com isso se estará também dando cumprimento às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Estatística, na Resolução n.º 343, de 26 de julho de 1946, quando recomenda:

"Art. 1.º O Conselho submete à consideração dos digníssimos Representantes da Nação, deputados e senadores à Assembléia Constituinte, este depoimento:

I — O quadro atual da vida brasileira está apresentando sintomas gravíssimos de desequilíbrio estrutural e funcional, com o crescimento anormal dos centros metropolitanos e o rápido declínio da organização rural.

II — Tão variadas e entrelaçadas são as causas dessa situação, que só uma obra governamental extensa e profunda, de sentido acentuadamente renovador e de amplitude inédita na história nacional, poderia enfrentá-las em condições de conseguir pronta e satisfatória normalidade.

III — E' preciso, todavia, quanto antes e quanto possível, deter o fluxo de população e de recursos, que demanda as metrópoles do litoral ou próximas a êle, de modo a permitir a êsses centros crescimento suportável, bem como a adaptação progressiva de sua estrutura social e econômica às exigências de razoável expansão demográfica.

IV — Correlatamente, como derivativo útil, torna-se preciso criar ou desenvolver centros metropolitanos interiores, numa rede que cubra todo o território nacional e com os quais se estabeleça, desde logo, em irradiação crescente, do influxo civilizador o sistema de pontos de apoio para a ocupação e valorização dos espaços geográficos va-

zios que as metrópoles interiores se destinam a balizar. Assim, impor-se-á normalmente a política de colonização e organização agrária, inspirada primordialmente pelo objetivo de fixar o homem à terra com a garantia de bem-estar social e segurança econômica.

V — O esforço de "plantar cidades" — ou modernizá-las e desenvolvê-las — terá por objetivo criar áreas nucleares já bem socializadas, que pontilhem de pontos efetivos de ocupação e governo todo o espaço geográfico da Federação. Tais cidades devem ser, portanto, não o efeito mas a causa do enriquecimento das regiões de que forem os centros. Logo, o aparecimento ou o desenvolvimento desses adiantados núcleos urbanos só podem ser suscitados por forte determinação política, que lhes traga foros e recursos para a missão que lhes deve competir.

VI — Tal objetivo, dessa forma, pressupõe um quadro governativo que multiplique e distribua convenientemente, por todo o território nacional, os centros metropolitanos, e com êles as áreas socializadas sob sua influência.

VII — O postulado dessa conclusão é que conviria fossem determinados ou pelo menos ser tidas, em a nova Carta Política da República, a par da descentralização dos Governos dos Estados também as Uniãos Municipais, como entidades integrantes da órbita municipal. Essa esfera governamental, porque diminua a distância que se interpõe entre o município e o Estado e lhes entrelace as esferas de ação, sem absorção do Município pelo Estado, nem debilitação deste diante das forças particularistas dos governos estritamente locais, traria à Federação Brasileira a diferenciação estrutural apropriada e o *tonus* de vitalidade que as peculiaridades geográficas e históricas lhe reclamam.

VIII — Essa exigência histórico-geográfica, porém, tem a sua eficiência em grande parte condicionada à transferência da capital da República para uma posição tanto quanto possível equidistante dos pontos extremos do território nacional, sob o signo da união e da justiça, o poderoso dinamismo das duas centenas de centros de ocupação territorial, trabalho e cultura, que tantas devem ser, no mínimo, as das metropolitanas em condições de apoiar politicamente a vida de uma Nação como o Brasil, responsável por um espaço geográfico semicontinental".

Conclui assim o Conselho pela necessidade da interiorização de centros metropolitanos, a começar pela Capital Federal, que, segundo RONDON, "é o maior problema do Brasil". Poderia parecer, à primeira vista, nada ter a ver o assunto com a tese acima defendida. Mas se examinarmos com atenção, chegaremos à conclusão que em dois pontos a Resolução acima reproduzida satisfaz a tese ora abraçada. Em primeiro lugar, no que diz respeito à interiorização de centros metropolitanos. A industrialização de um centro como Belterra, viria concorrer para o seu rápido desenvolvimento, para a formação de um centro metropolitano interior, de onde se irradiaria o progresso para todo Baixo Amazonas e Alto Tapajós, até Itaituba e os limites com o norte de Mato Grosso. Em segundo lugar, no futuro, com a interiorização da capital do Brasil, mais facilmente se desenvolveriam as regiões do interior do país, ao sul do Estado do Pará, norte de Mato Grosso e Goiás, mediante a ligação já projetada de Santarém a Cuiabá e Belém a Anápolis. Devemos, assim, partir de um ponto, que em outras regiões, é considerado fim de programa, mas que em a nossa é começo: a industrialização da borracha na própria Amazônia. Já temos em nosso Estado algumas fábricas, de pequenas proporções, mas que bem atestam a importância da tese que ora defendemos. Lutando com muitas dificuldades, elas têm vencido e constituem, sem dúvida,

boa fonte de renda para o erário público, além de contribuirem para o emprêgo de centenas de pessoas. Não existissem elas e o Estado não teria essa arrecadação e maior seria o número de desempregados e desocupados e mais pobre ainda a região. Não devemos porém confiar somente no capital regional, que é pouco. Necessitamos de grandes investimentos, e isso só capitalistas do sul poderão fazer ou o Governo Central. Com essas providências haverá amparo para o extrator, o seringueiro, que não ficará mais sujeito às incertezas da sorte, pois, saberá que o produto de seu trabalho terá aplicação imediata, junto à própria fonte produtora. E' de reproduzir-se o seguinte trecho do memorial apresentado pelo Diretor do Instituto Agrônomo do Norte ao Ministério da Agricultura e publicado nos Anais da Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônia, volume primeiro, página 130:

"A cultura da seringueira, representa ainda de todo o panorama negro de mercado internacional, uma grande esperança para a Amazônia.

Dentro de algumas semanas se travará, no mercado internacional, a luta entre a borracha de cultura do oriente e a borracha sintética de produção norte-americana. O entusiasmo dos líderes da borracha sintética aí vai se acalmando e se espera uma lei protecionista, a fim de se amparar a produção criada para a guerra.

A produção da borracha silvestre da Amazônia só não entrará em franco colapso se contar com o amparo oficial contínuo e a interferência do Governo, no mercado da matéria-prima e na importação de produtos manufaturados.

Para o Brasil, a solução do problema da borracha se encontra na obra iniciada por Henry Ford e que, hoje, está sendo levada adiante pelo Instituto Agrônomo do Norte.

Só poderemos produzir borracha economicamente organizando pequenas culturas em forma de núcleos coloniais, sob o regime socialista. O seringueiro deve ser transformado em proprietário de pequenos seringais. Não poderá ser mais o pária, sem ânimo, sem físico, em estado de miserabilidade permanente e condenado a uma vida vegetativa." E mais adiante: "Os planejadores da política econômica brasileira, terão em Belterra e Fordlândia, um campo vasto para observação, onde poderão colher as informações necessárias para a boa realização dos planos econômicos a serem levados a efeito sobre este assunto, que representa a maior esperança para o reerguimento da região".

Ora, não adianta apenas proceder a uma distribuição melhor das terras na Amazônia, como pretende o citado memorial. Isso por si só seria inócuo e até perigoso, pois dividir a propriedade para entregá-la a párias, para usar da expressão ali contida, é fazer obra sem resultado, uma vez que esse elemento humano subnutrido, abandonado e de vida vegetativa, nada poderá fazer de útil com essa propriedade em suas mãos. E' preciso, sim, dar-lhe auxílio direto, financiamento, saúde, e transporte e, o que é importantíssimo, um MERCADO seguro para o seu produto, sem as oscilações e caprichos dos mercados importadores do estrangeiro ou de outras regiões do país. E nada mais aconselhável do que organizar núcleos indus-

triais dentro da própria Amazônia, aproveitando a matéria-prima local e utilizando as bases lançadas por Henry Ford em Belterra.

No Pará já existem alguns estabelecimentos industriais, modestos embora, mas que são o melhor atestado da procedência da tese que defendemos.

As fábricas pertencentes à firma Bitar Irmãos S/A, por exemplo, dão emprêgo a 283 operários de ambos os sexos (Fábrica Progresso e Usina da Pedreira). Só em salários, em 1948, pagou a Fábrica Progresso Cr\$ 1.215.756,20 e a Usina da Pedreira Cr\$ 392.432,80. Tiveram uma produção, naquele ano, de artefatos de borracha, solados, saltos, lenços de borracha, tubos, amortecedores, passadeiras, gachetas, no valor de Cr\$ 1.822.297,00 (exportados); produziram 161.606 quilos de sabão, no valor de Cr\$ 1.131.247,00; sebo de ucuuba 293.013 quilos, no valor de Cr\$ 2.600.468,00; óleo de andiroba Cr\$ 222.116,00, e borracha lavada e beneficiada num total de 2.698.713 quilos, no valor de Cr\$ 3.024.416,90. Produziram ainda pneus, câmaras de ar e produtos látex. Em pneus a produção foi de 80 por dia e câmaras de ar 250 por dia. Produtos látex e balões, luvas domésticas e cirúrgicas, bicos de madeira, crepe, etc. tiveram também razoável produção. Se existissem no Pará 10 estabelecimentos dessa natureza, haveria emprêgo para cerca de 2.830 operários, o volume de exportação aumentaria, a matéria-prima local encontraria aplicação dentro do Estado, livrar-nos-íamos em parte dos caprichos dos mercados consumidores e maiores seriam as rendas públicas.

O próprio Estado de Minas Gerais está cogitando da instalação de fábricas de pneus. No Plano de recuperação econômica organizado pelo Governo mineiro, consta, a fls. 126, o seguinte: "Fábrica de pneus e produtos de borracha — Há necessidade de se criar em Minas uma fábrica de pneus que supra parte da demanda do mercado. Por outro lado, produtos vários são requeridos pelo mercado, inclusive para várias indústrias. O local mais conveniente à instalação de uma tal fábrica é a cidade de Juiz de Fora. O Estado deverá auxiliar com isenção de impostos até cinco anos e financiamento direto ou garantia de empréstimo até a importância de Cr\$ 10.000.000,00". Esse plano é de 1947.

Quando Minas Gerais, que não possui matéria-prima e que se encontra a dois passos dos centros industriais de São Paulo, está cogitando de se libertar, criando as suas próprias indústrias de pneus e outros artigos de borracha, nós, na Amazônia, cruzamos os braços. E o mais edificante é que ainda exista quem combata a idéia de industrialização de produtos na própria Amazônia. Só se pode justificar isso pela ignorância, má fé, ou quinta-columnismo econômico de pessoas interessadas na importação de artigos industriais do sul ou estrangeiro e que tudo façam para que continue-

mos no estado de subordinação em que temos vivido até hoje. E' preciso porém passar por cima desses descrentes ou mal-intencionados. Providenciar com energia para que indústrias novas se instalem, criando aos seus impulsionadores toda sorte de facilidades e pleiteando a inclusão nos programas federais, inclusive no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, de medidas que direta ou indiretamente venham concorrer para o melhor aproveitamento local de nossas matérias-primas e desenvolvimento de capacidade de produção. Minas Gerais pode instalar novas fábricas de artigos de borracha, nós, junto à própria fonte de matéria-prima, não podemos...

Outra extraordinária fonte de riqueza da Amazônia é, sem dúvida, a produção de fibras para sacaria e tecidos. No Baixo-Amazonas a adaptação da juta oriental foi notável e na região da Estrada de Ferro de Bragança, abundam as malváceas, muito procuradas pelos industriais do sul do país. Um quilograma de fibra (uaicima) paga, de frete, Belém-Santos, a quantia de Cr\$ 0,35 em média. Foi a nossa produção, no ano de 1947, de 2.485.807 quilogramas, e no valor em dinheiro de Cr\$ 10.698.097,00. Quanto à juta a produção em 1947 foi de 2.548.340 quilogramas, no valor de Cr\$ 11.780.923,00 e em 1946 de 3.491.404 quilogramas, no valor de Cr\$... 13.965.616,00. Segundo observação do Senhor Sebastião Alves, assistente do Instituto Agrônomico do Norte, transcrita no memorial enviado por aquele órgão à Comissão de Valorização da Amazonia (pag. 142, vol. 1. Anais) por "um quilo de juta é paga a despesa de Cr\$ 1,70 de Manaus a Santos, sendo que só o frete é de 83 centavos por quilo. Tomando por base o preço de compra da juta em Manaus, de Cr\$ 3,50 o quilo, esse produto fica em Cr\$ 5,20 por quilo F.O.B. Santos. As despesas e fretes representam uma terça parte do preço do produto F.O.B. Santos. A juta exportada de Santarém fará despesas semelhantes, mas mesmo reduzindo-se a um mínimo de Cr\$ 1,00 por despesas, veremos que, numa produção como a de 1947 referente ao Estado do Pará, só as despesas e fretes até Santos atingiram à quantia aproximada de Cr\$ 3.491.404,00, correspondentes a 3.491.404,00 quilogramas! E estamos argumentando com o mínimo, reduzindo as despesas, que de Manaus-Santos são de Cr\$ 1,70 para Cr\$ 1,00 Santarém-Santos, quando poderão ser até maiores, nunca menores, pois só o frete vai a cerca de Cr\$ 0,80 (Anais da Comissão V. Am. p. cit.).

E' bem verdade que a maioria da produção foi absorvida pela indústria sulina e se mais houvesse, maior teria sido o consumo. Mas se procuramos fazer um planejamento econômico com o fim de soerguer uma região, nada mais justo que encaremos os dois aspectos da questão: a) desenvolvimento da produção da matéria-prima; b) sua industrialização na própria Amazônia. Tão grandes são as perspectivas com relação à juta amazônica que o Sr. Felisberto Camargo, Diretor do Instituto Agrônomico do Norte, escreveu certa vez: "A produção de fibras para sacaria não poderá ser levada a efeito nos Estados do sul".

"Haja vista que o maior financiamento que hoje se realiza na Amazônia, para a cultura da juta, é obra do industrial paulista Sr. Mário Audrá, que muito contribuiu, anteriormente, para os ensaios de cultura de fibras na região de Taubaté, Estado de São Paulo.

"A experiência demonstrou que a produção de fibras para sacaria deve ser centralizada nas várzeas do Baixo Amazonas.

"Na Índia, 95% da produção da juta se acham centralizados na bôca do Ganges.

"Para obter um desenvolvimento ótimo, a juta requer solo e clima equatoriais úmidos, com uma precipitação média de 150 a 250 milímetros por mês, durante 90 dias. Essa precipitação deve ser bem distribuída e o terreno livre de encharcamento.

"Tanto na Índia como no novo Mundo, a cultura da juta requer condições particulares de solo e clima, razão pela qual é possível pretender cultivá-la nos Estados do Sul do país.

"Embora o plano Salte vise o sul do Brasil, o problema da produção de juta não poderá ser desprezado, pelo simples fato dessa cultura exigir condições só existentes no Norte do País". E mais adiante: "A cultura da juta viria abrigar uma população de cerca de 100.000 homens, que hoje se acham retidos na mata, sem assistência alguma, evitando o colapso que de outra forma será inevitável com o término da lei 86.

"A cultura de juta irá transformar o seringueiro de uma vítima da produção de borracha extrativa, em um homem novo, com uma mentalidade de agricultor e, possivelmente, muitos irão, posteriormente, se dedicar à obra de formação de seringais de cultura e de outras culturas, que não necessitaram de leis de proteção e de medidas de economia artificial de emergência. A cultura da juta abrirá caminho para o desenvolvimento da imigração, podendo receber, além do colono de raças orientais, nos primeiros tempos de "política de auto-subsistência", que hoje falta no vale, qualquer número de imigrantes europeus em futuro próximo".

Concordamos em alguns pontos e discordamos em outros. Se a cultura da juta vai abrir caminho para a imigração de colonos orientais e europeus, não vemos razões para retirar o seringueiro da exploração que vem fazendo, para transformá-lo em juticultor. Diversos motivos gritam contra essa medida. Em primeiro lugar não se pode transformar um homem habituado à simples indústria extrativa em um agricultor. Essa transformação é mesmo impraticável, teórica e extravagante, pois só quem conhece a mentalidade do nosso homem do interior e muito especialmente do seringueiro, poderá avaliar o que isso seja. O homem habituado a extrair a seiva, penetrar nas florestas e retirar o leite vegetal nunca poderá se modificar num plantador de juta. Em segundo lugar grita contra isso o fator econômico. Retirar o seringueiro de seu campo de trabalho é acabar de sacrificar a Amazônia, é riscar do campo de sua produção a borracha e seus similares, pois os seringais de cultura ainda ficam muito a dever

aos seringais naturais existentes por toda a Amazônia. Precária ou não essa exploração, o certo é que somente de 1943 a 1947 o Estado do Pará

produziu a quantidade fabulosa de 40.535.055 quilogramas de borracha no valor de Cr\$ 399.408.072,70.

	1943	1944	1945	1946	1947
Borracha e semelhantes.....	7.060,346	8.501,383	8.521,554	8.469,113	7.982,659 kg.
Cr\$. 68.591.050,00	82.353.004,90	79.861.327,10	81.885.947,50	86.716.743,20	valor

1947		BORRACHA	
	Cr\$	Quilogramas	
Borracha.....	80.716.743,20	7.060,346 — 1943	
Caroços e sementes.....	2.404.269,00	8.501,383 — 1944	
Conchas marinhas.....	427.945,00	8.521,554 — 1945	
Cumaru.....	695.487,00	8.469,113 — 1946	
Fibras vegetais, uaicima e outros.....	10.698.097,00	7.982,659 — 1947	
		40.535,055	
		BORRACHA	
		Valor — Cr\$	
Castanha.....	51.974.618,00	68.591.050,00 — 1943	
Óleo de copaíba.....	89.898,00	82.353.004,90 — 1944	
Óleo de pau rosa.....	5.080.515,00	79.861.327,10 — 1945	
Peles de animais silvestres.....	4.186.980,20	81.885.947,50 — 1946	
Raiz de timbó.....	380.816,00	86.716.743,20 — 1947	
Resina jutaicaica.....	564.874,00	399.408.072,70	
	76.503.499,20		

No ano de 1947 a produção de borracha no seu valor em dinheiro, foi superior a toda a de caroços e sementes, conchas marinhas, cumaru, fibras vegetais (uaicima e outros), Castanha do Pará, óleo de copaíba, óleo de pau rosa, peles de animais silvestres, timbó e jutaicaica. Ainda em 1947, a produção de borracha foi superior à de madeiras em quase Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Toda essa matéria-prima, de grande valor econômico teve e terá a sua utilidade, quer no campo internacional, quer no campo nacional. Durante a guerra foi a borracha brasileira explorada por esses processos rudimentares e sem assistência dos técnicos, que concorreu para a vitória das forças aliadas, oferecendo uma avultada produção. Por que razão, portanto, aniquilar o seringueiro e transmutá-lo em um jutilcultor? Por que não fomentar a imigração de colonos em condições de cultivarem a juta, deixando os seringueiros onde estão, porém com assistência de toda sorte, desde o sanitário até o crédito indispensável? Aniquilar a produção da borracha extrativa seria prejudicar as próprias indústrias nacionais pois os seringais de cultura não seriam suficientes para abastecê-la. Além disso, não há razões para ser cultivada a seringueira em outros Estados não amazônicos, com prejuízo futuro das fontes produtoras da Amazônia Brasileira. Em terceiro lugar, não vemos por que razão a produção de juta viria transformar o seringueiro em um novo homem. Deixaria as matas onde vive, para se atolar na lama das várzeas, sujeito a endemias de toda sorte, sem o amparo sanitário que só em teoria pode ser imaginado. Deixemos, portanto, o seringueiro onde ele se en-

contra e procuremos criar outras fontes de riqueza, mas sem prejuízo das já existentes, fugindo sempre e sempre da monocultura prejudicial e perigosa. Se a juta só pode ser plantada com bons resultados no vale amazônico, por que razão não instalar, também nesse vale, as fábricas suficientes que a industrializarão? Poder-se-á dizer que a produção é insignificante, não permitindo isso. Mas responderemos que para aumentar essa produção há necessidade de criar maior oportunidade de consumo e com a localização das indústrias junto às fontes de matéria-prima, com o tempo, a produção aumentaria sem dúvida, bastando para isso o financiamento, a imigração e a assistência ao agricultor. Não vai nestas idéas nenhum sentido regionalista. Pelo contrário. Estudamos o assunto pelo prisma exclusivamente econômico e somos forçados a reconhecer que na região amazônica não existem capitais em condições de organizar tais indústrias, cabendo então essa tarefa ao Governo Central e aos capitalistas do sul do país. Este é que é o ponto a que queremos chegar. Capitalistas do sul, muito especialmente do Estado líder da Federação, que é São Paulo, poderiam interessar-se pelo lançamento de indústrias novas na Amazônia, dando com isso novo vigor econômico à região, com resultados proveitosos para os que fizessem tais investimentos. Com auxílio dos governos locais, que deveriam criar toda a sorte de facilidades, talvez esses industriais se aventurassem a essa tarefa. Assim, por exemplo, deveriam ser concedidas vantagens diversas, entre elas a isenção total de impostos por parte dos Governos dos Estados amazônicos, por certo prazo, o que, sem dúvida, serviria de atrativo a esses in-

dustriais, que com razão buscam sempre o maior lucro. Se o industrial de São Paulo há de importar a borracha e a juta da Amazônia, pagando pesados fretes e numerosos impostos em seu Estado, talvez lhe fôsse mais vantajoso, evitando o pagamento do frete, lançar indústrias na própria Amazônia, onde gozariam de isenções fiscais. Maiores seriam os seus lucros, com a vantagem de poderem ganhar novos mercados, como os dos países americanos ligados à Amazônia, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas. Poder-se-á objetar que nos faltam braços e técnicos. Mas é preciso não esquecer que o número de técnicos necessários a tais investimentos não seria tão grande e a máquina substitui o braço. E ainda haveria a solução intermediária de serem mantidas indústrias em São Paulo com filiais ou sucursais na Amazônia, abastecendo estas o norte do país e aquelas o sul. Assim, por exemplo, com relação à juta, verifica-se que o produto saindo da Amazônia paga pesados fretes Belém-Santos e outras despesas até chegar às fábricas. Depois de industrializada a sacaria que tem de ser exportada para o norte paga novo frete Santos-Recife, Santos-Fortaleza ou Santos-Belém, etc. Com o lançamento de indústrias na Amazônia, sem prejuízo das de São Paulo, haveria grande benefício para a região e também, muitas vantagens pecuniárias para os industriais. Seria um modo de descobrir a Amazônia. Um das indústrias chamariam outras e em breve talvez pudéssemos desenvolver também os nossos rebanhos, lançar a produção de laticínios, a produção de leguminosas, estendendo pouco a pouco o nosso progresso econômico. Tendo em vista a necessidade de industrialização de nosso Estado tivemos oportunidade, como deputado à Assembléia Legislativa do Pará, de apresentar um projeto, hoje convertido em lei, em que é concedida isenção de impostos estaduais para todas as indústrias novas que vierem a ser instaladas. Tivemos a satisfação de ver a nossa idéia consubstanciada em outras leis municipais, concedendo iguais vantagens e o que é mais promissor, diversas fábricas já estão solicitando tais isenções. É um modo de facilitar e auxiliar as indústrias. Esse projeto de lei de nossa autoria e respectiva exposição de motivos se encontram vassalados nos seguintes termos:

"Sr. Presidente da Assembléia Legislativa:

Auxiliar as indústrias a se desenvolverem é auxiliar indiretamente o Estado e concorrer para a melhoria das condições de vida social. Esse deve ser o objetivo primordial de todos os que dispõem de um pouco de responsabilidade no momento presente para que as instituições não naufraguem na anarquia e o povo sinta um benefício direto, que se reflete no conforto individual, na deflação monetária, com repercussão em todas as atividades humanas. Só a produção poderá salvar o país da crise que atravessa e para incrementá-la é necessário falar menos e agir mais, poupar palavras e desdobrar em esforços, apresentar, em suma, alguma medida de caráter concreto que fuja à demagogia impiedosa e estéril de todos os dias, que, infelizmente vem devastando este país, como o germe destrói o organismo sadio. No panorama nacional somos a região mais desfavorecida, há muitos anos; essa herança vem passando de geração a geração, até que um dia novas perspectivas surjam. Temos riquezas latentes poderosas, é verdade, minérios, ouro, diamantes, oleaginosas, madeiras, ervas, fibras mas vivemos em torno da borracha como a mariposa em torno da luz. E quando

a borracha sobe ao mais alto ponto subimos com ela e desperdiçamos às vezes o que poderia ser amealhado, e quando ela cai até a mais desprezível condição, com ela descemos ao nível de párias. Os demais produtos regionais não são suficientes para alimentar a nossa vida econômica, pois se resumem na exploração de castanha, peles, óleos, madeiras e alguns outros gêneros de pouca monta. Vivemos escravos da indústria do sul e se algum dia, que Deus nos livre, houver outra guerra, em que fiquemos com as linhas marítimas interrompidas, chegaremos à seguinte situação: não teremos o açúcar, que vem de Pernambuco; não teremos o trigo, que vem da Argentina ou dos Estados Unidos; não teremos os laticínios, que vêm de Minas Gerais; não teremos o charque, que vem do Rio Grande do Sul; não teremos os fósforos, que vêm do Paraná; não teremos feijão de boa qualidade, que vem do sul; não teremos tecidos, que vêm de Pernambuco e São Paulo; não teremos cimento para construção e tintas, que vêm do estrangeiro e de São Paulo; não teremos automóveis e caminhões, que vêm do estrangeiro; não teremos papel, que vem do sul e do Canadá; não teremos batatas, que vêm do sul e estrangeiro; não teremos livros, que vêm do sul; não teremos gasolina, que vem da América do Norte e todos os nossos transportes ficarão imobilizados. Em suma: não teremos nada, a não ser o açaí e a ierinha seca. Ficaremos famintos, nus, teremos de andar a pé, não teremos o pão do corpo e sem o pão do espírito; e tudo isso, senhores, à margem do Rio Amazonas, a região que Orelhana chamou de *El Dorado* e Humboldt de "futuro celeiro do mundo". Trágica e cruel realidade, pintada em cores ligeiras, mas evidentes e inapagáveis.

Ante tudo isso, como resolver? Qual a medida a tomar? Qual o rumo a seguir? A população costuma olhar para os parlamentares como a fonte milagrosa de onde devem surgir as soluções para todos os problemas, quando, em realidade, muitas vezes, os parlamentares sofrem com o povo, partilham de seus infortúnios e com ele dividem as agruras. Há males crônicos, que vêm de épocas remotas e que têm se agravado de geração para geração. Daí a latitude da tarefa, que não pode ser atacada de maneira unilateral e a gravidade do problema, que não pode ser atenuada de um momento para outro. É preciso fazer trabalho sistemático, mediante planos previamente elaborados, sob pena de naufragarmos na confusão. E para que isso aconteça é de conveniência reunir sob uma só direção as forças responsáveis pelos destinos do Estado. A colaboração dos órgãos técnicos e profissionais é indispensável e entre estes as Associações Comerciais, como representantes máximos das aspirações do comércio e indústrias locais. Há necessidade de desfazer, de uma vez por todas, essa impressão errônea de que o Estado e o comércio são forças que se repelem, de que a função do Governo é arrecadar, tirar o máximo do comércio e indústria e a função destes é reagir e dar o menos possível. Convém não esquecer que o comércio é a alavanca econômica em que se assentam as instituições e o Estado deve ter todo o interesse em ampará-lo, em protegê-lo, em estimulá-lo, pois assim agindo estará fortalecendo a si próprio e concebendo aos governados um ambiente de maior conforto e tranquilidade. Para que isso suceda, imprescindível se torna a existência de um justo equilíbrio entre as forças estatais e as conservadoras, de tal forma que da reunião de seus esforços para um fim comum, surja finalmente a felicidade coletiva. Os impostos exagerados matam na origem a iniciativa individual; da mesma forma, a sonegação abala as energias dos Poderes Públicos. O Estado não deve pretender do contribuinte mais do que este pode dar e só deve recorrer ao excesso nas fases de calamidade em que é de ser exigido o sacrifício. Muitas coisas grandiosas existem em nosso país, que foram o fruto exclusivo da vontade individual. Homens trabalhadores e econômicos, de visão comercial, vindos de países longínquos, sem um real nos bolsos, lançaram-se à labuta diária, no afã de produzir, criar, construir, invertendo hoje tudo o que ganharam ontem, arriscando a própria sorte em minutos decisivos no comércio. É fácil de ver, em todas as regiões brasileiras, empresas de fama nacional e às vezes internacional, que surgiram do nada, alicerçadas apenas na vontade férrea de um homem empreendedor. Por isso, é dever do Estado orientar a sua política econômica no sentido de dar melhor ambiente àqueles

que querem produzir e atrair capitais para empresas que, mais tarde, compensarão com vantagem todos os benefícios que receberam. Outra, aliás, não tem sido a diretriz traçada pelos povos civilizados da América, Europa e Ásia, onde o Estado aparece como protetor do contribuinte e não como um fantasma assustador. Algumas legislações obrigam o contribuinte inverter parte relativa ao imposto de renda na aquisição de maquinaria, imprescindível à ampliação do estabelecimento industrial. E' o próprio Estado que dispensa, em favor da indústria, um pouco de seus impostos. Medida eficiente, de larga repercussão em todas as camadas sociais, pois importa no aumento da produção, mais emprego para o proletariado e barateamento dos gêneros.

Na região em que vivemos há necessidade imperiosa do fomento à produção agrícola e industrial. Não é preciso ser economista para chegar a essa conclusão, pela análise, mesmo superficial, de nossas condições de vida. Quase nada produzimos e tudo importamos, desde gêneros de alimentação, até artigos para construção civil.

Nada mais irrisório do que o consumo de grande quantidade de leite condensado nas fazendas da Ilha de Marajó...

Todos os Estados brasileiros, aliás, estão com a atenção voltada para o fomento à produção, conforme se pode verificar pelas suas próprias Cartas Políticas: Ceará, artigos 131, 134 e 135; Alagoas, Título V; São Paulo, artigos 108 e 109; Amazonas, artigos 115 e 116; Rio de Janeiro, artigos 133, 134 e 135, e Pernambuco, artigo 159, n.º X e XV.

E' de salientar que no Estado de Minas Gerais foi elaborado um vasto e cuidadoso "PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E FOMENTO DA PRODUÇÃO", do qual, aliás, reproduzimos a seguinte passagem: "Sem um programa de trabalho, que vise ao progresso econômico e social não poderá o Governo de um Estado bem administrar os negócios públicos, nem atender aos legítimos reclamos do povo. E quando o povo e Estado se acham esgotados, em consequência da atuação prolongada de fatores negativos, mais imperioso se torna que o Governo fixe as normas de ação, corajosas e seguras, que lhe possibilitem conduzir com firmeza os interesses coletivos e aumentar a capacidade de reação das forças produtoras".

No panorama internacional, há muitos anos que tais questões vêm preocupando os Poderes Públicos. A Constituição Chinesa de 1-6-1931, em seu artigo 33, estabelecia o seguinte sábio princípio:

"Com o fim de desenvolver o bem-estar econômico do povo, o Estado deverá incrementar e proteger os meios de produção nacional".

Citamos o caso da China, por ser ela um país de grandes extensões e largas possibilidades, de vida histórica antiquíssima, mas sempre viveu subordinada à produção industrial estrangeira.

No projeto que ora submetemos à apreciação desta Assembléia procuramos conceder isenção de todos os impostos e taxas estaduais às indústrias novas que vierem a ser instaladas no Estado. Assim agindo, estaremos facilitando a organização de futuras grandes empresas que, atraídas por esses favores, virão fomentar a produção e concorrer sem dúvida para o barateamento do padrão de vida. O Estado, com isso, não tem prejuízo algum, pois o que deixa de arrecadar vai reverter em benefícios diretos à coletividade.

Sem tais facilidades, acreditamos que muitos empreendimentos deixariam de ser levados a efeito e continuaríamos no empirismo econômico em que temos vivido até hoje.

Procuramos definir "indústria nova" como aquela que vise a fabricação de artigo ainda não industrializado no Estado. A isenção poderá ser concedida por prazo até cinco anos, que poderão ser elevados até vinte, quando se tratar de artigo de alimentação. Sugerimos que a concessão seja feita mediante lei especial, com a sanção do Governador, para dar oportunidade a que a matéria possa ser convenientemente estudada, não só pela Assembléia,

como pelas suas comissões e pelo próprio Governo, podendo o interessado requerer o favor quer diretamente ao Legislativo, quer ao Executivo. A iniciativa das leis é matéria prevista no artigo 26 da Constituição Estadual e tanto o Executivo como o Legislativo pode dar o primeiro passo, devendo, porém, a elaboração de tais leis obedecer às normas constitucionais: aprovação pelo Legislativo e sanção pelo Executivo.

Assim agindo, procuramos seguir a lição de Aristides Milton, quando ensina: "Parece que a importante atribuição de outorgar mercês pecuniárias está compreendida entre os poderes implícitos do Congresso, e se deve considerar como inerente à autoridade legislativa da União". (Comentários, pág. 125).

Aurelino Leal, antigo professor da Universidade do Rio de Janeiro, à pág. 506, no seu "Teoria e Prática da Constituição Federal Brasileira", doutrina com precisão: "O Poder de taxar envolve o poder de isentar da tributação em geral ou de certos e determinados impostos, a menos que a Constituição o proíba. Ainda mesmo, porém, que a Constituição o não proíba, o poder de isentar impostos está sujeito a vários princípios dos quais e que, sendo o Congresso o único competente para tributar, é ele, igualmente, o único competente para conceder isenções".

Visam os artigos 4.º e 5.º amparar não só quem se propuser instalar indústria pela primeira vez, como o que repetir a tentativa de instalação fracassada por circunstâncias quaisquer, particularmente por excesso de tributação. O artigo 5.º excetua dos favores as indústrias de artigos de vícios, bebidas alcoólicas e similares.

O requerimento em que pedir a isenção o interessado deverá declarar a firma comercial, número e data do registro, sede e objetivo; nome do responsável, estado civil, nacionalidade e residência; fins a que se destina a empresa, capital disponível e possibilidades. O art. 9.º estabelece o princípio de que o pedido será examinado, tendo em vista "o maior desenvolvimento econômico do Estado, mediante o aumento de produção e o barateamento do padrão de vida".

O art. 11 dá prioridade, em todos os departamentos públicos estaduais, aos requerimentos e papéis que se referirem a indústrias novas.

Os fins que nos animaram a apresentar o presente projeto são os mais sinceros e patrióticos. Do seu resultado prático, se for aprovado, só o tempo poderá dizer.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 12 de novembro de 1947. — *Sívio Meira*.

PROJETO DE LEI N.º 68

Concede isenção tributária às indústrias novas que vierem a ser instaladas no Estado do Pará.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Gozarão de isenção de todos os impostos e taxas estaduais as indústrias novas que vierem a ser instaladas no Estado a partir da publicação da presente lei.

Art. 2.º Para fins previstos nesta lei, consideram-se indústrias novas as que visem a fabricação de artigo ainda não industrializado no Estado.

Art. 3.º A isenção de impostos e taxas poderá ser concedida por lei especial, pela Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, por prazo até cinco anos, que poderá ser elevado até vinte, quando se tratar de artigo de alimentação.

Art. 4.º Indústria nova deve ser considerada, para os fins desta lei, tanto a que se propuser instalar pela primeira vez, como a que repetir a tentativa de instalação fracassada por circunstâncias quaisquer, particularmente por excesso de tributação.

Art. 5.º Não gozarão dos favores previstos na presente lei as indústrias cujos produtos incidam em taxaçaõ elevada, por não serem essenciais à subsistência, como sejam artigos de vícios, bebidas alcoólicas ou similares.

Art. 6.º As indústrias conexas devem ser abrangidas nos favores às principais respectivas, desde que dêsses favores não decorra prejuízo às indústrias já existentes.

Art. 7.º O pedido de isenção de impostos e taxas previsto nesta lei deverá ser formulado pelo interessado por petição dirigida à Assembléia ou ao Governo, em que declarará:

I — Firma comercial, número e data do registro, sede e objetivo;

II — Nome do responsável ou responsáveis, estado civil, nacionalidade e residência;

III — Fins a que se destina a empresa, capital disponível e possibilidades.

Art. 8.º Apresentado o requerimento será o mesmo submetido a estudo das comissões competentes.

Art. 9.º A Assembléia examinará o pedido tendo em vista o maior desenvolvimento econômico do Estado, mediante o aumento de produção e o barateamento do padrão de vida.

Art. 10. O prazo que fôr estabelecido na lei que conceder a isenção não poderá ser prorrogado.

Art. 11. Terão prioridade, em todos os Departamentos públicos estaduais os requerimentos e papéis que se refiram a indústrias novas beneficiadas pela presente lei.

Art. 12. As repartições fiscais do Estado verificarão se os beneficiados não estão desvirtuando a finalidade de sua indústria.

Art. 13. Qualquer infração da presente lei estará sujeita à multa, que variará de um mil cruzeiros (Cr\$. 1.000,00) a dez mil cruzeiros (Cr\$. 10.000,00), aplicável pelas repartições fiscais, *ex-officio* ou por representação de qualquer do povo.

Parágrafo único. Igual penalidade será aplicada na hipótese de declaração falsa ou desvirtuamento dos fins a que se destina a empresa, em detrimento de indústrias já existentes.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em ... de 1947. — *Sílvio Meira*.

Este projeto tem por fim amparar os industriais particulares que queiram inverter os seus capitais com o lançamento de uma nova indústria. Mas se por acaso êsses industriais não se interessarem pelo assunto caberia então ao Governo Federal dar a devida assistência aos produtores locais, o que só poderá ser feito mediante a concessão de financiamentos, à maneira do que tem realizado o Banco de Crédito da Borracha S/A. Êsse órgão mesmo poderia passar por uma reestruturação, ampliando as suas atribuições, com o financiamento dos cultivadores de juta, de cana de açúcar e outros produtos agrícolas, desenvolvendo assim de maneira uniforme a tôdas as fontes de riqueza. Isso viria diminuir o custo de matéria-prima, cuja produção é dificultada por uma série de fatores, já ventilados pela própria Associação Comercial do Pará nos seguintes termos:

a) regime tributário firmado no impôsto de vendas e consignações, que promove a alta progressiva dos preços das utilidades, encarecendo a vida, pela sua reprodução sucessiva nas transações;

b) conveniência do estudo de processos mecanizados para a colheita e maceração, suprimindo a escassez de braços e realizando serviço mais perfeito;

c) inexistência de um sistema de transporte, eficiente e econômico, que proporcione um frete compatível com os recursos da cultura agrária;

d) falta de assistência creditária conciliável com êsse gênero de exploração agrícola;

e) necessidade de uma melhoria seletiva dessa cultura, agora atribuída ao IAN, que passa a assumir o compromisso do fornecimento em quantidade suficiente de sementes de alta linhagem e poder germinativo;

f) maior estímulo no fomento agrícola a ser efetuado pelos órgãos competentes federal e estadual, com distribuições de sementes e fiscalização do plantio e comportamento das mesmas;

g) conveniência dum único estilo de classificação, padronização, prensagem e enfardamento da fibra em tôda a sua área de produção amazônica;

h) ausência de discriminação das áreas de maior rendimento de fibra e um regime que facilite aos jaticultores a aquisição de terras para a lavoura".

REGIME DE TERRAS

Desde que fôsse demonstrado interesse por parte de capitalistas do sul em largos investimentos para produção das matérias-primas e sua industrialização na Amazônia poderia também, como parte do programa dos Governos estaduais, ser criado um novo Regime de terras.

A localização dessas indústrias poderia ser feita também em outras zonas do Estado. Belterra teria o seu raio de ação sobre tôda a região do Tapajós; Altamira, à margem do Xingu, poderia abranger a tôda a produção da zona que êsse rio domina e um pouco do Baixo-Amazonas. Belém, como capital da Amazônia, poderia ser sede de um parque industrial. "Em poucos anos Belém do Pará alcançará a função que sua posição geopolítica lhe assegura de grande entreposto de comércio interno e externo. Com o desenvolvimento da bacia do Tocantins, seu pôrto será um dos mais movimentados do País, e por êle passará uma produção capaz de, por si só, garantir a melhoria de vida das populações mal-alimentadas da bacia Amazônica e ainda uma contribuição substancial de alimentação para o mundo".

"Por Belém do Pará, também serão importados produtos manufaturados, máquinas e outras utilidades, sempre a custo ínfimo de transporte, por água." (Jerônimo Coimbra Bueno — Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Com uma situação geográfica privilegiada, Belém está fadada a ser no futuro o pôrto não só do Brasil Central, como de tôda Amazônia Brasileira. Poderá ser sede de grandes indústrias, que alimentarão o vale e com exportação para outros Estados e estrangeiro, deixando na terra a riqueza que a ela pertence, em vez de drená-la para outras regiões. No que diz respeito a fibras, além de Belém, temos também Santarém, no Baixo Amazonas e Bragança, na zona leste do Estado, com uma população atual de 55.773 habitantes (município), ligada por estrada de ferro à Capital e outras localidades e que,

por sua situação geográfica próxima ao litoral, poderá permitir a instalação de indústrias que visem o aproveitamento de matéria-prima produzida em toda a região de Bragança. Belém, porém, parece ser mais indicada, por ser quase equidistante das regiões de Bragança e Baixo Amazonas, podendo assim centralizar toda a produção de malváceas e juta. Centralizará o estabelecimento de crédito, que poderá ter ramificações ou filiais distribuídas pelas zonas que mais interessarem ao financiamento.

Bem sabemos que existe um grande número de estudiosos dos assuntos amazônicos que pretendem apenas transformá-la numa grande produtora de matéria-prima para outras regiões. Assim por exemplo, se depreende das "Sugestões para o Soerguimento do Vale Amazônico", de autoria do Sr. Felisberto C. de Camargo, que resume o seu plano no seguinte:

PROJETO N.º 1

TÍTULO — *Produção de carne*

PROJETO N.º 2

TÍTULO — *Produção de leite*

PROJETO N.º 3

TÍTULO — *Produção de cereais, leguminosas, gorduras e oleaginosas vegetais, cacau e outras plantas alimentícias para o homem.*

PROJETO N.º 4

TÍTULO — *Produção de juta*

PROJETO N.º 5

TÍTULO — *Exploração florestal e cultura de essências florestais tendo em vista a produção de madeira de lei.*

PROJETO N.º 6

TÍTULO — *Colaboração científica.*

De todos esses programas o único que tem alguma finalidade industrial é o 2.º: produção de leite e, em consequência, a sua industrialização, podendo servir de centro para tais indústrias, conforme sugere o seu autor, Fordlândia. "Fordlândia deve ser o centro de indústria animal para a região amazônica". — Diz ele. Os demais, porém, assumem outro aspecto. O de número 1 visa o abastecimento. A mesma coisa acontece com o de número 3. O de número 4 refere-se exclusivamente à produção de juta, mas não à sua industrialização. Seríamos simples fornecedores desse produto para os industriais sulinos. O de número 5 visa produção de madeira exportável para ser industrializada em outras terras. Esse planejamento, como se vê, tem apenas duas fina-

lidades: a) a do abastecimento de carne e leite ou laticínios às populações amazônicas; b) o fornecimento de algumas matérias-primas para indústrias do sul e do estrangeiro. O que significa, que iríamos alimentar as indústrias de outras terras, drenando para elas o produto de nosso esforço. Peca, também, esse planejamento, por abstrair completamente a borracha e seus similares. Não se compreende nenhum plano de caráter econômico da Amazônia sem prever medidas de amparo à produção da "hevea". Fordlândia seria transformado no centro de indústria animal da Amazônia. E Belterra, perguntamos nós? Seriam abandonados aqueles milhões de seringueiras ali plantados por Henry Ford? E os seringais nativos existentes em toda a região amazônica? Seriam também abandonados? Qual a sua finalidade? Poder-se-á dizer que os seringais nativos são contra-indicados, dado o primitivismo de sua exploração e falta de técnica do seringueiro, que usa de processos rudimentares. Mas com relação aos seringais de cultura já não poderá prevalecer o mesmo raciocínio. Os seringais de Belterra foram plantados dentro da mais rigorosa técnica científica e já estão produzindo bastante. Basta salientar que no ano de 1949 Belterra exportou para o sul do país grande quantidade de seu produto. Que fazer com esses seringais? Abandoná-los? Não, sem dúvida, e ninguém que conheça as condições econômicas em que se debate a Amazônia poderá aconselhar o abandono de tais culturas. Mas se esse abandono não é aconselhável, se o seu aproveitamento é necessário, por que excluir a questão da borracha de qualquer planejamento? Já foi dito algures que a Amazônia é a única região no mundo que tem o seu destino a prazo fixo, em consequência da Lei 86, que garantiu o financiamento de toda a produção por parte do Governo federal, o qual vem formando grandes "stocks" desse produto, para utilização oportuna. Mas isso aconteceu; se chegamos a esse ponto, só existe uma grande causa: *É que vivemos da exportação dessa matéria-prima.* Estamos na mão dos compradores como o rato nas unhas do gato. Assim no campo internacional, como no nacional e para que essa situação não se eternize e evitemos o fracasso, a solução científica e sensata não é abandonar os seringais e dedicar a outra cultura. A solução é industrializar o produto na própria Amazônia, junto à fonte produtora e exportá-lo já industrializado para o sul e exterior. Para que isso se efetivasse com resultados positivos deveria também existir da parte do Governo federal uma política protecionista, em que fôsse proibida a importação de artigos similares fabricados no estrangeiro, forçando dessa forma o consumo nacional. Abandonar os seringais para atacar somente a produção de juta é cair em círculo vicioso, pois amanhã poderemos, com a juta, estar na mesma situação, forçados pelos mercados dessa matéria-prima a baixar o preço de tal forma, que chegaremos com a juta à mesma condição em que nos encontramos com relação à borracha. A essa cultura, sem dúvida, poderiam também sugerir o abandono da cultura da juta,

para transmutar o jiticulor no plantador de arroz, de cana de açúcar, no explorador de madeira. Em suma, um eterno círculo vicioso, um nunca-acabar de peripécias e vicissitudes, que abalam a economia amazônica até os alicerces. E com isso, viriam se reproduzir todos os erros do passado, mudanças bruscas na vida econômica, a monocultura, sempre a monocultura, ontem da borracha, hoje da juta, amanhã do arroz, com reflexos indelévels nos orçamentos estaduais, cujo regime tributário tem forçosamente de acompanhar a todos esses colapsos. Bem sabemos que temos opositores às nossas idéias, mas as defendemos conscientemente. Sabemos em que terreno estamos pisando.

A solução para os problemas amazônicos se resume em uma única palavra: capital. Sem dinheiro de nada adianta fazer planos nem convocar técnicos, por mais experimentados que sejam. Se os governos estaduais não dispõem de recursos e se os particulares também não têm elementos, cabe ao Governo Federal a tarefa de atender a essas necessidades, sob pena de continuarmos eternamente nessa situação de colônia dentro do próprio país.

Oleaginosas

No que diz respeito a óleos há um pormenor de grande significação, o qual vem demonstrar que a instalação de estabelecimentos industriais no Pará só poderá concorrer para o seu levantamento econômico. Assim, por exemplo, em 1947 a produção de óleos e gorduras vegetais no Estado do Pará atingiu, no que diz respeito ao *Babaçu*, a cifra de Cr\$ 9.899.898,00.

Esses óleos e gorduras foram extraídos em nosso Estado, em nossos estabelecimentos industriais. No entanto, no mesmo ano, a *Importação* do babaçu em sementes, pelo Estado do Pará, foi de Cr\$ 7.782.656,60. Isto significa que quase todo o babaçu utilizado em nossas fábricas foi importado de outros Estados, muito especialmente do Maranhão. Parte desse babaçu foi exportada em côcos e parte industrializada. Por isso a produção em abril foi de menor valor que a de côcos. E se formos ver os anos anteriores encontramos sempre estatísticas bem expressivas.

	Produção de	
	Cr\$	Cr\$
1946		Óleos de babaçu
Importação de babaçu	5.379.312,60	4.410.261,00
1945	3.804.787,40	3.569.736,00
1944	5.936.769,50	5.228.106,00
1943	2.287.470,20	1.134.868,00

Não tivéssemos nós fábricas instaladas em nosso Estado e não teríamos a produção de óleo acima referida, proveniente do côco babaçu. Mas isso não é só, devemos também lançar as nossas vistas para maior exploração do babaçu dentro do próprio Estado, especialmente nas regiões que confinam com o Estado do Maranhão, à margem direita do rio Tocantins e também a região do Ta-

pajós, onde existe com certa abundância esse vegetal. As cifras citadas referem-se exclusivamente ao babaçu, mas é de salientar que a sua importação pelo Estado do Pará é maior do que a de todas as outras amêndoas, caroços, favas e sementes reunidas.

Quanto à exportação de amêndoas, caroços, côcos, favas e sementes para o estrangeiro é relativamente pequena, bastando salientar que em 1947 apenas exportamos Cr\$ 182.640,80 de cumaru e Cr\$ 81.330,00 de gergelim, em 1946 Cr\$ 65.382,70 de cumaru e Cr\$ 285.000,00 de gergelim; em 1946 Cr\$ 252.972,10 de cumaru e Cr\$ 58.584,00 de gergelim; em 1944 Cr\$ 261.332,60 de cumaru e em 1943 Cr\$ 333.604,70 de babaçu, Cr\$ 32.737,70 de cumaru e Cr\$ 145.362,30 de gergelim.

Açúcar

Muito se tem dito sobre o desenvolvimento agrícola e industrial do Estado, mas pouca importância tem sido dada à produção do açúcar. Procura-se melhorar a produção de juta, aumentar os rebanhos, fala-se no incremento à produção do arroz, mas com relação ao açúcar pouco se escreve. Isso decorre, sem dúvida, das dificuldades para instalação de novas fábricas, e o controle rigoroso que sobre o assunto exerce o Instituto do Açúcar e do Alcool. Temos no Pará terras excelentes em Abaetetuba, Igarapé Miri, Muaná e outros municípios, que se prestam para a plantação de cana de açúcar. Infelizmente os nossos engenhos quase que só produzem cachaça, toda ela consumida dentro do próprio Estado. Mas o que queremos demonstrar é a evasão extraordinária do nosso dinheiro com a importação desse artigo do nordeste brasileiro, conforme vai ser evidenciado. Em 1947 importamos Cr\$ 40.617.030,60 de açúcar branco. Importamos mais açúcar do que laticínios; mais do que artefatos de borracha, aliás, oito vezes mais açúcar do que artefatos de borracha e quase duas vezes mais açúcar do que laticínios. Em 1946 importamos Cr\$ 43.810.006,50 de açúcar branco e mais Cr\$ 6.704,00 de açúcar moreno. Mais açúcar nesse ano do que artefatos de borracha, anagem em peças e artefatos e laticínios. Só o que superou a importação de açúcar foi a de tecidos em peças e cortes que atingiu a soma de Cr\$ 81.397.645,00. Em 1945 importamos Cr\$ 37.944.576,00 de açúcar branco e Cr\$ 763.965,40 de açúcar moreno. Ainda nesse ano foi esse o segundo produto, depois de tecidos em peças e cortes, que foram de Cr\$ 54.874.669,80. Em 1944 importamos Cr\$ 36.699.492,40 de açúcar branco e em 1943 Cr\$ 26.594.136,50 de açúcar branco e Cr\$ 3.494,40 de açúcar moreno. Uma importação brutal de gênero produzido em outros Estados. Drenamos assim para o nordeste o dinheiro amazônico no período de 1943 a 1947, só em açúcar a perto de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros). O ano de maior importação desse produto foi 1944 com 19.642.660 quilogramas.

E, no entanto, poderíamos produzir açúcar no Pará, onde as fábricas, no passado, já foram mais progressistas do que hoje em dia. Objetarão, porém, que a instalação de uma indústria depende de muito capital, braços, etc. Mas responderemos que se não encaramos de frente o problema procurando atrair esses capitais, criando-lhes facilidades, em lugar de progredirmos, regrediremos, reduzindo-nos à condição de colônia dentro do próprio Brasil. Conhecemos o nordeste do país. Conhecemos nos seus mínimos detalhes a plantação de cana no nordeste e produção de açúcar e podemos dizer, sem receio de errar, que nada justifica o Pará precisar de importar esse gênero.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATÉRIA TRIBUTÁRIA

O soerguimento econômico da região terá repercussão na vida financeira do Estado. Para descrever em traços ligeiros basta recorrer, por exemplo, ao orçamento de 1948.

Receita ordinária

	Cr\$
Receita tributária	87.800.000,00
Receita patrimonial ...	5.955.000,00
Receita industrial	3.370.000,00
Receitas diversas	800.000,00
	97.925.000,00
Receita extraordinária ..	6.049.240,00
	103.974.240,00

Como se vê pelo esquema acima o Estado é pobre. As receitas patrimonial, industrial e extraordinária pouco representam. A sua base financeira se assenta sobre a receita tributária e esta poderá ser desdobrada da seguinte maneira:

Receita tributária:

a) impostos:

	Cr\$
Imposto territorial	200.000,00
Imposto de transmissão de propriedade "Causa mortis"	1.600.000,00
"inter vivos"	2.500.000,00
Imposto sobre vendas e consignações	66.804.000,00
Imposto único sobre a borracha	5.000.000,00
Imposto s/minério	20.000,00
Imposto s/exportação ..	5.000.000,00
Imposto de selo	1.000.000,00
	82.124.000,00

Como se observa, dos Cr\$ 87.800.000,00 da receita tributária Cr\$ 82.124.000,00 provêm de impostos e entre estes somente o de *Vendas e consignações* contribui com a apreciável soma de Cr\$ 66.804.000,00! As demais rendas são insignificantes, decorrem de taxas assim discriminadas:

Taxas de serviço de Trânsito

	Cr\$
sito	250.000,00
Taxas de assistência e segurança social:	
selo de caridade	800.000,00

Departamento Estadual de saúde	300.000,00	
Dep. de Segurança Pública	500.000,00	
Serviço Médico-legal ...	20.000,00	
Inspetoria da Polícia marítima e aérea	5.000,00	
Assistência Social	100.000,00	
Serviço do Pronto Socorro	100.000,00	1.825.000,00
Taxas e emolumentos dos estabelecimentos de ensino		230.000,00
Taxas e custas judiciárias e emolumentos diversos		1.000,00
Taxas de fiscalização e serviços diversos		3.370.000,00
Total		87.800.000,00

E' de salientar ainda que algumas verbas incluídas na receita estão comprometidas, como por exemplo, a do Serviço de Águas, que é toda recolhida à Caixa Econômica e a do imposto único da Borracha, ambas destinadas a amortizar empréstimos anteriores.

A despesa efetiva em 1948, fixada no respectivo orçamento, foi de Cr\$ 100.518.936,00, sem falar nos créditos suplementares e especiais abertos durante o ano. Essa, em linhas rápidas, a situação financeira do Estado. A despesa absorvendo toda a receita e esta decalcada quase exclusivamente sobre o imposto de vendas e consignações, cuja taxa é de 3,5%, uma das mais elevadas de todo o país, sendo de salientar ainda que esse imposto, pela sua natureza, tem, muitas vezes, duas, três e até quatro incidências sobre o mesmo produto, encarecendo-o de maneira assustadora. O Estado do Pará importa quase tudo o de que necessita, não só gênero de alimentação, como tecidos, máquinas, objetos de adorno e luxo, etc. Em 1947 só a importação de tecidos em corte foi de Cr\$ 49.844.485,40 e a de açúcar de Cr\$ 40.617.030,60 e a de manteiga de Cr\$ 12.428.286,00. O imposto de vendas e consignações é pago pelo atacadista que importa o produto e o vende aos retalhistas da capital ou do interior. Estes, por sua vez, pagam novo imposto pelas vendas ou revendas a que procederem. Quando o artigo chega às mãos do consumidor já está sobrecarregado de despesas de toda a sorte, frete, armazenagem e impostos, sem falar no de consumo. Daí não poder ser grande a margem de lucros para o comerciante local, que se submete também aos riscos das transações, perda de mercadorias por defeito de produção, extravio, baixas de preços bruscas, etc. O consumidor paga caro o que consome, o comerciante intermediário não pode vender por menos e o Estado, por sua vez, não pode dispensar essa renda em que assenta quase toda a sua vida financeira, conforme demonstrado. Vive assim o nosso Estado de uma verdadeira ilusão econômica. E' ainda de salientar que não temos grandes capitalistas em condições de inverter somas avultadas em novos empreendimentos. Grande parte do comércio precisa dos bancos, necessita do crédito, motivo por que muito sofreu o Estado com as medidas financeiras do último ministro da Fazen-

da Sr. Correia e Castro, restringindo ao mínimo os empréstimos bancários e deixando bruscamente o comércio amazônico cheio de compromissos que não poderá satisfazer com facilidade. Como se vê pelo quadro transcrito a diferença entre a receita proveniente do imposto de Vendas e Consignações e o de Exportação é assombrosa. O primeiro, em 1948 foi orçado em Cr\$ 66.804.000,00 enquanto o segundo apenas em Cr\$ 5.000.000,00. Para fugirmos a esse regime artificial em que vivemos deverá o Estado procurar outro imposto básico para sua vida financeira, que se alimente de produção e não de consumo. Um imposto que resulte de progresso e não de regresso. O de exportação, por exemplo, poderia ser de muito maiores proporções desde que produzíssemos no campo da agricultura e indústria o necessário para nosso consumo e exportação. Para esse fim deveria haver incremento à produção agrícola, pela produção de arroz, feijão, farinha e outros gêneros e da produção industrial pelo aproveitamento, na própria Amazônia, da Borracha e fibras que possui. Com o financiamento aos pequenos produtores, inversão de capitais do Governo ou de industriais do sul, imigração e colonização e demais medidas complementares (saneamento, transporte, etc.), seria de prever um crescente progresso para o vida econômica da Amazônia. Com isso lucraria também o Governo, que sairia do problema que todos têm procurado enfrentar: absorção de quase toda a receita pela máquina administrativa do Estado, que muitas vezes não pode ser sustentada pelos recursos orçamentários ordinários. Se fizermos um paralelo entre os orçamentos dos últimos exercícios chegaremos sempre à mesma conclusão.

Exercício de 1944

	Cr\$
Receita orçada	72.573.350,00
Despesa fixada	67.960.614,80
Mutações patrimoniais ..	4.696.760,00
Receita referente ao imposto de vendas e consignações	36.000.000,00

Exercício de 1945

Receita orçada	58.090.350,00
Despesa fixada	55.303.370,00
Mutações patrimoniais ..	2.635.600,00
Imposto de vendas e consignações	28.500.000,00

Exercício de 1946

Receita orçada	76.379.150,00
Despesa fixada	74.899.812,30
Receita proveniente do imposto de vendas e consignações	38.500.000,00

Exercício de 1947

Receita orçada	116.026.467,00
Despesa fixada	115.455.896,10
Receita proveniente do imposto de vendas e consignações	54.000.000,00

Exercício de 1948

Receita orçada — mutações patrimoniais	104.004.240,00
Despesa fixada	103.670.000,00
Receita proveniente do imposto de vendas e consignações	66.804.000,00

Exercício de 1949

Receita orçada	108.605.000,00
Despesa fixada	111.165.940,00
Receita proveniente do imposto de vendas e consignações	63.000.000,00

Como se vê pela demonstração acima o regime tributário do Estado sofre as deficiências da própria vida econômica regional. Em paralelo com o imposto de vendas e consignações, verificamos que os demais impostos gravam:

Incidências

Vendas e consignações — Mercadorias (regionais e importadas).

Imposto territorial — imóveis

Transmissão de propriedade

"Causa mortis" e "inter-vivos" — imóveis

Imposto único sobre a borracha — gênero regional

Imposto de exportação — mercadorias regionais

Imposto s/ minérios (insignificante) — produtos minerais regionais

Imposto de selo — papéis e documentos.

Taxas diversas (trânsito, saúde, de caridade, Polícia marítima e aérea, Pronto Socorro, Serviço de classificação de produtos, cadastro rural, cooperativismo, custas judiciárias, etc. — serviços públicos.

Receita patrimonial (arrendamento de terras, taxas sobre produtos de terras devolutas, aluguéis de próprios do Estado — imóveis.

Receita industrial (serviço de águas, Instituto Lauro Sodré, Museu Emílio Goeldi, etc.) — serviços públicos.

Como se vê, quem mais sofre o peso da tributação são as *Mercadorias*, não só as produzidas no Estado, como as importadas. Dupla tragédia. A incidência do imposto sobre os gêneros regionais concorre sem dúvida para entravar a produção. O imposto sobre os gêneros importados do sul e do estrangeiro concorre para o encarecimento da vida. Daí os altos preços desses gêneros: feijão, arroz, batatas, açúcar, leite em pó, charque, etc. O consumidor paga mais do que a sua capacidade aquisitiva permite. É um círculo vicioso, de difícil ajustamento, onde paliativos de nada servem. Não adianta nada tabelar preços de artigos que, por sua escassez, pelas contingências da oferta e procura, pelas despesas e riscos que oferecem, não podem ser vendidos por preços baixos. Qualquer pressão nesse sentido redundaria simplesmente na falta do produto, na sua ausência do mercado, por não oferecer nenhum resultado ao negociante local. Só uma solução haverá para tantos males:

Produção — Como salienta R. STOURM, no seu "Sistemes Generaux D'Impots":

"Les impots sur les consommations, d'après la définition generale donnée plus haut, frappent aveuglement devant eux les contribuables consommateurs, sans discerner la portée de leurs coups, sans pouvoir en suspendre ou

modérer l'intensité suivant les circonstances. Applique aux objets de première nécessité, un tel caractère produit des effets redoutables. En premier lieu, le renchérissement général de la vie quotidienne pèse lourdement sur la classe la plus nombreuse de la nation, celle qui vit au jour, obligée, faute d'argent, de restreindre la satisfaction de ses besoins les plus essentiels".

(p. 404).

A aflição que os poderes públicos atravessam, no momento, é a mesma dos produtores e comerciais. E para que os seus problemas recíprocos sejam bem equacionados e resolvidos há necessidade imperiosa de um entendimento eficiente e objetivo. E maiores devem ser êsses entendimentos com os poderes centrais do país, que se encontram em situação de poder socorrer às diversas unidades da Federação, não só com verbas, mas também com providências legislativas de amparo à produção nacional, com a instalação de estabelecimentos de créditos, concessão de isenções tributárias, localização de populações na hinterlândia, medidas protecionistas para evitar a sempre perigosa concorrência de produtos estrangeiros.

Para dar uma demonstração exata do que seja o nosso Estado sob o ponto de vista econômico basta fazer um confronto entre a sua exportação e importação. As cifras dizem mais do que as palavras:

<i>Exportação de gêneros do Estado para o interior do país</i>	<i>Importação do interior do país</i>
Cr\$	Cr\$
1938 — 94.315.181,80	153.036.361,40
1939 — 96.997.217,10	166.332.867,80
1940 — 95.092.351,00	186.413.647,00
1941 — 146.608.896,10	259.879.897,40
1942 — 191.734.926,60	312.089.451,90
1943 — 234.984.761,50	460.699.838,80
1944 — 208.891.428,20	581.038.635,40
1945 — 248.240.433,00	533.024.504,40
1946 — 274.826.219,40	670.569.835,90
1947 — 301.957.700,80	610.975.075,00

<i>Exportação de gêneros regionais para o estrangeiro</i>	<i>Importação do estrangeiro</i>
1938 — 58.825.156,60	50.656.110,90
1939 — 77.407.381,20	51.130.638,10
1940 — 54.510.038,00	51.549.753,00
1941 — 74.411.692,10	78.018.868,90
1942 — 60.517.593,20	84.697.929,10
1943 — 66.307.837,60	209.358.622,20
1944 — 133.965.194,90	117.339.925,90
1945 — 146.030.514,30	107.877.406,70
1946 — 214.190.465,00	169.179.799,20
1947 — 183.689.417,70	243.015.826,70

Exportação pelo Estado de gêneros de produção nacional, regional e estrangeira.

Para o interior do país e para o exterior

TOTAL

1938 — 210.388.084,70	203.692.472,30
1939 — 248.129.925,50	217.463.505,90
1940 — 244.113.864,00	237.963.400,00
1941 — 362.117.681,20	337.898.766,30
1942 — 447.069.300,50	396.787.381,00
1943 — 594.581.068,30	670.058.461,00
1944 — 618.948.631,40	698.378.561,00
1945 — 696.399.433,90	640.901.911,10
1946 — 829.824.199,20	839.749.635,10
1947 — 815.529.630,40	853.990.901,70

SUGESTÕES

1. Investimento de capitais particulares para fomento à produção de juta na Amazônia.

2. Investimento de capitais do Governo (Plano de Valorização Econômica da Amazônia) ou de particulares ou ainda do Governo e particulares (sociedades mistas), para industrialização da borracha na Amazônia.

3. Obtenção de isenção de impostos federais para todas essas indústrias novas, por um prazo determinado.

4. Providências junto aos órgãos federais competentes para colonização de terras da Amazônia, necessárias ao cultivo da juta e outros produtos agrícolas.

5. Criação de um Banco Agropecuário na Amazônia, com capitais particulares e do Governo, com atribuições mais amplas do que as conferidas ao Banco de Crédito da Borracha S/A.

6. Providências junto ao Governo federal para melhor aparelhamento da navegação fluvial na Amazônia, por intermédio da SNAPP.

7. Providências junto ao IAN para fornecimento em larga escala de sementes necessárias ao desenvolvimento da produção agrícola na Amazônia, especialmente cereais, leguminosas, cacau, juta e assistência técnica objetiva.

8. Medidas protecionistas do Governo, evitando a importação de artigos similares aos industrializados no território nacional.

9. Sugerir ao Governo Federal a criação do Território Federal de Belterra, à margem direita do Rio Tapajós.

10. Sugestões ao Governo Estadual para organização de uma nova legislação de terras na Amazônia, com incentivo à produção agrícola.

11. Pleitear um preço mínimo para a juta brasileira, a fim de amparar a produção.

12. Pleitear do Governo Brasileiro a prorrogação das vantagens concedidas pela Lei n.º 86, que garante a estabilização do preço da borracha.

13. Pleitear junto ao Congresso Nacional a reestruturação da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia e solicitar a elaboração de um plano para a execução imediata no Vale Amazônico.

14. Pleitear isenção ou redução de direitos e fretes para toda a maquinaria que fôr adquirida para exploração agrícola ou industrial no Vale Amazônico.

15. Conseguir a criação em cada Associação Comercial dos Estados do Sul do País, de um escritório ou Seção para propaganda de produtos amazônicos, especialmente a castanha do Pará.

Pela demonstração acima, verifica-se que a exportação de gêneros produzidos dentro dos limites do Estado foi sempre *inferior* à importação de gêneros do estrangeiro. Da mesma forma no que diz respeito a artigos importados de outros Estados do Brasil. E' ainda de salientar que essa diferença é tanto mais gritante no que diz respeito à exportação para o resto do país e importação. Em 1947, por exemplo, os outros Estados nos compraram somente Cr\$ 301.957.700,80, enquanto compramos a eles mais do dobro, ou sejam Cr\$ 610.975.075,00. E tudo isso por que? Por não produzirmos quase nada e não termos indústrias básicas. Compramos o açúcar, os tecidos, os laticínios, tudo enfim. E se adicionarmos toda a nossa exportação, incluindo no total não só gêneros regio-

nais, como os produzidos em outros Estados e no estrangeiro e também por nós exportados, vamos ainda verificar, mesmo assim, que em alguns anos, o total da importação foi superior ao total da exportação. Assim, por exemplo, em 1943, em que o total de exportação (incluindo gêneros vindos de outros Estados e do estrangeiro que foram reexportados) foi de Cr\$ 594.581.068,30, enquanto o total da importação foi de Cr\$ 670.058.461,00. Diferenças semelhantes se observaram também em 1944, 1946 e 1947. Compramos fora tudo o que necessitamos e, o que ainda é pior, até o de que não precisamos como quinquilharias, artigos de luxo e bebidas alcoólicas perfeitamente dispensáveis.

Devemos tudo isso à nossa insignificante produção industrial. O Censo Industrial de 1940, enquanto apresenta para o Maranhão 703 estabelecimentos, para o nosso Estado registra apenas 666. O Ceará 789, Amazonas 212 e Piauí 164. E' bem verdade que o número de estabelecimentos varia com a capacidade de produção, capital investido, força motriz e outros fatores. Mas o inegável é que na comunhão brasileira os Estados mais pobres são os menos industrializados. Não o deixam de ser industrializados propriamente por serem pobres, mas pelo contrário são pobres por não terem indústrias que aproveitem as suas matérias-primas. Haja vista o progresso que tem alcançado Pernambuco com sua indústria açucareira e a emancipação que lentamente vai conseguindo com a produção de tecidos.

* *

*

A valorização do Vale do São Francisco é um problema que vem sendo delineado desde vários anos. E' certo que só nos últimos tempos a atitude do governo tem sido mais objetiva e, assim, esperamos que, em futuro próximo, venha o mesmo a ser solucionado. Pode-se também afirmar, sem dúvida, que essa empresa é uma das de maior vulto que já empreendeu o governo brasileiro. Explica-se, aliás, o interesse do poder público no sentido de objetivar obra de tão grande valor, do ponto de vista econômico e social. Assim, sob vários aspectos poder-se-á considerar a importância dessa valorização: primeiro, porque o rio atravessando diversas zonas das regiões nordeste e leste do Brasil, algumas das quais constituídas por terras áridas e secas, onde as chuvas são raras, poderá servir para sua irrigação e, conseqüentemente, o desenvolvimento da agricultura e criação de gado, possibilitando, assim, a formação de núcleos populosos, os quais não terão mais a aflição dos terríveis secas periódicas, de efeitos tão danosos à vida da própria nação; segundo, é o aproveitamento do Rio São Francisco como via de comunicação, significando o alargamento comercial de toda essa extensa região que compreende, como se sabe, os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Felizmente, já se encontra em execução um plano de obras que visa a ampliação dos trechos navegáveis desse grande rio genuinamente brasileiro. Por outro lado, diga-se de passagem, o Plano SALTE em seu capítulo referente a Transportes, reconhecendo o valor da questão, prevê o desenvolvimento das condições de navegabilidade do Rio São Francisco como fator preponderante na valorização do Vale. Finalmente, há outro aspecto de suma importância que esse aproveitamento virá a desempenhar na economia nacional: é o que se refere aos recursos inesgotáveis representados pela produção de energia hidráulica. Essa possibilidade é de tal magnitude grandiosa, que basta lembrar o benefício comum que passarão a experimentar vastíssimas zonas do território nacional, atualmente desprovidas de energia para as suas indústrias e para o conforto de seus habitantes. Portanto, aproveitados esses recursos e feita a captação desse potencial hidrelétrico, teremos facilidade não só para a exploração de diversas das nossas matérias-primas, como, também, o seu regular aproveitamento industrial, o que virá fortalecer a indústria nacional. Desse modo, o aproveitamento do Rio São Francisco, significa o aumento da riqueza do Brasil e o oferecimento, a milhões de seus habitantes, de melhor padrão de vida. A obra é gigantesca: o Estado terá que arcar, talvez, com muitos bilhões de cruzeiros; mas, em compensação, concluída a obra as vantagens serão de tal natureza que terá valido o sacrifício do tesouro nacional. O problema está planejado nas suas linhas mestras e o governo brasileiro já iniciou, com ânimo, a sua objetivação. Não é tarefa para poucos anos; todavia, resultados admiráveis virão desse trabalho que já pertence ao número das necessidades inadiáveis para o desenvolvimento de nossa economia. Realizada a empresa, então poderemos confiar na grandeza econômica que o Brasil virá a possuir, fiel, aliás, ao seu próprio destino de nação que será, um dia, um dos celeiros do mundo. — "R.S.P." — julho — 1949.

Contribuição do Serviço Social na Readaptação de Inválidos

GASTÃO DIAS VELLOSO

e
BALBINA OTTONI VIEIRA

Trabalho apresentado ao 1.º Congresso Brasileiro de Higiene e Segurança do Trabalho

INTRODUÇÃO

Diz o Dr. Howard A. Rusk, Chairman do Departamento de Reabilitação e Fisioterapia do Colégio de Medicina de New York, que "a responsabilidade do médico para com seu paciente não é encerrada quando passou a doença ou terminou a operação; encerra-se quando o paciente está pronto a recomeçar sua vida e suas atividades de uma maneira tão normal quanto lhe permite seu estado de saúde". Esta concepção humana e social da convalescença e da cura é a que o corpo clínico do Hospital dos Servidores do Estado tende a adotar em seu trabalho e nela se baseia a colaboração entre os serviços clínicos e o Serviço Social.

O servidor do Estado é um trabalhador como qualquer outro. Como os trabalhadores da indústria e do comércio, tem um empregador e recebe um salário para seu sustento e o de sua família. Todas as razões invocadas para a readaptação de trabalhadores enfermos são portanto válidas para a readaptação do servidor do Estado. A estas razões podemos acrescentar mais uma: o trabalho do servidor beneficia a Nação e sua remuneração sai dos cofres públicos, alimentados pelos impostos pagos por todos. Destarte, a Nação inteira deve ter interesse na readaptação dos servidores do Estado, encarando com simpatia a tentativa audaciosa, mas honesta que hoje se faz no H.S.E.

Entre os doentes internados num hospital, um certo número tem alta em condição rotulada como inalterada ou melhorada. Nenhum desses pacientes acha-se completamente curado e em condições de voltar imediatamente às atividades desempenhadas antes da internação. Se os considerarmos sob um aspecto puramente clínico, bastaria dizer que é de se esperar que muitos já se acham completamente curados, outros faleceram, outros abandonaram o tratamento e um certo número continua a freqüentar os ambulatórios, a fim de chegar à cura completa, quando esta é possível dentro dos atuais recursos da medicina.

Em dois anos de trabalho, os médicos encaminharam ao Serviço Social do H.S.E. 63 doen-

tes cujo estado de saúde indicava a conveniência de uma mudança de atividade. O Serviço Social levou estes casos ao conhecimento dos Serviços de Assistência Social dos respectivos Ministérios ou repartições que, ouvindo o H.S.E. em caráter puramente informativo, procuraram dar ao caso a melhor solução possível.

Infelizmente a readaptação do funcionário público ainda não encontra apoio suficiente na legislação em vigor, pois o Estatuto do Funcionário Público dedica-lhe apenas três artigos, os de números 68, 69 e 70. A doutrina ali exposta não foi todavia regulamentada, apesar de já ter sido nomeada uma comissão para este fim.

As dificuldades para chegarmos a soluções satisfatórias em cada caso são portanto demasiado grandes. Nem por isso, porém, deixamos de lado tão importante questão e resolvemos nos abalar para apresentar ao 1.º Congresso Brasileiro de Higiene e Segurança do Trabalho nossos problemas, nossas dificuldades e uma descrição sucinta da técnica de trabalho do Serviço Social na Clínica Ortopédica e Traumatológica do H.S.E. Precisamente neste serviço clínico os problemas de reajustamento são particularmente freqüentes e por razões óbvias: as afecções do aparelho locomotor deixam freqüentemente seqüelas que limitam sem suprimir a capacidade para o trabalho. E' evidente, entretanto, que ao hospital não cabe senão uma pequena parte da assistência que a comunidade deve ao inválido. Teremos de nos limitar, portanto, a discutir apenas o papel que cabe à nossa instituição, bem assim como o trabalho feito pelo médico em colaboração com o Serviço Social, preparando o caminho para a atuação de outros especialistas necessários à solução do caso. Releva notar, porém, que muitas das técnicas de trabalho que vimos tentando em conjunto — médicos e assistentes sociais na Clínica de Ortopedia, — são perfeitamente aplicáveis a quaisquer outras clínicas, ressalvadas as diferenças entre as doenças, suas conseqüências no organismo do paciente ou na vida social.

Antes de entrar na discussão do tema, para maior clareza da exposição, desejamos mostrar a diferença existente entre as Seções de Assistência Social dos Ministérios e o Serviço Social de um hospital, no caso o Serviço Social do H.S.E.

As seções de Assistência Social são órgãos periciais destinados a controlar as faltas de servi-

dores por razões de saúde e a conceder as devidas licenças para tratamento. Não lhes caberia em tese a assistência médica propriamente dita ao servidor do Estado, embora algumas o façam. Também não compete a estes serviços opinar sobre a conveniência ou não da aposentadoria, cabendo esta função ao Serviço de Biometria Médica. A readaptação do servidor inválido não foi atribuída, nem às Seções de Assistência Social, nem ao Serviço de Biometria Médica, e muito menos ainda ao Serviço Social do H.S.E.

O Serviço Social do H.S.E., como qualquer Serviço Social de um hospital, é um auxiliar do médico para estudo das condições sociais do paciente e tratamento dos problemas sociais ligados à doença. Contribui com dados sociais para o diagnóstico e tratamento médico, assegura a regularidade no tratamento, a observação das ordens médicas, procurando, como o médico, o restabelecimento da saúde e o ajustamento do paciente a uma vida compatível com suas forças. Completa assim um tratamento medicamentoso, cirúrgico, fisioterápico, irradiante, psicoterápico, etc. Cuida do aspecto humano e social de cada caso, permitindo que haja real aproveitamento da terapêutica empregada.

Colaborando com a Clínica Ortopédica, assiste ao paciente naquilo que toca ao hospital no reajustamento dos que se apresentam com uma invalidez temporária ou definitiva. Esta atitude é a resultante da convicção de que, ao lado dos problemas puramente técnicos ou mecânicos, é preciso encarar o paciente como um todo psico-somático e como um membro da família e da comunidade.

READAPTAÇÃO, FINALIDADES E PROCESSOS

O relatório da Comissão Baruch sobre Fisioterapia e Reabilitação definiu a readaptação como "o processo pelo qual se alcança o ajustamento do indivíduo preparando-o física, mental, social e vocacionalmente para uma vida compatível com suas aptidões e deficiências".

Não desejamos entrar aqui nos pormenores dos processos da readaptação. Lembremos inicialmente que a readaptação dos inválidos se compõe de três fases bastante entrelaçadas entre si:

1.º uma fase clínica, para tratamento da doença em causa e que vai até o momento em que o paciente já não precisa de tratamento médico, mas apenas de um controle periódico;

2.º uma fase de treinamento para a adaptação à vida cotidiana e eventualmente a uma nova vida profissional.

3.º uma fase de seguimento (follow-up) por vezes longa, durante a qual o trabalhador é observado numa profissão ou função compatível com suas aptidões e o treinamento recebido.

E' bem verdade que estas três fases frequentemente não podem ser dissociadas no tempo. A fase de treinamento, por exemplo, pode e deve muitas vezes ser iniciada antes de terminado o período do tratamento médico. Por outro lado, o

treinamento pode ser feito já com o exercício de nova atividade, "on the job". Esta verdadeira supressão da fase de treinamento, que apresenta algumas vantagens mas também inúmeros percalços, é infelizmente a única usada em nosso meio, dadas as deficiências já bastante conhecidas. Resta-nos apenas obter um reajustamento às antigas tarefas ou procurar e facilitar o exercício de novas atividades. Para tanto é indispensável o concurso da Assistente Social com boa compreensão de seu papel. A ela cabe, como também ao médico, tomar em consideração o paciente como pessoa humana com seus direitos, deveres e responsabilidades, suas reações pessoais e sua educação individual, familiar, social e profissional. São suas atribuições:

— estudar o paciente e sua família, sob os aspectos econômicos, educacionais, emocionais, etc.

— conhecer seus gostos e aptidões;

— observar suas reações nas diversas etapas da readaptação;

— auxiliá-lo a vencer os obstáculos que se apresentarem;

— mobilizar os recursos da comunidade que possam auxiliar na solução dos problemas encontrados.

E' nossa convicção entretanto de que readaptação de inválidos não é tarefa a ser feita por uma só entidade, tornando-se necessário criar órgãos e serviços para tal. Ora, "readaptação", nas palavras do Dr. Howard A. Rusk, "é muito mais um aproveitamento de aptidões de que criação de recursos". Não basta portanto que os serviços sejam bem montados se não considerarmos em primeiro lugar o "homem" como ele se nos apresenta com suas deficiências físicas, suas experiências passadas, sua concepção atual da vida, seus planos futuros. E' aí justamente que a Assistente Social desempenha um papel extremamente importante, ainda que, de certa maneira, um pouco limitado.

Procuraremos explicar melhor as diferenças entre um sistema ideal e aquilo de que dispomos. Para um trabalho tão perfeito quanto possível, seria de desejar:

— para a fase clínica, o hospital;

— para a fase de treinamento e de controle clínico depois da alta do hospital, o centro de treinamento, chamado "Centro ou Serviço de Readaptação";

— para a fase de seguimento, colaboração entre o Centro e os serviços médico e social da empresa ou da repartição.

As três fases do processo são todas de importância capital. No H.S.E. limitamo-nos a uma experiência dispondo de elementos apenas para a primeira fase, e veremos mais adiante como se acham frustrados muitos de nossos esforços por falta de melhores elementos para a continuidade nas outras fases do processo. Por outro lado, o

êxito do treinamento do inválido e seu seguimento, uma vez colocado, depende em grande parte do estudo prévio do paciente, feito durante a fase clínica, a fim de colher a atividade que melhor lhe convém, e prepará-lo psicologicamente para uma nova vida e novas atividades. Felizmente este preparo psicológico, nós o iniciamos desde logo, enquanto é feita a reconstrução física do organismo, o aproveitamento do que resta ao paciente para compensar o que lhe é tirado, a recuperação de membros e órgãos afetados, etc.

PROBLEMAS DE READAPTAÇÃO NAS AFECÇÕES DO APARELHO LOCOMOTOR

As afecções do aparelho motor-esquelético não afetam obviamente as funções vitais. O paciente permanece em geral, durante a evolução da doença ou depois dela, com sua economia interna razoavelmente balanceada. Suas relações com o meio ficam entretanto seriamente prejudicadas, em caráter temporário ou definitivo. Embora não haja um verdadeiro comprometimento psíquico (psicopatia) o paciente fica também desajustado consigo mesmo, por um reflexo antecipado da influência do ambiente. Sente-se diminuído, procura esconder em geral seu sentimento de inferioridade, podem aparecer alterações da personalidade mais ou menos graves, de acordo com seu temperamento ou suas tendências neuróticas, com suas experiências prévias ou ainda com as reações do meio.

Se o problema psicológico ou emocional se apresenta, em geral cedo, quando o paciente se torna conhecedor do diagnóstico e do plano de tratamento, surge ao lado o problema econômico motivado pelo custo da hospitalização (que, quando não onera o paciente é pago pela comunidade) a longa permanência no hospital ou a imobilização na sua residência, as licenças prolongadas, tirando-lhe, no serviço público, por exemplo, um terço dos vencimentos, e por vezes a incapacidade definitiva para o trabalho, trazendo-lhe a aposentadoria, que, fora do serviço público é, em geral, irrisória.

Por ocasião da alta, encontramos o problema do reajustamento vocacional numa atividade compatível com as limitações impostas, problema esse que dará maior destaque aos problemas psicológicos e emocionais apontados acima.

Por fim vemos ainda todo o cortejo das dificuldades familiares: falta de conforto, incompreensão, rejeição ou "over-protection", etc. Certas afecções favorecem a eclosão de determinados tipos de problemas, tornando-os mais freqüentes ou mais graves.

Procuraremos fazer uma análise sucinta da incidência destes desajustamentos em alguns grupos de afecções.

1.º Fraturas

Como é fácil de imaginar, será muito difícil considerar em conjunto as conseqüências de um grupo de afecções tão diversas entre si. No geral,

entretanto, pode-se dizer que há um elemento constante — o paciente é levado de súbito a uma invalidez temporária ou permanente. Os problemas emocionais surgem imediatamente. A forma mais banal e quase sempre facilmente debelada é a falta de confiança nos médicos, que os fraturados apresentam no início do tratamento. Para isso concorre o fato de que o facultativo foi, por vezes, escolhido por terceiros ou impôsto pelas circunstâncias. Um pouco de habilidade fará com que o paciente sinta que há realmente um esforço honesto no sentido de recuperá-lo. Na segunda fase, quando o tratamento se prolonga por um prazo de consolidação que é inevitável mas parece infinito para o paciente, surgem novamente problemas decorrentes da necessidade de fazer transportá-lo para um domicílio, nem sempre em condições satisfatórias, a tendência para reassumir demasiado cedo certos tipos de trabalho, etc.

Se o terreno é favorável, depois de tôdas essas lutas não é difícil que haja uma fixação em torno de uma eventual seqüela com aparecimento da chamada "neurose de acidente" em suas múltiplas formas, ou ocorre uma "neurose de indenização", para a qual podem contribuir alguns dos fatores já mencionados.

2.º Tuberculose ósteo-articular

A duração do tratamento em geral se cifra em anos. O problema econômico é gravíssimo. A internação em hospital — onerando o paciente ou a comunidade — o longo período de incapacidade para o trabalho, suprimindo ou limitando os rendimentos, são os principais problemas em jogo nos pacientes adultos. Aparecem com freqüência menor os problemas familiares — quase sempre rejeição pelo temor de contágio, na maior parte das vezes injustificado. Após um, dois ou mais anos de tratamento não é raro que o enfermo abandone o especialista ou a instituição à procura de um tratamento mais rápido ou mais eficaz, provavelmente inexistente. Infelizmente este tipo de problema é quase uma constante nos doentes com afecções do aparelho locomotor em nosso meio. É fácil calcular as dificuldades e os riscos que as vítimas destas doenças criam para si mesmas.

3.º Paralisias

Os desajustamentos de ordem profissional são aqui a regra. Não se limitam aos paralíticos com graves comprometimentos de todo um membro; ocorrem por vezes em pacientes com simples perda de mobilidade ativa em uma articulação. Como conseqüência, aparecem dificuldades financeiras. Estas surgem também em face de um tratamento demorado e dispendioso ou pela necessidade de aquisição de um aparelho de suporte. No campo psicológico são clássicas: a irritabilidade, a insegurança, a instabilidade emocional.

4.º Osteomielites crônicas

O caráter recidivante destas afecções cria principalmente desajustamentos econômicos, além de um sentimento de insegurança facilmente com-

preensível. Também não são raros os riscos de desadaptação ao trabalho.

5.º *Reumatismos crônicos*

Nas artrites de tipo reumatóide há uma verdadeira avalanche de problemas; o caráter cíclico de doença; a tendência à recuperação lenta e deixando, por vezes, seqüelas graves; as dores; o custo; a duração do tratamento; a evidência ocasional da inutilidade dos esforços do médico mal orientado — são bases mais do que suficientes para problemas emocionais, econômicos, profissionais e familiares cuja freqüência aparece nesta ordem.

Nas artrites do tipo hipertrófico ou degenerativa, a situação é felizmente melhor. Na primeira fase enquanto o paciente ainda não aprendeu a “poupar suas articulações” os desajustamentos de todo tipo podem aparecer. Na segunda fase, se não surgem dores incontroláveis, há uma acomodação em geral razoável, com tranqüilidade relativa.

6.º *Deformidades congênicas*

Os problemas psicológicos são bastante raros: o paciente já teve tempo de se adaptar à deformidade. A eventualidade mais comum é a do paciente que deseja ver corrigida sua má formação, mas não pode suportar o ônus de um período de imobilidade mais ou menos longo.

7.º *Deformidades estáticas*

Nos casos em que não existe o sintoma dor, o problema se superpõe ao discutido há pouco, com a circunstância de que são deformidades menos graves, atenuando-se as dificuldades eventuais. Já nos indivíduos de recursos econômicos limitados, um simples pé chato doloroso ou um joanete em fase de indicação cirúrgica podem constituir um handicap sério, se não pode interromper suas atividades ou adquirir o aparelho de suporte que seria indicado.

8.º *Lombalgias*

Nestas afecções as dificuldades de reajustamento vocacional são muitas vezes insuperáveis. Lombalgias posturais, miofascites, artrites apofisárias e radiculites podem ceder ao tratamento indicado. Estes tipos de afecções ocorrem entretanto com muita freqüência em indivíduos cujo trabalho é incompatível com uma atitude de certo repouso para a região lombar. Acresce que o problema propriamente médico tem sido muito pouco focalizado entre nós. A tendência que estes enfermos apresentam para a depressão psíquica é agravada pelos numerosos tratamentos inoperantes a que em geral já foram submetidos.

9.º *Amputações*

E' fácil antecipar os complexos ou desajustamentos psicológicos a que está sujeito quem perdeu um membro ou segmento de membro. Mas não é tudo; as dificuldades para aquisição de uma prótese adequada, são de tal ordem que não é raro ver um amputado aceitar um “pilão”. O ren-

dimento é mau. As alterações no côto trazem ainda novos desajustes econômicos e emocionais.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social junto à Clínica Ortopédica de um hospital terá, então, como função principal:

— o estudo do paciente e de sua família sob os aspectos familiares, econômicos, emocionais, culturais e vocacionais;

— ajudar ao paciente e sua família a encarar de frente as conseqüências familiares, econômicas e sociais da doença;

— remover os obstáculos a uma cura tão completa quanto possível;

— o contato e o encaminhamento para recursos da comunidade capazes de auxiliar na solução dos problemas encontrados ou na prevenção de desajustamentos futuros, dando a essas entidades os fatos necessários para uma colaboração no tratamento que o hospital não pode mais aplicar;

— a colheita ou fornecimento de dados essenciais sobre o paciente para os organismos que se encarregarão das outras duas fases da readaptação.

Os meios empregados para chegar a este fim são:

a) *estudo social* dos doentes internados, através de entrevistas com o paciente, sua família, visitas domiciliares, entrevistas com o superior imediato do paciente ou visitas ao seu local de trabalho, etc.;

b) *seguimento* dos doentes que freqüentem o ambulatório, independente da existência ou não de problemas sociais, a fim de assegurar a vinda regular ao tratamento;

c) *tratamento social* propriamente dito para remover os obstáculos de qualquer natureza que impeçam por parte do paciente ou de sua família o tratamento adequado.

Para atingir a estas finalidades, a Assistente Social deverá estar em estreito contato com o médico. Este entrosamento se faz principalmente através da visita à enfermaria, realizada pelo médico acompanhado da Assistente Social. No Serviço de Ortopedia do H.S.E. esta visita se faz uma vez por semana. A Assistente Social já tomou conhecimento dos doentes novos, por um aviso enviado ao Serviço Social pela Sala de Internação e a repartição do paciente foi, no mesmo dia, informada da sua internação. Nesta visita, o médico expõe à Assistente Social:

— os problemas em foco ou que se esboçam,

— os planos de tratamento,

— as etapas já vencidas no tratamento e o prognóstico,

— o prazo provável de internação e de invalidez,

— os dados de que já dispõe para o estudo social de cada caso.

Por seu lado, a Assistente Social:

— indaga do médico, dados sobre a evolução, tratamento, prognóstico que a interessam e de que ainda não disponha,

— expõe dados já obtidos,

— submete à apreciação do médico, o plano de ação nos casos já estudados,

— contribui com informações de caráter técnico obtidas em contatos com o doente, com a família, com as repartições, etc.,

— chama atenção do médico para problemas humanos nos casos em tratamento.

RESULTADOS DOS NOSSOS ESFORÇOS

Em doze meses de trabalho de colaboração como o descrito acima, dos casos que passaram pelas mãos da Assistente Social, poucos são os cuja readaptação já se processou satisfatoriamente pois a estada nessa clínica é longa, devida a natureza das doenças. Sentimos, entretanto, que muitas vezes nossos esforços não encontram continuação fora dos muros do H.S.E., pela falta de recursos para obter aparelhos indispensáveis e para treinamento e aproveitamento das aptidões dos pacientes. Embora as instituições de assistência mantidas pelo governo concedam auxílios especiais para doenças mentais, lepra, câncer e tuberculose, em nada ajudam àquele que perdeu um braço ou uma perna ou apresenta uma paralisia. Para conseguir uma perna mecânica para um servidor que poderia continuar suas atividades sentado na sua repartição, foi necessário providenciar a ida ao Palácio do Catete dos 4 filhos menores de 10 anos, para que o Presidente da República concedesse a quantia necessária à prótese indispensável.

A falta de regulamentação da legislação existente é outra dificuldade por nós encontrada. Levamos sempre ao conhecimento dos Serviços de Assistência Social dos Ministérios os casos que precisam de readaptação. Os Serviços de Assistência Social, como já dissemos, são órgãos periciais, que dentro de suas atribuições não podem opinar pela mudança de atividade, mas conseguindo por vezes esta mudança do chefe imediato do paciente. Havendo boa vontade do chefe e do Serviço de Assistência Social, esta mudança pode se processar, porém conforme o Art. 70 do Estatuto do Funcionário Público, i.e. "respeitadas as condições inerentes à carreira a qual pertence" o servidor, o que limita muito a escolha para readaptação, ou "mediante transferência", sendo necessário para isso mobilizar o interesse do serviço do Pessoal, do D.A.S.P. e até do próprio Ministro de Estado.

Apesar dessas dificuldades, dos casos de readaptação oriundos das diversas clínicas do H.S.E. podemos dizer que em mais de 50% conseguimos a mudança de função. É verdade que se considerou muito mais a possibilidade de traba-

lho na repartição, do que o estudo sistemático do servidor, considerando suas possibilidades físicas e mecânicas, prévia formação profissional, sua atitude em face de suas limitações e em face do trabalho que lhe podia ser oferecido, etc.

Cerca de 20% dos pacientes foram aposentados porque a repartição não oferecia possibilidades de atividades compatíveis com o estado de saúde ou não quis ter o trabalho de vencer os trâmites burocráticos para conseguir uma transferência. Alguns desses aposentados, com vencimentos reduzidos, procuraram compensar a diferença de receita com novos empregos ou biscates; entre alguns cardíacos que foram aposentados, após um período de hospitalização, sabemos de contínuo aposentado que exerce agora a profissão de carpinteiro.

Chamamos de passagem atenção sobre as desvantagens das aposentadorias precoces que, além do prejuízo financeiro para a Nação e para o servidor, trazem frequentemente um sentimento de inferioridade, ao colocar o indivíduo como incapaz de arcar com suas responsabilidades de chefe de família.

CASOS CLÍNICOS

Apresentamos em seguida dois casos que ilustram alguns dos problemas da readaptação, assim como as dificuldades encontradas e a solução possível dentro das condições atuais.

OBSERVAÇÃO N.º 1

Identificação do Paciente

Paciente, de cor parda, de tipo brevilíneo, com 48 anos, medindo 1,64 m e pesando 67 kg. Informou ter tido um desenvolvimento normal e ter 5 irmãos vivos, porém não sabe do paradeiro de nenhum. Tem instrução primária. Natural de Recife, veio cedo para o Rio, onde se casou em 1930. Deste casamento tem 8 filhos; a filha mais velha com 16 anos e a mais moça com 4 anos.

Habitação

A família reside num morro das encostas de Sta. Teresa, num barraco de estuque, chão de cimento, coberto de zinco, construído pelo paciente em terreno próprio. O barraco tem 4 cômodos contendo 5 camas para 10 pessoas. Tem água numa bica, luz elétrica e pequena cozinha. Não há instalação sanitária.

Profissão

O paciente é "mata-mosquito". Há 19 anos que é funcionário público.

Situação Econômica

Os vencimentos do paciente eram no momento do tratamento de Cr\$ 1.100,00. Recebe Cr\$ 400,00 de abono. Além do desconto de 5% do I.P.A.S.E., desconta ainda Cr\$ 285,00 de um empréstimo de Cr\$ 4.000,00 contraído para colocar água e luz no barraco.

Saúde da Família

O paciente informou que tanto a habitação como a alimentação eram deficientes. Daí a família inteira estar em tratamento no Hospital. A esposa sofre até hoje das consequências de um aborto provocado em 1947. A filha mais velha não pode trabalhar devido a miopia e estrabismo divergente. As crianças menores têm verminose e são desnutridas.

Situação Clínica

O paciente informou ter tido paludismo aos 13 anos, e blenorragia aos 18 anos. Em 1942 começou a sentir fortes dores nos joelhos quando andava muito ou ficava muito tempo de pé. Aos poucos os joelhos ficaram deformados e as dores aumentaram de intensidade. O paciente atribui esta situação ao trabalho nas valas cheias d'água e à necessidade de subir e descer constantemente escadas. Diagnóstico: "genu-valgo bilateral; artrite hipertrófica de ambos os joelhos". O paciente esteve em tratamento de 24 de novembro de 1947 a 23 de junho de 1949, nas Clínicas Médica e Ortopédica. O tratamento consistiu em medicação para melhorar o estado geral, uso de talonetes, recomendações de poupar as articulações. Teve alta melhorado em 23 de junho de 1949.

Encaminhamento ao Serviço Social

Em 2 de outubro de 1949 a esposa do paciente veio ao Serviço Social para obter medicamentos grátis para a menina mais moça que se tratava na Clínica Pediátrica. Informou a Assistente Social da situação da família, em tom humilde, como se estivesse constrangida. Falou do marido que era muito bom e cumpridor de seus deveres, mas muito doente e ameaçado de não poder mais trabalhar devido a uma doença nos joelhos. Parecia muito preocupada com este estado de coisa, pois os chefes do paciente não queriam acreditar na sua doença nem mudá-lo de serviço.

Atuação do Serviço Social

A Assistente Social procurou imediatamente os médicos das clínicas onde se tratava o paciente. O médico informou que ao dar informações sobre si mesmo e sobre sua doença, o paciente o tinha feito assumindo uma atitude indiferente; tempos depois, ao ser informado do diagnóstico, pareceu ficar bastante perturbado. Tentou explicar as recomendações a seu chefe, no sentido de ser mudado de serviço, mas sem êxito. A Assistente Social ofereceu-se para tentar mais uma vez obter uma mudança de trabalho, através do Serviço de Assistência Social, do Ministério; ficou combinado o médico enviar o paciente ao Serviço Social.

Na entrevista que teve com o paciente, a Assistente Social notou também que a atitude do paciente para com sua doença parecia de resignação. Não via no serviço possibilidade de trabalho sentado; achava que o chefe imediato não ligava importância a suas dores, chamando-o a ordem quando ele se sentava ou se encostava. Não havia, segundo ele, remédio senão aceitar a situação e esperar os acontecimentos. Quando a Assistente Social propôs falar com o chefe, ele sorriu e disse: "Bem, a Sra. pode tentar, mas não vai conseguir nada. Eu já levei um papel do médico daqui e ele nem o olhou". Tendo a Assistente Social abordado o assunto da licença, o paciente declarou que não adiantava, porque ele melhoraria um pouco, mas quando voltasse ao serviço, tornaria a piorar; se ficasse muito tempo licenciado, seria descontado de 1/3 dos vencimentos. O paciente também achou que a aposentadoria seria difícil de conseguir porque na Seção de Assistência Social disseram-lhe que não era esse seu caso. Mesmo se a conseguisse, não era negócio porque ganha pouco e tem família numerosa. Era melhor agüentar como pudesse.

A Assistente Social procurou então o Chefe da Assistência Social do Ministério da Educação, expondo-lhe o diagnóstico e o prognóstico da doença do paciente, assim como a situação da família e as reações do paciente. Insistiu sobre a necessidade de uma mudança de atividade. O Chefe da Seção de Assistência Social respondeu que faria o possível, que tinha muita boa vontade, etc.

Passou-se um mês e o paciente veio avisar a Assistente Social que tendo-se dado uma vaga de contínuo na sede do Ministério, tinha ele sido transferido para lá, depois de o Chefe do Serviço de Assistência Social ter falado com o chefe do paciente, o Diretor da Divisão do Pessoal e o oficial de gabinete do Ministro. O paciente agora permanecia quase sempre sentado e parecia satisfeito com a solução dada ao caso.

O caso desse paciente ilustra perfeitamente a situação na qual se acha um servidor com artrite hipertrófica e que não pode continuar as atividades até agora desempenhadas. Vemos aqui uma família normalmente constituída, com relações normais entre seus membros porém lutando com as dificuldades econômicas que, infelizmente, são a sorte da grande maioria das classes trabalhadoras: alimentação e habitação deficiente, causas do estado precário da saúde de todos.

A atitude da família é característica daqueles que não vêem saída numa situação: a resignação. Esta atitude cedo estabelecida no paciente, tornou-se ele indiferente diante das diversas situações advindas durante a sua vida e finalmente diante da doença. Quando se trata, sente alguma melhora, mas não vê possibilidade de mudar de trabalho; mais uma vez resigna-se ao inevitável. Além do problema econômico existente, que se agravará com licenças ou aposentadoria, há um problema psicológico: a atitude passiva do paciente e da família.

Não foi explorada a possibilidade de ensinar ao paciente uma outra profissão, porque ele só tem uma instrução rudimentar e é difícil ensinar um homem de 48 anos, prematuramente envelhecido. Por outro lado, não possuímos recursos para essa reeducação.

Outro ponto ilustrado neste caso, é a necessidade de os médicos não perderem de vista durante o tratamento o que pode advir ao paciente no futuro. Se o Serviço Social veio a conhecer a situação foi porque a esposa contou à Assistente Social a situação em que se encontrava a família. Tomou a Assistente Social a iniciativa das providências. O próprio médico mostrou-se descrente do êxito dessas providências, embora fôsse vital para o tratamento da afecção em causa que o paciente limitasse suas atividades e economizasse suas articulações.

Por fim vemos que não havia apoio legal para a readaptação, além de desconhecimento da situação clínica e social por parte dos chefes do paciente. A mudança de atividade foi conseguida porque houve uma vaga de contínuo na sede do Ministério e boa vontade de pessoas influentes.

OBSERVAÇÃO N.º 2

Identificação

Paciente, branco, com 41 anos, solteiro, natural de um Estado do Nordeste onde reside e trabalha. O paciente perdeu cedo seu pai; a mãe lutou muito para educar seus 6 filhos. O paciente só tem curso primário, mas é inteligente e tem grande diversidade de interesses. Quando rapaz praticou esporte, principalmente futebol. É funcionário do Ministério da Agricultura exercendo a função de fiscal de campo. Vencimentos, Cr\$ 1.100,00. Mora em pensão pagando Cr\$ 700,00.

Saúde

O paciente informou que teve várias doenças na adolescência: varíola aos 16 anos, blenorragia aos 17 anos, paludismo aos 19 anos, como também nesta idade vários resfriados e gripes. Com 28 anos teve sorologia positiva e fez o tratamento completo contra a sífilis. De uns anos

para cá, sentia no peito como “um fole em compressão” o que muito o incomodava. No Norte, consultou vários cardiologistas, sem grande resultado. Em 1947, sofreu um acidente e desta data em diante sentia dores fortes nas costas, quando fazia esforços ou quando ficava muito em pé. Com muito sacrifício veio ao Rio e matriculou-se no H.S.E.

Situação Clínica

O Diagnóstico da Clínica Ortopédica foi: “Fratura antiga por compressão da 12ª vértebra dorsal”. Pedido parecer da Clínica Cardiológica, o diagnóstico foi: “Estenose aórtica provavelmente de origem reumática”.

O paciente foi internado a 5 de agosto de 1949, para uma intervenção cirúrgica, que não pôde ser realizada em vista da condição cardíaca do paciente. O ortopedista foi então de opinião que o paciente poderia continuar a trabalhar se tivesse um colête ortopédico. Caso contrário, o prognóstico quanto à recuperação da capacidade para o trabalho não seria muito favorável.

Encaminhamento ao Serviço Social

O paciente veio espontaneamente ao Serviço Social no dia em que foi internado a fim de que sua repartição fosse notificada do tratamento que iria fazer e processar a devida licença. No dia 28 do mesmo mês, o médico procurou o Serviço Social para expor a necessidade de aquisição de um colête ortopédico para o paciente. O preço de semelhante prótese era de mais ou menos Cr\$ 3.800,00, alegando o paciente que não o podia pagar.

Atuação do Serviço Social

O paciente assumia para com sua doença e o prognóstico uma atitude construtiva. Estava resolvido a voltar para seu Estado, a continuar a trabalhar, mesmo em outra atividade, se necessário, e a ficar sob controle clínico para a condição cardíaca. A Assistente Social teve a impressão de um homem que olha as situações como elas se apresentam e toma as providências necessárias. Mostrava-se ansioso quanto a possibilidade de obter o colête.

A Assistente Social conferenciou com o Chefe do Serviço de Assistência Social do Ministério da Agricultura. Ambos não encontraram um meio de auxiliar o paciente. Apesar disso levaram o caso ao conhecimento do Diretor da Divisão à qual pertence o paciente. Dias depois este enviou ao Serviço Social do H.S.E. uma autorização para confeccionar o colête às expensas da Divisão. Duas semanas depois, o servidor voltava para o Norte e para seu trabalho munido do colête, com recomendação de conservar-se em contato com um cardiologista e de levar uma vida calma, sem excessos no trabalho e nas atividades recreativas.

Embora ambos os casos tivessem um “happy ending”, podemos observar as semelhanças e as diferenças que nos esclarecem sobre os problemas e as soluções possíveis. A situação econômica é precária para os dois pacientes, porém para o 2.º permite-lhe uma vida razoável embora não permite a aquisição da prótese tão necessária. Esta foi conseguida, não por força de um dispositivo legal, mas graças a boa vontade de várias pessoas. Esta única saída, a que foi possível no momento, só pode ter uma péssima repercussão sobre os servidores em geral: dar-lhes a idéia que só se conse-

gue por “pistolão” aquilo que é devido por justiça.

Fator interessante e positivo neste 2.º caso que reduziu ao mínimo os traumatismos psíquicos naturais a estes tipos de afecções foi a atitude construtiva que o paciente tem para com a vida em geral e para com sua saúde em particular.

Outro fator decisivo: o contato cedo estabelecido entre o médico e a Assistente Social para a troca de informações e tentar solucionar o caso da melhor maneira possível.

Quanto ao propósito do Serviço Social sobre os dois casos, podemos dizer que o paciente n.º 1 continuará a encarar sua doença e as complicações futuras com a mesma indiferença e resignação de outrora. Para ele um seguimento seria necessário, a fim de reencaminhá-lo à clínica se a situação piorar e auxiliá-lo nestas novas dificuldades. O 2.º paciente já nos dá outra esperança: podemos estar certos de que, não somente ele procurará o médico quando necessário, mas provavelmente saberá tomar decisões para orientar sua vida.

CONCLUSÕES

Seria portanto de desejar que o 1.º Congresso Brasileiro de Higiene e Segurança do Trabalho recomendasse:

1.º Seja estudado e quanto antes pôsto em prática um plano de readaptação profissional e funcional para os servidores do Estado.

2.º Os Institutos de Previdência e as organizações que se dediquem ao bem-estar dos trabalhadores, também estudem um plano de readaptação de inválidos.

3.º Nos estudos e na realização dos serviços destinados à readaptação, o paciente seja considerado como um todo psico-somático, como um homem enfim, tendo direito ao estudo e à solução dos problemas de ordem física, psicológica e moral que o possam afetar.

4.º Para a realização da readaptação, sejam considerados os recursos já existentes e a colaboração de diversos especialistas, tais como médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, recreadores, bibliotecários e Assistentes Sociais, a fim de estudarem e solucionarem todos os problemas que se apresentarem.

5.º O homem não seja considerado somente como uma máquina, que por vezes se torna necessário consertar, mas como um todo psico-somático, como uma criatura humana podendo ser freqüentemente ainda útil à sociedade, bem como ser chamado a um destino eterno.

Relações com o Público

PAULO POPPE DE FIGUEIREDO

OS que se dedicam ao estudo complexo das relações com o público afirmam que hoje em dia um Governo para conquistar a simpatia popular carece de trazê-lo bem informado do seu programa de realizações em termos à altura da sua compreensão e, ao mesmo tempo, propiciar aos funcionários meios de fazê-los cientes da maneira pela qual o público reage aos serviços que o Governo executa.

Esta ação recíproca realiza aquilo que os americanos chamam de "two-way street" porque envolve, de um lado, uma contínua compreensão por parte do órgão central de pessoal e, de outro lado, um contínuo criticismo por parte do público. Através deste intercâmbio o Governo construirá uma sólida base para praticar a verdadeira democracia e evitar os perigos de uma burocracia absorvente.

As relações com o público assumem importância extraordinária em regime democrático; a prova do bom êxito das medidas tomadas pelo Governo se encontra na aprovação dos cidadãos. Por este meio, o Governo sabe que os serviços que presta são satisfatórios.

E para o exercício desta incumbência o órgão natural é o serviço central de pessoal; entretanto, as relações com o público não caberiam num órgão dessa natureza e cuja finalidade se limite apenas ao recrutamento mas se entrosarão perfeitamente no órgão de pessoal com atribuições de exercer as atividades gerais da administração.

O fim visado pelas relações com o público não se restringe a informar. Todos os atos da administração, em princípio, devem satisfazer ao público. Satisfação é um estado subjetivo. Para se saber da sua presença ou ausência, convém que o público se manifeste. Uma política esclarecida de relações se esforça para conhecer o pensamento do público por intermédio de recursos que facilitem a expressão de sugestões e reclamações, de investigações de atitude e opiniões e por outros processos bem desenvolvidos com o objetivo de registrar as reações dos interessados.

À medida que as funções do Governo se ampliam e assumem aspecto técnico complexo, as autoridades se isolam cada vez mais nas suas tarefas. Daí a tendência de existir uma burocracia centralizada e concentrada. A análise do público constitui o melhor corretivo para uma burocracia que se enquistava cada vez mais.

As relações com o público tratam do desenvolvimento e da preservação por processos legítimos das atitudes favoráveis do público. A ideologia

das relações com o público se prende ao campo da psicologia social e individual que estuda os meios pelos quais as atitudes se formam e modificam. Instrumentos de trabalho foram aperfeiçoados por educadores, consultores em relações com o público, especialistas em relatórios públicos, estudantes de relações humanas e técnicos afeiçoados no emprêgo dos mais variados recursos de publicidade como a imprensa, rádio, cinema, exposições, etc.

Há três linhas de atividade que se reputam indispensáveis em um programa de relações com o público. A primeira diz respeito à crítica sistemática ao próprio Governo ou à administração a fim de determinar até que ponto a burocracia, as atitudes ou ações oficiais ou os atritos se tornaram responsáveis pelas reações e atitudes por parte do cidadão ou consumidor.

Ao lado desta autocritica, a segunda linha de atividade envolveria a exploração sistemática das atitudes dos consumidores ou cidadãos. É evidente que se torna imperativo conhecer o estado de espírito dos consumidores ou cidadãos, por meio de grupos ou amostras representativas, se um programa de relações entrar nas cogitações práticas do Governo.

Apoiando-se nos sistemas citados de autocritica e de avaliação das atitudes do cidadão, já existe o terreno preparado para se empreender a terceira linha de atividade. Esta consistiria nos reajustamentos que se tornassem indispensáveis na possibilidade de apresentar relações ou apelos. Para tanto, convinha instituir uma cooperação esclarecida entre a autoridade e o cidadão com o propósito de facilitar a realização da política do Governo em prol do interesse comum.

É preciso ponderar que "relações com o público" não significa exclusivamente publicidade embora esta, na realidade, seja um dos setores mais explorados. Aliás, para efeito deste estudo, conviria ter em mente que publicidade educacional e de notícias se considera atividade legítima ao passo que propaganda se considera publicidade ilegítima.

No tratar do problema das relações com o público, importaria anotar o seguinte:

a) não há a rigor "o público" mas vários públicos que representam uma multiplicidade de interesses diversos, acompanhados geralmente de exigências específicas;

b) assim, por força disso, o programa de relações deve procurar abranger tôdas estas particularidades. Não bastará que inclua uma só ati-

vidade, é necessário que haja um sistema amplo dentro do qual caiba cada um dos públicos mais importantes;

c) na organização deste programa, levar-se-ão em conta as informações que se originem diretamente dos registros e cadastros dos órgãos oficiais;

d) não se devendo subestimar a considerável competição que atualmente procura captar a atenção do público, o órgão do Governo lançará mão de técnicos com o propósito de apresentar programas que sejam tão efetivos quanto os dos rivais;

e) as relações com o público não se circunscrevem à publicidade de cunho mais ou menos formal, dizem respeito também aos contatos pessoais de toda espécie que os funcionários, no exercício das suas funções, mantenham com o público;

f) as relações com o público, em síntese, determinam um fluxo constante de informações e entendimentos em dupla direção, entre os órgãos oficiais e os públicos, de um lado, e entre os públicos e os órgãos oficiais, do outro lado. É o que os americanos chamam "two-way street".

A implantação de um programa deste porte encontrará dificuldades das quais as mais graves seriam:

- 1) a complexidade do Governo moderno;
- 2) a atitude habitual de indiferença por parte do público em geral;
- 3) a falta de reconhecimento da maioria dos funcionários que não dão a importância devida à responsabilidade que lhes cabe na execução do programa de relações com o público;
- 4) a falta de índices e dados objetivos por meio dos quais se meçam os resultados práticos dos métodos e processos adotados;
- 5) os recursos financeiros limitados para custear as atividades das relações com o público;
- 6) a necessidade de haver a assistência de técnicos especializados para dirigir este setor da administração do pessoal;
- 7) a dificuldade de haver uma atitude de isenção e imparcialidade;
- 8) a dificuldade de inculcar no público que os processos adotados nas relações com o público não se destinam ao que se entende como propaganda;
- 9) o receio infundado que alimentam os individualistas exagerados de que o Governo sempre tende a transformar a publicidade oficial em propaganda.

Em sentido genérico, há tantos públicos quantas pessoas e, consoante uma enumeração aceita, os que realmente assumem valor ponderável seriam: a imprensa, as escolas, o público em

geral, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, os chefes e diretores das repartições, e os servidores públicos de categoria subalterna. Consequentemente, para cada um destes tipos de público deverá haver métodos e processos adequados de relações.

Na análise do problema das relações, examinar-se-ão de preferência os contatos que o órgão central de pessoal, no exercício das suas atribuições, mantém com outros indivíduos e organizações. Estes grupos e pessoas se interessam geralmente pelas informações decorrentes de relatórios e dados técnicos que se refiram a recrutamento.

O órgão central de pessoal funciona habitualmente como uma espécie de "clearing-house" de informações sobre recrutamento. Este intercâmbio de notícias para tirar tôdas as consequências que se podia esperar, deveria ser entregue a especialistas com exercício naquele órgão.

Aquêles grupos e pessoas que representam o potencial humano do mercado do trabalho dos quais se recrutam os novos servidores públicos constituem assunto de particular interesse para o órgão central do pessoal. Entre tais grupos, especial menção merecem as instituições educacionais porque são reservatórios de funcionários e uma força que não se deve desprezar na formação da atitude das gerações futuras para com o serviço público.

O legislativo constitui uma espécie de público de natureza especial e muito importante. O órgão central de pessoal, quando cômico da sua responsabilidade, deveria ter todo interesse em manter os membros das Casas do Congresso continuamente a par das suas realizações, problemas e objetivos. Os legisladores se situam no meio caminho entre o público em geral e o "staff" da administração.

A fase mais delicada do programa de relações com o público a cargo do órgão central de pessoal é aquela que diz respeito ao Poder Legislativo. Pelo sistema constitucional vigente em muitos países, o regime do serviço civil prevalente pode ser alterado, a soma de autoridade daquele órgão pode sofrer a influência da pressão da opinião pública e, assim, a administração do sistema do mérito passar por flutuações ao sabor das correntes políticas.

Estas considerações e outras semelhantes tornam imperativo que o órgão central de pessoal estabeleça boas relações com o Poder Legislativo e com os seus membros individualmente. Muitos dos problemas de pessoal envolvem situações e aspectos técnicos que exigem estudos cuja natureza muitas vezes confidencial só podem ser resolvidos em contatos pessoais, mediante trocas de idéias esclarecedoras.

A legislação que diz respeito ao órgão central de pessoal e à administração que lhe cabe executar ou orientar geralmente se circunscreve a

uma ou mais comissões técnicas especializadas. O órgão central de pessoal deveria, como medida de rotina, manter e estreitar relações com estas comissões e preferencialmente cercar os membros influentes de tratamento mais cordial possível.

Na América do Norte, a "Civil Service Commission" designa um membro do seu "staff" para servir como elemento de ligação com a "Civil Service Committee" da Câmara dos Deputados, em cuja sala de reuniões ele passa a ter exercício. Este funcionário fornece as informações e dados que a Comissão possa precisar e, durante as discussões de matéria que interessa à "Civil Service Commission", toma assento entre os deputados para facilitar e esclarecer os debates.

Resulta daí um alto grau de cooperação entre os dois Poderes Executivo e Legislativo, ficando a Comissão da Câmara perfeitamente a par das minúcias e aspectos técnicos da matéria discutida, aceitando os projetos que parecem razoáveis e rejeitando os que não merecem aprovação.

Em resumo, a boa vontade do Poder Legislativo para com o Governo é vital para o órgão central de pessoal, para o sistema do mérito e para todos os aspectos fundamentais das atividades administrativas.

O complexo das relações entre o órgão de pessoal e o Presidente da República pode ser condensado em três ou, possivelmente, quatro pontos:

- 1) necessidade de consolidar uma base positiva de apoio;
- 2) necessidade de resistir a pressões possíveis que venham através do Presidente da República;
- 3) questões de administração geral como seriam a aprovação de decretos e fornecimento de recursos orçamentários;
- 4) as relações com o público em geral quando possam atingir o órgão central de pessoal e a confiança no apoio do Presidente da República.

Um apoio bem consolidado do Presidente da República constitui imperativo para a eficácia de qualquer programa de pessoal avançado. A propósito, as seguintes situações podem ocorrer:

- 1) a comissão do serviço civil na realidade é apenas uma agência de recrutamento a qual é encarada de certo modo de lado pelos administradores do órgão de linha que a consideram "fora de trabalho";
- 2) aquela comissão não dispõe de muitos recursos para realizar um bom trabalho;
- 3) muitas das funções de pessoal são executadas já pelos funcionários de linha, cada um dos quais trabalhando consoante uma orientação pessoal e achando que a interferência da comissão viria colidir com os seus direitos;
- 4) muitas das funções do pessoal em vigor são ignoradas total ou parcialmente.

Pelo que ficou visto, não há dúvida de que o órgão central de pessoal precisa contar com o apoio decisivo do Presidente da República. Além disso, o sistema do mérito traz vantagens extraordinárias ao Chefe do Executivo. Em primeiro lugar, concorre para reduzir a enorme pressão de nomeações políticas, economizando-lhe tempo e energia para assuntos mais importantes. Em seguida, dá-lhe oportunidade de aperfeiçoar a qualidade da própria administração em todos os sentidos.

O pessoal de linha constitui o mais importante e talvez um dos públicos mais críticos com que o órgão central de pessoal deve lidar. À diferença do que se passa com muitos outros contatos que são periódicos, indefinidos e intangíveis, as relações com os funcionários de linha são contínuas, definidas e potencialmente tendendo para o bem ou o mal.

As funções que exercem o órgão central de pessoal e os funcionários de linha se completam. Um depende do outro, não importa se esta interdependência seja ou não reconhecida.

O "staff" técnico do órgão central de pessoal espera dos funcionários de linha o cumprimento dos decretos, das instruções e da política de pessoal, mostrando sempre inclinação para exercer cada vez mais um poder de controle. Os funcionários de linha esperam do "staff" técnico proteção, assistência e orientação, mostrando inclinação em resistir ou ressentir o controle central, e insistindo no sentido de obter uma maior liberdade de ação.

Estas atitudes críticas se originam frequentemente do resultado de falta de compreensão e da inabilidade ou ausência de oportunidade para que um e outro observem o ponto de vista alheio.

Os funcionários de linha e o pessoal do "staff" têm atitudes e costumes peculiares, desenvolvidos com igual lógica, visando atender a necessidades e situações perfeitamente inteligíveis ao grupo interessado mas obscuras e incompreensíveis ao grupo oposto.

Mediante esforço consciente no sentido de reconhecer claramente e analisar estes hábitos contrários embora involuntários, o órgão central de pessoal poderia sem dúvida exercer a sua influência para melhorar as suas relações com o pessoal de linha.

Estas relações influem profundamente no êxito do programa de pessoal; o sistema de seleção pode ser prejudicado em prestígio, e na execução, se o órgão central de pessoal evitar consultar os funcionários de linha sobre questões de exame.

Tornando-se tensas estas relações, pode ocorrer que o pessoal de linha se disponha a pular por cima do órgão central de pessoal, indo diretamente ao legislativo em busca de auxílio e destruindo infelizmente a distinção entre administra-

ção política e rotineira. Situação semelhante decorrerá se o órgão central não fizer uso devido de sua autoridade e deixar escapar as oportunidades que aparecerem. E' o que se passaria, por exemplo, se o órgão central não aplica a sua competência legal para classificar cargos consoante o critério de deveres e responsabilidades e servir de base para o desenvolvimento posterior de um plano de pagamento; tal se dando, as autoridades de linha terão de lançar mão de planos de pagamento sem estudos técnicos e científicos.

Os pontos de contatos entre o pessoal de linha e o órgão central de pessoal são variados, convindo citar as conferências e entrevistas pessoais, compreendendo inquéritos, investigações, consultas e reuniões profissionais. Há as comunicações oficiais por meio de correspondência, telefone e telégrafos e toda a série de contatos por força da própria administração de pessoal, envolvendo as medidas que se referem à classificação de cargos, planos de pagamento, recrutamento, certificados de concurso e exame, nomeação, estágio probatório, treinamento, avaliação de eficiência, promoção, transferência, disciplina, exoneração, demissão e aposentadoria.

Os partidos políticos formam o público mais poderoso; exercem grande pressão sobre o serviço público e tradicionalmente se inclinam para o "spoils-system". Aceita-se que a moderna organização do serviço público com base no sistema do mérito se destina sobretudo a enfrentar esta concepção de que os cargos públicos constituem galardão remunerador da lealdade política.

Não causa espécie que os partidos políticos geralmente alimentem uma atitude hostil para com o órgão central de pessoal e achem que se deve extingui-lo a qualquer preço ou, ao menos, torná-lo dócil aos seus interesses partidários.

Os contatos entre os partidos políticos e o órgão central de pessoal, embora consideráveis e variados, visam sempre dois pontos: — preservar o "patronage system" e imobilizar aquele órgão.

Os autores americanos que se especializam em administração pública sentem ao vivo a luta que vem de séculos entre as duas concepções antagônicas — "spoils-system" e "merit-system" — uma encarnada no partido político e outra no serviço civil. Por isso, ao examinarem este capítulo, discorrem com abundante arrazoado para ferir bem o contraste.

O partido político procura abalancar a autoridade do órgão central de pessoal, adotando estratégia padronizada que se resume em restringir a soma de competência prevista na lei estatutária, ampliando, por outro lado, o serviço não classificado e excetuando do serviço classificado os cargos mais importantes. O forte do sistema do mérito, como se sabe, se encontra em a necessidade de exame ou concurso competitivo geral para a nomeação.

Nestas condições, assumirá aspecto transcendental a manutenção de boas relações entre o órgão central de pessoal, o Legislativo, o Presi-

dente da República e o público em geral cuja atitude exerce forte pressão na elaboração das leis.

Onde, porém, os partidos políticos atingem em cheio o seu objetivo de neutralizar o órgão central de pessoal está em conseguir que as nomeações para os altos postos de direção de serviços se façam consoante as suas linhas partidárias. O fator decisivo neste particular é o Presidente da República, o que mostra à evidência a importância de existir um regime efetivo de boas relações com o "staff" que o cerca.

Outro ponto visado pela estratégia dos partidos políticos no combate ao órgão central de pessoal é conceder-lhe ou não recursos orçamentários necessários. A área de conflito agora se amplia, incluindo o Legislativo, o Presidente da República e o serviço que se incumbe da elaboração orçamentária, obrigando ao órgão central a entabular boas relações com o pessoal principalmente do serviço citado.

Os que trabalham na imprensa e os dirigentes das maiores estações de rádio são, outrossim, públicos de natureza especial, considerando a sua importância para a disseminação de informações e notícias.

O órgão central de pessoal, sobretudo em matéria de recrutamento, mantém um contato amplo com o público em geral. Para que possa realizar uma política de pessoal eficiente, aquele órgão precisa convencer-se de que o seu programa de relações com o público se dirige não a um público particular mas a numerosos públicos. E, como se fôsse um produtor de variados artigos de consumo, o órgão central de pessoal precisa estar a par do gosto e peculiaridades dos seus fregueses, aplicando todas as técnicas, processos e recursos recomendados a esta alta finalidade.

No recente concurso para a carreira de técnico de administração do D.A.S.P., teses e proposições de evidente atualidade foram debatidas e o autor deste artigo, movido pelo interesse profissional, teve a grata satisfação de verificar que o ambiente administrativo no Brasil ainda se encontra em estado de agitar idéias e opiniões muitas das quais contrariando sistemas clássicos e tradicionais.

O setor pessoal da administração pública foi castigado rudemente e duas teses de grande valia lançaram dúvidas e levantaram questões cujas repercussões serão inevitáveis.

Não é momento agora de discuti-las porque tal mister demandaria esforço consciencioso de pesquisas e prudente preparo doutrinário. Entretanto, parece que a tese de que classificação de cargos constitui *in-totum* matéria exclusiva de organização, segundo a opinião do seu defensor Oton Sérvulo de Vasconcelos, que teve a felicidade de vê-la sufragada pela banca examinadora, levada pelos conhecimentos que demonstrou do problema e por seus argumentos atraentes e formalmente irresponsáveis — a tese de que a classificação de cargos constitui matéria exclusiva de

organização é daquelas que deve ser discutida e o autor do presente artigo se reserva para, em tempo oportuno, dizer algo a respeito, defendendo o ponto de vista conciliatório em prol do verdadeiro sentido do que seja classificação de cargos, distinguindo aquilo que cabe a organização daquilo que cabe a pessoal.

A outra tese que veio de encontro a noções já firmadas e aceitas é de que o problema das relações da administração com o público também se situa no setor de organização. A banca examinadora acompanhou este ponto de vista do seu defensor Dr. Ibany da Cunha Ribeiro.

No presente artigo escrito com idéias e princípios de autores abalizados condensados do conhecido livro "Public Relations of Public Personnel Agencies", tal problema se considera do setor pessoal; e o argumento de que as relações de administração com o público cabem integralmente na função coordenadora da teoria administrativa de Fayol também parece que não deve ser assim acolhida com este aspecto tão generalizado.

As relações com o público existem em qualquer setor da administração; essas relações fundamentalmente estão implícitas na noção do serviço

público cujo sentido objetivo é servir o público em geral.

Os problemas ligados às questões de contato da administração com os seus vários clientes deveriam ser entregues a um órgão de "staff", criando-se pessoal com preparo especializado para versar com proficiência os intrincados e sutis princípios que informam essa parte da administração pública.

Todavia, não parece muito fácil compreender as razões daqueles que defendem a tese de que os problemas de relações com o público seriam de organização; evidentemente, essas relações só poderão interessar à estrutura do órgão administrativo de modo indireto.

A aceitar esta tese, todos os problemas de administração seriam estruturais e de base; todos quer mediata ou imediatamente decorrem do arcabouço sobre o qual se levantam os sistemas de pessoal, de orçamento, de material e de documentação.

A organização absorveria tudo; seria um novo Leviatã e deixaria ao técnico de pessoal apenas as funções secundárias de exegeta e executor.

* *

*

Doutrina, no sentido militar, tem um sentido secundário ou relativo ao processo. Diz respeito exclusivamente à maneira de agir, isto é, ao processo de ação. Não nos interessamos, porém, por este aspecto do problema, mesmo porque este livro não é um tratado de estratégia militar. Nosso objetivo é apenas o de identificar os princípios da eficiência militar os quais são universais quanto a sua aplicação às outras organizações. O primeiro e mais importante desses princípios é um fator real, ainda que de ordem abstrata: o *moral*. Moral é a soma de várias qualidades psicológicas, entre as quais está a coragem, a fortaleza de ânimo, a resolução e, acima de tudo, a confiança. Estas virtudes não são monopólio de uma comunidade, de uma raça ou de uma nação. Quando existem e quando um exército está, em matéria de moral, em posição definitivamente superior à de seu adversário, o resultado é decisivo. Nos casos em que o número de homens, o equipamento, a disciplina e a qualidade dos chefes são iguais, é quase certo vencer o exército em que o "moral fôr mais elevado". Há, na guerra, duas ordens de moral: a do soldado e a da população civil. Essas duas ordens se assemelham no que pese o fato de derivarem ambas da *confiança*. Em certo sentido, porém, são diferentes. Ao contrário do que acontece com o moral do civil, o do combatente depende menos dos sentimentos de patriotismo ou dedicação a uma causa ou princípio. Quaisquer que sejam as emoções de um soldado em ação, o moral de um exército em luta e no campo de batalha deve ser mantido por outros meios. Até mesmo os exércitos mercenários são possuídos, não raro, de um moral elevado. O exército que Aníbal levou à Itália era constituído principalmente por mercenários de quase todas as raças da Europa Ocidental e do Norte da África. Esse exército possuía, porém, um moral quase inquebrantável resultante de seu preparo e da sua disciplina, do orgulho de suas proezas na luta e da ilimitada confiança em seu grande comandante. De outro lado, nenhum propósito de elevação do moral pode, por si só, manter o espírito forte de um exército de que desertou a confiança. Esses fatos mostram o papel importante que a organização desempenha na criação e manutenção de um moral elevado. Quando dizemos que um exército é definitivamente superior em moral ao seu adversário queremos dizer que os indivíduos que compõem esse exército foram mais bem preparados pelos seus chefes que os dotaram com as virtudes fundamentais da vontade e do coração. Significa simplesmente que os integrantes desse exército estão imbuídos de uma determinação e uma confiança que pode ser atribuída a causas naturais, das quais nenhuma é mais poderosa do que a consciência de que é membro de uma organização melhor e mais eficiente. Não há nada de peculiar à guerra. Em toda atividade humana a eficiência da organização é o mais poderoso agente criador e mantenedor do moral. — "Princípios de Organização" — Mooney e Reiley — "R. S. P." — julho — 1949.

* *

*

A administração pública não viola nenhuma regra de direito quando modifica a situação prevista em um contrato administrativo, se essa modificação resulta do exercício normal de sua atividade jurídica no sentido material, ou se dita uma regulamentação sobre polícia geral de segurança, higiene, etc. — (RAFAEL BIELZA — *Direito Administrativo*, pág. 335).

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

A dramática experiência de Antonio Arango

Educação básica e recursos naturais

GUILLERMO NANNETTI.

(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

O artigo que hoje apresentamos, o quarto da série "Problemas de Alimentação e Povoamento", divulgada pela UNESCO em língua portuguesa através da Revista do Serviço Público, é da autoria de um sul-americano, o professor Guillermo Nannetti, antigo ministro da Educação da Colômbia e membro do Conselho executivo daquele organismo internacional.

INTRODUÇÃO

Precisamos ensinar a Antonio Arango e a seus filhos os métodos de conservação dos recursos naturais, a fim de evitar a devastação do solo, das águas, da fauna e da flora; a fim de atender às necessidades vitais e prementes de uma população sempre crescente; a fim de permitir a adaptação harmoniosa do homem ao próprio meio ambiente; a fim de mobilizar os povos para a preservação da beleza e da riqueza de suas pátrias; a fim de estabelecer a paz no mundo.

I

A EROSÃO DO SOLO

(História de Antonio Arango)

A bordo de um navio que se aproxima do pôrto colombiano de Barranquilla, no mar das Antilhas, o passageiro avista a terra da Colômbia antes mesmo de vislumbrar a costa. O mar, até então de um azul tropical, torna-se amarelo a perder de vista.

Mas por que essa côr amarelada?

E' que o pôrto de Barranquilla está situado no estuário do rio Magdalena, um grande rio que, nascendo no próprio coração da Colômbia, vai desaguar no mar das Antilhas, depois de percorrer 1.550 km.

E' a terra, que o rio carrega constantemente, que dá à água do mar essa tonalidade amarelada estendendo-se por vários quilômetros em torno do pôrto de Barranquilla.

E de onde vem essa terra?

Vem do Vale do Magdalena e das faldas das montanhas dos Andes, que margeiam o vale, a Leste e ao Oeste. Arrancada pelas chuvas, essa terra acompanhou o curso dos riachos, dos afluentes e dos rios tributários.

O rio Magdalena, por seu lado, atacou as próprias margens.

O viajante contempla, indiferente, essa côr amarela das águas.

Nem imagina que, dia após dia, ou melhor, que de hora em hora, de minuto em minuto, tôda a riqueza de um povo está sendo carregada para o mar.

Essa terra vegetal levada pelo rio, alimentava plantações de café, de banana, de milho.

Conheci Antonio Arango na Cordilheira dos Andes, onde viveu sem compreender êsse drama da boa terra assim roubada.

Antonio Arango havia empregado tôdas as suas economias na compra de um lote de terra — 20 hectares — na Cordilheira.

Uma densa floresta que cobria essa terra indicava a fertilidade do solo.

"Um solo onde crescem árvores tão frondosas, deve ser bom" — pensara Antonio, contemplando com satisfação o espesso tapête vegetal que se exibia na incisão feita pelo rio.

Entre os bosques, cheios de árvores cobertas de musgo e parasitas, rolavam as águas cristalinas do rio, tão cristalinas, que Antonio e seus filhos lhe deram o nome de "El Diamante".

Era um sítio ideal para construir uma casa dominando a extensa paisagem. Antonio Arango amolou o machado e o facão. O aço ia subjugar a floresta virgem. Ajudado pela mulher e três filhos, trabalhou como um mouro. Aos golpes de seu machado infatigável, as árvores caíam ruidosamente. Nem pensava em aproveitá-las,

uma vez que não existia estrada para transportá-las, nem aldeias vizinhas onde vendê-las.

Assim foi que, aproveitando uma série de lindos dias ensolarados, Antonio Arango amontoou os troncos caídos e ateou-lhes fogo.

Em outros recantos da montanha, outros colonos faziam o mesmo. Foi um incêndio formidável. Como crepitavam, no braseiro, aqueles gigantes caídos e como fugiam das labaredas os animais, os pássaros, da floresta virgém!

Finalmente, desbravado o terreno, Antonio Arango nêle semeou milho, deixando, porém, dois hectares de terreno onde fez a pastagem para o gado. No alto do monte, construiu sua casa. Em honra da fiel companheira que tanto o ajudara, Antonio deu à propriedade um lindo nome: "La Isabella".

A primeira colheita foi das mais promissoras.

Como crescia o milharal! Que belas espigas cheias e vigorosas!

No trabalho ninguém me vence — dizia Antonio — olhando com orgulho o fruto de seus esforços. E continuou a semear milho. Mas eis que tudo começou a mudar. "El Diamante", outrora profundo e límpido o ano inteiro, começara a minguar e já não era mais do que um tênue fio d'água. Na época das chuvas, transformava-se em torrente amarelada carregado de pedras, de lama, de pedaços do solo. As colheitas foram-se tornando mais parcas. Antonio Arango vendeu a vaquinha que não encontrava mais alimento no prado. Começou a preocupar-se. Os negócios iam mal. Um belo dia, enquanto se entregava à faina de semear milho, sua foice chocou-se contra a rocha. A camada de húmus minguara a tal ponto que já as pedras começavam a aflorar por todo lado. O dinheiro começou a faltar. As crianças já não tinham o que comer.

Por fim, do "El Diamante" nada mais restava senão o leito pedregoso.

Foi então que Antonio Arango, com seus companheiros — os venturosos colonos de antes — partiu em busca de outro pedaço de floresta virgem para recomeçar a vida.

Esse pequeno drama de Antonio Arango repete-se em todo o país, em todo o continente, em todo o mundo.

Calcula-se que a erosão do solo custa à Colômbia, anualmente, 10.000 propriedades de 20 hectares cada uma. Em outras palavras: cada ano, 10.000 famílias se encontram na mesma situação em que se encontrou a de Antonio Arango.

O Dr. H. H. Bennett, apóstolo norte-americano da conservação do solo, afirma que em sua pátria perderam-se irremediavelmente 300 milhões de acres e que 755 outros milhões estão ameaçados. Autores abalizados apontaram êsse mesmo perigo em outros países e em outros continentes.

Mas não é apenas o caso do homem cuja terra desaparece. Há também o caso dos que, vivendo miseravelmente e se encarniçando em vão numa terra esgotada, assistem à própria ruína e à degenerescência da própria raça.

A História nos fala de civilizações que se desmoronaram em consequência do empobrecimento da terra-mãe.

A Grécia clássica era uma terra de bosques e regatos. Cartago, uma região de florestas e culturas. Em certas zonas desérticas da África do Norte, os arqueólogos descobriram ruínas de cidades onde ainda se encontram vestígios de uma indústria derivada da oleicultura e da viticultura. A ciência afirma que o mesmo aconteceu com grandes civilizações da Ásia Menor. Nada impede que os povos hoje ameaçados pela erosão escapem à mesma sorte.

O processo de erosão, por vezes rápido e fulminante, pode completar-se em poucos anos, como aconteceu na terra virgem de Antonio Arango, exposta à ação das chuvas tropicais.

Em outros sítios, lento e insidioso, revela-se apenas pelo empobrecimento progressivo do solo, pela descalficação e pela degenerescência da raça; pela estatura cada vez mais reduzida das novas gerações: pela sua má dentição; pelo cortejo de doenças que sempre acompanham a subalimentação e o pauperismo.

II

COMO DESAPARECE A TERRA

(História de uma partícula de terra)

Mas voltemos a Antonio Arango. Que aconteceu com as suas terras? Por que deram elas várias safras de milho? E por que o solo que ficou já nada mais dá? Como e por que se foi a boa terra? Quem a roubou, e, com ela, a riqueza, o bem-estar, o futuro de Antonio Arango e de seus filhos?

Quem secou o rio?

Se Antonio Arango tivesse podido observar por um microscópio uma só partícula da boa terra! Teria visto que essa terra não é uma simples aglomeração de cristais simétricos, como o terreno do subsolo (1). Não. A boa terra é uma coisa quase viva. Nela vemos moverem-se bactérias, pequenos organismos microscópicos. Vemos detritos de folhas, de frutos, de cascas de vegetais. Encontramos restos de minúsculos crustáceos. Nela vivem os vermes da terra. Essa boa terra foi-se constituindo durante séculos, graças à decomposição de detritos animais e vegetais. E essa boa terra foi um centro de constantes atividades biológicas, químicas e físicas.

As substâncias inorgânicas do ar, da água, do subsolo rochoso, transformam-se de modo contínuo e dinâmico.

Por tôdas essas razões, a boa terra oferecia às sementes um meio propício à germinação; for-

(1) W. Vogt "Road to Survival" pág. 64 e seg.

necia um alimento que a planta absorvia por suas raízes.

Na camada do subsolo, como na má terra da parábola bíblica, o grão morre. Sem seu invólucro de terra orgânica, nosso planêta estaria morto como a lua. Morto como as regiões rochosas e desérticas, onde já não existe o húmus, roubado pelas chuvas e pelos ventos. Morto como "La Isabella", a propriedade de Antonio Arango...

E essa terra, única trincheira entre a vida e a morte de nosso planêta, está sendo roubada, dia após dia, com a cumplicidade de nossa criminosa imprevidência.

Como, porém, se perde essa terra?

Quando o terreno de Antonio Arango estava coberto de árvores, a chuva, batendo nas fôlhas, rolava suavemente ao longo dos galhos e dos troncos, para infiltrar-se entre as raízes, até chegar ao subsolo. Assim nascera "El Diamante", o rio de águas sempre cristalinas.

Quando, porém, Antonio Arango abateu a floresta, a boa terra ficou exposta — nua e indefesa — aos golpes das chuvas. Cada gôta que caía com violência, era como uma martelada sobre uma partícula de boa terra. Sob o embate dessa gôta, aquela parcela de boa terra pulverizava-se e a água acumulada corria pela encosta, levando consigo o solo. Em alguns pontos, os fios d'água, transformados em verdadeiros riachos, iam cavando leitos, abrindo barrancos no terreno.

"El Diamante" engrossou e suas águas já não são potáveis" dizia Antonio Arango contemplando a torrente turva e lamacenta. Não sabia êle que "El Diamante" estava carregando sua boa terra, garantia de suas colheitas, de suas riquezas, de suas esperanças e do futuro dos seus filhos.

A água que se infiltra no subsolo é a seiva do mundo. A água das chuvas que corre à superfície, é uma ladra de terra. Daí, a importância das árvores. A vegetação é uma espécie de guarda-chuva que abriga o solo, fazendo com que a água da chuva caia suavemente e penetre no subsolo. A floresta é a mãe das fontes. As raízes das árvores são como mãos amigas que retêm o solo entre seus dedos múltiplos. As fôlhas e os frutos que caem fertilizam o solo e formam a terra vegetal. As árvores são abrigos contra os ventos, regulam a umidade, protegem contra o calor e o frio, impedem as inundações, purificam o ar que respiramos. Judiciosamente cultivadas e exploradas, são uma fonte inesgotável de rendas.

Mas — indagaria Antonio Arango — como fazer para conseguir ao mesmo tempo uma boa terra de cultura e florestas?

Responderemos: é preciso manter zonas florestais de proteção; encontrar um meio de explorar as florestas de modo contínuo e racional; ensinar os métodos de conservação do solo nas zonas de cultura.

A ciência venceu a erosão. Há um conjunto de práticas simples que impedem a fuga da boa

terra. Oxalá houvesse alguém ensinado a Antonio Arango a lavrar a terra acompanhando o perfil da colina! Oxalá lhe tivessem ensinado a construir terraços no sopé da encosta, a cicatrizar, com simples barragens de pedras e troncos de árvores, os barrancos abertos pela erosão.

Se alguém tivesse dito a Antonio Arango que o milho não convém aos terrenos em declive mas que, em compensação, êsses terrenos se prestam à cultura de outras plantas mais rendosas! Se alguém lhe tivesse ensinado a plantar entre os sulcos certos arbustos que não deixam a terra fugir!

"La Isabella" ter-se-ia conservado fértil e próspera. O rio teria continuado a fecundar o solo, a distribuir frescor e verdura. A vaca teria podido continuar a pastar ervas saborosas. A família de Antonio Arango teria crescido forte e sadia.

E se aplicássemos tudo isso a todos os Antonio Arango de sua terra e do mundo, a todos os Smith, a todos os Chung, a todos os Abdallah, a todos os homens dos campos, em tôdas as latitudes!

E' êsse o objetivo visado pela conservação dos recursos naturais, no âmbito da educação básica.

III

FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA PÚBLICA

(História de uma lei)

O Ministro fôra expor, perante o Parlamento, o problema do solo da Pátria. Sua linguagem era uma linguagem simples. O solo, as águas, as florestas, a fauna, são coisas que interessam ao público em geral, uma vez que delas depende o futuro do país e de cada cidadão. São elas a própria riqueza que faz viver o país. Guardam a mesa da família. Permitem ao povo adquirir os produtos da indústria e as mercadorias do comércio. São, afinal de contas, a verdadeira matéria-prima de tôdas as indústrias. Permitem à população aproveitar os serviços do técnico; financiar as escolas, as universidades, os hospitais; manter comércio com países estrangeiros; viver e progredir.

A dona de casa, o industrial, o comerciante, o técnico, o estudante, o operário, o camponês — todos devem ter interesse nos recursos naturais, uma vez que dêstes depende o seu futuro.

E' preciso esclarecer o assunto perante a opinião pública. Há para isso duas atitudes possíveis. Todo país pode viver, quer de seu capital, quer de suas rendas. Os recursos naturais constituem seu capital fixo. Mas êsse capital é limitado. Os povos que esbanjam seu capital estão condenados à decadência — é a História que no-lo ensina. Mas os recursos naturais — capital dos povos — quando explorados racionalmente, podem fornecer rendas constantes e sempre maiores. Conservado e cuidado, o solo pode tornar-se cada vez mais fértil. As florestas, cada vez mais produtivas.

As pastagens, cada vez mais ricas; as águas, sempre abundantes; a pesca, uma fonte inesgotável de rendas. Os recursos naturais são a base da conservação dos recursos humanos.

Quando a terra sofre erosão mais acentuada, quando a agricultura falha em consequência do empobrecimento do solo, quando as inundações e a seca provocam estragos permanentes, a população vegetal em estado miserável, raquítica, doente, incapaz.

Faz-se mister organizar serviços técnicos e centros de divulgação agrícola.

Um velho parlamentar, a cuja sabedoria o país inteiro rendia homenagem, respondeu ao Ministro:

Para que a conservação dos recursos naturais possa dar resultados práticos, é preciso obter a cooperação do povo. E' preciso que o povo compreenda a importância dessa conservação não só para sua vida cotidiana e seu interesse pessoal, como para a prosperidade e para a grandeza da Pátria. E o venerável ancião contou, então, a história de Antonio Arango. E' preciso — disse — convencer a Antonio Arango que "La Isabella" podia ter sido salva. E' preciso ensinar-lhe os métodos próprios para conservar a boa terra de "La Isabella". A ciência descobriu princípios definitivos para garantir a defesa dos recursos naturais. Mas é preciso levar esses princípios ao conhecimento do povo. Mesmo entre as elites, há grupos enormes que não compreendem claramente a importância vital da conservação dos recursos naturais. Que diremos, então, das massas? Uma ação puramente administrativa é sempre incompleta e, muitas vezes, estéril. Sem um programa de educação racional, nenhum governo poderia atingir plenamente os objetivos de uma campanha de conservação. E' preciso chegar a todos os indivíduos, qualquer que seja a sua idade ou condição. E, numa sociedade democrática, somente através da educação pode-se chegar a esse resultado. Uma educação livre deve esclarecer a opinião pública sobre as questões econômicas e sociais. E sua ação terá que traduzir-se por hábitos novos e por novas linhas de conduta.

A consciência pública acerca dos recursos naturais, uma vez formada, deve exprimir-se por práticas de conservação. Essa consciência pública deve concretizar-se num sistema de educação. E para formar, para concretizar a consciência pública, faz-se mister encontrar métodos de ensino recorrendo aos seus grandes instrumentos — os estabelecimentos escolares e universitários, centros de formação das novas gerações que, além disso, têm uma grande irradiação social.

E' preciso, através dos métodos e das técnicas da educação dos adultos, mobilizar a consciência do homem que lavra a terra para levá-lo a conservar as próprias riquezas, isto é, os recursos naturais.

E' preciso mobilizar também a opinião pública, pelos meios modernos de informação e proporcionar assim à Educação dos adultos o alcance social que esta deve ter.

IV

DÍALOGO ENTRE A EDUCAÇÃO E A TÉCNICA

(História de uma Assembléia)

Os técnicos dos serviços de conservação e os educadores haviam constituído uma Comissão Mista. Os primeiros expuseram a teoria geral do problema e o caso particular da região. Os serviços técnicos haviam analisado os recursos naturais do país e pesquisado as causas físicas ou sociais de sua devastação. Havia precisado o problema, proposto remédios, estabelecido planos e métodos de campanha. Os educadores compreenderam a importância dos técnicos. A ciência vencera a erosão. Muito bem!

Mas, como levar esses princípios até a consciência pública? Como levar esses ensinamentos até as escolas e universidades? Baseando-se nos princípios expostos pelos técnicos, os educadores estudaram os meios e os recursos de que dispunha o Ensino para levar a mensagem da Ciência até as escolas e fazê-la penetrar na consciência pública.

Inicialmente, procuraram compreender bem a missão que lhes cabia. A educação básica deve compreender o ensino dos métodos de conservação dos recursos naturais. A educação básica esforça-se por adaptar homens e mulheres ao seu meio físico e social. A relação com o meio físico é, acima de tudo, uma relação de equilíbrio, de influências mútuas e benéficas, entre o homem e os recursos naturais que o rodeiam. Mas a conservação dos recursos naturais significa também uma relação para com o meio social. Baseia-se na suposição de que nos interessamos pelo país inteiro, de que sabemos a nossa situação ligada à dos nossos compatriotas e à de toda a humanidade, não só presente como futura. A educação básica deve levar em conta esse fato físico e esse fato social.

O Estágio de Estudos sobre Educação Básica, reunido em Caracas em 1948, estabeleceu os seguintes objetivos para essa educação, na América Latina:

Saúde;

Formação moral, cívica e de família;

Conhecimentos básicos;

Melhoria das condições de vida dos trabalhadores;

Aproveitamento das horas de folga;

Conservação dos recursos naturais.

Os educadores analisaram esses princípios e o problema pedagógico de sua difusão nas escolas. Como adaptar o ensino dos métodos de conservação à idade e ao grau de adiantamento mental dos alunos? Como incluir esse ensino entre as diversas matérias ligadas ao assunto como, por exemplo, as Ciências Naturais, a Geografia e a História? Como utilizar as demais disciplinas, línguas, matemática, artes, entre outras? Qual o

material de ensino mais apropriado? Que ensinamento prático deverá ser considerado nos vários níveis do ensino? Que professores se encarregarão do ensino dos métodos de conservação nesses diferentes níveis? Qual a técnica a empregar para a educação dos adultos? Como favorecer a campanha de vulgarização?

Educadores e técnicos passaram em revista as medidas atualmente adotadas na maioria dos países. Alguns deles, como os da Europa Ocidental, nunca sofreram erosão grave, graças a certas condições climáticas e geológicas, graças também a antigas leis e costumes que protegem, de há muito, os recursos naturais contra uma exploração imprevidente. Outros, como os países da América Latina, estão começando a reagir diante da devastação de suas riquezas naturais. No México, na República do Salvador, em Honduras, as escolas rurais já estão desenvolvendo esforços nesse sentido, da mesma forma que as escolas profissionais do Brasil e de Porto Rico.

Contudo, nenhum plano de ensino sistemático existe visando a formação da consciência dos cidadãos, em matéria de conservação do solo. Os Estados Unidos iniciaram um vigoroso movimento de ensino, abrangendo desde a escola primária até a universidade, sob os auspícios dos Serviços de Conservação do Solo do Departamento da Agricultura. Os técnicos compreenderam que não podiam dispensar o auxílio dos educadores. Estes últimos, por seu lado, compreenderam a eficiência da ação educativa que podiam esporar dos serviços técnicos.

V

A ESCOLA PRIMÁRIA E OS RECURSOS NATURAIS

(História de Diego Arango)

Com a idade de doze anos, Diego Arango, filho mais velho de Antonio, freqüentava uma escola primária situada bem longe de casa. Sentia-se desorientado. Havia mudado de professor. Don Cristobal partira para a cidade! Cristobal que, tal como o prefeito, o delegado, o postalista, não era obrigado a trabalhar no campo. Don Cristobal que vivia trancado com seus alunos para ensinar-lhes a ler e escrever. O novo professor, Sr. Perez, desde o dia de sua chegada passara a chamar cada um pelo nome de batismo e procurara conhecer o nome e o endereço das respectivas famílias. Levou os meninos a visitar o Mercado e indagou deles a proveniência das frutas, dos legumes, dos cereais, da carne. No Mercado, pediu-lhes que o ajudassem a tratar de um cavalo doente. Como tinha razão o Sr. Perez! As vacas, os bois, os cavalos, são amigos dos homens. Quanto lhes devemos! Com o novo professor, os meninos visitaram várias fazendas onde cresciam cafezais. Que lindos jardins visitaram em companhia do mestre! Este os convidou também a cuidar da horta da escola. Livre

das ervas daninhas, a laranjeira daria frutos. Havia terreno bastante para plantar-se café e com isso, fariam negócios. Cada um dos meninos tinha a tarefa de plantar legumes em um dos sulcos. Cheios de entusiasmo, passaram a trabalhar até aos domingos. O Sr. Perez fez-lhes presente de um vaso para semearem flores. Diego nunca vira crescer uma planta bem cuidada. O Sr. Perez os fez desenhar e colorir animais, plantas, paisagens. Diego reuniu uma coleção de todas as plantas de utilidade para o homem. Quanto devemos nós às plantas! — pensou. Todos os nossos alimentos vêm dos animais e das plantas. E os animais e as plantas são alimentadas pela boa terra. O Sr. Perez os fez semear grãos numa terra boa e numa terra pobre. Que diferença! Que dizer, então, das árvores? Estas haviam fornecido à casa de "La Isabella" os móveis e tantos utensílios de trabalho. O Sr. Perez explicou-lhes como as árvores protegem o solo e as fontes. Explicou-lhes por que devemos tratar dos animais, das plantas, do solo. Um dia, depois de um forte aguaceiro, levou-os a ver, à beira da estrada, como a chuva havia carregado terra. Mostrou-lhes como engrossara o riacho e como este levava a boa terra. As crianças sentiam-se estarrecidas. Era preciso fazer alguma coisa. O Sr. Perez mostrou-lhes como fechar um barranco feito pela erosão nos terrenos da escola. Trabalhando ativamente, os meninos construíram diversas barragens de troncos de árvores e pedras. Um dia o Sr. Perez trouxe para a sala de aula um Senhor Gomez, que plantava árvores por conta do Governo. As crianças resolveram auxiliá-lo a plantar árvores no vale. Diego divertia-se a valer. Já sabia até plantar árvores! Assim, podia defender o solo e a água do povo. Procurou fazer a mesma coisa em casa. Para isso, teve uma conversa com o pai. Este, por seu lado, quis ver o que se fazia na escola. A convite do Sr. Perez, pela primeira vez na vida ia tomar parte numa assembléia de pais de alunos. Quando viu a nova escola ficou admirado. Viu os sulcos cavados no sentido das curvas de nível, os terraços e o tratamento dos barrancos abertos pela erosão. Diego explicava-lhe a razão de cada coisa. Mas Antonio estava resolvido a abandonar a região. Ninguém neste mundo, pensava, poderia restituir a "La Isabella" a sua boa terra.

Na América Latina, a escola primária rural não é julgada somente pelo trabalho escolar que realiza, ou pelo rendimento de cada classe. É julgada principalmente pela ação social que exerce na comunidade. E' preciso ver como vivem os camponeses, para saber o que o mestre deve ensinar-lhes. Quanto à eficiência do ensino de métodos de conservação dos recursos naturais, os melhores índices são o quintal e a horta da escola. Esta última deve ser um exemplo e um estímulo para os agricultores da região. Os educadores consultados pelo Serviço de Conservação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos foram unânimes em declarar que o ensino dos

métodos de conservação deve ser ministrado do começo ao fim do curso primário. (2)

Sem que constitua matéria de cursos especiais, deve o mesmo ser incluído nos programas das demais ciências, pelo menos durante os três primeiros anos do curso primário. Nos cursos superiores, a solução dos problemas pedagógicos suscitados pelo ensino dos métodos de conservação deve adaptar-se à estrutura geral e à orientação do sistema escolar de cada país.

A questão é saber se, durante os vários anos do curso, o ensino dos métodos de conservação deve ou não ser considerado como uma matéria distinta. Se convém, por exemplo, insistir todos os anos no aspecto particular do solo, das águas, das florestas, da fauna, das riquezas minerais. A conservação deve constituir uma filosofia geral da instrução, um esforço no sentido da criação de um estado de consciência e de hábitos tendentes expressamente à conservação do patrimônio natural do país.

Essa filosofia deve combater em tôdas as frentes. O plano e os programas do ensino primário devem levar em conta essa filosofia geral e procurar aproximar tôdas as matérias — História, Geografia, Ciências Naturais, Matemática, Línguas, Artes, Teatro Infantil — a fim de que tôdas tendam para um objetivo essencial comum: a harmonia entre o homem e seu meio físico e social.

Os educadores da América do Norte consideram que o ensino dos métodos de conservação deve interessar à escola primária não somente rural, como também, urbana. São acordes em afirmar que, por meio de aulas práticas simples, mas seguidas de conversas, é possível estimular na criança uma noção fecunda de pátria e de cooperação social, cujo valor educativo é inegavelmente imenso.

VI

O MESTRE E OS RECURSOS NATURAIS

(História de Don Cristobal)

Ninguém jamais havia falado nos recursos naturais a Don Cristobal, o mestre de Diego Arango. Vivia ele mergulhado num universo povoado de substantivos e adjetivos, de somas e de subtrações, de terras geográficas e de datas históricas. Ninguém jamais lhe havia ensinado a ler, compreender e amar o livro da Natureza. Por isso mesmo o mato invadia a escola onde as crianças haviam aprendido a soletrar. Naquele dia, Don Cristobal ficou desconcertado. Pela primeira vez em sua longa carreira de professor, recebera ele uma carta do Ministro. Era uma carta muito cordial, expondo-lhe em termos simples o problema do desaparecimento das terras e das

águas e solicitando sua cooperação no sentido de defender o solo pátrio. Naquele dia, a caminho da escola, Don Cristobal olhou a paisagem com outros olhos. O patrimônio de seus compatriotas estava desaparecendo, varrido pelas chuvas. Sobre aquela terra empobrecida, a raça degenerava. E a Pátria lhe fizera um apêlo. Pensava em escrever ao Ministro para solicitar-lhe esclarecimentos e instruções, quando recebeu nova carta convocando-o para um curso de dois meses em sua antiga escola normal. A Pátria precisava dêle e ia dar-lhe armas para defendê-la. Don Cristobal sentia-se outro. Tomava consciência de sua utilidade. Como sua velha Escola Normal se transformara com o tempo! Que belo jardim! Que lindos jarrões de flores e que lindas reproduções de obras-primas da pintura. O diretor chamou-o ao seu gabinete. Queria saber a opinião de Don Cristobal sobre o melhor método de ensinar aos mestres, a ciência da conservação do solo. O problema apresentava-se sob um triplice aspecto: formação do pessoal docente, nas escolas normais; preparação dos futuros mestres, alunos da Escola Normal; formação dos membros do ensino já em exercício.

O diretor apresentou-o a alguns dos novos professores da Escola Normal. Soube por eles que o programa da Faculdade comportava agora um curso de aperfeiçoamento sobre a conservação dos recursos naturais, com aulas práticas, de campo. Esse curso era ministrado por um professor especializado, diplomado por uma Faculdade de Agronomia. O ensino da preservação fôra incluído no das matérias relacionadas com o assunto: geografia, história, ciências naturais, matemáticas, línguas, artes. O plano de estudo e o programa sistemático comportavam: pesquisas realizadas pelo Instituto acerca dos recursos naturais do país e sobre o problema da devastação. A direção dessas pesquisas fôra confiada a um professor especializado em conservação dos recursos naturais. A ciência da conservação ficara ligada às ciências relacionadas com o caso. Um estágio de estudo fôra organizado para todos os professores. Durante esse estágio e em colaboração com o especialista de conservação, um plano e um programa haviam sido elaborados, prevendo a inclusão dos princípios de conservação nas matérias relacionadas. Os cursos eram escolhidos e divididos segundo a formação anterior e os conhecimentos dos alunos. O diretor desejava que Don Cristobal tivesse uma idéia do conjunto do problema. Na América, as escolas normais cada vez mais tomam consciência de sua missão social, do papel ativo que têm que desempenhar na vida regional, de seus deveres como centros da cultura comunal.

Todavia, a formação do mestre pela Escola Normal representa apenas uma primeira etapa. A maioria dos países prevê uma segunda, que é a formação do pessoal docente, em exercício. Muitos, dentre eles, possuem um Instituto destinado a formar esses professores em atividade.

Don Cristobal estava convidado para fazer, com seus colegas da região, um curso intensivo

(2) Vide publicações do Serviço de Conservação do Solo, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América.

sobre a conservação dos recursos naturais. Todos ficaram vivamente interessados nos trabalhos. Aprenderam a preparar e realizar inquéritos sobre os recursos essenciais das comunidades; a interpretar as causas físicas ou sociais da devastação. Trabalhavam em pleno campo. Conversavam com os camponeses, indagando deles os efeitos da devastação do solo, das florestas e das águas. Adotaram medidas práticas de conservação, traçaram sulcos acompanhando as curvas de nível, construíram terraços, cicatrizaram os barrancos abertos pela erosão. Semearam árvores. Praticaram o ensino na escola anexa e nas escolas da região. Don Cristobal encarregou-se também de um curso para camponeses adultos.

Já então tomara êle consciência do problema e sentia-se apto a cooperar na sua solução. Numa democracia, o professor primário é o melhor instrumento de formação da consciência cívica, de atividade pelo progresso do país, através do ensino, graças aos seus conhecimentos. Em toda campanha de conservação sua colaboração é indispensável.

Um inquérito realizado em 1948 nos Estados Unidos demonstrou que a maioria dos cursos de conservação tem por objetivo familiarizar com esse tema os mestres e os futuros professores. (3) Para chegar até estes últimos, faz-se mister levar a efeito campanhas de adaptação. De volta à sua escola Don Cristobal não perdeu contato com o movimento. Passou a assistir a conferências, fez cursos de férias, estágios de estudos e cursos especializados. Os inspetores o auxiliaram a levar a efeito a obra planejada. Tomou parte em congressos de professores, em reuniões de mestres. Visitou bibliotecas e museus especializados. Mensalmente, recebia uma revista que desenvolvia todos os cursos da escola primária, inspirados pela filosofia da conservação. Essa revista, intitulada "A Escola Normal", bem merecia o nome que lhe deram.

VII

A ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E OS RECURSOS NATURAIS

(*História de Pedro Arango*)

Antonio Arango, com seus filhos, partiu para outra região do país, deixando para trás os partidários da rotina a vegetar miseravelmente em suas terras estéreis. Foi em busca de uma boa floresta virgem. Já havia começado a limpeza, quando recebeu uma visita. Era o professor da escola profissional de agricultura da região. Muito diferente de Don Cristobal, não usava gravata e colarinho. Pediu para visitar a propriedade. Tratou Antonio com tanta amabilidade que este insistiu para que fôsse passar alguns dias na

"Nueva Isabella". O professor mostrou-lhe as faixas de floresta virgem que podiam ser abatidas e as que eram essenciais à existência da fonte. Pediu-lhe, depois, que deixasse Pedro, que acabara de completar 14 anos, a frequentar os cursos da Escola profissional de agricultura e encarregar-se de cultivar uma parte da "Nueva Isabella". Antonio consentiu prazerosamente.

Alguns dias mais tarde, estupefato, não acreditava no que via. Com a madeira tirada da floresta, Pedro começara umas construções estranhas. Analisava o terreno, misturava à terra certas substâncias que trazia da Escola e traçava seus sulcos por um método completamente novo. Não tardou a construir chiqueiros e galinheiros que mais pareciam até habitações humanas. Um belo dia, trouxe o rapaz dois porcos e algumas galinhas, fornecidas pela Escola. Antonio resolveu visitar a Escola. Qual não foi sua surpresa ao deparar com as plantações de café, com os pomares, com as hortas! Estasiou-se diante dos estábulos, dos chiqueiros, das coelheiras, dos galinheiros, das colmeias. Diante da beleza simples da casa e do mobiliário. Como devia render, aquela propriedade! O professor o convidou a entrar numa sala. Encontrou-se na presença de rapazes limpos e bem penteados. Ao entrar, todos se levantaram e o professor o apresentou como pai de Pedro Arango, secretário do Clube dos Agricultores.

Difícil seria descrever a emoção de Antonio ao ouvir o filho ler as atas, depois fazer seu relatório sobre a marcha de um projeto de criação de porcos e aves.

A seguir, abriu-se a discussão sobre a irrigação e sobre o beneficiamento do café. Como sabia de coisas, o rapaz! Os alunos lhe explicaram a razão pela qual traçavam seus sulcos acompanhando os contornos das encostas, mostraram-lhe a importância dos terraços. Tudo isso se aprendia em lindos livrinhos cheios de figuras coloridas, que as crianças liam. Antonio resolveu aprender a ler. Ninguém jamais lhe ensinara tantas coisas. Não queria que a "Nueva Isabella" tivesse o mesmo destino da primeira. O professor convidou-o a inscrever-se na Associação Comunal dos Agricultores; estava marcada uma reunião para aquela mesma noite e o convite era extensivo às famílias dos fazendeiros.

Envergando seus trajes domingueiros, Antonio Arango com a mulher e os filhos compareceu pontualmente. E não se arrependeu. Toda a comunidade ali estava. O senhor Prefeito, o senhor Cura, os professores primários, alguns letrados da aldeia e todos os seus amigos fazendeiros.

Soou o hino nacional. A seguir, fez-se um apelo aos que sabiam algum instrumento. Recordando-se dos tempos de moço, Antonio dedilhou o violão. Que prazer em cantar as canções regionais! Dançou com a mulher as danças típicas da aldeia.

Por fim, a Associação dos Agricultores abriu a sessão. Tratava-se de defender o solo comum.

(3) Vide Robert S. Funderburck. *The History of Conservation Education in the United States* — Nashville, — Ten. George Peabody College for Teachers, 1948, página 62.

Os "letrados" falavam com grande clareza sobre o solo, as árvores, as águas. A comunidade estava ameaçada de perder não somente a água para a irrigação, como também a água potável. Tomando a palavra, o senhor Cura demonstrou que os homens têm o dever de preservar o solo, as árvores e as águas, dádivas do Senhor. Antonio contou a história de "La Isabella". Era preciso agir. Criaram-se comissões e todos se comprometeram a defender o solo, cumprindo as instruções dos cientistas.

Por fim, foi constituída a delegação que devia representar a Associação perante o Conselho Municipal, sendo eleitos o cura, o médico e Antonio Arango.

As escolas profissionais de agricultura representam papel primordial na defesa dos recursos naturais, não somente ensinando diretamente os alunos, como também pela ação que exercem através da campanha de educação dos adultos. As escolas profissionais de agricultura de Porto Rico e da Colômbia, as escolas rurais do México, de Cuba, da América Central e da Venezuela procuram associar-se à vida cotidiana da comunidade. Estão na base de educação dos adultos, nos centros rurais.

Tendo em vista a educação dos adultos e a fim de que as massas tomem consciência do problema da preservação dos recursos naturais, faz-se mister mobilizar: as administrações públicas, os poderes locais, as associações cívicas e os clubes agrícolas, as instituições privadas.

Os serviços técnicos do Estado devem favorecer a divulgação dos princípios. Os ministérios da Agricultura e da Educação devem fornecer peritos. Os poderes públicos locais, principalmente os conselhos municipais devem tomar a si a defesa do terreno. As associações de camponeses devem tomar parte direta na campanha. Seria supérfluo insistir no papel que pode caber à universidade, à imprensa, e ao rádio, nessa campanha de formação do espírito cívico.

VIII

O ENSINO SECUNDÁRIO E O ENSINO UNIVERSITÁRIO

(História do homem médio)

Assim, pois, o cura, o médico e Antonio Arango chegaram à cidade. Havia uma conferência na Escola municipal sobre a preservação dos recursos naturais. A sala era maior e mais bela ainda do que a igreja da aldeia. Muitos cavalheiros bem vestidos, muitos camponeses e todos os estudantes ali estavam reunidos. O presidente da sessão expôs em termos simples o drama do homem do campo. Um camponês contou como as dragas da extração de ouro haviam arrancado as margens férteis de seu rio. Um pescador prêto explicou como a pesca com explosivos e plantas venenosas havia exterminado

os peixes de sua região. Antonio Arango contou a história de "La Isabella".

Um cidadão tomou a palavra. Disse que representava o homem médio. Terminara os estudos secundários sem jamais ter ouvido falar na devastação ou na preservação dos recursos naturais. Todavia, é o ensino secundário que forma o punhado de homens capazes de formar e orientar a opinião pública.

O cura deu sua opinião. O ensino secundário deve inspirar-se na filosofia da preservação dos recursos naturais. A ciência da conservação do solo não é uma matéria como as demais. É uma atitude perante a vida. Nas escolas secundárias da América do Norte, a ciência da conservação do solo já foi incluída entre as demais disciplinas, a título de filosofia geral. (4)

O médico fez-se ouvir.

Nunca será demais atentarmos para as verdades que saem da boca dos homens do campo. A escola deve contribuir para a formação da consciência social. Embora os programas escolares estejam sobrecarregados, é indispensável dar-se prioridade à questão da conservação.

O estudo da natureza até hoje limitou-se exclusivamente à descrição dos recursos naturais e sua exploração. Faz-se mister agora que exponha os meios para sua defesa e sua preservação, a importância do solo, seu papel químico e biológico, como nasce e como morre. O papel das plantas e das florestas na conservação do solo e das águas; o das plantas de fixação. As bases científicas e as medidas técnicas práticas de conservação.

Falou depois um professor. O tema da conservação do solo, disse, deve entrar no campo da Geografia. A exploração dos recursos naturais determinou os métodos de cultura. Colheita de frutos, caça e pesca, pecuária e agricultura, comércio e indústria, são os vários meios de utilizar os recursos naturais que provocaram tantos outros modos de vida. A Geografia tem um sentido dinâmico. Não se contenta em enumerar os relevos, contornos, oceanos, os lagos e os rios. Estuda os recursos naturais dos povos e seus vários modos de exploração. A equação homem-meio e a influência recíproca dos dois termos. Já se viram povos entregar-se à caça em regiões propícias à pecuária. Tribos nômades, em zonas favoráveis à agricultura; populações agrícolas, que ignoram suas possibilidades industriais.

Que dizer da própria exploração dos recursos?

Há, por exemplo, povos que se descuidam de suas jazidas carboníferas; outros, que só vêem no carvão um combustível; outros, finalmente, que dêle tiram preciosos elementos químicos.

(4) Vide publicações do Serviço de Conservação do Solo, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

A natureza das explorações depende dos recursos naturais. Da intensidade dessas explorações depende, porém, o partido que se pode tirar desses mesmos recursos.

A Geografia trata das modificações trazidas ao meio pela incúria ou pela sabedoria dos homens. Trata da devastação do solo, das águas, das florestas e da fauna ou das salutares medidas de conservação que a respeito forem tomadas.

Outro professor acrescentou :

Há relações evidentes entre a história e a teoria da conservação. A história dos povos, sua evolução cultural, sua situação política decorrem, em grande parte, dos resultados dos recursos naturais de que dispunham e do emprêgo que deles fizeram. A passagem do estado de selvageria para o de barbárie, e, em seguida, de civilização, está ligada a várias formas de exploração dos recursos naturais.

As lutas entre povos, desde as invasões da antiguidade até as teorias geopolíticas modernas do espaço vital, sua situação preponderante ou secundária, foram determinadas, em última análise, pela presença ou pela falta de certos recursos naturais.

O nível de vida é determinado pela relação quantitativa e qualitativa que se estabelece entre a população e os recursos naturais. A história, por seu lado, deve aludir às civilizações que se desmoronaram em consequência da devastação de seus recursos naturais.

A Grécia e Cartago, a Palestina, a Síria, a China do Norte, são exemplos que merecem ser estudados. A História deve analisar essas lições do passado e confrontá-las com a atualidade nacional.

Um exame aprofundado da História nacional pode mostrar que certas populações ou certas cidades, florescentes há algumas dezenas de anos ou há séculos atrás, hoje se encontram em decadência ou morreram devido à erosão das terras ou ao esgotamento das águas.

O professor de literatura falou por sua vez :

Numerosas escolas na América do Norte, muito acertadamente, aproveitam os cursos de línguas ou de arte e o teatro escolar, para fazer com que os alunos tomem consciência do problema da conservação.

Apresentou algumas sugestões :

Composições sobre a maneira pela qual a Natureza protege o solo graças às árvores. Conversas com os camponeses sobre os efeitos do corte das florestas, sobre os terrenos outrora férteis e sobre os cursos d'água, que secaram. História de uma família camponesa, vítima da erosão. História de uma fonte.

O professor de matemática tomou a palavra. A matemática, disse, permite a divulgação da filosofia da conservação. Pode-se, por exemplo, dar aos alunos os seguintes exercícios: Cálculo da boa terra perdida devido à erosão. Cálculo da proporção de terra vegetal que se encontra nas

águas de um rio. Rendimento comparado das terras conservadas e das que sofreram erosão.

O professor de civismo, o de trabalhos manuais, o de jardinagem, etc., expressaram idéias semelhantes.

Ficou resolvido que o Colégio lançaria a campanha de conservação tanto nas salas de aulas como fora delas.

Cada um dos cursos terminaria com uma definição precisa dos termos empregados e com algumas questões concretas. Propor-se-iam assuntos de estudo e de trabalho, aconselhar-se-iam certas leituras.

Antonio, o cura e o médico viram com satisfação que um antigo conhecido levantava-se para falar. Era Don Cristobal, mas um Don Cristobal transformado.

O cura voltou a falar :

O que era preciso, acima de tudo, era levar a efeito estudos práticos, em pleno campo. Sobre o assunto, leu a opinião de um dos membros do Departamento de Conservação, adido à Divisão de Educação do Tennessee, sobre a maneira pela qual os estudantes secundários devem levar a efeito seus trabalhos práticos de conservação.

“O ensino da conservação através da prática” — eis o tema fundamental do programa de ensino no Tennessee (5).

Novamente interveio o médico : E' preciso mobilizar a Universidade — declarou. As Faculdades de Medicina devem abordar o problema dos recursos naturais essenciais à conservação dos recursos humanos.

A falta de cálcio acarreta mais de 40 doenças constatadas nos organismos de seres que se alimentam de produtos provenientes de solos pobres. O bócio, a tuberculose, o nanismo, a degenerescência, são ligadas ao problema dos solos e das águas.

Um advogado acrescentou : As Faculdades de Direito devem estudar os conflitos que surgem entre a imprevidência dos indivíduos e o interesse público, que exige a conservação. E' indispensável que esse tema figure nos programas dos cursos de economia política e de ciências sociais.

Um engenheiro declarou : As Escolas de Engenharia devem estudar as grandes obras de conservação e a preservação dos sítios, pois já existe uma arquitetura de paisagem.

O Reitor da Universidade provincial manifestou sua opinião : A Universidade ficaria mobilizada para levar a efeito a campanha de conservação. Desempenharia uma tríplice missão : inquéritos acerca dos recursos naturais da província. Filosofia da preservação no ensino universitário. Formação cívica, através de cursos de extensão universitária.

Encerrada a sessão, os presentes se reuniram em pequenos grupos e continuaram seus comentários.

Antonio foi calorosamente felicitado por sua narração da história de "La Isabella".

Perto dêle estavam: o homem médio, o pescador negro, o cura e o médico.

O homem médio disse: "Meus olhos se abriram para um grande problema em que se debate minha Pátria. Os homens vão para a guerra por uma polegada de terreno, dispostos a sacrificar por ela todo seu ouro, todo seu sangue. Entretanto, quase nada fazem para defender os vastos territórios que lhes são roubados pela erosão".

O pescador declarou: "se encontrar um canalha pescando a dinamite, prendo-o e entrego-o à Justiça". E estendeu o braço vigoroso como para segurar o personagem invisível e funesto.

Antonio tinha muito que dizer. Sentia-se cheio de amor por sua terra: sentia-se solidário com seus compatriotas, cheio de confiança no futuro.

"Agora sabemos como trabalhar pela grandeza da Pátria!" — foi tudo quanto pôde dizer.

BIBLIOGRAFIA

- FUNDERBUCK, Robert S. Ph. D.
The History of Conservation Education in the United States. Nashville, Tennessee. George Peabody College for Teachers, 1948.
- MANUAL for Junior High Schools Teachers. Democracy in action. Preserving our Natural Resources. Basic Social Education Series. Evanston, Illinois; Row, Peterson & Co., 1942.
- MARTIN, Charles F. and F. A. Shepard. Conservation and the school. Mason City, Iowa; Kipton Loose Leaf Co., 1941.
- NATIONAL Education Association. Conservation Education in Rural Schools. Yearbook, Department of Rural Education. Washington D. C. 1943.
- OFFICE of Education. Soil Conservation. Outlines of instruction for Educational advisers and instructors in C.C.C. Camps. Washington, D.C.: U.S. Government Printing office. 1935.
- OFFICE of Education. Conservation of Natural Resources: outlines of instruction for Educational advisers and instructors, in C. C. C. Camps. Washington D. C.: U. S. Government Printing Office, 1935.
- CONSERVATION Education Report N.º 1 Conservation Education in the Public Schools. United States Department of Agriculture Soil Conservation Service, Education Section, Washington D. C., 1946.
- CONSERVATION Education Report N.º 2 Teacher Training. id id.
- CONSERVATION Education Report N.º 3 Teaching Materials. id id.
- CONSERVATION Education Report N.º 4 Bibliography: Available literature on Conservation for Schools. id id.
- CONSERVATION Education Report N.º 5 Motion Pictures and Slide-films on Soil and Water Conservation suitable for Use in Elementary and Secondary Schools. id id.
- TEACHER'S guide to be used with the Schools Films, Topsoil, Water, Erosion, Soil and Water Conservation. id id. 1948.
- AN OUTLINE for Teaching Conservation in Rural Elementary Schools. Department of Agriculture, Soil Conservation Service, Education Section, Washington D. C. 1945.
- AN OUTLINE for Teaching Conservation in Urban Elementary Schools. id id.
- AN OUTLINE for Teaching Conservation in Junior High Schools. id id.
- AN OUTLINE for Teaching Conservation in High Schools. id id.
- FINK Ollie E. The Teacher looks at Conservation. Columbus, Ohio. The Ohio Division of Conservation and Natural Resources. 1940. 63 pages.
- BEARD Ward P. Teaching Conservation. A Guide in Natural Resources Education. Washington D. C.: The American Forestry Association, 1948.
- GABLE Charles H. Teaching Conservation. Washington D. C.: American Nature Association.
- SOIL Conservation. A International Study. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 1948. Washington D. C.
- CONFÉRENCE internationale pour la Protection de la Nature Brunnen. 28 juin — 3 juillet 1947. Procès-verbaux, résolutions et rapports. Bâle: Union internationale provisoire pour la Protection de la Nature. 1947.
- INTERAMERICAN Conference on Conservation of Renewable Natural Resources. Abstract Papers, Denver, Colorado, 1948.
- INTERAMERICAN Conference on Conservation of Renewable Natural Resources, Program. Denver, Colorado, 1948.
- GAINES, Stanley N. Bibliography on Soil Erosion and Water Conservation. Washington D. C.: U. S. Department of Agriculture, Misc. publication 312, 1938.
- JACKS, G. V. and R. O. Whyte. Vanishing Lands. New York: Doubleday, Doran & Co., 1939.
- MELROSE, Underhill, Hambley and Jansen. Nature's Bank — The Soil. Washington D. C. Nations Wildlife Federation, Inc. 1942.
- KELLOG, Charles E. The Soils that Support Us. New York, N. Y.: the MacMillan Company, 1941.
- VOGT, W. Road to survival. New York: William Sloane Associates, Inc. 1948.
- BENNETT, H. H. Soil Conservation. New York: McGraw Hill Book Company, 1939.
- BENNETT, H. H. and W. C. Pryor. This Land We Defend. New York: Longmans, Green and Company, 1942.
- ELGUETA C., Manuel y Juan Jirkal H. Erosion de los Suelos de Chile. Boletín Técnico N.º 4 Santiago: Ministerio de Agricultura, 1943.
- VOGT, W. The Population of El Salvador and its Natural Resources. Washington D. C. Pan American Union, 1946.
- VOGT W. The Population of Costa Rica and its Natural Resources. Washington D. C. Pan American Union, 1946.
- VOGT, W. The Population of Venezuela and its Natural Resources. Washington D. C. Pan American Union, 1946.
- VOGT, W. Mexican Natural Resources. Their Past, Present and Future. Washington D. C. Pan American Union, Report on Activities on the Conservation Section. em 1936.
- HOLMES, J. McDonald, Soil Erosion in Australia and New-Zeland, Sidney, 1946.
- GRESSEY George B. Asia's Lands and Peoples. New York, N. Y. McGraw Hill, Book Co., 1944.
- HARROY, J. P. Afrique, Terre qui meurt. Bruxelles: Office international de Librairie, 1944.
- GUSTAFSON A. F. Conservation in the United States. New York, N. Y.: McGraw Hill Book Co., 1937.
- ROSTOVITZEFF M. The Social and Economic History of the Hellenistic World. Oxford, 1941.
- ROSTOVITZEFF M. The Social and Economic History of the Roman Empire. Oxford, 1926.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO OTHON SERVULO DE VASCONCELOS

ORGANIZAÇÃO

Princípios de organização

Livro de JAMES D. MOONEY e ALAN C. REILEY

(Tradução de Espírito Santo Mesquita)

(Continuação)

XXI

PROBLEMAS DE ORDEM INTERNA DA MODERNA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

TODOS os característicos do aspecto estrutural da moderna indústria já foram identificados quando examinamos outras formas de organização em nossas observações a respeito do assunto. Por mais variadas que sejam as estruturas nas diferentes indústrias, os problemas podem ser classificados em três grupos: de *coordenação*, de *descentralização* e de *correlação funcional*. A coordenação, como princípio diretor de organização, incorpora, em si mesma, os outros. Isto põe em evidência um mesmo problema em seus diferentes aspectos de *processo* e de *resultado*.

E' evidente a importância do conhecimento desses princípios e também a experiência adquirida com sua aplicação na prática para a solução dos problemas que agora o organizador é obrigado a enfrentar. Entre esses, é vital o do desenvolvimento da empresa industrial no futuro.

Uma grande organização pode, devido à agudeza de espírito comercial de alguém, ao gênio de um inventor ou à capacidade técnica de um engenheiro, conseguir se manter com um tamanho limitado. A expansão dessa unidade, porém, cria novos problemas. Deveres e responsabilidades exigem competente e completa definição e impõem uma maior dose de especialização, ao mesmo tempo que a coordenação adquire uma maior importância.

Se os princípios não são adequadamente aplicados, será fatalmente difícil o progresso da organização. Por outro lado, as manobras políticas e os atritos internos contribuem, por causa também da má aplicação dos princípios, para reduzir a eficiência do trabalho humano enquanto a má compreensão dos deveres e a falta de coordenação encoraja o apêgo irredutível aos regulamentos. Nos casos mais críticos, mais agudos, a organização se desintegra e, por isso, deve ser liquidada ou completamente reformada. Em todos os casos, porém, as deficiências que se vão manifestando produzem a

inércia que é um sério obstáculo ao progresso das organizações.

O moderno desenvolvimento das unidades industriais de vastas proporções, a tendência para uma especialização cada vez maior e a necessidade comum de conjugar as operações de produção e distribuição, realçam a importância do problema de organização neste setor.

O organizador industrial é obrigado a considerar a perspectiva de determinar como será possível obter o entendimento, a dedicação e o cumprimento dos deveres e responsabilidades por parte de todos. Deve ele estudar os motivos dos atritos pessoais e os de ordem material e mecânica, determinando, conseqüentemente, a melhor maneira de reduzi-los. As relações entre os órgãos de *linha* e os de *staff* e a maneira de dispor as coisas a fim de obter o máximo rendimento dos serviços da natureza dos segundos são, por outro lado, questões de relevância. Sem levar em conta o tamanho da organização no momento ou o caráter e escopo do serviço que presta, todas as unidades enfrentam esses problemas. Estes crescem em importância cada ano que passa e não somente refletem sobre a eficiência interna como, também, afetam as relações externas.

COORDENAÇÃO

Definimos a coordenação dizendo que ela é a disposição ordenada do esforço do grupo a fim de promover unidade na consecução de um propósito comum. Esse trabalho em equipe exige o emprego de toda a capacidade mental e física de cada indivíduo. Exige, também, uma ordem de operações completas e a necessária flexibilidade para ajustar a organização às condições do momento, em face das mudanças por que passa o meio externo. Conseqüentemente, o principal problema na indústria moderna é o da descentralização do comando por meio da delegação da autoridade de *linha* e do estímulo à iniciativa individual, mesmo nas menores unidades de comando. Pode-se alcançar esse objetivo numa base qualquer que asse-

gure uma completa coordenação no movimento feito no sentido da realização de um propósito comum.

A moderna unidade industrial, da mesma forma que o moderno exército, tem o seu contróle central do qual parte a cadeia de autoridade de *linha* delegada. A moderna indústria, também, está adotando um serviço de *staff* departamentalizado. Está longe, ainda, é certo, de uma coordenação completa de todos os serviços de *staff*, coordenação esta que é característica notável no exército. Isto não quer dizer que tôdas as organizações industriais devem ter um estado maior geral, segundo o modelo militar, muito embora êste possa ser necessário em alguns casos. Isto quer dizer, apenas, que êsse problema deve ser resolvido de alguma maneira e a solução deve importar, entre outras coisas, numa coordenação horizontal de esforços.

A divisão de uma grande organização, da mesma forma que a divisão de um exército, pode ser isolada do órgão central de comando. O chefe dessa divisão deve, em grande parte, agir por sua própria conta. Ele deve ter liberdade de ação para obter o melhor rendimento de seu trabalho. Da mesma forma, a liberdade do vendedor deve coordenar-se com o plano da divisão a que pertence e a liberdade do chefe dessa divisão, por sua vez, deve coordenar-se com o plano geral da empresa.

O problema é, pois, organizar a empresa de modo que a relativa liberdade de ação que cada unidade requer fique de tal maneira condicionada que tôdas as operações se coordenem eficientemente com os planos gerais. As definições de *linha* e de *staff* relativamente à autoridade e à coordenação devem ser estabelecidas de modo que, em todos os elos ou pontos da cadeia de autoridade de *linha*, haja uma completa coordenação com o plano geral do órgão central de contróle e, ao mesmo tempo, com os requisitos de liberdade de ação, tendo em vista a maior eficiência.

Existe na indústria uma crença generalizada de que a liberdade de ação pode ser mais efetivamente conseguida, limitando as definições aos elementos principais e deixando nas mãos das autoridades de *linha* o tratamento das questões de detalhes. Isto se deve à aplicação parcial dos princípios de coordenação. A verdadeira ordem, com o requisito de liberdade de ação, é alcançada com o perfeito entendimento das relações entre *linha* e *staff* e a clara disposição do comando delegado de *linha*. Da mesma maneira que se pode construir, eficientemente, uma máquina, bastando, para isto, o estabelecimento de um completo plano de trabalho, também a ordem de operações de uma organização exige detalhada definição.

DOCTRINAÇÃO NA INDÚSTRIA

No tratamento dêsse problema, a questão vital é a doutrinação. Não pode haver adequado funcionamento do sistema de *linha* e *staff* sem essa doutrinação. A doutrinação, na indústria, significa simplesmente uma perfeita definição dos princípios que regem a política industrial. Isto inclui

a aplicação dos princípios através da delegação de autoridade de *linha*, as funções de *staff*, os deveres e responsabilidade de cada um em relação com os outros, o local e o propósito dos regulamentos e dos processos, e, também, a penetração dessa doutrina em tôda a organização.

As doutrinas militares e as da indústria exigem uma certa flexibilidade de aplicação a fim de se ajustarem às condições que são de natureza variável. Realmente. As aplicações devem irradiar-se de um centro fixo baseado em princípios; mas o formalista inflexível, quer no setor das classes armadas, quer no da indústria, está sempre marcado para um "descarte". Feliz é a organização que êle dirige, se ela não fôr tragada pela mesma ruína.

Dos princípios, só dois são duráveis e se assentam em solidas bases: um é de ordem moral e o outro é de ordem prática! O primeiro dêstes exige justiça e lealdade para com todos. É um princípio que fere mais fundo que a palavra "honestidade" de significação limitada. O segundo, o de ordem prática, requer que tôda a indústria, para perdurar, seja conduzida visando aos maiores proveitos.

Além dessas necessidades fundamentais, uma verdadeira doutrina no setor industrial exige um integral conhecimento dos bens e da sua produção, dos mercados, dos métodos, da técnica do negócio e da organização. As virtudes da empresa e também os seus recursos, revelados no esforço realizado para atender o interesse comum, expressam seu verdadeiro espírito.

Por estas razões, não há outra forma de esforço organizado em que o planejamento desempenhe papel mais importante. De certo, o planejamento deve começar no alto; mas os planos, relativamente à sua execução, exigem planejamentos secundários, *linha* abaixo, até atingir mesmo às mais insignificantes operações.

Não se deve confundir a doutrinação com regras e normas de conduta. Estas têm o seu lugar na ordem e devem ser inculcadas na idéia dos indivíduos como parte da doutrina; elas não constituem, porém, por si mesmas, uma doutrina. O chefe de uma divisão na indústria deve estar sempre preparado para pôr de lado suas regras em caso de emergência, se a medida fôr necessária, a fim de alcançar o propósito em vista.

A definição de autoridade e de dever é elemento essencial; mas a doutrina exige mais do que isto. Exige compreensão do objetivo, da política, da delegação de autoridade e da correlação funcional dos deveres. Deve evidenciar a justiça e o mérito de tudo isto. Em outras palavras, procurar estabelecer uma comunidade de entendimento, tendo em vista criar e preservar uma fé e uma confiança comuns em tôda a organização, do que resulta um poderoso efeito sobre a eficiência dinâmica do conjunto.

Manuais e organogramas, preparados e distribuídos em forma impressa pelas organizações

industriais, mostram que ainda há muita oportunidade para um futuro progresso em matéria de estudo dessa questão de doutrina. Embora manuais e organogramas tenham valor como subsídio ou contribuição destinada a facilitar ou impor a ordem, eles são, via de regra, parciais e incompletos. Eles apresentam um esquema geral que serve para um levantamento gráfico; mas estão longe de constituir uma definição completa da organização, de seus propósitos, processos de ação e métodos de trabalho.

O menosprêzo pela doutrina é um dos graves erros de organização industrial, se a compararmos, neste particular, com a militar. E' o principal motivo da proliferação das acumulações de empregos (dos "bicos" por fora) e da formação dos grupos profissionais que constituem, hoje, um sério problema.

DISCIPLINA NA INDÚSTRIA

Este erro é pôsto, enfaticamente, à mostra no comparativo estado de *disciplina*. A obediência, como fator necessário à disciplina, pode ser conseguida e mantida pela energia do chefe e conseqüente submissão a esta energia de todos os subordinados. Esta espécie de disciplina repousa, exclusivamente, no poder superior e é facilmente quebrada. Era a espécie comum na primeira parte da era moderna e foi o estimulador do desenvolvimento dos sindicatos e da pressão exercida pelos grupos com o objetivo de conseguirem a regulamentação social da indústria. As tradições que nasceram neste período são, de fato, as principais fontes das agitações atuais em prol de um maior controle governamental e do planejamento social generalizado. Depende inteiramente, porém, da disposição, da atitude e do caráter dos líderes, diferentes uns dos outros em suas razões e senso de justiça e temporárias quanto ao seu valor.

A disciplina, imposta por meio da doutrinação, segundo os princípios de ordem, é a mais alta e a mais eficiente. Ela põe em jogo a mais potente força disciplinadora já revelada na história humana: o poder da fé! Não há crença profunda sem entendimento! A igreja e as organizações militares nos fornecem suficientes exemplos do poder disciplinador da fé, quando ela está solidamente assentada!

Quando a doutrinação é completa, todos ficam, da mesma forma, nivelados pelas suas disposições: tanto o cardeal como o vigário, tanto o general como o soldado raso. Não é a vontade do chefe mas a sua obediência e a do seu subordinado à doutrina que cria esta força. O general não é a lei, o juiz e o *juri*; ele é o instrumento através do qual se opera o cumprimento das obrigações impostas pela doutrina militar. O mesmo se pode dizer do bispo!

O espírito de disciplina assim concebido é de índole superior. Quando o capitão e o soldado são servos da doutrina militar, cumpridores de seus artigos; quando o cardeal e o vigário aderem, fielmente, ao mesmo credo e quando o operário e o patrão estão ligados pelo mesmo entendimento de um propósito comum, a disciplina coloca-se num plano a que nenhuma outra forma disciplinar pode atingir!

Esta espécie de disciplina é a única que tem valor permanente quando a organização atinge o ponto em que a delegação de *linha* passa a ser importante e a coordenação horizontal necessária. O uso sensato da liberdade e de sua coordenação eficiente só é possível por meio da doutrinação. Sem isto, a obediência ao líder é a obediência passiva do escravo! De outro lado, a obediência de quem tem fé é dinâmica, pronta e consciente.

O entendimento comum, baseado na ordem e na justiça, conseguido por meio dos princípios de organização, constitui o alicerce da disciplina na indústria moderna.

DESCENTRALIZAÇÃO COORDENADA

Numa grande organização moderna, a cadeia de autoridade de *linha* delegada e as funções de *staff* coordenadas devem ser descentralizadas, no que fôr necessário, tendo em vista promover a "liberdade de ação" dos chefes de divisão e de outras unidades.

A expressão "descentralização coordenada" define melhor esse problema. A descentralização em si mesma é relativamente simples. A delegação de autoridade é, também, sempre fácil. O problema é apenas de preservação do controle central. A coordenação é, da mesma forma, simples numa organização que é de pequeno porte ou muito centralizada. A conjugação da descentralização coordenada exige, porém, uma organização cuidadosamente planejada.

Esse problema realça a importância vital de uma perfeita definição de ordem. A delegação de autoridade pode ser claramente percebida; a coordenação entre funções no órgão central de controle pode aperfeiçoar-se por meio da experiência; mas a coordenação, do alto até em baixo, numa organização em que as operações são descentralizadas não pode ser obtida por meios que muito carecem de uma certa dose de formalidade. Há muitíssimas oportunidades de confusão de diretrizes e de incompreensão de autoridade e de deveres, a menos que sejam implantadas e perfeitamente entendidas por todos, em todo o sistema de operações descentralizadas, a coordenação horizontal e vertical, as relações entre a *linha* e o *staff* em cada setor e a correlação da autoridade de *linha* com a do *staff* funcional.

COORDENAÇÃO HORIZONTAL

Os princípios de organização estabelecem uma cadeia — e apenas uma — de autoridade de *linha*. Em nenhuma outra base será possível obter uma responsabilidade clara e definida. Uma simples cadeia de autoridade, porém, não significa e não pode significar simples contatos de *linha*. As ligações de *staff*, quando não conduzem consigo mesmas certa autoridade de *linha*, devem ser organizadas da mesma maneira que a própria linha de autoridade. Uma verdadeira *coordenação horizontal* só pode ser obtida por esse meio. Esta é a lição que a organização militar dá à indústria.

Esta última já criou, porém, seus próprios serviços de *staff*. A medida que deve ser em seguida tomada é a de organizar esses serviços individuais e departamentais de *staff* num serviço coordenado. Este deve ser horizontal em relação com a correspondente autoridade de *linha* e de escala em suas relações com todas as funções de *staff* similares nas unidades dos escalões inferiores.

Uma *linha* escalonada hierarquicamente exige, como seu complemento, um *staff* também escalonado, sendo as relações dos elos correspondentes em cada cadeia sempre as mesmas.

COORDENAÇÃO POR MEIO DE COMISSÕES

A coordenação de *staff*, como na organização militar, deve ser tanto horizontal como vertical ou escalonada. Na organização industrial, o método usual e prático de implantar uma coordenação horizontal é o do emprêgo do sistema de comissões. Estas são, agora, instituições comuns no órgão central de muitas empresas industriais. Todas têm algo em comum: desempenham funções de *staff* cujo propósito é a coordenação das diretrizes.

A suprema função de *staff*, seja qual for o nome que possa ter, é aquela em que está representado o chefe de cada importante setor funcional da organização. É consultiva e serve diretamente ao mais alto chefe executivo na empresa. O trabalho de tal comissão pode assemelhar-se, nitidamente, com o dos estados maiores gerais dos modernos exércitos!

ORGANIZAÇÃO DE "STAFF" EM CADEIA

A técnica de disposição paralela de órgãos tanto se aplica ao sistema vertical (de escala) como ao horizontal, relativamente à organização de *staff*. Notamos já que todas as unidades num exército, do nível da divisão para baixo, são verdadeiras miniaturas das unidades superiores e possuem os seus próprios *staffs*. O mesmo já se pode dizer da organização industrial. Um ramo local ou uma unidade qualquer de uma fábrica exige o serviço de órgãos de *staff* idênticos aos que ser-

vem ao órgão central. Há necessidade de coordenação desses órgãos auxiliares subordinados aos chefes locais num serviço geral de *staff*.

Neste caso, outras coisas, também, se fazem necessárias.

É possível supor-se que os chefes dos *staffs* nessas operações locais tenham mais conhecimento das condições locais do que qualquer outra pessoa. Tal conhecimento, porém, derivado, exclusivamente, das condições locais, muito embora seja indispensável, nem é completo e nem suficiente. Deve ser suplementado por um conhecimento mais amplo dos planos e diretrizes gerais da organização, sem o que nenhum grau de conhecimento pode ter uma perspectiva adequada.

Relativamente ao conhecimento desta espécie, o *staff* local está sempre na dependência dos *staffs* situados nos níveis superiores. É isto que torna imperiosa a cadeia de *staffs* consultivos que é distinta da cadeia central de autoridade de *linha*, muito embora esteja sempre relacionada com estas funções *linha*.

A autoridade do departamento de *staff* no órgão central deve, por isso, desempenhar uma dupla função. A primeira é aconselhar seu chefe de *linha* e a segunda é informar e aconselhar os *staffs* que lhe correspondem mas que estão situados nos níveis inferiores da cadeia de *staffs*.

Para simplificar a questão, esse grande problema da organização industrial moderna que definimos com o nome de *descentralização coordenada*, exige, como solução, que a cadeia vertical de autoridade de *linha* seja suplementada por um sistema de *staff* organizado de maneira a infundir uma unidade de idéias e de doutrina em toda a organização.

Deve-se notar, nesta oportunidade, que a unidade de idéias não significa uniformidade. O pensamento mecânico não é mais eficiente que a ação mecânica e seus resultados podem ser tão desastrosos nos negócios como tantas vezes o têm sido na guerra. A unidade de pensamento nas organizações significa que todos os indivíduos, sejam quais forem suas obrigações, devem ser doutrinados relativamente à idéia que seja a melhor para a organização, não quanto a uma finalidade, mas quanto a uma condição necessária a seu próprio processo de raciocínio e planejamento. Somente a tais indivíduos se pode dar com confiança uma relativa liberdade de ação essencial em uma organização descentralizada.

Para assegurar sua universalidade, a doutrina deve correr todos os canais auxiliares e marginais do comando de *linha*. As ordens de comando, quando são expedidas e recebidas, são, certamente, cumpridas mais inteligentemente numa organização infiltrada de serviços de *staff* informativos e consultivos.

AUTORIDADE DE "STAFF"

E' indispensável uma certa cautela com os serviços de *staff*, uma cautela que se impõe por força de tôdas as lições de história. Isto se refere à tendência de todos os órgãos de *staff* para usurpar a autoridade de *linha* em certas situações. A história nos oferece o exemplo do Senado Romano que foi usurpando, gradualmente, o poder legislativo. Essa usurpação também se evidencia em outros casos, tanto individuais como coletivos, e podem ser identificados com muitos exemplos fáceis de encontrar na organização industrial moderna.

Nenhuma eficiência em matéria de serviço de *staff* pode justificar uma tal tendência porque o *staff* é, acima de tudo, uma função marginal. Só tem um lugar próprio na organização quando a competência e sabedoria dos conselheiros suplementam a visão do chefe. Isto não condena o natural movimento do serviço de *staff*, de baixo para cima, porque êle deve ser informativo e concernente àqueles assuntos que devem ser do conhecimento da chefia executiva. Na esfera da execução propriamente dita, porém, sua função é a de aconselhar os elementos de *linha* em conformidade com os planos para que a implantação dêstes possa ser facilitada. Sua obrigação é, em suma, interpretar e, assim, reforçar a *linha*. Sempre que o *staff* se afasta dêsse objetivo, êle destrói a eficiência da organização.

PROPÓSITO DO "STAFF"

A descentralização coordenada exige duas coisas: primeiro, a aplicação dos princípios de autoridade coordenada, de modo que o contrôle central se ajuste para permitir que haja uma certa dose de liberdade de iniciativa; segundo, a coordenação dos serviços informativos e consultivos correspondentes (e de natureza *staff*) com os elos na cadeia de autoridade de *linha*.

Esta solução traz consigo mesma a verdadeira coordenação de todos os serviços auxiliares. O objetivo de tais serviços pode ser definido com a palavra "facilitação". A função do *staff*, subordinado à autoridade central, é a de facilitar a preparação de planos e a dos *staffs*, subordinados aos órgãos de nível inferior, facilitar a execução. Quando o *staff* deixa de facilitar esta tarefa, quando começa a obstruir, retardar e impedir o trabalho... é injusto culpá-lo. A reforma imediata dêsse *staff* seria um remédio tão anticientífico quanto o tratamento, no campo da profissão médica, de um sintoma e não da doença que êle indica.

O verdadeiro erro se esconde atrás do *staff*: está exatamente na maneira por que é aplicado o princípio da delegação de autoridade de *linha*. Se o sistema de *linha* não funciona equilibradamente, as funções de *staff* que são desempenhadas pelos

órgãos subordinados ao referido sistema ficam também sujeitas a um desequilíbrio, o que importa dizer que essas funções não estão adequadamente correlacionadas com as correspondentes responsabilidades de *linha*. Um verdadeiro serviço de "facilitação" exige que tôdas as funções de aconselhamento assistam, diretamente, tôdas as operações a que elas dizem respeito.

O problema envolve a necessidade de se considerar o grau adequado de independência que o *staff* deve ter da autoridade de *linha* correspondente e, também, a importância dos serviços compulsórios de *staff*. A natureza das obrigações do *staff* exige que êle seja protegido contra as consequências de seus conselhos desagradáveis à autoridade de *linha* a que serve, desde que as muitas decisões a serem tomadas por esta autoridade podem carecer, constantemente, de sua assistência. O menosprêzo pelo conselho do *staff* por parte da autoridade de *linha* e o predomínio, no seio dos órgãos de *staff*, de indivíduos que só sabem concordar com a opinião dessas autoridades, depõe em favor da real importância dêste aspecto da organização de *staff*.

CORRELAÇÃO FUNCIONAL

A última necessidade da organização industrial a enumerar é a *correlação funcional*. Esta, como a descentralização, se desenvolve a par do desenvolvimento das unidades organizadas.

Correlação funcional quer dizer que todos os elementos de uma organização devem saber quais são seus deveres, e, acima de tudo, quais são as suas relações com os deveres dos outros membros do grupo. A inobservância da última parte causa, freqüentemente, a confusão no campo da operação funcional. Não é somente um obstáculo à eficiência como também pode ser o germe destruidor da harmonia e do moral.

A correlação funcional, como princípio que regula a execução, constitui o fim da estrutura. Esta forma final é determinada pelo princípio de escala na delegação de autoridade de *linha*, que, por sua vez, determina e distribui tôdas as funções.

O objetivo final da correlação em aprêço pode requerer uma cadeia hierárquica mais longa ou mais curta ou um *staff* maior ou menor. Pode exigir uma descentralização coordenada e uma disposição escalonada de *staff*; mas os princípios de coordenação de *linha* e *staff* estão sempre presentes. A doutrina, porém, tanto pode ser simples como complexa e a doutrinação fácil ou difícil; verdade é que a doutrina e a disciplina são sempre essenciais.

O entendimento comum, a unidade de doutrina e a norma de ação ordenada libertam a força dinâmica da organização e aumentam, consideravelmente, sua eficiência.

(Continua)

PESSOAL

Comentários sobre o Relatório Hoover

JOHN MAINWARING

(Trad. de Dulcy Melgaço Filgueiras)

Tece John Mainwaring neste artigo comentários sobre o Relatório Hoover que é, em suma, o resultado de um estudo feito por alguns americanos de destaque sobre a administração pública dos Estados Unidos. John Mainwaring, porém, é do Canadá e em seu artigo publicado na revista canadense "The Civil Service Review", faz primeiramente ligeiras observações sobre a situação administrativa de seu país. Só, em seguida, então, passa a analisar o Relatório pelo qual se pode notar que problemas semelhantes têm afetado os dois países.

Esta explicação se torna necessária por possuir também o Canadá a sua "Comissão do Serviço Civil" com atribuições idênticas às do órgão americano de igual nome. É a ela que se refere o autor no início de seu artigo.

O MAIOR obstáculo à eficiência do serviço público canadense parecia ser, na primeira metade do século que se seguiu à Confederação, o apadrinhamento e o favoritismo políticos.

Após aqueles "maus velhos dias", tivemos 30 anos, durante os quais a responsabilidade das nomeações e promoções na administração pública tem cabido a um órgão de natureza apolítica — a Comissão do Serviço Civil. Muitos abusos vêm sendo eliminados.

Mas muitos discutirão se esta reforma, embora considerada essencial, tenha resolvido o problema da eficiência no serviço público.

É que a perfeição é difícil de se obter e a extinção de um mal prejudica outros setores nos quais a administração pública é considerada incapaz de conseguir uma eficiência ideal. Por exemplo, persiste agora a suspeita de que o serviço público está superlotado. Assim, o fato de o Tesouro insistir na manutenção de um sistema de cotas, para os ocupantes dos cargos permanentes, parece ter sido baseado no pressentimento de que uma percentagem do pessoal pudesse, por conveniência, ser dispensada.

Além desse suposto problema de superlotação, a administração é freqüentemente criticada

de excessiva burocracia, particularmente no que diz respeito aos métodos de preenchimento dos cargos vagos e de efetuação das transferências. As penosas demoras no processamento das questões de pessoal, aliadas à circunstância de não serem convidativos os níveis de salário dos cargos médios e elevados, são considerados os fatores que impedem o ingresso nas carreiras do serviço público dos elementos mais competentes do País.

Várias tentativas têm sido feitas para analisar as causas destas e outras dificuldades, e encontrar as soluções para as mesmas. A Real Comissão de Classificações Administrativas do Serviço Público, conhecida comumente como Comissão Gordon, apresentou, recentemente, uma série de pontos desagradáveis. Mas as principais soluções por ela propostas não foram bem recebidas pela administração porque a Comissão Gordon, no seu cuidado pela eficiência administrativa, deixara de dar uma ênfase adequada à vital necessidade de manter e fortalecer o sistema do mérito.

É de considerável interesse observar que os problemas de pessoal na administração pública, à semelhança do que ocorre no Canadá, venham afetando o serviço civil dos Estados Unidos, e que os mesmos tenham sido objeto de pesquisas, nos recentes meses, por parte de uma Comissão constituída de homens do mais alto renome.

Tal Comissão foi presidida por um ex-presidente dos Estados Unidos — Herbert Hoover. O vice-presidente foi Dean Acheson, na qualidade de Secretário de Estado, e entre seus membros havia um antigo embaixador americano na Inglaterra e outros nomes de quase tão considerável prestígio.

A Comissão enviou uma série de relatórios ao Congresso, abordando vários aspectos do serviço público e contendo recomendações drásticas para a reorganização de certas unidades governamentais — inclusive a extinção ou fusão de órgãos cujas funções parecem estar em duplicidade.

Contudo, de particular interesse para os servidores civis canadenses é o Relatório intitulado "Administração de Pessoal" que contém francas observações sobre um número de problemas de relêvo para o nosso país (Canadá). (1)

(1) O artigo, como já foi dito, está publicado na revista canadense "The Civil Service Review" — Volume XXII — N.º 2. — Ano 1949.

O tom pungente deste depoimento se torna evidente logo que se defronta o índice. O 1.º capítulo, por exemplo, é uma introdução ingenuamente intitulada "O que há de errado na carreira do serviço público". O Relatório não faz o leitor esperar além do 2.º capítulo para saber "O que precisa ser feito", enquanto o capítulo 3.º apresenta um número de "Problemas e soluções propostas". E o Relatório termina com uma breve "Conclusão".

Há ao todo 29 recomendações destinadas, do ponto de vista da Comissão, a serem postas em prática, a fim de "se verificar, principalmente, a eficácia das mesmas para prover o Governo dos Estados Unidos, de um modo particular para as tarefas científicas, administrativas, técnicas e profissionais, de homens e mulheres de indiscutível competência, integridade e devoção ao bem comum.

O Relatório acrescenta: "Não podemos confiar o Governo a homens e mulheres medíocres".

O Relatório da Comissão é suplementado por um Apêndice, que constitui o Relatório de uma separada "equipe de reforço" (2) ou subcomissão, sobre política de pessoal. Este Apêndice da "equipe de reforço" é muito mais detalhado e formou as bases do próprio Relatório da Comissão. Embora não esteja claro se a Comissão tenha aceito todas as recomendações dessa "equipe de reforço", são estas, contudo, por uma questão de conveniência, citadas neste artigo onde forem necessárias, para servirem de base às próprias exposições da Comissão.

De início observa esta que o total de servidores públicos do Governo Federal passou, em 20 anos, de 570.000 para 2.043.000.

"Uma expansão de tais proporções sobrecarrega, inevitavelmente, a estrutura, os métodos, as técnicas do Governo", frisa o Relatório.

O Relatório procede então a um "breve sumário das deficiências das atuais práticas de pessoal". Inicia com um parágrafo que no Canadá seria considerado altamente controverso. Atacando a centralização, critica a atuação da Comissão de Serviço Civil nos seguintes termos:

"A centralização das questões de pessoal na Comissão de Serviço Civil e nos órgãos de pessoal, dos Ministérios e das Repartições não subordinadas, visando um tratamento satisfatório dos problemas de pessoal do Governo, tem resultado em retardamento e paralisação dos mesmos".

Uma limitação nos poderes da Comissão de Serviço Civil é muitas vezes advogada. Argumenta-se que os Ministérios deveriam fazer, livremente, seu próprio recrutamento "com a aceitação de que o recrutamento e os programas dos concursos devam ser aprovados pela Comissão de Serviço Civil, antes de serem postos em execução

e, com uma aceitação mais profunda ainda de que a condução essencial dos programas seja submetida à inspeção da Comissão, a fim de se verificar que tenha havido cumprimento do Estatuto dos Servidores Cíveis (Civil Service Act) e da Lei de Preferência aos Veteranos (Veterans Preference Act).

A Comissão do Serviço Civil estaria, assim, isenta de suas principais obrigações administrativas. Seu papel principal, de acordo com o Senhor Hoover e seus companheiros, seria estabelecer padrões de administração de pessoal. Teria também a tarefa vital de controlar esses padrões e de atender às pretensões do público e dos servidores.

Os Ministérios e as Repartições não subordinadas teriam no nível mais alto da administração um diretor de pessoal que seria responsável pela aquisição de servidores eficientes e pela "dispensa constante dos funcionários supérfluos e ineficientes".

Os funcionários dos quadros canadenses recriariam que tão drástica revogação das funções da Comissão do Serviço Civil pudesse conduzir ao favoritismo e ao apadrinhamento. Mas no ponto de vista do Sr. Hoover e seus companheiros, o sistema do mérito seria, na realidade, suficientemente salvaguardado pelas atividades controladoras da Comissão do Serviço Civil. A "equipe de reforço" presta mais atenção a este ponto e pede que seja transformada em lei uma proibição contra o favoritismo político. Cita a "Tennessee Valley Authority" como uma entidade na qual tal processo legislativo tem surtido efeito.

Um dos argumentos que a Comissão Hoover cita em favor do sistema proposto de descentralização é a conhecida queixa em torno das demoras no recrutamento e nas nomeações. Muitos funcionários civis canadenses aplaudirão a seguinte passagem:

"Nas presentes condições decorrem muitas vezes 4 a 8 meses entre o tempo em que um concurso é anunciado e o tempo em que os candidatos aprovados são nomeados para os cargos federais. Consequentemente, muitas nomeações interinas são feitas, dependendo dos resultados de um concurso. Aquêles que são nomeados interinamente são, às vezes, de capacidade inferior. Mas na ocasião em que esses interinos já estão realizando satisfatoriamente suas tarefas, devem ser substituídos, uma vez que não tenham conseguido se sair nos concursos tão bem quanto os novos candidatos. Deve-se notar, por outro lado, que o resultado de um concurso nem sempre é um índice completamente seguro de que o indivíduo vá se adaptar a uma determinada tarefa ou a executará bem.

"Todo esse processo contribui para a ineficiência, demora e excessivo custo em levar avante o trabalho do Governo".

Para solucionar a questão, a Comissão insiste em que os vários Ministérios e as Repartições não subordinadas elaborem programas enérgicos e

(2) A expressão inglesa "task force" foi dada a denominação de "equipe de reforço", na falta de um termo que a traduzisse perfeitamente. Constitui a "task force" uma comissão de especialistas que realizou um trabalho pesado e uma análise mais minuciosa dos problemas de pessoal.

contínuos de recrutamento (sujeitos, no entanto, à inspeção da Comissão do Serviço Civil).

No sistema atual, as pessoas somente podem se candidatar a um cargo quando há um concurso anunciado, e as inscrições só podem ser recebidas entre o período de abertura e fechamento do mesmo.

O Relatório recomenda que as entidades sejam autorizadas a aceitar as inscrições, para as vagas existentes e previstas, em qualquer época. Neste processo o candidato não teria que determinar previamente o cargo para o qual ele pode se qualificar; ser-lhe-ia permitido fazer uma circunstanciada exposição de suas habilitações, reservando-se ao órgão em que fôsse lotado a liberdade de considerá-lo para qualquer posição para a qual fôsse julgado qualificado.

Tal elasticidade no conceito de sistema do mérito da Comissão, é indicado na sugestão de que a pessoa classificada em 1.^o lugar não seja, necessariamente, a escolhida.

A Comissão Hoover recomenda que todos os candidatos ao serviço público sejam grupados nas seguintes categorias: "altamente qualificados", "bem qualificados", "qualificados" e "não qualificados".

A nomeação de funcionário deveria, exceto para os cargos cuja preferência cabe aos veteranos, começar recaindo na categoria de candidatos "altamente qualificados", selecionando-se alguns dentre estes para as vagas.

"As seleções seriam, ainda assim, feitas na base do mérito", argumenta a Comissão "mas um trabalho muito melhor se obterá, ajustando-se os indivíduos àquelas tarefas para as quais estão mais bem qualificados".

Os canadenses estariam inclinados a perguntar se muito do sistema do mérito não seria relegado num processo em que não se obrigava a nomear o vencedor de uma competição. Contudo, é preciso se acrescentar que, nas classificações feitas de um modo geral, para as funções auxiliares, onde a designação "auxiliar de escritório" pode ser aplicada a vários diferentes tipos de trabalho, as sugestões de Hoover não teriam nenhuma utilidade.

Voltando ao tema dos níveis de salário, o Relatório da "equipe de reforço" faz algumas observações muito interessantes. "Enquanto os salários federais nos níveis mais baixos da administração são comparados favoravelmente com os das entidades privadas", cita a "equipe de reforço", "a tendência dos vencimentos médios é acompanhar vagarosamente a alta dos preços de consumo e os níveis gerais de salários dos recentes anos".

O Relatório cita que a mais séria depressão nos vencimentos verificou-se nos mais altos postos, porque o salário máximo de 10.000 dólares foi mantido até julho de 1948, quando só então foi elevado de apenas 330 dólares.

A gravidade deste problema é demonstrada pelo fato de que um ordenado de 10.00 dólares hoje equivale a menos de 5.200 em 1939 (após a autorização do aumento do impôsto de renda).

O resultado tornou-se repetidamente claro pelo surto de desistência dos postos superiores nos 3 últimos anos, e pelos problemas surgidos nos altos postos remunerados. Um estudo do aumento dos vencimentos obtidos por 107 indivíduos que deixaram o Governo no ano de 1945 revelou que o aumento médio que obtiveram em relação ao que recebiam do Governo foi de 92%.

Os desníveis são muito comuns, explica a "equipe de reforço". Um ginásiano inexperiente entra para o serviço com 2.975 dólares — justamente 7.355 dólares menos do que o máximo que pode ser ganho por aqueles executivos federais que tenham feito uma carreira relâmpago ou pelos profissionais com 30 ou mais anos de serviço... O secretário de um alto funcionário federal pode ganhar 4.480 dólares por ano — pouco menos da metade do que ganha esse alto funcionário... Numa repartição observada, 24 subordinados estão, na realidade, recebendo mais do que seus superiores, devido a uma caprichosa resolução da legislação sobre vencimento, de 1948, que estabeleceu o salário máximo de 10.330 dólares para alguns funcionários e conservou o máximo de .. 10.000 para outros".

Esse importante Relatório salienta as consequências naturais dos níveis inadequados de salário. "Muitos homens capazes, embora desejosos de prestar patriótico serviço a seu país, não podem, reservando-lhe salários inferiores aos que lhes são oferecidos pelas organizações privadas, ser recrutados nem mantidos no serviço público".

"Os salários dos postos mais elevados do Governo não devem estar no mesmo nível do das entidades privadas e sim bem mais acima, a fim de se livrar os funcionários competentes de preocupações financeiras; isto se o Governo deseja manter ou desenvolver a qualidade de seus servidores".

A resultante recomendação da Comissão Hoover para o caso é: "O Congresso deveria elevar o atual salário de 10.330 dólares para os cargos de carreira. Ao mesmo tempo, deveria elevar os salários legislativos, judiciários e executivos ao nível do Secretário-Assistente ou ao do seu equivalente, e mesmo acima.

Enquanto a própria Comissão não estipula de quanto deve ser esse aumento, a "equipe de reforço" propõe um salário máximo de 15.000 dólares para as altas classes das carreiras técnicas (isto é, certamente para as posições equivalentes à de chefes de Serviço, no Canadá; os "chefes dos Departamentos executivos", cujas funções em alguns casos se confundem com as de um gabinete ministerial canadense e as de Ministro substituto ganhariam 25.000 dólares; enquanto "subsecretários" e "secretários-assistentes" teriam 20.000 e 17.500 dólares, respectivamente).

Uma ilustração significativa do problema está contida na seguinte rígida acusação:

"Muitos chefes acreditam que a redução no número de servidores de sua seção implicará na redução de seus salários e que o aumento dos mesmos, por sua vez, significará o aumento de seus

vencimentos. Isto, ao fazer com que pensem que sua ineficiência está sendo remunerada, estimula a "expansão excessiva" do pessoal.

Esta é uma crítica feita, geralmente, a qualquer burocracia, quer na administração pública, quer na privada. É um problema para o qual a solução é difícil de se obter. A Comissão chefiada por Hoover acredita que o remédio é conferir-se, à Comissão do Serviço Civil, o encargo de estabelecer escalas de salário e padrões para avaliação do trabalho. Esperar-se-ia que a Comissão do Serviço Civil estabelecesse um "padrão das atribuições dos órgãos de pessoal o que permitiria a cada Chefe de Repartição saber claramente se seus órgãos de pessoal estavam com funcionários em demasia".

O Relatório acrescenta, um tanto vagamente, que o Congresso poderia "tornar possível ao Presidente expedir e executar regulamentos que terão por fim recompensar os administradores e chefes pelos atos que tivessem o efeito de reduzir o número de pessoas das folhas de pagamento federais".

A fim de encorajar os prováveis candidatos a uma "carreira" o Relatório propõe que a Comissão do Serviço Civil delimite as linhas de promoção e desenvolva um programa que facilite as transferências entre órgãos, "principalmente nos setores técnicos, científicos e executivos". A menos que isto seja feito, o Relatório adverte: "O Governo continuará a perder alguns de seus mais competentes funcionários nessas áreas. Estes compreenderão que estão em improfícuas tarefas quando seus serviços podiam ser muitíssimo neces-

sários em trabalhos mais importantes de outro órgão".

Uma orientação no que diz respeito aos programas de treinamento faz-se também necessária.

Se o espaço permitisse mais se poderia dizer acerca de outras recomendações da Comissão Hoover, mas a fórmula básica foi aqui esboçada. A mais estimulante sugestão é, sem dúvida, a que visa a descentralização e investe as repartições não subordinadas de muitos dos poderes atualmente conferidos à Comissão do Serviço Civil. Tal solução, proposta para um real e premente problema, é um tanto ou quanto audaciosa, mas é uma solução que precisa ser observada por todos os ângulos. Uma aceleração sumamente desejável dos processos de pessoal bem podia ser conseguida, mas se fôsse à custa do princípio do mérito o aumento da eficiência seria transitório.

A discussão da Comissão Hoover sobre o problema da eficiência no serviço público levará muitos canadenses interessados no assunto a reler o Relatório da Comissão Gordon. Mas os servidores civis de carreiras do Canadá continuarão, provavelmente, a sentir que, uma solução preferível à descentralização, seria, em sua situação, a especialização — o provimento da Comissão do Serviço Civil de um número suficiente de investigadores e examinadores bem treinados e adequadamente remunerados de modo que as Repartições pudessem sentir que estavam sendo servidas por funcionários da Comissão que tinham uma compreensão bastante perfeita das necessidades de cada órgão a fim de administrá-los com inteligência, eficiência e um mínimo de burocracia.

APERFEIÇOAMENTO

Curso de orientação, seleção e readaptação profissional

EMÍLIO MIRA Y LOPEZ

SÚMULA 8

Instruções para a obtenção da "Autobiografia Dirigida"

Vista a conveniência de dar normas, com o fim de que o relato intro e retrospectivo da vida individual seja utilizável com fins de diagnóstico e prognóstico psicológico eis aqui as que consideramos preferíveis e fundamentais:

a) A autobiografia deve ser escrita, sempre que seja possível, na ausência das pessoas que possam influir sobre o autor interessado. Por isso é preferível que se lhe dê um local tranqüilo, com papel abundante, e que se lhe concedam diversas sessões, de uma hora, aproximadamente, cada uma, para redigi-la.

b) Deve ser escrita a mão, usando uma caneta, pois com isso obtêm dados grafológicos de extraordinária importância (Os borrões, hesitações e correções, riscos e raspagens feitas pelo sujeito em algumas frases são reveladores, quase sempre, de conflito com relação ao texto).

c) Tem de ser escrita por ordem cronológica, primeiro, e mais tarde, por ordem de interesse, pedindo, assim, um resumo e síntese pessoal, elaborada pelo próprio autor.

d) Os principais períodos são: de 0 a 3 anos; de 3 a 6; de 6 a 10; de 10 a 15 e assim, sucessivamente, por quinquênios.

e) Em cada um desses períodos, o sujeito deve preferir:

1.º Os incidentes e acidentes que considere mais importantes para ele, ou seja os que mais o afetaram ou impressionaram.

2.º Suas principais preocupações, desejos, decepções, satisfações e lutas, trabalhos e distrações.

3.º Seus rendimentos, aquisições, serviços, benefícios e atuações.

4.º Seus atos inacabados e seus motivos de sofrimento moral.

f) Terminado esse relato de tipo cronológico, histórico, descritivo, transversal, continua-se, pedindo ao autor que resuma sua opinião geral sobre cada período.

g) Finalmente, convida-se o autor a adotar um ponto de vista unitário e descrever a evolução geral de suas impressões, opiniões (crenças) e costumes com relação aos seguintes tópicos fundamentais:

1.º Relação e conduta para com seu próprio corpo.

2.º Relação e conduta para com sua própria maneira de ser (objetivação do *Eu*).

3.º Relação e conduta para com os membros diretos de sua família (Pai, Mãe, Irmãos, etc.).

4.º Relação e conduta para com seus amigos e conhecidos, em geral.

5.º Relação e conduta para com desconhecidos (inferiores, iguais e superiores, em idade, prestígio, saber, etc.).

6.º Relação e conduta para com os problemas culturais, em geral.

7.º Relação e conduta para com o trabalho (físico e mental).

8.º Relação e conduta para com as questões sexuais e eróticas.

9.º Relação e conduta para com os diversos perigos (físicos, sociais, etc.).

10.º Evolução e posição atual para com a filosofia da vida — Missão, Destino e rumos de sua vida. (Esta pergunta inclui fundamentalmente a descrição de suas diversas atitudes para com os valores e o problema do DEVER).

11.º Evolução e posição atual para com as tendências hedonísticas. (Distração — Jogos Esportes — Passatempos — etc.).

12.º Posição em relação à MORTE.

h) Uma vez obtidas as folhas correspondentes, procede-se imediatamente à obtenção de uma cópia fotostática, com o fim de podê-las devolver ao sujeito, se este as reclamar.

i) São sumamente úteis as folhas rasgadas e atiradas ao cesto de papéis. Delas se contém, quase sempre, os fragmentos autobiográficos reprimidos pelo indivíduo, a posteriori. Para evitar a possibilidade de que o autor as leve consigo, sem que se note, convém que se tenha contado o número total de folhas que se entregam, cada dia.

j) Um pequeno número de folhas pequenas, auxiliares, para redação de notas, convém, ainda, que figure, na mesa; freqüentemente o indivíduo as utiliza para desenhar os "doodles", que, à luz das modernas investigações (Guttmann, Jung e Mira) representam com freqüência a expressão automática dos setores práticos e podem, inclusive, adquirir o significado de símbolos mandálicos.

k) Uma vez obtido todo o material autobiográfico, procede-se à preparação de algumas entrevistas complementares, esclarecedoras, ampliadoras e comentadoras do escrito. O resultado destas se acrescenta ao protocolo, e somente então se procederá à valorização e à comparação dos dados com os obtidos da biografia objetiva e do questionário íntimo.

INSTRUÇÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA AUTOBIOGRAFIA DIRIGIDA

Em primeiro lugar, consideram-se a extensão, o tempo e a regularidade de uma e de outro, nas diversas fases ou partes. O índice de extensão (em número de palavras) por tempo (em número de minutos) nos dá idéia da velocidade de redação: se esta é grande, a autobiografia se denomina "fluida"; se é lenta, se chama "viscosa". Em regra geral, existe uma correlação positiva entre ambos os fatores, ou seja, os indivíduos que escrevem mais tempo escrevem menos, e os que escrevem menos tempo escrevem menos, mas, não obstante isso, a margem da variabilidade individual é muito grande. As variações do rendimento (débit) podem explicar-se, então, pelo grau de autocensura, pela facilidade de redação; o "tempo psíquico" do indivíduo; sua atitude geral ante a prova (grau de confiança no examinador, de crença em sua reserva, etc.).

Em segundo lugar, consideram-se as correções, manchas, raspagens, vacilações etc. Se não escassas, a autobiografia se denomina "limpa"; se são excessivas, denomina-se "suja". O primeiro tipo se encontra de preferência em indivíduos muito autodeterminados, que escrevem "straightahead" e não relêem o texto. O segundo predomina nos duvidosos, inseguros, tímidos e escrupulosos.

Em terceiro lugar as biografias se distinguem em egocípitas, egocífugas e equilibradas, segundo girem predominantemente sobre acontecimentos que hajam ocorrido ao autor, aos demais e a um e outros.

Em quarto lugar, classifica-se de acordo com o caráter lógico abstrato, global, ou geral de suas apreciações; ou, pelo contrário, ao caráter concreto, parcial e de detalhe; ou ao seu equilíbrio.

Em quinto lugar, é obtida a fórmula de hierarquização dos interesses subjetivos (conscientes) à base da importância relativa concedida a sua descrição, tanto no relato cronológico como no sintético-específico. Dada uma das 12 categorias. (Corpo-Eu-Família-Amigos-Humanidade-Saber-Fazer-Amar-Temer-Dever-Gozar-Sobreviver) representa um centro fundamental de interesse e ocupa um lugar na referida fórmula.

Um sujeito cuja autobiografia recolha principalmente experiências referentes a seu corpo e a sua pessoa, a sua família, ao gozo, ao perigo e a morte — ocupando escassa extensão e importância os itens relativos aos amigos, humanidade, saber, fazer, amar e dever, não há dúvida que se revela como um sujeito predominantemente preso a interesses egocêntricos, sensuais, imediatos, e que não passou da fase média de sua maturação social. Tal indivíduo teria a fórmula da hierarquização seguinte: 1-2-3-9-11-12 e seria, sob este aspecto, oposto, do ponto de vista de sua dinâmica pessoal, ao que tivesse uma fórmula: 4-5-6-7-8-10, por exemplo.

Na prática, basta exprimir os 6 valores máximos de cada fórmula, embora não haja dúvida em que o conhecimento da ordem relativa dos 6 valores mínimos proporciona também numerosas indicações úteis. Este ponto da análise precisa ser orientado de acordo com critérios qualitativos, que não podem ser limitados a normas fixas. Somente a experiência e as qualidades pessoais do examinador, postas em contato com os demais dados da investigação permitirão estender-se e encontrar as interpretações correspondentes.

Como resultado final e sintético, pode-se, não obstante, formular pelo examinador algumas conclusões de singular importância e que respondem às seguintes perguntas:

a) Como pensa ser o indivíduo? (Quanto a seu aspecto físico, sua saúde, seu aspecto intelectual e moral, seu rendimento escolar, profissional e social).

b) Como gostaria de ser? (Idem)

c) Como crê que deve ser? (Idem)

d) Como crê que é julgado? (Idem)

e) Que pensa acerca de seu futuro?

f) Qual parece ser seu rumo vital dominante?

Tais perguntas contribuem, em definitivo, para conhecer as 4 grandes incógnitas de cada personalidade: Ser — Fazer — Valer — Parecer.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

E. MIRA — Psicoterapia — Editora Científica — Rio de Janeiro.

P. SCIBLER — Psychotherapy — F. Norton. New York. 1940.

BOLLARD — Criteria for the life History — Yale Univ. Press. 1935.

FRENKEL — Studies on biographical psychology — 1936 Char. and Person n.º 5.

POLLANSKY — How shall a life-history be written — Char. a Pers. 1941.

OBRAS ACESSÓRIAS

GRUHLE — Selbstbiographie und Personlichkeitsforschung. Kongress f. Exp. Psychol. 1928 VIII.

KRUEGER E. — Autobiographical documents and personality. Chicago Univ. Library — 1925.

STOUFFER — An experimental comparison of statistical and case history methods of attitude research — Chicago Univ. Library — 1930.

WELLS — Experiment in autobiography. New York. Macmillan — 1934.

SÚMULA 9

Diagnóstico do "status praesens" individual no laboratório. Estudo das indicações e contra-indicações que, para a orientação profissional, derivam do exame fisiológico.

Uma vez recolhidos os antecedentes hereditários, estudada a tipologia constitucional e obtidos os biogramas em sua dupla vertente (externa ou social e interna ou introspectiva) precisa-se enfrentar a exploração funcional do indivíduo a quem desejamos ajudar seja guiando-o em seu ajuste aos problemas do trabalho, seja resolvendo seus conflitos e dificuldades em outros aspectos da vida.

Conceito unitário, antropológico, do atual exame clínico, com fins de aplicação psicológica. A Medicina atual se tem tornado *integral*, ou seja, não aceita a divisão do Ser humano em dois setores (independentes ou inter-relacionados) que seriam os correspondentes ao plano orgânico e ao plano pessoal, ao corpo e à mente. Ao contrário, do ponto de vista da aparência física — "res extensa" — o critério do exame não é orgânico e sim *orgânico-nísmico*. Do ponto de vista da aparência psíquica — "res cogitans" — o critério do exame não é psicológico ou espiritual e sim *dinamo-individual*.

Por isso, em vez de fornecer o juízo clínico de um indivíduo à base de somar (ou subtrair) os juízos parciais obtidos na observação de seus diversos aparelhos ou sistemas locais de órgãos, avalia-se o conjunto de seu rendimento vital em face de situações concretas. E isto é sobretudo certo quando se refere à O.P. As possibilidades de compensação vicariante, de substituição e de criação de novos modos de adaptação física são tão extraordinárias no homem, que bem se pode afirmar que a principal missão deste exame somático não é tanto a de dar uma visão dos elementos potenciais de seu rendimento físico, como a de estimar, *a priori*, que rendimento prático se pode obter com sua combinação, sob o influxo de seu concreto grau de determinação voluntária. Naturalmente, esta incógnita será dependente de muitas variáveis: a) grau de *plasticidade biológica*; b) valor da *homeostasis*; c) carga de *incentivos* individuais; d) *técnicas* usadas no esforço. Por tudo isto, o número de indicações e contra-indicações absolutas para o O.P. é *muito menor* que o que se pode derivar para a seleção profissional, já que nesta última o trabalhador terá de se adaptar forçosamente a uma situação concreta e até certo ponto rígida de esforço, enquanto que naquela lhe é sempre possível buscar, entre todas as oportunidades de colocação profissio-

nal, a que melhor se ajusta às suas peculiaridades individuais.

Atual critério na elaboração das fichas-registro de exame bio-somático com fins de O.P.

Já não se empregam as folhas médicas correntes na clínica (ambulatório ou hospital). Os modelos atuais tão pouco correspondem aos que, faz poucos anos, se empregavam em quase todos os laboratórios antropométricos, anexos aos centros de Orientação e Seleção Profissional. De um modo geral, pode dizer-se que as diferenças consistem em:

a) considerável diminuição das medidas estáticas, de tipo anatômico;

b) supressão das medidas que indicam reminiscências frenológicas;

c) introdução de diversas provas e índices de capacidade funcional total;

d) incorporação de alguns dados que antes eram tributários das folhas estritamente psicológicas e que hoje figuram conjuntamente nestas;

e) descrição de dados referentes ao desenvolvimento ou madureza biofuncional (crescimento ou níveis de idade biológica) em forma gráfica, como antecedentes para a melhor valorização do fenômeno somático.

Vejam agora, brevemente, algumas destas diferenças, em seu aspecto positivo:

DADOS FUNCIONAIS GLOBAIS

Os principais dados, que informam rapidamente, sobre o grau de robustez fisiológica, em função do rendimento total do organismo ante determinados estímulos ou tarefas de tipo físico, ou melhor, fisiológico, são os seguintes:

a) *Índice pulmonar e tempo de apnéia.* O primeiro é o quociente da capacidade pulmonar pelo peso. O segundo é o número de segundos que o indivíduo é capaz de se manter sem respirar, com o tórax em inspiração máxima. O melhor para apreciar este índice é submergir o nariz e a boca numa bacia. Na impossibilidade de fazê-lo, pode-se aplicar entre a boca e o nariz um pequeno espelho, além de realizar a inspeção do tórax e do ventre do indivíduo.

b) *Tensões arteriais, antes e depois da prova de Strauss* (10 flexões completas das extremidades inferiores, no ritmo de uma por segundo, com as mãos na cintura). As tensões tomam-se, primeiro, depois de um minuto de repouso e relaxamento em posição estendida e, logo, no fim de um e de cinco minutos após a prova.

c) *Fôrça e curva de esforço de flexão e de extensão num dinamógrafo totalizador.*

d) *Capacidade de equilíbrio e integração da postura.* (Prova de Otzeretzki para adultos: manter-se cinco segundos sobre um só pé, com as mãos na cintura).

e) *Contrôle dos movimentos reflexos.* (Em posição militar, com os olhos fechados, manter, sem tremor de pálpebras nem de dedos, os braços estendidos em cruz e com perfeita imobilidade durante um minuto).

Além destes dados, costuma-se obter, para orientação geral, a fórmula de Kempf (predomínio relativo das funções de nutrição, relação e reprodução) e a de Einstein (predomínio relativo das horas de repouso, trabalho e distração). Dados concretos que ajudam à obtenção das fórmulas acima são os que se obtêm da descrição de três amostras, tomadas ao acaso, de um dia de existência, em três meses alternados. (dias 3-17-26, por exemplo).

DADOS CLÍNICOS FUNDAMENTAIS

a) *Órgãos dos sentidos.*

Por tratar-se dos dispositivos que intervêm fundamentalmente na captação dos dados do plano físico da individualidade (esquema corporal, de Schilder) e do mundo exterior, sua investigação há de ser feita em "equipe", ou seja, trabalhando conjuntamente com um critério psicológico e médico.

A Orientação Profissional realizada em 5.000 jovens em Catalunha foi condicionada pelos dados procedentes

do exame clínico destes órgãos em 26% dos casos. Campo visual e vícios de refração ocular, discriminação auditiva diferencial de ruídos e sons, discriminação tátil (estereognosia) e cromatopsia foram os dados mais importantes neste aspecto. Secundariamente, precisa-se conhecer outros dados tais como: resistência ao deslumbramento, nictopsia, ortoforia, visão estereoscópica, agudeza auditiva, capacidade de localização de sons, sensibilidade álgica, barestésica, térmica, sensibilidade gêusica e olfatória, etc.

Todos os valores obtidos nas provas médicas e psico-experimentais correntes na investigação de tais dados não de ser relacionados com as peculiaridades pessoais de compensação e de atitude diante do exame.

b) *Pele e glândulas cutâneas.*

O capítulo de observação da pele, para a O.P. e para a S.P. está ainda por completar-se. Falta, por exemplo, uma tipologia cutânea que possa ser posta em relação com os requisitos profissionais, muito específicos em certos trabalhos industriais. De um modo geral, qualquer alteração cutânea infecciosa contra-indica todo tipo de trabalho manual, a menos que se possa assegurar a perfeita e constante eliminação do perigo de contágio transmissor. As alterações de secreção sudoral e sebácea, especialmente no sentido de hiperhidroses, contra-indicam profissões a se realizarem em lugares quentes e aquelas nas quais se requer segurança de pressão manual. As pessoas com fenômenos de alergia cutânea dever-se-ão abster de trabalhar em laboratórios de química, em oficinas onde haja pó ou emanações gasosas e também em trabalhos agrícolas e de granja.

c) *Sistema ósseo e locomotor.*

O excesso de cálcio nos ossos predispõe à sua fragilidade e fraturas, da mesma forma que sua excessiva falta (osteomalácia). Por isso, uma radiografia das epífises e medula em alguns lugares típicos do esqueleto é necessária sempre que se trata de decidir a O.P. do indivíduo para profissões que requerem agilidade e força musculares. Quanto ao exame propriamente dito do aparelho locomotor, será destinado à eliminação dos casos de hérnia (para trabalhos que requeiram esforços físicos) e dos de diminuição de capacidade funcional de translação (pés planos, desvios de coluna, atrofia musculares parciais, etc.) para profissões que não sejam sedentárias.

d) *Sistema circulatório.*

O exame funcional do aparelho cárdio-vascular é de primordial necessidade, tanto com fins de seleção como de orientação profissionais. O trabalho, incluso quando é sedentário e intelectual, é sempre seguido de um aumento no gasto de energia cardíaca e, se se tem em conta que, em definitivo, esta é responsável pela duração da vida do indivíduo compreende-se-á que a formulação de um trabalho compatível com a energia circulatória de reserva é condição "sine qua non" para não comprometer a longevidade natural do trabalhador.

Neste aspecto, a moderna medicina psico-somática veio a destruir dois preconceitos, que todavia imperam entre pessoas cultas, mas não familiarizadas com a evolução moderna das idéias cardiológicas.

Até bem pouco tempo cria-se que os casos de lesão cardíaca mais comuns, singularmente de tipo valvular (orifical) ou endocárdico, eram os que mais dificuldades de orientação proporcionavam, pois, em princípio, tinham como contra-indicado qualquer tipo de esforço. Hoje sabe-se que não é tanto o grau da lesão anatômica como a adequação do dispositivo neuro-regulador da contração e transmissão da mesma a todas as zonas do miocárdio o que, em definitivo, determina — junto, claro é, com as condições do metabolismo intracárdico — o grau de resistência funcional deste órgão. Indiretamente, assim mesmo, influem em sua longevidade de um modo singular, as condições da "resistência periférica" que precisa vencer, e nas que intervêm múltiplos fatores mecânicos, químicos e psicológicos. Com efeito, toda repressão espasmódica, em geral, a túnica arterial contrátil (espasmo vasomotor) e requer um aumento exagerado da contratilidade cardíaca. E' por isso que a vida dos bolsistas, grandes financeiros e especuladores, apesar de transcorrer geralmente com escassos gastos físicos e abundância de comodidades resulta mais curta que a dos simples trabalhadores camponeses, que passam horas e horas curvados sobre a terra, utilizando seu pesado arado.

Isto nos leva a destruir o segundo preconceito: não é propriamente o esforço mecânico do trabalho o que mais cansa o sistema circulatório senão — salvo poucas exceções — o risco e a repercussão emocional que o mesmo acarreta. De outro modo: não é a ocupação e sim a preocupação o que se deve evitar às pessoas cujo sistema circulatório (coração e vasos) tenha algum déficit ou perturbação funcional.

Outro conceito importante, da atual orientação cardiológica, é a de que, em muitos casos, mais importante que a eleição do trabalho é a formulação de um plano de vida corretor ou compensador de seus efeitos, quando existe algum defeito de circulação. E' assim que, por exemplo, se aconselha dormir com os pés mais altos que a pelvis quando se realizam trabalhos em posição bípede (seguindo esta norma, as empregadas das grandes casas nova-yorkinas reduziram sensivelmente suas doenças derivadas do estase circulatório das extremidades inferiores).

Em suma: enquanto antes, do ponto de vista cárdio-vascular, não havia contra-indicações, ou estas eram absolutas, agora, cada indivíduo tem um campo de indicações, não somente quanto à intensidade do esforço tolerável como quanto ao plano de vida compensador ou corretor do mesmo nas horas livres.

Dados de grande interesse para a O.P. podem também ser deduzidos do exame da fórmula hemática, mas não difíceis de resumir.

* *

*

"Tal desenvolvimento atingiu a documentação em nossos dias que seus próprios elementos constitutivos representam técnica distinta e profunda, como sejam a escrita, a fotografia, a imprensa, a cinematografia, a catalogação, a classificação, a gravação de som, o rádio, e outras, a ponto de podermos considerá-la atualmente — Ciência da Administração." — (SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR, in *Revista do Serviço Público*, outubro de 1949).

* *

*

"... a documentação governa o mundo e mostra como ele é governado." — (SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR, in *Revista do Serviço Público*, outubro de 1949).

DOCUMENTAÇÃO

O Serviço de Referência nas Bibliotecas

LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY

OS trabalhos de uma Biblioteca, como os de qualquer outra organização, podem ser divididos em serviços gerais, adjetivos ou meios e serviços específicos, substantivos ou fins.

Os serviços meios são todos aqueles que existem para que a instituição viva e possa desincumbir-se dos serviços fins, que representam sua própria razão de ser, o objetivo para o qual foi criada.

Assim, nas bibliotecas, podemos classificar como serviços meios aqueles que as organizam e preparam, isto é, os serviços administrativos que tratam do pessoal, material, orçamento, comunicações etc. e ainda os serviços técnicos, tais como os de seleção, aquisição, encadernação, catalogação, classificação, arrumação dos livros nas estantes, composição dos catálogos, etc. Através desses serviços, livros, folhetos, periódicos e outros materiais de documentação, como sejam manuscritos, filmes, microfilmes, mapas, músicas, estampas, etc., são selecionados, adquiridos por compra, doação ou permuta, sistematicamente preparados para servir aos leitores em seus trabalhos, estudos e pesquisas.

Os serviços fins da Biblioteca dizem respeito ao uso e aproveitamento adequado das coleções reunidas.

O objetivo das bibliotecas modernas é servir diretamente e com a maior eficácia à educação e à pesquisa em todas as suas fases e em todos os graus. Nas escolas, nos colégios e universidades, em todas as instituições de investigação — museus, institutos científicos etc. — nos laboratórios, nas oficinas, nos centros de recreação e em cada lar, o livro deve estar presente, orientando, informando, esclarecendo, instruindo, divertindo, respondendo a todas as perguntas, desfazendo todas as dúvidas.

Cabe ao Serviço de Referência, nas bibliotecas, motivar esta atitude ativa dos livros. “Conseguir um livro para cada leitor e um leitor para cada livro” e “Conseguir o livro que realmente convém a cada leitor” são lemas deste Serviço.

É o Serviço de Referência que se incumbem de ensinar o uso que podem ter as bibliotecas, mostrar aos leitores como consultar seus catálogos, como conseguir as informações que desejam, como

selecionar o livro que melhor lhes poderá servir. Orienta a leitura, facilita a pesquisa, auxilia a localização da documentação necessária, enfim procura incentivar a leitura e a pesquisa em todas as formas, pondo o livro a serviço efetivo da coletividade.

Pelo que temos notícia, a primeira biblioteca no Brasil a organizar um serviço de referência com esta própria denominação foi a Biblioteca do D.A.S.P. Segundo o Regimento desse Departamento, aprovado pelo Decreto n.º 11.101, de 11 de dezembro de 1942, sua Biblioteca, que era apenas uma seção do Serviço de Documentação, tinha seus trabalhos divididos entre cinco turmas das quais duas se incumbiriam dos serviços de preparação — Turma de Aquisição e Turma de Catalogação e Classificação — e três serviam ao público — Turma de Referência sobre Administração Pública (assunto em que a Biblioteca é especializada), Turma de Referência sobre Publicações Oficiais e Turma de Empréstimo. Pelo último regimento do D.A.S.P., Decreto n.º 8.323-A, de 7-12-1945, as duas turmas de referência da sua Biblioteca foram reunidas em uma só Turma de Referência.

Em 1943, o Ministério da Fazenda dava novas instalações às suas diversas bibliotecas, centralizando os seus serviços em uma só biblioteca, cujo Regimento, aprovado pelo Decreto número 14.413, de 30 de dezembro, dividia os seus trabalhos entre duas turmas — Classificação e Catalogação e de Referência.

No ano seguinte, em 1944, o Decreto número 16.167, de 24 de junho, que deu novo Regimento à Biblioteca Nacional, criava, na Divisão de Consulta daquela Biblioteca, uma Seção de Leitura Geral e de Referência, à qual competia, entre outras atribuições: “Orientar o público no uso dos catálogos e das coleções e prestar-lhe assistência necessária em estudos e pesquisas”. Novo Regimento foi dado à Biblioteca Nacional em 24 de janeiro de 1946, pelo Decreto n.º 20.478. Segundo a letra desse Decreto, a Seção de Leitura Geral e de Referência é desdobrada em duas Seções: Seção de Leitura e Seção de Referência Geral, a que compete “prestar ao público informações de caráter bibliográfico”.

Já a 1 de janeiro dêste mesmo ano, 1946, também o Regimento da Biblioteca do Ministério da Educação e Saúde consagrava o *Serviço de Referência*, pois distribuía os serviços entre as seções de Catalogação e Classificação e de Referência.

Em São Paulo, são inúmeras as bibliotecas com organização moderna, que trabalham com eficiência pela formação do hábito da leitura em todas as classes; que auxiliam efetivamente pesquisas e facilitam o estudo e a recreação intelectual.

Outros Estados, como sejam o Rio Grande do Sul, na Biblioteca Pública Pelotense; a Bahia, na Biblioteca Pública e na Biblioteca da Escola Politécnica; Pernambuco, na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Recife já possuem serviços de referência organizados e em funcionamento.

* * *

Existe um pequenino livro verde, muito conhecido dos estudantes de biblioteconomia do mundo inteiro — Wyer, *Reference work* — que informa maravilhas sobre este trabalho e ensina como podem ser realizadas. Conta como pode o bibliotecário preparar-se para se desincumbir a contento das tarefas especiais que lhe caberão como encarregado do serviço de referência em uma biblioteca pública, erudita ou popular, em bibliotecas escolares, colegiais, universitárias, especializadas em qualquer técnica ou ciência. Classifica o Serviço de Referência, de acordo com o maior ou menor auxílio que se prontifica a prestar aos leitores, em conservador, liberal ou moderado. O tipo conservador acentua o princípio de que o Serviço de Referência existe nas bibliotecas simplesmente para auxiliar os leitores, não para tentar realizar *todas* as tarefas que realmente cabem a eles leitores. Assim, o Serviço de Referência não se deve propor a ler, estudar, pesquisar, compilar, resumir, examinar, ou copiar, quando isso é exigido pelos interesses particulares dos leitores. Deve somente colaborar, dentro de limites previamente traçados, para que sejam realizadas com bom êxito as pesquisas e estudos. Não deve pretender tomar a si a incumbência de realizá-los. Um Serviço de Referência liberal, além de procurar tudo fazer na cooperação que presta aos leitores, não se satisfaz em lançar mão para isso somente dos recursos de sua própria Biblioteca e recorre, ainda, quando necessário, às coleções de outras bibliotecas através do empréstimo — entrebibliotecas, usando para isso catálogos coletivos de livros e periódicos, bibliografias especializadas, microfílmes ou outros tipos de fotocópias, etc.

Desnecessário dizer que o tipo de serviço de referência moderado, se coloca em ponto médio, entre as duas extremidades.

Para que exista Serviço de Referência em uma biblioteca, são precisos bibliotecários, adequadamente formados e treinados para este serviço, bem como uma Coleção de Referência organizada de acordo com o tipo da biblioteca a que vai servir.

O bibliotecário de referência aprende a ser o intérprete da Biblioteca para o leitor. Para isso é necessário que tenha cultura geral e especializada, segundo a Biblioteca; que saiba sentir as necessidades especiais de cada leitor, precisando saber dar toda atenção a cada leitor em particular; conhecer muito bem as coleções de sua Biblioteca e especialmente, saber lidar com sua coleção de referência.

Esta coleção é da maior importância para qualquer Biblioteca. É constituída por enciclopédias e ciclopédias, dicionários técnicos, dicionários de língua, vocabulários, catálogos de todos os gêneros, principalmente catálogos de bibliotecas, bibliografias, índices, manuais, guias, mapas etc., enfim, por todo o material documentário que tenha por finalidade fornecer informações de toda espécie, orientar pesquisas, indicar fontes de informações, organizado para consulta, não para ser lido integralmente.

É evidente que as proporções da coleção de referência e a escolha dos livros que a deverão constituir repousam fundamentalmente no tipo e tamanho da Biblioteca a que vai servir.

Entretanto, uma coleção de referência, por mais completa que seja, ficará inerte e quase inexpressiva se não existir, entre ela e o leitor comum, um bibliotecário de referência capaz de utilizá-la convenientemente; pois raras são as pessoas, mesmo entre as mais cultas, que a sabem utilizar de maneira completa, ou mesmo tirar proveito de seus livros.

Na obra de J. M. Flexner, *Circulation work in public libraries*, encontra-se grande e minuciosa lista dos requisitos necessários a um eficiente bibliotecário de referência. Entre as qualidades citadas por Miss. Flexner, merecem destaque as seguintes: *inteligência*, (principalmente caracterizada pela capacidade que deve ter o bibliotecário de compreender com rapidez o que está sendo desejado e saber como o encontrar); *cultura* (conhecimentos gerais, conhecimento especializado de literatura, conhecimentos aprofundados em um ou dois assuntos, conhecimento de, pelo menos, duas línguas vivas e ainda conhecimento da comunidade a que serve e dos recursos das bibliotecas de que se poderá valer; *memória* (não só em relação a livros e assuntos, como a pessoas com que eventualmente deva tratar); *curiosidade mental* (que muito contribuirá para que tenha o maior interesse nas pesquisas que realizar); *bom senso* (que muito o auxiliará em suas pesquisas e no trato com leitores) *bom humor e afabilidade*; *interesse pelas pessoas*; *tato*. É, portanto, da capacidade intelectual dêsse bibliotecário, de suas qualidades morais, do seu interesse humano e, especialmente, do seu entusiasmo pela democratização da cultura, que dependerá o sucesso dos serviços de qualquer Biblioteca, mais do que da própria riqueza de suas coleções.

O trabalho de referência pode ser dividido em três tipos distintos: procura de fatos, procura de livros ou documentos e pesquisa. Procura o bibliotecário de referência fatos, quando lhe foi feita uma pergunta objetiva e específica, clara-

mente enunciada sobre um nome, uma data, um título, um dado estatístico, um fato ou um número. Na maioria das vezes, estas perguntas recebidas pelo bibliotecário de referência podem ser classificadas como bibliográficas, biográficas, estatísticas, históricas, geográficas ou literárias, práticas ou teóricas. Em 90% dos casos, podem ser respondidas com uma simples consulta a um ou poucos livros dos mais usados da coleção de referência da Biblioteca. Muitas são formuladas mesmo pelo telefone. Grande número de bibliotecas estão habilitadas a respondê-las com extraordinária rapidez.

Entretanto, nem sempre as indagações referentes a datas, fatos etc., podem ser respondidas prontamente. Às vezes, aparecem datas diferentes, dados contraditórios e torna-se mister que sejam feitas comparações, confrontos, e, assim, deixa o bibliotecário de procurar simplesmente os fatos, para procurar as fontes que os enunciam. Passa da pesquisa de fatos para a pesquisa de livros e documentos.

Deve-se distinguir perfeitamente a pesquisa de fatos, assim como a de livros e documentos, da pesquisa propriamente dita. Esta é bem mais complexa do que procurar informações e livros. Envolve experimentação, observação, verificação, comparação, cálculo e outros processos de pesquisa, e que, mesmo assim, muitas vezes não leva a qualquer solução e não dá resposta aos problemas. A maioria das bibliotecas e, especialmente, as nossas não estão preparadas sequer para auxiliar com eficiência os pesquisadores em seus trabalhos. No entanto, há pouco tempo, a Biblioteca do D.A.S.P. por exemplo esteve empolgada na realização de uma pesquisa, com que procurava auxiliar um doutor em leis norte-americano, que se havia proposto a realizar um trabalho sobre direito americano comparado, no que se refere aos direitos dos cidadãos. A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, com a colaboração de

técnicos e cientistas altamente credenciados, realiza importantes trabalhos de pesquisa e documentação, com que assiste ao Congresso daquele país. Bibliotecas altamente especializadas ou científicas se têm aventurado no terreno da pesquisa pura, principalmente no domínio da História e da Literatura; mas são em pequeno número. A maioria contenta-se em trabalhar como um verdadeiro e precioso serviço de informações sobre questões e fatos já analisados e comprovados.

Difícil é avaliar-se em termos estatísticos o serviço realizado por uma biblioteca em seus trabalhos de referência. São os mais variados: auxílio aos leitores em geral; informações sobre a organização da própria biblioteca, sobre suas coleções e sobre a melhor maneira de consultar os catálogos; respostas a perguntas especiais, umas mais fáceis, outras mais difíceis; cursos de leitura laboriosamente preparados; compilações de longas bibliografias; pesquisas bibliográficas trabalhosas. Esses serviços não poderão certamente constituir parcelas de uma mesma soma.

Entretanto, é fácil verificar a eficiência de uma Biblioteca pelo número de leitores que atrai. Servindo bem, ela será com certeza muito procurada. É, por isso, que, hoje em dia, o valor de uma Biblioteca é avaliado mais pelo número de seus leitores do que pelo número de seus volumes.

Grande é a responsabilidade dos serviços de referência nas bibliotecas do Brasil. Devem, além de prestar os serviços de que usualmente se desincumbem, procurar ainda formar em nosso povo o hábito da leitura. Fazer com que todos se acostumem a utilizar os serviços de sua Biblioteca na escola primária, secundária, superior, no escritório, no clube etc. Ensinar como todos podem tirar o maior proveito dos livros em seus estudos, em seus trabalhos, e, ainda nas horas de lazer, como uma das mais vantajosas formas de recreação — a leitura.

★ ★
★

No Brasil, a assistência social organizada é de instituição recente. Não obstante, pode-se dizer, existe hoje um conjunto de atividades assistenciais, integradas em órgãos específicos que, em última análise, constituem um sistema permanente de proteção e garantia para a grande massa dos servidores não só das empresas particulares senão também do próprio Estado. Ocioso seria enumerar os órgãos existentes com finalidades de assistência social nos que trabalham na indústria, no comércio, nos serviços de transportes, de capatazias, nas atividades bancárias e noutros setores da atividade pública e privada. Mas, um regime satisfatório de assistência social não se restringe apenas à fixação de medidas de proteção, de previdência social, tendo em vista as situações depreciativas do trabalhador, mas ainda deve incluir providência que visem ao progresso ou pelo menos, à conservação do "standard" de saúde e de trabalho do servidor em geral. Sob esse segundo aspecto, adquire excepcional importância a instituição da "Colônia de Férias", como instrumento de recuperação de energias que foram despendidas no trabalho diuturno. É certo que a lei assegura o direito a férias, tanto nas empresas privadas como no serviço público. Esse princípio, entretanto, tem sido derogado pelo próprio trabalhador. Na atividade privada, é comum trabalhar o assalariado durante o período de férias, para o fim de receber, em dobro, o salário correspondente aos dias de férias não gozadas. No meio das atividades diretas ou indiretas do Estado, o servidor, via de regra, afasta-se do local de trabalho, durante as férias, mas não se afasta do ambiente urbano ou, mesmo, do clima da própria repartição que ele, vez por outra, visita, para olhar "de fora" os colegas de trabalho. Assim, atuam no seu espírito as mesmas causas de pressão psicológica e de desgaste orgânico, com o que fica elidido, na prática, o benefício de repouso que a lei teve em vista, ao instituir a obrigatoriedade das férias anuais. É claro que, sendo institucional o gozo de férias remuneradas, cumpre torná-lo efetivo, dentro do espírito com que o ditou a lei. Nesse sentido, é que deve ser assinalada a importância do que acaba de concretizar a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, adquirindo, para "Colônia de Férias" dos servidores civis, e franqueado a terceiros, o Hotel-Sítio Taquara, situado no bairro da Independência, próximo a Quitandinha. — J. G. de Aragão — "R.S.P." — julho de 1949.

SUPLEMENTO ENGENHARIA E OBRAS

SOB A ORIENTAÇÃO DO ENGENHEIRO LUCÍLIO BRIGGS BRITO

A Casa Popular no Brasil

RICARDO GREENHALGH B. FILHO.

A IDÉIA da habitação como um local de refúgio e descanso surgiu talvez no homem primitivo ao procurar êle defender-se das ameaças que o cercavam. Perturbações atmosféricas, animais ferozes, vários eram os fatores capazes de atemorizá-lo e, por certo, sentiu-se mais seguro e tranqüilo o nosso longínquo antepassado ao recolher-se ao interior de uma caverna. E assim resolveu o homem de antanho o seu problema habitacional; de maneira simples, exageradamente elementar, é verdade, mas mais também não se poderia exigir de sua capacidade imaginativa em embrião.

Passaram-se séculos, milênios e nós, descendentes daquele bárbaro habitante das cavernas,

atingindo a um requinte de civilização de que não há exemplo no passado, lutamos ainda com o mesmo problema e isto porque não aceitamos mais a solução simplista do nosso antepassado. Mas, se o problema é o mesmo, outras são as formas pelas quais se apresenta na atualidade. Assim, a idéia de habitação, no nosso tempo, já não se prende apenas à de refúgio contra os perigos naturais, por outro lado, de problema individual que era no alvorecer da humanidade, transformou-se em problema social. Trata-se agora, não de escolher a mais próxima caverna para nela estabelecer-se um homem e sim de acomodar, higiênicamente e atendendo a um mínimo de conforto, toda uma coletividade. Não é mais indiferente



Não é preciso ir ao interior, não é preciso sequer sair da Capital do País para sentir-se de perto o problema habitacional brasileiro, porque é justamente nos grandes centros que êle mais agudamente se faz sentir.

que o local escolhido seja aqui ou a 20 ou 40 quilômetros além, há necessidade de localizar esta massa humana próxima de seus locais de trabalho, sem o que outros problemas seriam agravados como o dos transportes, por exemplo.

Suponhamos, porém, que dispomos de local ou de locais suficientemente grandes para comportar uma multidão; não havendo dificuldades na época atual no que se refere à técnica de construção poderíamos julgar que espaço e técnica reunidos resolveriam definitivamente o problema.

Infelizmente, porém, isto não se dá; desprezamos até aqui o mais importante talvez dos aspectos da questão, qual seja o de ordem econômica. Realmente, os mais necessitados de uma moradia são justamente aqueles que dispõem de menores recursos.

E' fácil de concluir-se que dificilmente a iniciativa particular poderia resolver este problema que tantos e tão complexos detalhes envolve. Tratando-se de uma questão que afeta uma grande parte da população e cujos reflexos se fazem sentir em toda a coletividade, nada mais justo e natural do que a intervenção do Governo na mesma, em busca de uma solução que harmonize todos os interesses individuais e sociais.

No Brasil, o retardamento da ação governamental permitiu que o problema atingisse a tal grau que muitos o julgavam já insolúvel e, portanto, improfícua e mesmo perigosa qualquer medida no sentido de acabar com as favelas e mucambos.

Algumas iniciativas isoladas foram feitas, é verdade, mas não alcançaram infelizmente reper-



E, apesar de algumas favelas serem visíveis das próprias sacadas do Palácio Presidencial, entravam e saíam governos e nem ao menos era examinado o problema. "E' um problema insolúvel", sentenciavam muitos, "qualquer medida tendente a resolvê-lo é improfícua, quiçá mesmo perigosa."

cussão de âmbito nacional. Sòmente em 1946, tivemos, como um dos primeiros atos do atual Governo, a instituição de um órgão destinado a estudar e a atacar o problema da habitação popular.

A FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

A primeiro de maio de 1946, assinava o Presidente da República o Decreto-lei n.º 9.218, de acòrdo com o qual ficava "o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a instituir uma fundação denominada "Fundação da Casa Popular". Dizia ainda este Decreto-lei que a Fundação destinar-se-ia "a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de resi-

dência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural".

Posteriormente, a 6 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-lei n.º 9.777, o Governo especificava, em onze itens, as incumbências da Fundação da Casa Popular, a fim de que esta pudesse atingir as suas finalidades. Estes onze itens constituem, sem dúvida, o primeiro grande programa para solução do problema da habitação popular no nosso país; nêles estão englobados os três aspectos essenciais da questão: técnico, social e econômico. Estes onze itens que a seguir reproduzimos, constituem um plano capaz, como se poderá ver, de dignificar qualquer Governo. São



Não, o problema não era insolúvel. Necessitava porém ser enfrentado corajosamente, sem utopias, sem demagogia. E o Presidente Dutra, poucos meses após a sua posse, deu a ordem para início dos trabalhos. E o trabalho começou. (Vista do início dos trabalhos da F.C.P. em São Luiz — Maranhão)

as seguintes, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 9.777, as incumbências da F. C. P.:

I — proporcionar a brasileiros, e a estrangeiros, com mais de dez anos de residência no país, ou com mais de cinco anos quando tenham filhos brasileiros, a aquisição, ou construção, de moradia própria, na zona urbana ou rural;

II — financiar, na zona rural, a construção, reparação, ou melhoramento, de habitações para os trabalhadores, de arquitetura simples, e de baixo custo, mas que atendam aos requisitos mínimos de higiene e conforto, bem como suprimento de energia elétrica;

III — financiar as construções, de iniciativa, ou sob a responsabilidade de Prefeituras Municipais, empresas industriais ou comerciais, e outras instituições, de residências de tipo popular, destinadas à venda, a baixo custo, ou à locação, a trabalhadores, sem objetivo de lucro;

IV — financiar obras urbanísticas, de abastecimento d'água, esgotos, suprimentos de energia elétrica, assistência social, e outras que visem a melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras, de preferência nos municípios de orçamentos reduzidos, sob a garantia de taxas ou contribuições especiais, que para isso forem criadas;

V — estudar e classificar os tipos de habitações, denominadas — populares — tendo em vista as tendências arquitetônicas, hábitos de vida, condições climáticas e higiênicas, recursos de material e mão-de-obra das principais regiões do país, bem como o nível médio, econômico ou na escala de riqueza do trabalhador da região;

VI — proceder a estudos e pesquisas de métodos e processos, que visem o barateamento da construção, quer isolada, quer em série, de habitações de tipo popular, a fim de adotá-los e recomendá-los;

VII — preparar normas, ou cadernos de encargos, de acôrdo com o resultado desses estudos, para o estabelecimento das condições básicas a que devem satisfazer os planos a serem atendidos pela F.C.P., tendo em vista, especialmente, a máxima ampliação possível da área social de seus benefícios;

VIII — financiar as indústrias de materiais de construção, quando, por deficiência do produto no mercado, se tornar indispensável o estímulo do crédito, para o seu desenvolvimento ou aperfeiçoamento, em atenção aos planos ou programas de realizações da F.C.P.;

IX — estudar, projetar ou organizar planos de construção de habitações do tipo popular, a serem executadas diretamente pela F.C.P. ou mediante contrato com terceiros;

X — cooperar com as Prefeituras dos pequenos municípios, que não disponham de pessoal técnico habili-

tado, quando de todo indispensável, e na medida dos recursos disponíveis da F.C.P.;

XI — realizar tôdas as operações que digam respeito à melhor execução das suas finalidades dentro das atribuições e competência que forem conferidas pela lei.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Entre estabelecer um programa e pôr em prática este programa há uma diferença que é a que separa os utopistas, os sonhadores, ou os demagogos dos homens de ação, dos grandes realizadores, dos grandes administradores.

O primeiro ano de vida da Fundação, dedicado à sua organização interna, constituição do quadro de pessoal, etc., contribuiu ainda mais para que se acentuasse a desconfiança geral quanto à eficiência deste órgão que tanto prometia. E, quando em novembro de 1947, deu a Fundação início às suas atividades programadas, esta desconfiança chegou a atingir o aspecto de resistência.

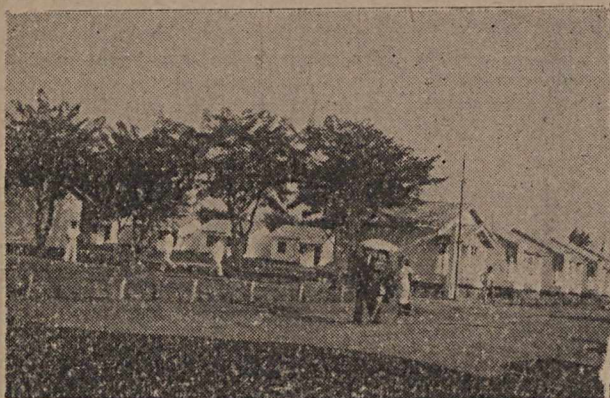
Acostumados durante anos e anos com o jôgo demagógico para efeitos eleitorais, os municípios não viam com bons olhos a atuação da F. C. P. e procuravam mesmo opor-lhe obstáculos. A maior vitória da Fundação foi, indubitavelmente, a de vencer, pela ação, esta desconfiança geral. Realmente, se em 1947 os representantes da F. C. P. eram recebidos friamente pelas prefeituras municipais, hoje são estas mesmas prefeituras que procuram a Fundação.

Dentre as objeções mais sérias levantadas pelos prefeitos ao trabalho da F. C. P., destaca-se a de que esta nem sempre obedecia às posturas municipais no que concerne ao loteamento e às características da habitação, liberdade esta, aliás, que lhe era assegurada pelo Decreto-lei 9.777.

Fácil é de compreender-se que visando a F. C. P. à solução do problema no plano nacional, não poderia, sem graves prejuízos técnicos e econômicos, submeter-se sistematicamente às posturas municipais, tanto mais quando a construção de casas populares é matéria nova de que



Surgiu a Fundação da Casa Popular. "Mais um órgão inútil", diziam os pessimistas, "depois de muita discussão e de dar bons ordenados a seus dirigentes, concluirá que nada se poderá fazer." Mas, surpresa para os pessimistas, quase não houve discussão... e os resultados começaram a surgir. (Vista parcial do conjunto construído em Cuiabá).



E' possível ao operário morar em casas limpas e confortáveis, situadas em locais agradáveis. Para isto bastou que o Governo levasse a cabo, com decisão, um programa inteligente de assistência social. (Vista parcial do conjunto construído em Lorena pela F.C.P.)

não cogitam naturalmente os regulamentos municipais. Tais regulamentos, inclusive o da Prefeitura do Distrito Federal, datam de alguns anos atrás, foram elaborados em épocas em que as disponibilidades de terrenos, materiais de construção e mão-de-obra eram sensivelmente superiores às do momento presente. A atender-se às exigências destes regulamentos, na época atual, nem sempre seria possível a construção de casas populares, uma vez que estas ficariam por preços tais que lhes tirariam totalmente o caráter de casas populares.

Tais argumentos foram expostos aos prefeitos e raramente deixaram de ser compreendidos e aceitos.

MÉTODOS DE TRABALHO

"Qual o critério adotado pela F. C. P. para escolha do local e da parcela da população a serem beneficiados com a construção de casas populares?" Tal foi a pergunta que fizemos ao Sr. Cid Rache, jovem e dinâmico engenheiro que ocupa o cargo de Superintendente daquela Fundação.

"Não temos adotado até aqui critério rígido para esta escolha", respondeu-nos S. S. e prosseguiu: "Por sinal, uma das normas que adotamos em nossos trabalhos é justamente a de evitar a adoção de critérios rígidos; somente em dois pontos procuramos fixar-nos, são os que se referem à economia e à eficiência. De princípio, tentamos, com o auxílio do I. B. G. E., fazer um levantamento da carência habitacional em todo o território brasileiro. Infelizmente tal levantamento não foi tão elucidativo quanto se esperava. Resolvemos então adotar o sistema de fazer, em todo o país, inscrição dos candidatos às casas que pretendíamos construir; quando, em determinada região, tínhamos um número suficiente de candidatos habilitados, iniciávamos ali a construção de um grupo de casas. Atualmente, graças a este sistema, temos uma idéia mais real da carência de habitações em todo o território nacional".

"E, escolhido o local", perguntamos, "como procede a F. C. P. para executar os trabalhos?"

"Enviamos para o local", respondeu-nos o Eng. Cid Rache, "um engenheiro que será o Engenheiro-Chefe do Escritório Local de Obras (E. L. O.) que ali será organizado e, ao mesmo tempo, designamos um Auxiliar Financeiro — geralmente um funcionário da Agência do Banco do Brasil do lugar. Ao Engenheiro-Chefe são atribuídas todas as providências de ordem técnico-construtiva e sua relação econômica com o orçamento e a responsabilidade pela boa execução técnica e pela observância dos prazos e orçamentos da obra. O Auxiliar Financeiro é o responsável pelo controle financeiro da obra".

"E qual o controle que a F. C. P. exerce sobre os Escritórios Locais de Obras?"

"Semanalmente o Engenheiro-Chefe remete à Sede da Fundação um relatório esquemático dando ciência da situação em que se acha a obra, bem como a prestação de contas correspondente a este período. Quanto à aquisição de material (que é feito por concorrência pública) e à admissão de operários e demais servidores necessários à execução da obra, são tarefas da responsabilidade do Engenheiro-Chefe o qual só posteriormente ou em caso de dúvida dá ciência de seus atos à Fundação. Até o presente não tivemos um só caso em que houvesse motivos para restringir a autonomia ampla que damos aos nossos Engenheiros Chefes; trabalham eles sob o regime de confiança e responsabilidade, regime que nos permite eliminar os entraves de caráter burocrático e consequentemente economizar tempo e dinheiro. Ao partir para a sua missão recebe o engenheiro um modelo das "Instruções para o trabalho nos ELOS". Ali estão fixadas as suas próprias atribuições como as do Auxiliar Financeiro e as dos demais componentes do Escritório Local de Obras".

Tivemos ocasião de ver um exemplar das instruções a que se referiu o Eng. Rache; são elas de autoria do Eng. Álvaro de Cantanheda Filho, atual Diretor do Departamento de Engenharia da Fundação, e constituem o mais completo roteiro de trabalho que já nos foi dado apreciar. Após atuar seguidamente em várias regiões do país na construção de casas populares, resolveu o Eng. Cantanheda resumir por escrito os resultados de sua larga experiência e assim surgiram estas instruções. Estão ali reunidas recomendações não só de caráter técnico como ainda as que se referem à parte administrativa, à observância das leis trabalhistas e às relações com os governos estaduais ou municipais. Ao recorrer a elas para resolver qualquer dúvida, encontrará ali o engenheiro não apenas a forma de resolvê-la como também o modelo de requerimento, de contrato, ou de outro qualquer documento que caiba aplicar no caso.

A preocupação permanente de evitar entraves burocráticos tem-se refletido de forma sensível nos trabalhos da Fundação. Assim é que um núcleo de 40 casas é construído em 60 ou 70 dias, o que dá uma média inferior a dois dias para cada casa. A



Em Curitiba está a Fundação construindo para o I.A.P.B. casas de dois pavimentos. Este conjunto compreende 55 casas.



Seus dirigentes? Ai estão eles, os membros do Conselho Central. Não ganham um centavo pelo trabalho, pelo entusiasmo e pelo carinho que dedicam à Fundação. (Aspecto de uma reunião do Conselho Central. Vêem-se da esquerda para a direita os Srs. Álvaro Miguez, Teodoro Arthou, Eduardo Pederneiras, Álvaro Pereira, Raul Gomes de Matos (Presidente em exercício do Conselho), Cid Rache (Superintendente), Edmundo de Miranda Jordão, Francisco Behrendorf e Paulo Câmara).

economia que resulta desta rapidez, no que se refere à mão-de-obra, é uma das razões pelas quais pode a Fundação fazer por 20 ou 25 mil cruzeiros uma casa que qualquer outra instituição ou empreiteiro faria por 40 ou 50 mil cruzeiros. Assim, por exemplo, deu-se em Curitiba, onde pretendia o I.P.A.S.E. construir um núcleo de casas para os seus associados. Feita a concorrência pública, verificou-se que a melhor proposta orçava a obra em Cr\$ 4.100.000,00, calculando a duração da mesma em 15 meses. Consultada que foi a F. C. P., propôs-se esta a fazer o mesmo serviço por Cr\$ 1.900.000,00, comprometendo-se a entregar a obra em 3 meses. E assim foi feito. Desta forma obteve o I.P.A.S.E. uma economia em dinheiro de Cr\$ 2.200.000,00, além da economia de tempo, que no caso foi de 15 meses.

Para outras instituições tem também apresentado a F. C. P. orçamentos os quais, via de regra, resultam em uma economia equivalente a 40 ou 50 por cento do preço obtido em outras fontes.

Perguntamos ao Eng. Cid Rache :

"A que atribui esta possibilidade que tem a Fundação de construir pela metade do preço corrente no mercado?"

"Principalmente à nossa organização e aos nossos métodos de trabalho e ao entusiasmo e dedicação de todos os que servem à Fundação. Cada servidor tem plena convicção de que trabalha efetivamente em prol da solução de um dos grandes problemas nacionais e, nestas condições, dá o máximo de seus esforços e de sua colaboração. Podemos pagar bem aos nossos engenheiros e demais funcionários porque deles recebemos em troca tempo integral de trabalho e uma dedicação ao serviço da qual dificilmente se encontrará paralelo".

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA F. C. P.

A F. C. P. é administrada pelos seguintes órgãos :

- 1) Conselho Central
- 2) Superintendente
- 3) Conselho Técnico
- 4) Junta de Contrôlê
- 5) Conselhos Regionais.

O Conselho Central, composto no mínimo de dez membros escolhidos entre pessoas de notória competência e experiência nos assuntos da alçada da Fundação, é o órgão máximo administrativo. Compete-lhe, como órgão deliberativo que é, determinar a execução de todas as medidas necessárias ao bom cumprimento das atribuições inerentes à F. C. P.; sua presidência cabe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, competindo a este indicar substituto nos seus impedimentos.

Devemos aqui ressaltar que os membros do Conselho Central não recebem qualquer remuneração pelo trabalho que exercem. Não obstante têm eles contribuído de maneira decisiva, com a

sua experiência, capacidade e esforços, para o sucesso que vem alcançando a Fundação.

São os seguintes os nomes que integram o Conselho Central da F. C. P.: Raul Gomes de Matos, Presidente Substituto em exercício, Edmundo de Miranda Jordão, Eduardo Vasconcelos Pederneiras, Francisco Behrendorf Júnior, Theodoro Arthou, Álvaro da Silva Lima Pereira, Paulo Leopoldo Pereira da Câmara, Álvaro Miguez de Melo, Luiz Carlos Mancini, Hélio Silva e Cid Rache, que como Superintendente é membro nato do Conselho.

Ao Superintendente cabe pôr em execução todos os atos necessários à administração da Fundação bem como organizar os respectivos serviços, de conformidade com o Regimento e com as instruções aprovadas pelo Conselho Central. O cargo de Superintendente é exercido no momento, conforme já dissemos antes, pelo Eng. Cid Rache. À competência deste engenheiro, ao seu espírito de organização, ao tato com que sabe escolher seus auxiliares e à boa execução que vem dando às resoluções do Conselho Central, são devidos os verdadeiros milagres de economia e eficiência da F. C. P.

O Conselho Técnico, como o próprio nome sugere, é o órgão encarregado de emitir pareceres sobre os projetos elaborados para construções populares e de opinar sobre planos ou projetos a serem executados pela Fundação.

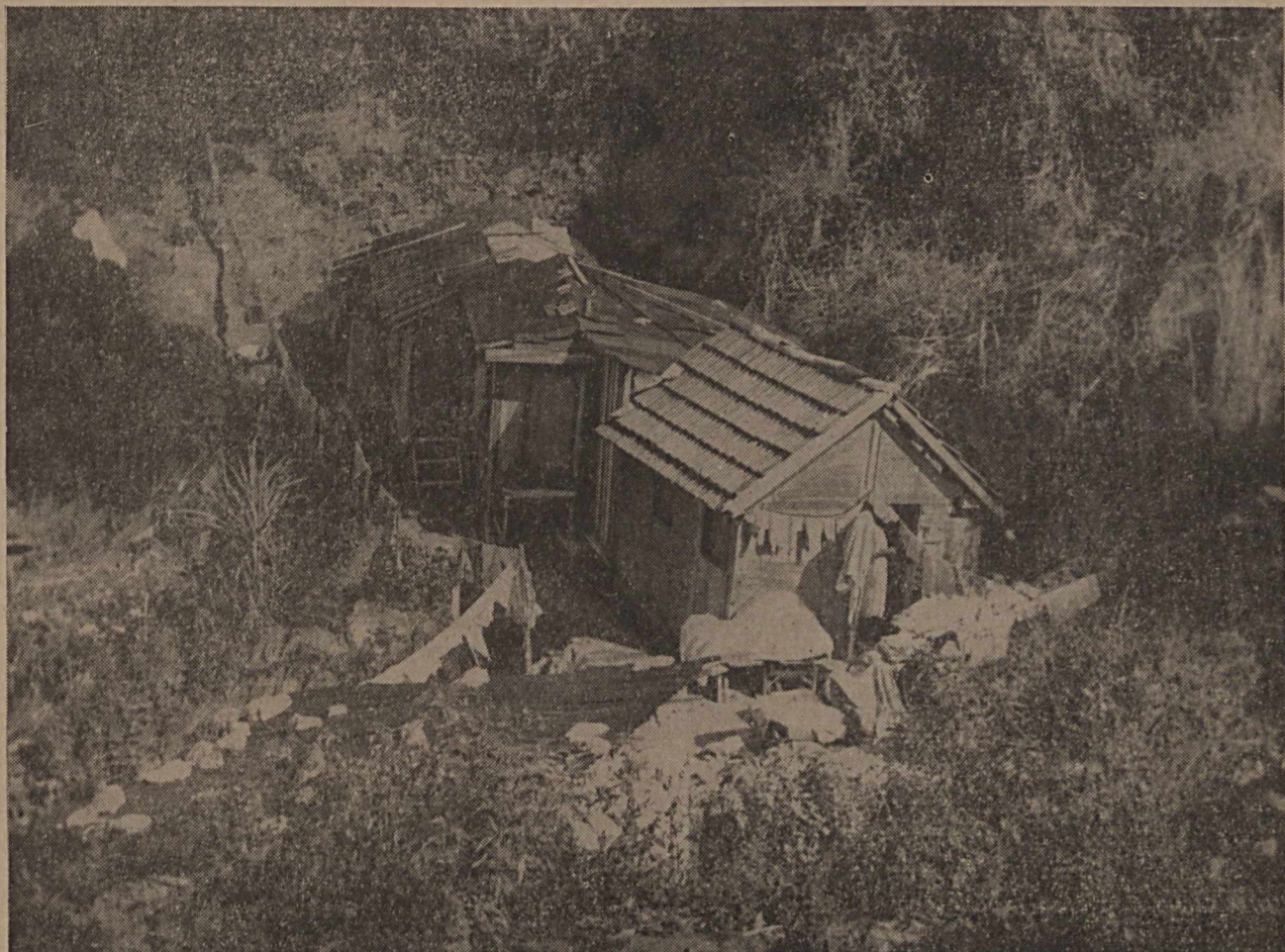
A Junta de Contrôlê é o órgão fiscalizador dos atos financeiros e, finalmente, os Conselhos Regionais, constituídos nos locais onde a Fundação realiza suas obras, são encarregados do estudo e decisão de todos os assuntos da competência da Fundação no âmbito das jurisdições que lhe forem definidas por instruções do Conselho Central.

RECURSOS FINANCEIROS

De acordo com os Decretos-leis 9.218 e 9.777, são os seguintes os recursos financeiros da Fundação :

- 1) Dotação inicial feita pela União de Cr\$ 3.000.000,00.
- 2) Valores representados por terrenos adquiridos por doação ou compra a longo prazo, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios ou de particulares.
- 3) Contribuições, a título de empréstimo, dos institutos de previdência social.
- 4) Demais legados ou doações que receber.
- 5) Contribuição obrigatória de 1% sobre o valor do imóvel adquirido, qualquer que seja a forma jurídica da aquisição, cobrado juntamente com o imposto de transmissão, quando seu valor for igual ou superior a Cr\$ 100.000,00.

Conforme se verifica, os quatro primeiros itens acima podem ser considerados como se referindo ao capital inicial ou ao aumento deste capital. Somente o disposto no item 5 se refere a uma contribuição permanente, ou melhor, a uma fonte de renda.



E' o trabalho destes homens, é o trabalho dos engenheiros e demais servidores da Fundação que permitem que o aspecto das casas em que mora o nosso povo vá aos poucos se modificando. (Em cima um barracão dos melhores das nossas favelas; em baixo uma das casas construídas pela F.C.P. em Bauru).

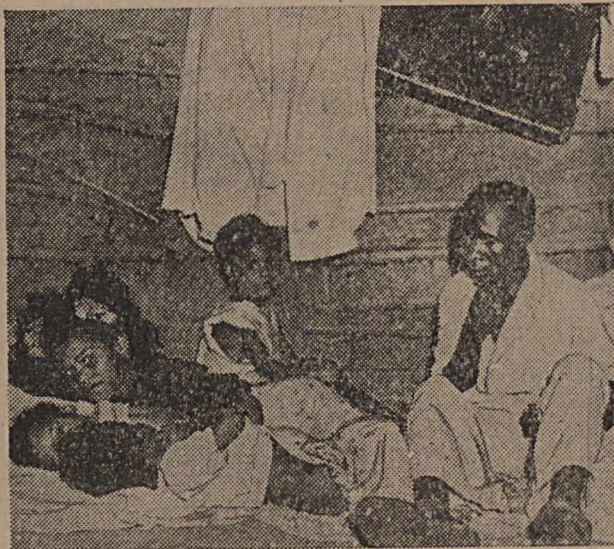


Em meados de 1947, dispunha a Fundação de uma capital de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), provenientes das doações e empréstimos já referidos. Esta quantia que, à primeira vista, pode parecer fenomenal, pouco significa contudo quando se trata de empreendimentos do vulto do que foi atribuído à F. C. P. Realmente, admitindo-se que, em média, cada casa saia por Cr\$ 25.000,00, conclui-se que, com aquêlê capital era possível, quando muito, a construção de 7.200 casas. E foi aproximadamente o que fez a Fundação.

Rarôs infelizmente são os Estados que fazem chegar aos cofres da Fundação a contribuição de 1% que recolhem sôbre as transações imobiliárias. Esgotado, pois, o capital inicial e não dispondo de uma receita que lhe permita prosseguir nas obras de vulto, vê-se a Fundação, no momento, em sérias dificuldades para cumprir o seu programa.

Perguntamos ao Eng. Cid Rache o que êle sugeria para resolver esta situação. Respondeu-nos S. S.:

“Sem capital para realizar obras próprias, seria interessante que ficasse a Fundação encarregada de contribuir para terceiros, isto é, para os institutos e caixas de previdência social, para os governos locais, ou mesmo para particulares. A experiência, aliás, já demonstrou que pode a F.C.P. trabalhar nestas condições dando grande economia àqueles para os quais constrói. Especializamo-nos em construção de casas populares; dificilmente outra qualquer instituição construirá tais casas por preço e prazo que concorram com os da Fundação; só haverá, pois, vantagem que estas obras sejam entregues à F. C. P. Se tôdas as unidades da União remetessem à Fundação o montante da arrecadação de 1% sôbre venda de imóveis, conforme manda a lei, teríamos uma base financeira para prosseguir nas construções por conta própria,



Que nos diria, por exemplo, o Sr. Marciano Lins que se vê nas fotografias acima? E' ele jardineiro da Prefeitura de Campinas, casado, com 4 filhos. Vivia da forma pela qual se vê à esquerda e mora atualmente na casa cuja fotografia se vê à direita, a qual lhe foi vendida pela Fundação por Cr\$ 29.000,00 a serem pagos em prestações de Cr\$ 312,00 mensais, incluídos aí o juro, amortização, seguro imobiliário, seguro contra fogo e administração.



O Presidente Dutra, que foi o idealizador e o criador da F.C.P., dá o máximo do seu apoio a este órgão. Eis aqui S. Excia. em companhia do Eng. Cid Rache e do Dr. Raul Gomes de Matos, inaugurando uma escola em Marechal Hermes a qual se destina a atender à população infantil da verdadeira cidade que ali a F.C.P. construiu.

independentemente das que fizéssemos para outras instituições. Lamentavelmente porém pouquíssimos são os Estados que cumprem a lei neste particular.

ALGUNS RESULTADOS COLHIDOS

De todos os resultados obtidos com o trabalho intensivo da F. C. P. o principal talvez seja o de ter ficado plenamente provado que o problema habitacional do Brasil tem solução e que esta solução atende às condições técnicas, sociais e econômicas do nosso meio.

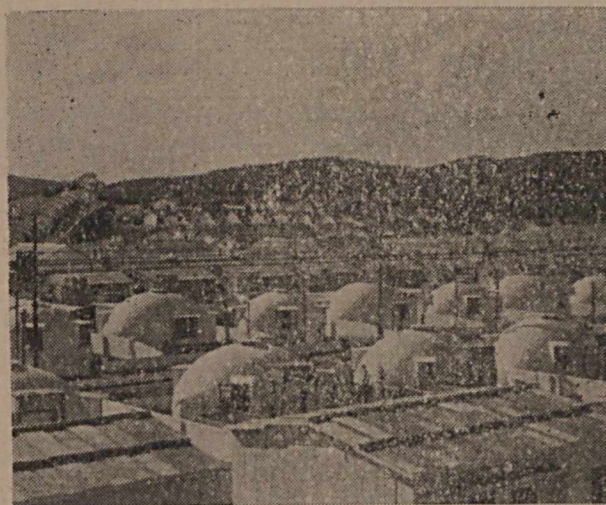
Dir-se-á talvez que as sete mil casas construídas pela Fundação representam apenas a milésima parte do que carece na realidade o Brasil. De fato, pode ser que assim seja. Contudo seria exigir o impossível se pretendêssemos maior rendimento da F. C. P. dispondo como dispunha esta instituição de um reduzido capital e não podendo contar com experiência técnica no país no que se refere à construção de casas populares.

Não se poderá, aliás, fazer um balanço dos serviços prestados pela Fundação contando a seu crédito apenas o número de casas construídas; há que computar-se ainda a seu favor o trabalho de vencer a inércia em que se encontrava o Brasil neste setor e o exemplo de trabalho que vem sendo já seguido em várias regiões do país, nas quais os governos locais estudam e procuram solucionar este problema com ou sem auxílio da F.C.P. Outro ponto ainda a considerar-se para bem julgar-se a Fundação é a larga experiência e a infinidade de informações de ordem técnica e econômica que pôde ela colher em todo o país.

Se alguém, Governo ou particular, se resolvesse a realizar obra de vulto fora dos grandes centros, teria que arcar com o total desconhecimento das condições de trabalho locais e absoluta ignorância dos preços e disponibilidades de material e mão-de-obra. Neste particular são valiosíssimas as informações que pode fornecer a F.C.P. e é mesmo intenção nossa, valendo-nos da gentileza do Eng. Cid Rache, divulgar futuramente

pela "Revista do Serviço Público" alguns dos dados que possui a Fundação sobre preços de material e mão-de-obra em várias regiões do Brasil.

Atendendo ao seu objetivo de construir depressa e por baixos preços, tem a F. C. P. experimentado vários tipos de casas. Assim, em Marechal Hermes, vamos encontrar casas de blocos de concreto, de fibro cimento, de alumínio e a chamada casa balão. Ouvindo os engenheiros da Fundação, ficamos cientes de que as casas que melhores resultados apresentaram até o presente foram ainda as de alvenaria de tijolo; são estas as de custo mais baixo e as que mais satisfazem aos moradores.



Ainda em Marechal Hermes efetuou a F.C.P. experiências com vários tipos de casas. Na fotografia acima vemos vários destes tipos: casas de blocos de concreto, de alumínio, de fibro cimento, balão e de alvenaria de tijolo. Esta última foi a que melhores resultados técnicos e econômicos apresentou.

Damos a seguir uma relação das casas já construídas pela F. C. P., especificando o número de unidades construídas, a área abrangida pela construção e o preço médio unitário das casas.

Cidades

N.º de unidades Área construída (m²) Preço médio unitário

Alegrete	60	2.637,54	36.697,40
Aracaju	65	2.756,00	24.474,90
Araraquara	172	7.752,44	30.784,20
Araruama	40	1.370,40	32.203,50
Bagé	50	2.173,80	35.688,30
Bambu	10	300,00	14.869,10
Barbacena	22	926,27	24.755,50
Bauru 1.º	100	4.214,52	25.133,80
Bauru 2.º	100	4.073,40	25.133,80
Belo Horizonte (1.ª etapa)	300	10.668,39	18.721,20
Belo Horizonte (2.ª etapa)	174	8.554,44	34.753,00
Botucatu	67	2.863,37	27.104,50
Campina Grande	38	1.474,40	19.260,00
Campinas	245	11.283,79	29.468,60
Cataguazes	50	2.120,00	33.257,40
Catanduva	24	1.060,32	28.544,90
Corumbá	56	2.428,64	44.168,80
Cuiabá	104	4.355,48	43.703,90
Curitiba	41	1.884,36	30.700,00
Goiânia	52	2.174,64	17.426,40
Guaratinguetá	90	3.678,30	29.777,80
Itu	104	4.688,46	30.589,20
Jaguarão	30	1.296,00	33.425,10
João Pessoa	100	4.288,00	21.300,00

Juiz de Fora	215	8.477,40	31.000,00
Lorena	42	1.438,92	32.097,60
Maceió	52	2.204,80	23.652,60
Marechal Hermes	1.057	48.624,61	30.000,00
Idem, conjunto Bandeiras . .	214		
Idem, Lapas etc.	72	13.864,50	33.000,00
Mococa	12	465,60	19.763,10
Montes Claros	50	1.976,50	20.715,40
Natal	74	2.871,20	28.648,60
Niterói	49	1.917,96	38.560,30
Olinda	152	5.975,54	21.440,80
Parnaíba	45	1.962,00	26.925,00
Pomba	40	1.729,90	37.721,60
Quaraí	68	2.924,18	29.212,80
Recife	588	22.848,60	21.955,10
Rio Bonito	37	1.267,62	32.138,70
Rio Grande	82	3.284,38	26.446,70
Sto. André	400	19.360,00	42.264,80
Santos (1. ^a etapa)	200	7.938,45	39.250,00
Santos (2. ^a etapa)	536	24.543,44	32.199,20
São Carlos	27	925,02	37.703,70
São Luís	50	1.860,00	32.600,00
Teresina	29	1.316,72	32.451,70
Uberaba	50	1.120,00	23.727,10
Uberlândia	50	1.260,10	24.069,30
Cruzeiro	60	2.637,54	27.196,10
Total	6.345		

OBRAS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES

Cidades	Instituição	N.º de unidades	Preço médio unitário
Belém	IAPB	44	79.261,70
Benfica	IPASE	4	66.650,00
Bonsucesso	CAP-SP	9	49.500,40
Cabedelo	IAPM	81	28.602,20
Carazinho	SESI	40	36.649,10
Caxias do Sul	SESI	40	37.466,70
Curitiba	IAPB	55	70.586,10
Curitiba	IPASE	50	38.843,30
Jacarepaquá (D. F.)	CAP-SP	53	78.680,40
São Leopoldo do Sul	SESI	40	34.777,50
Sta. Cruz do Sul	SESI	40	37.945,00
Teresina	IPASE	28	52.465,00
Total		6.829	

Além das obras acima relacionadas, construiu ainda a F. C. P. em caráter experimental 253 casas de vários tipos em Marechal Hermes, as quais alcançaram um preço médio unitário de Cr\$ 30.000,00 e despendeu ainda a importância de Cr\$ 17.550.000,00 em obras de fins sociais tais como escolas, centros sociais, ambulatórios médicos, gabinetes dentários, cooperativas e praças de esporte.

CONCLUSÃO

Não poderemos afirmar categoricamente que o problema da habitação popular esteja resolvido no nosso país. A nosso ver, esta solução está condicionada à ampliação dos trabalhos da F. C. P., isto é, à maior produção por parte deste órgão. Ora, o único fator que impede esta ampliação é o de ordem financeira. Assim, pois, a solução definitiva e ampla do problema da casa popular depende exclusivamente de financiamento seja este financiamento feito pelo Governo, seja pelos Institutos de Previdência, seja ainda por particulares.

As atividades da F. C. P. vieram quebrar todos os tabus quanto a dificuldades de material

e mão-de-obra no interior do país; ficou demonstrado que é possível construir grandes núcleos residenciais seja nas capitais, seja no interior, utilizando materiais e mão-de-obra do local.

Do ponto de vista econômico, verificou-se ainda que tais casas saem a preços acessíveis mesmo às classes menos favorecidas; realmente, a amortização mensal paga pelos que compraram casas construídas pela F. C. P. equivale aproximadamente à terça parte do salário comum de um operário.

Se as sete mil casas construídas pela F.C.P. não resolveram definitivamente o problema, contribuíram contudo — e muito — para atenuá-lo em vários pontos do país e, sobretudo, abriram a estrada larga pela qual forçosamente se terá de caminhar para alcançar esta solução definitiva.

Ao Governo do General Dutra deve-se, sem dúvida, o grande passo que permitiu que este problema passasse do domínio da demagogia para o domínio das realizações.

Na 4.^a da capa desta Revista publicamos uma vista aérea do núcleo construído pela F. C. P. em Campinas, Est. de São Paulo.



Não. Positivamente não é demagogia, porque a demagogia não seria capaz de erguer o conjunto que acima vemos. (Vista parcial do núcleo de Campinas, ao todo 245 casas).



O Presidente Dutra não esconde a sua alegria e o seu entusiasmo quando visita as obras da F.C.P., a qual põe em prática uma das maiores iniciativas de seu Governo.

“Eficiência do Trabalho Operário”

REALIZANDO estudos para estabelecer normas sobre a elaboração de orçamentos para a construção de edifícios, temos verificado grande divergência nos índices de produção do trabalho operário, os quais servem de base à avaliação do custo unitário da execução dos vários serviços de que se compõe a construção de edifícios.

Para a avaliação do custo desses serviços é necessário que se saiba quais os preços e as quantidades de materiais que serão utilizados ou consumidos para a realização de determinadas tarefas e, também, que se conheça a parcela de mão-de-obra ou do trabalho operário para colocar ou dispor os materiais.

Quanto ao material, apresenta dificuldades de pequena monta o seu conhecimento.

Em relação, entretanto, ao trabalho operário no que diz respeito à capacidade de produção e possibilidade de executar determinada tarefa num dado período de tempo, são extremamente variáveis as indicações.

Se fôr observado o trabalho de diferentes operários de construção civil, executando serviços idênticos, será fácil verificar que a produção ou o rendimento obtido varia, principalmente, em função:

- a) do maior ou menor aproveitamento dos movimentos e, por consequência, do esforço físico despendido;
- b) pela disposição adequada ou não do material necessário à execução da tarefa;
- c) pelo emprêgo de equipamento ou instrumental mais ou menos conveniente;
- d) outros fatores tais como má alimentação, cansaço provocado principalmente pela dificuldade de transporte e moradia, saúde precária, etc. Estes são, no entanto, assuntos de assistência social, cujo tratamento foge ao nosso objetivo.

Há, por conseguinte, necessidade de que se estude racionalmente a execução de cada tarefa.

Para se conseguir o objetivo desejado é indispensável:

- 1.º Estabelecer um programa para observação e análise metódica das tarefas mais comuns das construções civis;
- 2.º Treinar e incumbir pessoas para que realizem o estudo da execução dos serviços tendo em vista o maior rendimento do trabalho;
- 3.º Fixar os métodos mais aconselháveis para a execução das tarefas;
- 4.º Elaborar um programa de aprendizagem e treinamento de operários, de acordo com o resultado dos estudos realizados para a maior eficiência no trabalho;
- 5.º Conseguir indicações quanto aos índices de produção do trabalho operário, na base dos resultados dos estudos realizados.

O assunto, como vemos, interessa a um grande número de órgãos estatais, paraestatais e entidades privadas, ligadas à organização, à construção de edifícios e ao ensino técnico-profissional.

E' o Estado o maior interessado no desenvolvimento dos meios de produção e, neste caso, para o operário da construção civil poderia, ainda, significar melhores salários pela maior produtividade sem se tornar necessário o aumento do esforço físico despendido.

Pretende este Suplemento encetar um movimento neste sentido, esperando a colaboração dos órgãos estatais e paraestatais, assim como das empresas privadas e de particulares ligados à construção civil, quer pela remessa de sugestões, quer pela indicação de experiências feitas ou métodos que estão sendo seguidos para maior eficiência do trabalho operário.

Do lado da receita, o ponto nevrálgico para a verificação do deficit é o produto das operações de crédito. Universalmente se reconhece que não se pode considerar este produto como receita ordinária, e que se ele figura no orçamento ordinário ou geral apenas para indicar a maneira pela qual será coberto o deficit, deve-se separá-lo nitidamente das outras receitas governamentais: rendas tributárias, administrativas, industriais, patrimoniais. Quanto aos orçamentos extraordinários ou especiais, o modo de contabilidade varia de um país para outro. No *Plano de Obras e Equipamentos do Brasil*, extinto em setembro de 1946, figurava regularmente a rubrica “produto de operações de crédito”, orçada em 200 milhões de cruzeiros, ao lado das outras receitas — taxas, rendas de capitais, etc., e que poderiam ter sido incorporadas à renda ordinária do Orçamento Geral. E' evidente que esta “receita” — o montante previsto em 200 milhões raramente foi atingido — representava, na realidade, um deficit. — Richard Lewinsohn — R.S.P. — maio e junho de 1947.

Rochas calcáreas no Brasil

ANTÔNIO VAZ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Em prosseguimento às notas sobre "As rochas calcáreas e os valiosos materiais de construção que fornecem", divulgamos hoje um ensaio sobre a "Distribuição geológico-geográfica das rochas calcáreas no Brasil", indicando as principais ocorrências da matéria-prima básica para um grande número de indústrias ligadas à construção civil.

DISTRIBUÍDOS pelas várias épocas e períodos geológicos encontram-se no Brasil abundantes depósitos de rochas calcáreas.

ERA ARQUEOZÓICA

Na era arqueozóica os calcáreos do arqueano apresentam-se sob a forma de mármore, com granações grosseiras, sacaróides de composição dolomítica.

Twenhofel, com longos estudos sobre rochas sedimentares, afirma que os calcáreos pré-cambrianos são principalmente dolomíticos e têm a tendência a generalizar quando diz que a relação de calcita para a dolomita cresce nos calcáreos, do pré-cambiano até o recente. Oliveira e Leonardos mostram o pouco rigor desta regra pela existência, no Brasil, de calcáreos puríssimos no complexo arqueozóico (Geologia do Brasil). São esses calcáreos mais puros, não magnesianos, ou melhor, com baixo teor de magnésia, que oferecem possibilidades para a indústria do cimento, desde que haja outros elementos em proporções requeridas.

Geograficamente estudados, calcáreos cristalinos aparecem no Ceará (complexo fundamental) e na região compreendida pelos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Em publicação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — Luciano Jaques de Moraes e Djalma Guimarães — estudam esta região no livro "Serras e Montanhas do Nordeste". A serra do Martins é a mais interessante e por isso foi a mais estudada. Descreve Moraes que "em sua base, a 4 quilômetros a nordeste de Cruz das Almas, há serrotes de calcáreo cristalino no lugar chamado Picos, onde também há um forno de cal. O calcáreo está intercalado no gnaiss e nada mais é que a continuação do que aparece em Trincheiras, na base nordeste da serra. E' este mesmo calcáreo que, continuando a aparecer aqui e ali,

vai aflorar em Viçosa, a 10 quilômetros da vila deste nome e a 12 ao norte de Cruz das Almas (ob. cit. pág. 13). "Todos esses calcáreos estão numa mesma faixa com 500 metros de largura (pág. 14). Nas proximidades de Martins e na lagoa ao oeste da cidade, há uma argila cinzenta empregada na fabricação de tijolos crus, que são usados nas habitações. Afirmam os moradores que esses tijolos, quando queimados, não prestam." O valor econômico desta serra é enorme — conclui o autor — porque nela nunca falta água — fato que está em estreita conexão com a geologia — podendo-se comparar os sedimentos porosos do coroamento a um reservatório d'água. Nas encostas brotam várias fontes perenes, que já estão perdendo a importância devido às constantes derrubadas.

Há muitos anos que o clima da serra do Martins é afamado. Com a altitude de 745 metros o clima é fresco e muito saudável. A cidade de Martins de longo tempo é considerada um sanatório sobretudo para as moléstias pulmonares. O município foi criado pela lei provincial n.º 71, de 10 de novembro de 1841, tendo por sede a povoação — Serra do Martins, passando a chamar-se Vila da Maioridade, depois Imperatriz e por fim novamente Martins. O exame do calcáreo dessa região devia ser cuidadosamente feito, com o fito de se verificar se é próprio para a indústria do cimento. Mesmo que seja necessário transportar certos elementos para um centro só, talvez torne-se econômico, em vista da necessidade de boas estradas macadamizadas e para garantir o progresso de toda essa região. O município é considerado um dos mais agrícolas e produtores do Estado, se bem que sujeito às crises climáticas que o castigam severamente. E' criador também. Faltam meios de transportes e boas estradas. Estudos de outra natureza poderão mostrar melhor o verdadeiro valor econômico dessa região. Não cabem, porém, nos limites do presente trabalho.

Em Alagoas O. Derby e na Bahia — em Comissão — trabalhos de D. Guimarães e A. I. Eriksen, localizam calcáreos dolomíticos e metamorfosados pelo granito.

No Espírito Santo, no período arqueano, em Monte Líbano, acham-se encaixados no gnaiss bancos de calcáreos já explorados pela indústria do cimento.

No Estado do Rio de Janeiro, estudos de Froes de Abreu e J. L. Lamego descrevem os calcáreos do Vale do Paraíba e as célebres jazi-

das de mármore brancos de S. Joaquim, no distrito de Monção, município de Campos. Em relação ao primeiro autor citado, pedimos ao leitor consulte a Revista de Química Industrial — Ano IV — março de 1935, tão interessante é o seu estudo.

O vale do Paraíba é pródigo em afloramentos calcáreos. Os encaixados nas formações em que predomina o gnaiss têm estrutura cristalina, devido ao intenso metamorfismo. Apresentam grande pureza e são quase sempre brancos. “Em Laranjeiras, — escreve Froes de Abreu — o calcáreo contém grafita em maior abundância ao lado de pequenas quantidades de pirita. Não é magnesiano. Provém, com tãda a probabilidade, de depósitos de corais e carapaças magnesianas de moluscos. Outros depósitos provêm de moluscos de carapaças inteiramente calcáreas; daí a natureza da rocha resultante”.

Em Laranjeiras certas lentes não acusam magnésio, outras atingem a 22%, como o calcáreo de Barão de Vassouras — isto é, dolomita pura.

Froes de Abreu dá as seguintes análises para os calcáreos de formação gnáissica — não magnesianos:

	1	2	3
H ₂ O			
CO ₂	43,6	43,3	43,9
* SiO ₂	2,2	1,0	1,0
FeO ³	traços	traços	traços
AlO ₃	0,1	traços	traços
CaO	53,6	54,8	54,8
MgO	0,1	traços	0,6
	99,6	99,1	100,3

* Inclusive silicatos

1, 2 — Laranjeiras. E.F. Leopoldina Railway. Propriedade da Sociedade Anônima Luiz Correia. Analista Froes de Abreu.

3 — Analista — Serviço Geológico.

Os calcáreos magnesianos afloram nas localidades: Curral, Ipiranga, Estação de Bonfim, Barra Mansa, Juparanã, Pinheiro e Rademaker.

Considerando-se os calcáreos sedimentares que não foram intensamente metamorfoseados — refere-se Froes de Abreu à pequena bacia de Niterói, — pequena área entre rochas arqueanas — revelam, as camadas exploráveis, um grande valor para indústria do cimento devido ao pequeno teor de magnésio e a certa quantidade de argila.

Finalmente, os calcáreos representados pelos depósitos pré-históricos denominados sambaquis e pela acumulação de conchas na faixa do litoral e no fundo das baías, angras e lagunas. Esta parte é bem importante, sobretudo na indústria da cal, sendo a mais importante a conhecida cal de Cabo

Frio (Araruama, S. Pedro da Aldeia). Provém da calcinação dos calcáreos dos sambaquis e pseudo-sambaquis, das conchas e mariscos colhidos no fundo das lagoas (compostos quase exclusivamente de carbonato de cálcio) e dos depósitos marítimos de conchas e suas acumulações com sérpulas.

As principais aplicações dos calcáreos do Estado do Rio, atualmente são: fabricação de cal, cimento, fabricação de carbureto de cálcio e carga para tintas, sabões, sapóleos, etc.

Quanto à exploração de mármore, no vale do rio Muriaé, na parte da fazenda de São Joaquim e proximidades, temos, talvez, a mais importante jazida do Brasil. Os afloramentos do calcáreo nesta região fluminense estendem-se por 3.500 metros, atingindo a um volume e qualidade notáveis. Assim os descreve Lamego: “a jazida de São Joaquim é paralela à de propriedade da Cia. Samba a dois quilômetros a sueste. Mesmo que o corpo do minério seja de forma lenticular como todas as jazidas calcáreas — embora muito menores — que estudamos no vale do alto Paraíba, é provável que, existindo uma diminuição na posanção do depósito à medida que este se afunda, tal diminuição se faça gradualmente, podendo o calcáreo continuar a centenas de metros da superfície. Essas enormes reservas de Muriaé podem originar várias indústrias”.

No momento extrai-se o mármore e fabrica-se a cal.

O mármore apresenta possibilidades para uma grande exploração industrial. A grã é fina, uniforme, a côr é branca. E' matéria-prima de primeira qualidade para as construções civis. Em certas zonas apresenta-se do tipo Carrara, empregado na estatuária.

Mas não é só o mármore que existe em abundância, a calcita também.

“A par do mármore, de imediata utilização industrial quer para o fabrico de “cal de fabricação” quer para a indústria do vidro e do cimento ou para a siderurgia, as grandes reservas de calcita majoram de muito o valor das jazidas.” Calcula-se que, sòmente acima do nível do Muriaé, devem existir milhares de toneladas de calcita quase pura, de acôrdo com análise efetuada pelo químico industrial Arthur Beck.

O vale do rio Paraíba, na parte do Estado do Rio, merece estudo especial pormenorizado.

Relativamente à indústria do cimento, poder-se-ia fazer novos estudos. Tirando-se a hipótese das explorações anti-econômicas, pode bem ser que a pobreza dos proprietários das terras seja que não permita a industrialização. Nesse caso, a formação de cooperativas com créditos especiais se impõe.

Em Minas Gerais, na base da Serra da Mantiqueira, desde Embaú-Mirim até Mar de Espanha, encontram-se mármore e dolomitos sacaroides tão freqüentes como no vale do Paraíba.

DOCUMENTÁRIO

O desenvolvimento comercial entre os Países Sul-Americanos

Reportagem de MILTON DE CAMPOS VIANA

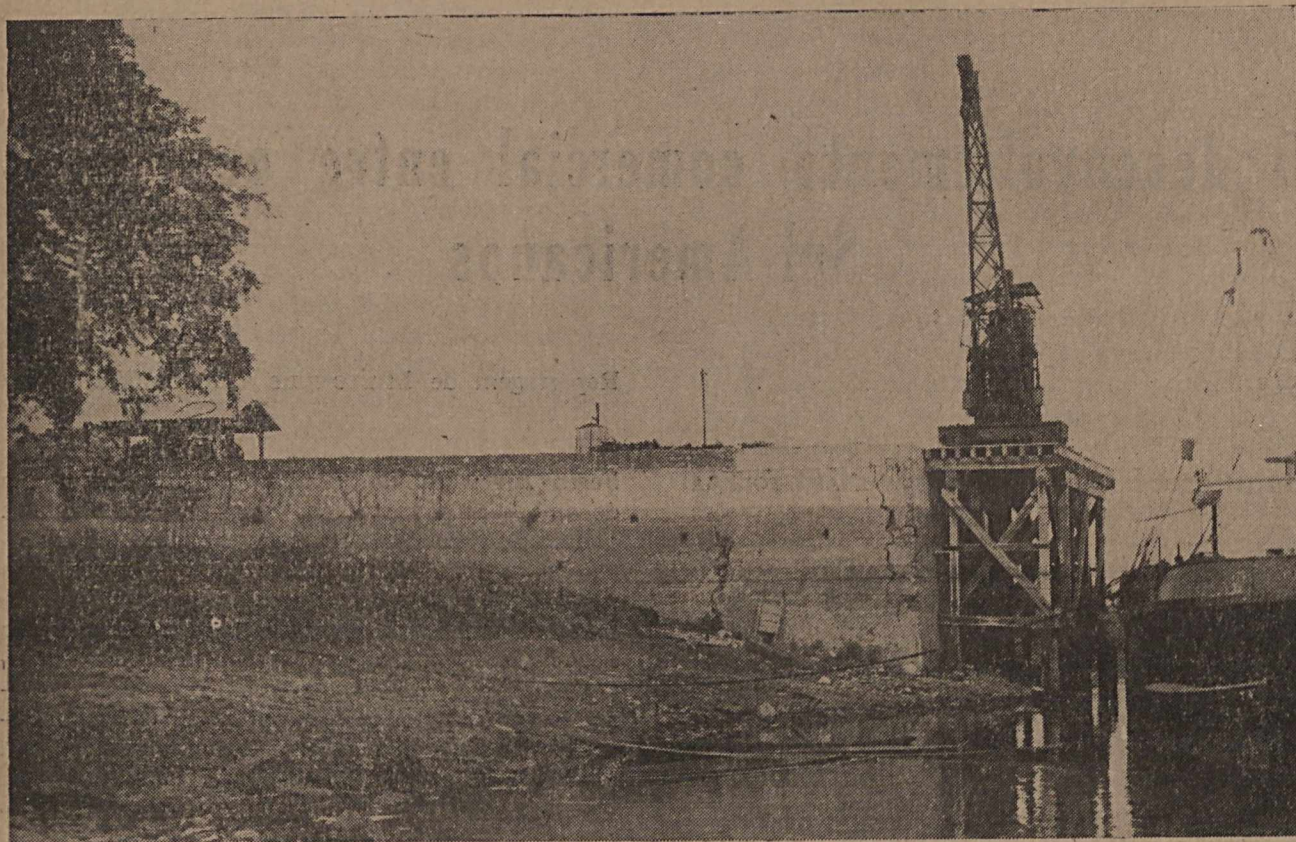
COMO NASCEU A COMISSÃO MISTA BRASIL-BOLÍVIA

O BRASIL comprou à Bolívia o Território Federal do Acre, por um milhão de libras esterlinas ouro. Com esta compra, que foi objeto de algumas cláusulas do Tratado de Petrópolis, em 1903, o nosso País se comprometeu a construir um trecho rodoviário ou ferroviário, de 650 quilômetros de comprimento. Em 1938, resultado ainda do Tratado de Petrópolis, foi, em definitivo, organizada a Comissão Mista de Estrada de

Ferro Brasil-Bolívia, dirigida por representantes de ambos os governos contratantes, comissão esta que iniciou imediatamente os trabalhos de construção da referida ferrovia dando cumprimento à parte do acôrdo firmado pelos dois países. Partindo da cidade de Corumbá, a estrada percorre o território brasileiro num trecho de sete quilômetros apenas. Liga Ladário ao rio Paraguai — por onde são feitos os transportes de materiais destinados à Estrada e procedentes do exterior, via países da Bacia do Prata e procedentes do Brasil, via Estrada de Ferro Noroeste. A Estrada de



Grupos de diretores brasileiros e bolivianos da E.F.B.B., da esquerda para a direita, os Srs. Luiz Saavedra Suarez, Ernesto Frederico de Oliveira (Presidente brasileiro da empresa), Julio F. Gumucio (Presidente boliviano da empresa), Justino Daja Ondarza, Carlos Pestana (engenheiro brasileiro), Lineu Vieira e o autor desta reportagem.



A Brasil-Bolívia estendeu seus trilhos até às margens do Rio Paraguai por onde se fazem os carregamentos dos materiais necessários procedentes do interior por via fluvial. O clichê fixa um aspecto do Pôrto de Ladário com uma chata em trabalhos de des carregamento de mercadorias.

Ferro Mista Brasil-Bolívia já levou seus trilhos para além de Piococa, no quilômetro 425. O serviço de terraplenagem vai, porém, muito adiantado, ultrapassando de muito aquela localidade. O berço para receber trilhos está pronto até Quimome, no quilômetro 432. Os trabalhos estão sendo atacados ativamente, também, do ponto final da linha Santa Cruz de La Sierra, no quilômetro 650 em direção a Corumbá. Dêsse lado, o leito construído abrange Pôrto Pailas, no quilômetro 609 além de Cotoca, quilômetro 640, faltando apenas 10 quilômetros para terminar a sua construção até Pôrto Pailas — Margem do Rio Grande — onde será construída uma ponte de mil metros de extensão com trinta metros de vão.

A MARCHA DOS TRABALHOS E OS OBSTÁCULOS NATURAIS

Depois de pronto o leito para receber os dormentes e trilhos, o avanço se faz numa média de 1.300 metros diários. A Estrada está, ao mesmo tempo que a turma de construção trabalha arduamente e a turma de conservação procura consolidar o trecho construído, com um empedramento de primeira categoria, oferecendo maior segurança aos trens. Esse empedramento é feito com pedras bitoladas e traz, conseqüentemente, adrenagem, e firmeza à grande construção. Em

Yacuses está situada uma possante fonte dessa matéria-prima, considerada como uma das melhores existentes para tal fim. Yacuses já forneceu o suficiente para o empedramento de 100 quilômetros. Considera-se que a pedreira dessa localidade tem reservas suficientes para a conclusão de todo o trecho que ora se constrói. Uma variante de poucos metros conduz os vagões à pedreira onde uma turma de trabalhadores e o britador funcionam incessantemente. Faltando apenas 198 quilômetros para a conclusão e a construção de uma ponte de mil metros sobre o Rio Grande, os trabalhos continuam vagarosamente, pelo simples fato de ser o terreno, nesse trecho, bastante arenoso e incapaz de suportar o peso dos grandes caminhões carregados de materiais e as gôndolas que deviam chegar até a ponta da linha para descarregar dormentes, trilhos e outros materiais necessários à continuação dos trabalhos. As chuvas nessa zona são bastante fortes e caem sem parar durante muitos dias, alagando a região e tornando o único caminho de acesso à turma de construção do leito da estrada, no trecho situado em locais distantes da terminal completamente inacessível, sendo preciso, às vezes, fazer, por meio de um avião teco-teco, o suprimento de mercadorias e medicamentos, porque essas turmas ficam completamente isoladas e sujeitas a tôdas as privações imagináveis. Dessa forma, torna-se impossível o transporte de material suficiente para

o início da ponte sobre o Rio Grande e só quando os trilhos se aproximarem mais, facilitando os meios, poderá ser iniciado tal empreendimento.

Além dessas dificuldades naturais temos que acrescentar, ainda, que o Rio Grande, de leito também arenoso e sem profundidade suficiente para dar vazão às enchentes, fica, durante as estações das águas, com um aspecto de verdadeiro oceano, devido ao alagamento provocado pelas enchurradas oriundas do norte ou resultantes das chuvas e só a evaporação lenta faz o terreno secar.

O HOMEM CONTRA A NATUREZA

Embora os trabalhadores sejam abastecidos por meios modernos quando ficam isolados por mais de 30 dias, a direção da Estrada tomou providências, dotando as turmas de um serviço médico de emergência e de um depósito de mantimentos. Contudo, dada a situação inóspita da região, a luta intensa continua contra as nuvens de mosquitos "pólvora" que obrigam o trabalhador a manter fogueiras acesas durante o tempo em que trabalha, isto porque, não só os "pólvoras" como os transmissores da maleita são prejudiciais à saúde. A região é infestada de reptis venenosos e todo cuidado para não ser picado por cascavel é pouco. A avitaminose, pneumonia, maleita e uma infinidade de outras doenças, (embora os trabalhadores sejam mais ou menos bem alimentados) são as responsáveis por um índice grande de mortalidade. O emprêgo de medicamentos dos mais modernos ali é feito em grande

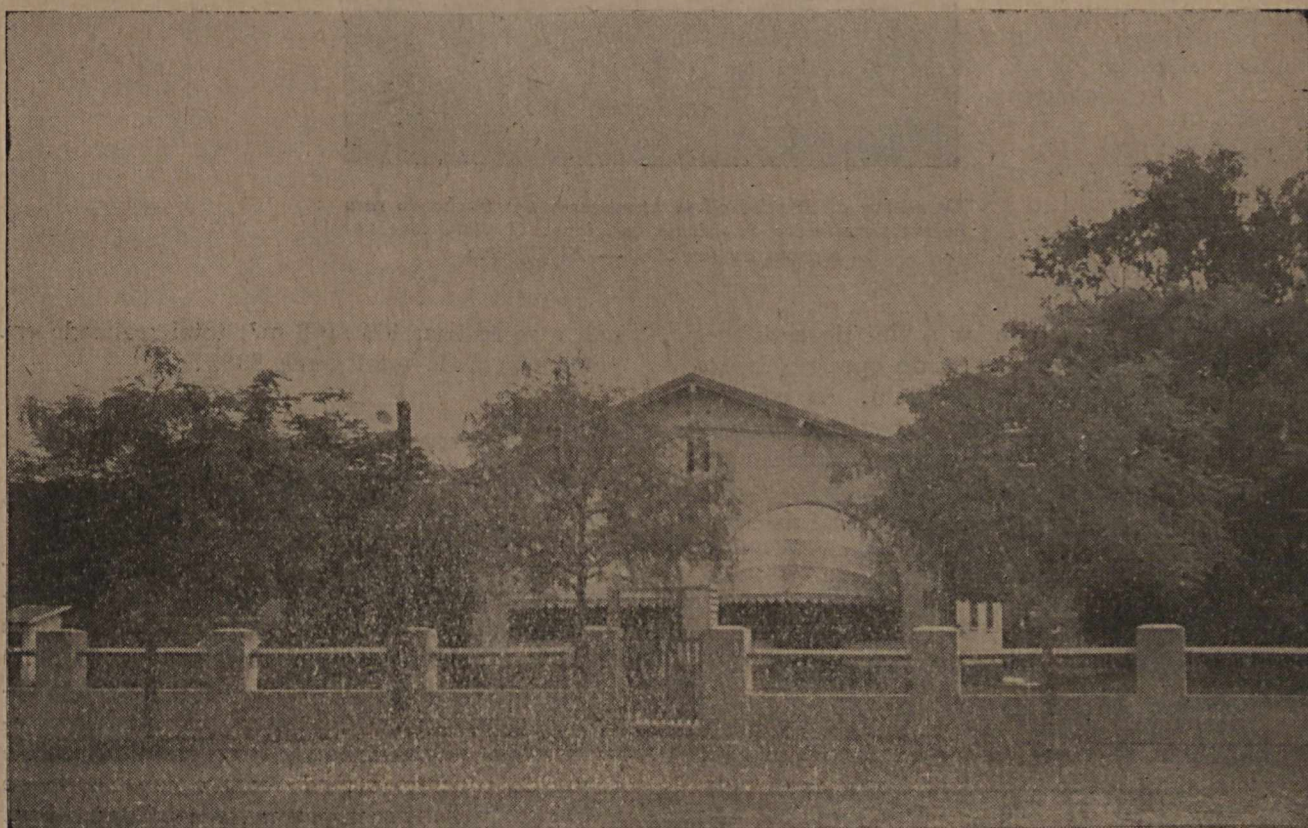
escala, não se limitando sua distribuição exclusivamente aos trabalhadores, mas também aos membros de suas famílias e à população em geral.

Pelos motivos expostos, é difícil o recrutamento de operários especializados e até mesmo de trabalhadores comuns, precisando os dirigentes da ferrovia contratá-los no interior de Minas Gerais ou São Paulo.

A região de El Porton é habitada pelos índios Yanaiguas que, em eras passadas, eram bravios e massacravam as populações e colonos residentes naquela região. Atualmente, estão mais civilizados e já mantêm relações pacíficas com as populações. É comum encontrar o viajante grandes grupos de índios que andam, em bandos, à procura de alimentação nas vilas e cidadezinhas daquelas paragens. Acontece, entretanto, que quando algum forasteiro ou mesmo certos colonos se encontram sós e sem meios de defesa, os índios Yanaiguas se aproveitam, embora com certo receio, e os massacram. Este fato tem se repetido com certa raridade atualmente, mas ainda ocorre.

CASAS, RESTAURANTES, HOSPITAIS, ARMAZÉNS E OUTROS MELHORAMENTOS

A divisão de Assistência Social aos trabalhadores, operários e funcionários e respectivas famílias é algo de importante para o fortalecimento da amizade brasileiro-boliviana. As pequenas vilas e cidadezinhas despovoadas estão, hoje, modificadas e melhoradas graças às facilidades proporcionadas pela estrada e os seus recursos. Além das



Uma das muitas casas construídas para funcionários da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia em Roboré. Km 250

confortáveis casas construídas, de diversos tipos (de tijolos e cobertas de telhas, forradas e envidraçadas) a administração instalou, ao longo da linha, 3 hospitais modernos com bom aparelhamento, 3 restaurantes coletivos, estilo S.A.P.S. e que fornecem por preço irrisório, alimentação com toda caloria suficiente para o sustento do cidadão, o que, diga-se de passagem, é o melhor meio de impedir a avitaminose e outras doenças oriundas da dieta deficiente. O número de casas construí-

das se eleva a mais de 300, dispondo as residências de todo conforto imaginável, sendo consideradas melhores ou de igual feitio às das nossas mais importantes estradas de ferro ou às de estradas de ferro dos países vizinhos.

Estão, assim, divididos os 300 edifícios construídos, não se falando dos que estão em construção: de tijolos, 113, de madeira; 142; de brasilit, 10; de madeira roliça, 35. Todos foram prèvia-



Os trilhos da Brasil-Bolívia atravessam um trecho de rara beleza panorâmica do oriente boliviano. O clichê fixa um aspecto do km 290 — El Chochis

mente submetidos a estudos a fim de satisfazer ao número e situação familiar do operário, trabalhador ou funcionário categorizado. As construções obedecem a um plano urbanístico prèviamente traçado. No número acima mencionado estão incluídos os armazéns, escolas, restaurantes e hospitais que atendem tanto ao pessoal da ferrovia como aos membros de suas famílias e outros elementos da população.

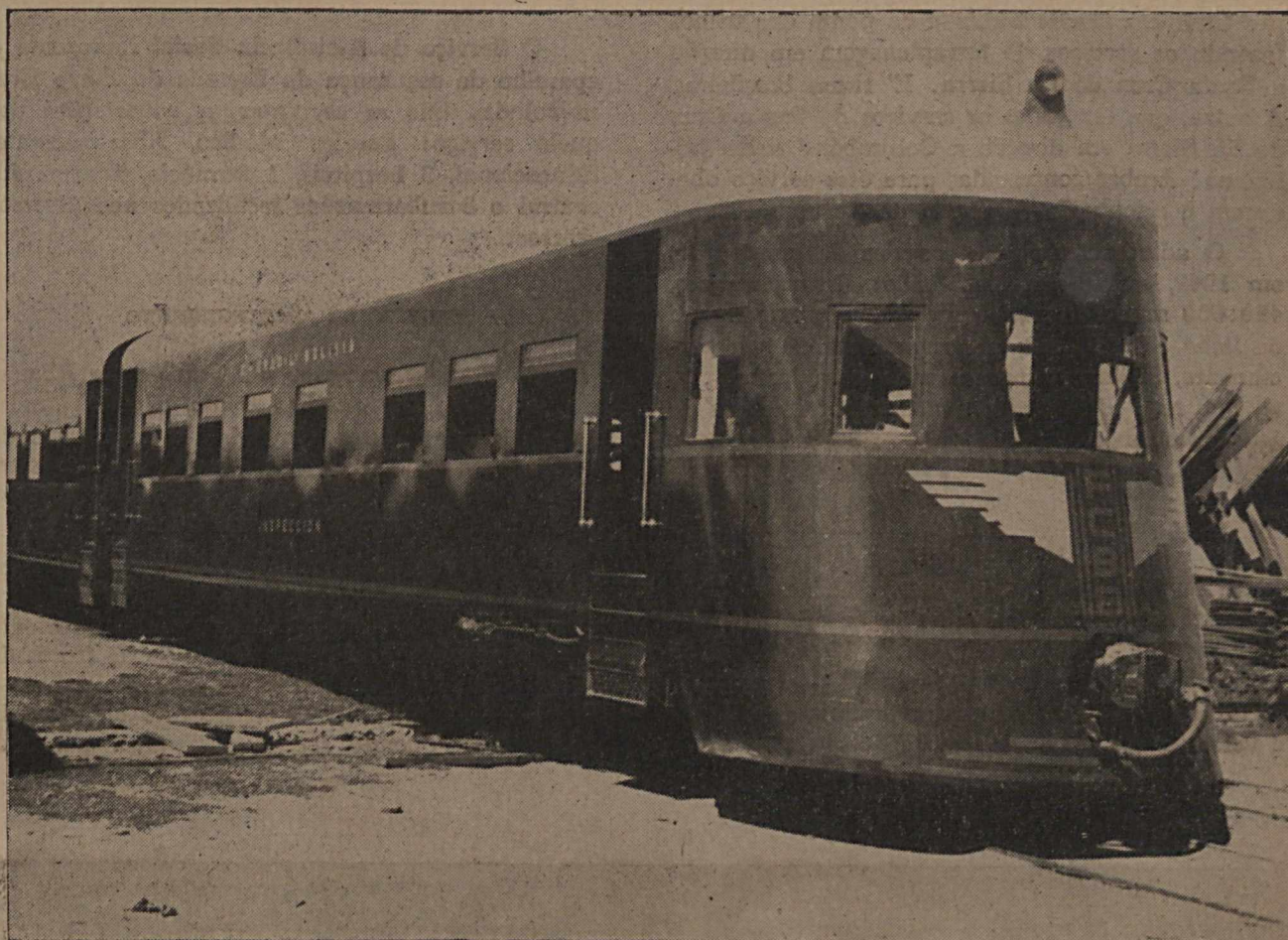
A SITUAÇÃO ATUAL DA ESTRADA

Pelos dados estatísticos, a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia se encontra na seguinte situação: Extensão do traçado, 650 km; Leito construído, 452 km; Em tráfego, 420 km; Por construir, 198 km; Movimento de Terra — total calculado pelo projeto, 4.929.340 m³; Total realizado, 4.056.972

m³; a se realizar 872.368 m³; total realizado em percentagem do total geral, 83%.

PROSSEGUIMENTO EM 1949

A respeito do plano de trabalho que deveria ser executado em 1949, temos os seguintes dados: 47 pontes e pontilhões com o vão total de 577 metros, medindo 3 dêles menos de 5 metros e 24 outros de 5 a 10 metros de vão total; 15 pontes de 10 a 20 metros de vão total e 5 de 20 a 50 metros. Trezentos e dezessete (317) bueiros diversos, compreendendo simples ou múltiplos, capeados, de alvenaria ou de concreto; 6 caixas d'água de concreto armado com a capacidade de 50.000 litros; 7 poços profundos, perfurados com a profundidade média de 100 metros, apresentando a vasão total de 84.500 litros horários.



Vagão construído pelas oficinas especializadas da Brasil-Bolívia.

A UTILIDADE DAS OFICINAS

A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia possui 3 oficinas mecânicas bem aparelhadas para consertos e reparos tanto das locomotivas como veículos de outra espécie, distribuídas nos pontos-chave, ao longo da linha, e duas bem aparelhadas e modernas serrarias. Já construíram essas oficinas alguns dos vagões da Estrada, tipo aerodinâmico e cujas linhas obedecem ao mais moderno traçado. Atendem esses vagões, além disso, a todas as necessidades dos serviços. As serrarias fornecem todo o material de madeira necessário para a construção das casas e edifícios dos operários e funcionários. Convém acrescentar que, havendo tempo e material próprio, os serviços de melhoramento das cidades e os de interesses de particulares serão realizados nessas serrarias pelo pessoal especializado, em virtude da falta de outros meios na região. As serrarias prestam, portanto, inestimáveis serviços, fazendo desde as janelas para as casas até o reparo de vagões, gôndolas, carrocerias de caminhões, carroças, etc.

Possui, ainda, a E.F.B.B. 52 veículos: caminhões e camionetas, 43; "Jeeps" e carros de passeio, 9, tendo sido adquiridos, em 1949, 4 caminhões Ford de 5/6 toneladas e 2 "Jeeps".

O Serviço de Telecomunicação, útil e moderno, está assim distribuído: 298 km de linha tele-

fônica dupla; 100 km simples; 9 estações de rádio, receptoras e transmissoras, manipuladas pelos radiotelegrafistas e pessoal técnico.

A LOCOMOÇÃO

Com escritório central em Corumbá, a Locomoção é dirigida por um engenheiro e tem uma organização completa, estando situadas em Roboré, (km 250) e São José de Chiquitos (km 385) as suas subdivisões sob as ordens do engenheiro residente de cada cidade, que segue a orientação central de Corumbá. Nessas duas cidades encontram-se os maiores núcleos residenciais da extensão ferroviária. Essa importante seção está modernamente aparelhada, possuindo 16 locomotivas, que representam 6.000 toneladas efetivas de tração, 26 autos de linha e 254 carros e vagões diversos adquiridos em 1949, três carros de aço, de passageiros, sendo um de primeira classe e dois de segunda classe, 13 autos de linha e 25 troles. A Locomoção emprega 454 operários, entre brasileiros e bolivianos, tendo a despesa no corrente ano alcançado a cifra de Cr\$ 4.209.000,00.

REALIZAÇÕES EM ANDAMENTO

Existem duas firmas particulares responsáveis pela preparação do berço e um determinado

número de empreiteiros e fornecedores de madeira. Uma das firmas trabalha na ponta dos trilhos fazendo os serviços de terraplenagem em direção a Santa Cruz de La Sierra. É firma brasileira. A outra, que faz todos os serviços de Santa Cruz de La Sierra em direção a Corumbá, é firma boliviana. Ambas contratadas para esse serviço obedecem à orientação da chefia de Corumbá.

O adiantamento dos serviços de construção, em 1949, está assim distribuído: Desmatamento, 480.000 m²; Terraplenagem para o avançamento da linha, 48.000 m³; prolongamento da via permanente, 35 km; terra escavada para lastro, ... 72.000 m³; edifícios em construção, 23; obras de arte correntes, 26; caixas d'água de 50.000 litros, 1.

ALMOXARIFADO

Até a presente data, essa seção efetuou compras num valor superior a Cr\$ 10.000.000,00, entre as quais combustível, material para construção, material de expediente, maquinaria, motores e veículos, etc.

PARTE SOCIAL

O Serviço de Assistência Social representa o aparelho de segurança da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. São as seguintes as subestações daquele serviço: Serviço Médico, Abastecimento, Educacional, 3 hospitais, 1 farmácia, 1 armazém central e 8 subarmazéns localizados nos diversos centros.

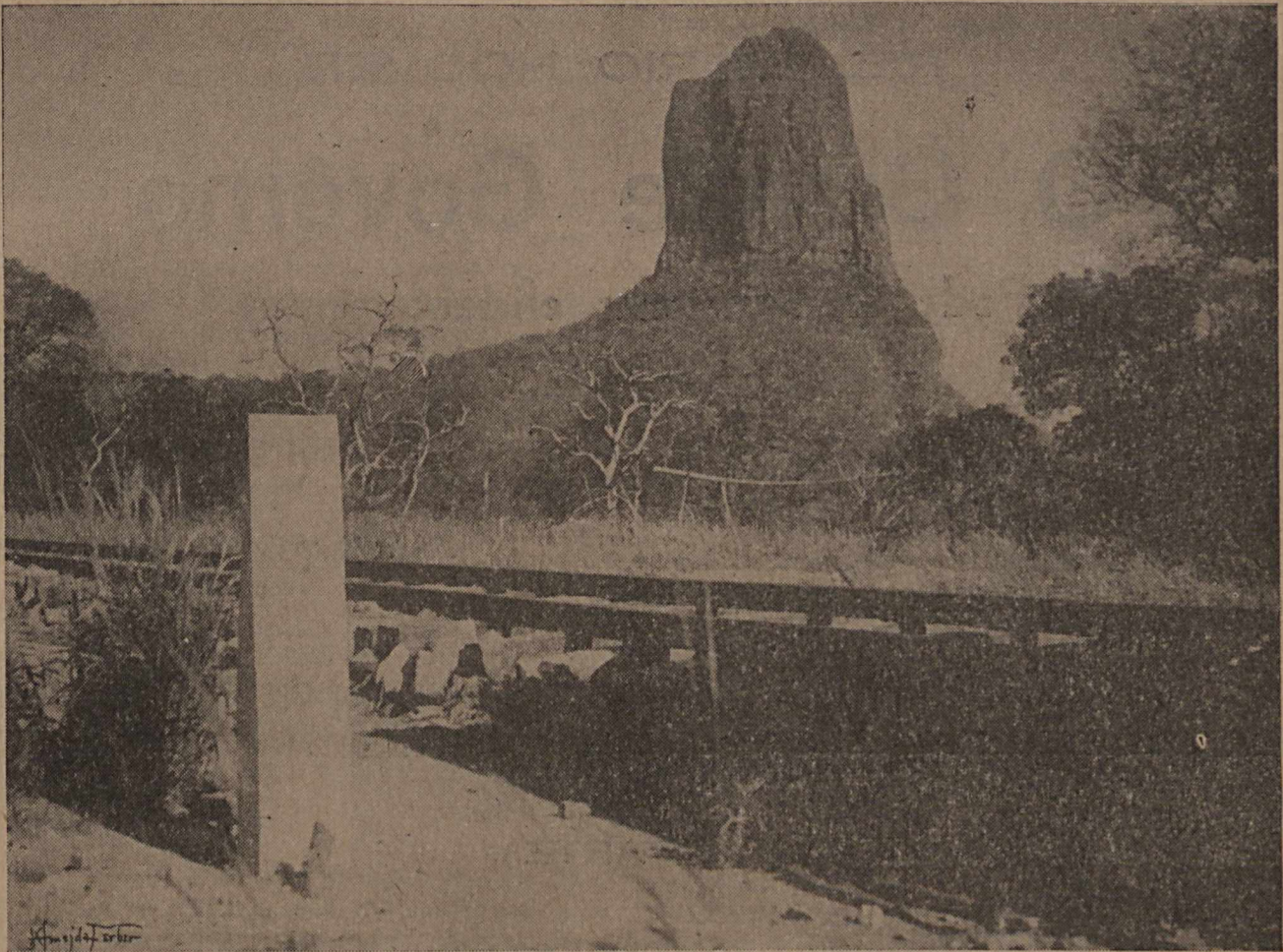
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO

As grandes compras do Serviço de Abastecimento são feitas em São Paulo, Rio de Janeiro e nos demais centros comerciais e industriais do Brasil. Todo o Oriente boliviano consome mercadorias brasileiras, em grande escala, compradas a Corumbá quase todas as sextas-feiras.

O abastecimento possui granjas com criações completas de perus, galinhas de raça, porcos, etc., que são utilizados na alimentação dos funcionários e operários, bem como plantação de frutas de todas as qualidades e criação de gado zebu — em fase experimental. O funcionário ou operário da Estrada, quando recebe casa para sua resi-



As casas construídas ao longo da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia oferecem todo o conforto aos seus funcionários e são iguais ou melhores do que as das ferrovias mais importantes do nosso país ou dos países vizinhos. O clichê mostra a casa do engenheiro residente de El-Porton, no km. 297.



A pedra denominada La Torre, visível de muito longe, serve de ponto de orientação aos índios da região. Agora os trilhos da Brasil-Bolívia atravessam o seu lado.

dência, já conta com algumas árvores frutíferas plantadas, e cria, geralmente, algumas aves para a produção de ovos e carne para uso próprio. Como uma autarquia, o Abastecimento tem uma organização interna que se ocupa de produzir e obter os rendimentos, na base de uma pequena contribuição, a fim de pagar a seus próprios empregados.

PARTE ADMINISTRATIVA

A organização administrativa da Estrada é completa, constando de diversos setores entre os quais os principais são: o Departamento Técnico, o Departamento Administrativo, o Almojarifado e o Departamento de Assistência Social.

O Departamento Técnico compreende a Seção Técnica e a Assistência Técnica, a primeira tratando de estudos, projetos e orçamentos, e a segunda, de que fazem parte os assessôres técni-

cos, cuidando da parte referente a controle e obras, verificação, relatório, proposta orçamentária, estudos e pareceres diversos. O Departamento Administrativo é composto pelas seguintes seções: Secretaria, Contabilidade, Caixa e Pagadoria e Serviço de Pessoal. O Almojarifado conta com: Serviço de Abastecimento, Seções de Construções, Residência da Conservação da Linha, Locomoção, Tração e Oficinas, Tráfego e Movimento, e Serviço de Transporte Rodoviário. O Departamento de Assistência Social compreende o Departamento Médico, gratuito aos funcionários e empregados, Serviço Farmacêutico, Hospitalar, Restaurantes, Diversões (com exibição de filmes nos locais de trabalho e nas cidades ao longo da linha) e uma Seção Esportiva que possui campos para a prática de futebol, tênis e basquetebol. O Departamento de Assistência Social cumprindo sua finalidade atende, sem distinção, a operários, funcionários e suas respectivas famílias, sendo pago, apenas, o serviço dentário.

RELATÓRIO HOOVER

O Grande Governo

Pode êle funcionar eficientemente?

SÍNTESE EXTRAÍDA
DO SUPLEMENTO DE "FORTUNE"
MAIO DE 1949

(Tradução de Espírito Santo Mesquita)
(continuação)

Uma síntese dos relatórios parciais da COMMISSION ON ORGANIZATION OF THE EXECUTIVE BRANCH OF THE GOVERNMENT.

(V PARTE)

OS CORREIOS

O Departamento dos Correios explora um dos maiores setores de atividades do mundo. Arrecada anualmente \$1,3 bilhões de dólares ou mais, emprega 500.000 pessoas, mantém 42.000 agências, possui 10.000 caminhões e ocupa 24.000 prédios. Em 1947 fez entrega de 37 milhões de volumes postais (cartões e objetos diversos), concluiu cerca de 800 milhões de transações em dinheiro (vales, registrados com valor, reembolso, etc.). Despende anualmente dezenas de milhões com transportes por estrada de ferro, por mar, ar e estradas de rodagem. Os quatro milhões de pessoas que possuem contas no *Postal Savings System* (1) mantêm nos correios um depósito que atinge a importância de \$3,4 bilhões de dólares.

Para operar essa imensa empresa — geralmente com prejuízos — o Departamento conta apenas com uma estrutura obsoleta e supercentralizada e tem que enfrentar, além disso, sérios embaraços resultantes de uma confusão de leis, regulamentos e tradições desatualizadas.

O seu sistema de calcular as taxas que deve cobrar é inadequado; estas taxas não aumentaram em escala proporcional à do aumento do custo de seus serviços. Além disso, elas implicam hoje numa verdadeira negação de facilidades a certos grupos.

A ambição entre o pessoal do Departamento é, por outro lado, desestimulada e a eficiência reduzida por causa da escolha, pelo critério político, dos seus agentes. Trabalha, o Departamento dos Correios, com um orçamento, uma dotação e uma contabilidade que não são adequados a uma atividade do vulto e da natureza da que desempenha.

O *deficit* dos correios era, em 1947, de \$263 milhões. Elevou-se em 1948 para \$310 e atingirá, provavelmente em 1949 os \$500 milhões.

ITENS

- Custa aos Correios cerca de 2½ centavos a impressão e entrega ao respectivo destino de um cartão postal de um *penny* — "a carta dos pobres". Dos 3.3 bilhões de cartões distribuídos pelos Correios em 1947, cerca de 85 por cento foram usados para fins de negócios.

- Os Correios poderão fazer um maior uso dos equipamentos mecânicos para seus trabalhos. Via de regra, está à míngua de aparelhos e máquinas de toda a espécie e a maioria dos que possui é obsoleta.

- A idade média dos veículos a motor do Departamento é de quinze ou mais anos.

(1) Sistema de Caixas Econômicas Postais.

• O Departamento trabalha sujeito a cinquenta e oito dotações diferentes. A possibilidade de transferência de fundos de uma para outra é, porém, reduzidíssima. Resultado: nenhuma agência pode ser administrada como se fôsse uma unidade fiscal; seus vários grupos de servidores e seus vários serviços devem ser tratados como se não tivessem nenhuma relação uns com os outros.

• As leis e regulamentos a que os Correios estão sujeitos encham 900 páginas impressas.

• Como é um monopólio, o Departamento dos Correios não é obrigado a se ajustar aos padrões e normas que são produtos da concorrência. Pouco se esforça no sentido de descobrir o que o público pensa de seus métodos, serviços e taxas ou de determinar quais os novos serviços que seriam do agrado popular.

RECOMENDAÇÕES

1. O Diretor-Geral dos Correios é, por tradição, o presidente do Comité Nacional do partido a que pertence. E' preciso que êsse diretor não mais seja uma autoridade partidária. Deve, além disso, ser aliviado de encargos de caráter executivo de importância insignificante a fim de poder se dedicar às atividades de orientação do Departamento.

2. O chefe executivo do Departamento dos Correios deve ser um indivíduo experiente em administração. Deve ser, de preferência, um funcionário postal de carreira e que terá o título de Diretor dos Correios.

3. O Departamento dos Correios deve ficar livre da interferência da política, abolindo-se, para isso, o dispositivo segundo o qual a nomeação de seu Diretor-Geral deve ser confirmada pelo Senado.

4. Um conselho nacional de sete membros que representem as várias camadas do povo (membros êstes que deverão trabalhar em horários extraordinários e não com tempo integral de expediente), deve ser criado e incumbido de dar ao Departamento pareceres sobre questões de métodos de trabalho e orientação.

5. Relativamente às questões de política pública e para efeito de divulgação e informação, o Congresso deve continuar a determinar as taxas a serem cobradas pela correspondência postal de primeira classe até a de quarta, inclusive a aérea. O Diretor-Geral do Departamento dos Correios deve, porém, ser investido de autoridade para fixar as taxas para os registrados, os vales postais, os cartões, as entregas especiais e os reembolsos, de modo a tornar cada um desses serviços auto-suficiente. Tomando por base as estimativas de 1948, isto viria aumentar as rendas dos Correios em cerca de 113 milhões de dólares por ano.

6. E' de grande conveniência que se subvenção as companhias aéreas e de transportes marítimos que servem aos Correios. A importância dessas subvenções deve ser posta à disposição dos correios e deve sair de uma dotação retirada dos fundos provenientes dos impostos em geral, não devendo, pois, ser cobrada à clientela do Departamento como se faz, atualmente, por meios indiretos.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO

O Departamento do Trabalho ainda possui funcionários de alta categoria em número igual ao de outros departamentos cujas despesas e números de servidores são cem vezes maiores.

Nos últimos dez anos, porém, um Congresso desconfiado restringiu suas atribuições e sua autoridade. O *U. S. Employment Service* passou para a *Federal Security Agency*, em 1939; o *Immigration and Naturalization Service* para o Departamento da Justiça, em 1940; o *Children's Bureau* (exceto no que dizia respeito ao trabalho de menores) para a *Federal Security Agency*, em 1946, e as atividades de conciliação para um *Federal Mediation and Conciliation Service*, em 1947 (2).

Conseqüentemente, a Comissão observa, com notável constrangimento: "o Departamento perdeu muito de sua significação". A Comissão acredita que a eficiência governamental será fatalmente promovida se a antiga importância desse Departamento fôr restaurada, transferindo-se para êle algumas repartições atualmente subordinadas a

outros departamentos. Entre estas repartições estão a *Federal Security Agency's*, o *Bureau of Emigration* (compensação para os servidores do Governo Federal e outros) e o *Bureau of Employment Security* (3) (serviço de emprego federal-estadual e compensação por desemprego). O Departamento deve também se encarregar do trabalho de revisão dos contratos firmados pelo governo a fim de ajustá-los aos padrões que regulam as questões relativas ao trabalho.

A recomendação mais discutida da Comissão foi a de que o Departamento do Trabalho deve se encarregar, também, da *Selective Service Administration* (4). Devido ao fato de o Congresso estar debatendo na ocasião uma política trabalhista que afetaria a todos, a Comissão absteve-se de fazer sugestões quanto à subordinação do *Federal Mediation and Conciliation Service*, do *National Mediation Board* e do *National Labor Relations Board* (5).

(3) Bureau de Compensação, da *Federal Security Agency*, e Bureau de Seguro de Emprego.

(4) Administração do Serviço Seletivo.

(5) Serviço Federal de Mediação e Conciliação, do Conselho Nacional de Mediação e do Conselho Nacional das Relações do Trabalho.

(2) Serviço de Emprego dos Estados Unidos, Agência de Seguro Federal, Serviço de Imigração e Naturalização, Bureau das Crianças e Serviço Federal de Mediação e Conciliação.

DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO

Quando a Comissão estudou o setor que esteve sob as ordens de Hoover quando foi membro do Gabinete Presidencial, ela descobriu que a necessidade mais premente era fundir todos os serviços de transportes do governo. Observou, com orgulho, o vasto sistema de transportes dos Estados Unidos: 227.000 milhas de estradas de ferro; 1.500.000 milhas de estradas pavimentadas para 40 milhões de veículos a motor; 100.000 milhas de linhas aéreas internas e 179.000 de linhas aéreas internacionais; 6.000 aeroportos; 27.000 milhas de cursos fluviais navegáveis; 50.000 navios de alto mar e 142.000 milhas de oleodutos ou de condutores de gás.

O governo americano muito tem feito para desenvolver este sistema arterial da economia do país. Nos últimos trinta anos, despendeu cerca de 30 bilhões de dólares e no ano fiscal de 1949 gastará pelo menos \$1.2 bilhão a mais com os seguintes serviços: 1) subvenção para construções ferroviárias, empréstimos a empresas ferroviárias em má situação financeira e assistência em matéria de reorganização; 2) dragagem de rios, portos e construção de canais; 3) subvenção à grande maioria de companhias de marinha mercante, exploração de outras e um grande número de auxílios à navegação; 4) subvenção às empresas de navegação aérea, criação de linhas aéreas, campos de pouso, etc.; 5) auxílios para atender à continuação de estradas de rodagem; 6) pesquisas em todos esses campos.

Em todos os setores do governo sempre há, porém, uma pessoa competente ou obrigada a tratar das questões de transporte; a estudar todos os aspectos do problema das correntes e instáveis necessidades de transportes do país, a fim de determinar se o bilhão de dólares anuais do Estado está sendo gasto no interesse do público. O Departamento do Comércio tinha, de início, esse objetivo. Mas, conforme novas formas de transporte foram surgindo, suas incumbências foram indiscriminadamente divididas com um grande número de diferentes departamentos e órgãos pú-

blicos, a maioria dos quais só se interessa por um setor ou aspecto do problema. Resultado: duplicação perdulária e falta de planejamento unificado para as necessidades do país em tempo de paz e de guerra.

Alguns dos serviços de transportes do governo foram delegados a órgãos reguladores não integrados na estrutura dos ministérios, como a *Interstate Commerce Commission* e a *U. S. Maritime Commission* (6). A Comissão Hoover acha absurdo que um único órgão deva ser encarregado de realizar o trabalho de 1) juiz da partida e 2) componente ou chefe da equipe em jogo!

RECOMENDAÇÕES

1. A *Interstate Commerce Commission*, a *Maritime Commission* e o *Civil Aeronautics Board* (7) devem continuar exercendo suas funções reguladoras. Mas suas atividades de execução ou promoção devem ser transferidas para o Departamento do Comércio. Transferidos, inteiramente, devem ser, também, o *National Advisory Committee for Aeronautics* (independente), a *Public Roads Administration* (*Federal Works Agency*), o *Office of Defense Transportation* (*Executive Office of the President*), a *Coast Guard* (Departamento do Tesouro) e, possivelmente, algumas atividades que interessam o setor de marinha mercante e que são agora desempenhadas pelo *Bureau of Customs* (Departamento do Tesouro). (8)

(6) Comissão de Comércio Interestadual, Comissão Marítima dos Estados Unidos.

(7) Conselho de Aeronáutica Civil.

(8) Comité Consultivo Nacional de Aeronáutica, Administração das Estradas Públicas (Serviço de Obras do Governo Federal), Serviço de Transportes de Defesa (Gabinete Executivo do Presidente), Guarda Costa, Bureau de Alfândegas.

(continua).

"Se quiséssemos definir à maneira clara e simples com que Henri Fayol definiu Administração, poderíamos dizer que documentar é: pesquisar, coletar, classificar, catalogar, conservar e informar." — (SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR, in *Revista do Serviço Público*, outubro de 1949).

"E' graças à documentação que conhecemos o passado, que registramos o presente e registraremos o futuro E' por meio dela que registramos as normas de vida, que conhecemos o futuro mediante essas normas estabelecidas. E' através da documentação que os Estados podem subsistir." — (SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR, in *Revista do Serviço Público*, outubro de 1949).

DOCTRINA

O direito de petição e o controle jurisdicional dos atos administrativos

ITAGILDO FERREIRA

O ESTATUTO dos Funcionários, no seu artigo 221, dispôs sobre o direito de petição, esclarecendo:

“E’ permitido ao funcionário requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça dentro das normas da urbanidade e em termos...”

Nos itens I a VII e parágrafos desse artigo, estabeleceram-se as regras que devem ser observadas para que se possa conhecer desse direito.

O art. 222 do aludido diploma legal, tratando da prescrição, firmou:

“O direito de pleitear, na esfera administrativa, prescreve a partir da data da publicação no órgão oficial, do ato impugnado, ou, quando este for de natureza reservada, da data em que dele teve conhecimento o funcionário:

I — Em cinco anos, quanto aos atos de que decorram a demissão, aposentadoria ou disponibilidade do funcionário, e

II — Em cento e vinte dias, nos demais casos”.

A Circular n.º 18, de 5 de julho de 1946, da Secretaria da Presidência da República, por sua vez, regulamentou a aplicação dessas disposições estatutárias, orientando, além disso, o processo de recebimento e tramitação de papéis e sua instrução.

Em face da disposição taxativa do art. 223 do Estatuto:

“O funcionário só poderá recorrer ao Poder Judiciário depois de esgotados todos os recursos na esfera administrativa, ou após a expiração do prazo a que se refere o § 1.º do art. 221”,

sempre se entendeu, quer no âmbito administrativo, quer no judiciário, que o controle jurisdicional dos atos administrativos seria incabível, caso não fôsse, previamente, usado o direito de petição na forma fixada pela lei estatutária.

Esse pensamento empolgou o Executivo desde o advento do Estatuto, porque se fortaleceu com o regime que informou a Carta de 37, e re-

percutiu no Judiciário de tal forma que, somente agora, sofreu o assunto uma reviravolta, diante do Mandado de Segurança n.º 899, julgado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Ora, o Mandado de Segurança — talvez o melhor instrumento de controle jurisdicional dos atos administrativos — “remédio excepcional, medicina heróica”, não poderia estar sujeito a dilações chocantes com a própria natureza do seu processo de rito sumaríssimo.

E’ bem verdade que tem havido uma corrida abusiva a essa “medicina heróica”, que só deveria ser empregada em casos excepcionais, quando o arbítrio da autoridade administrativa saltasse imediatamente aos olhos, caso em que o Mandado de Segurança seria acolhido, como o deve, “para a defesa específica contra ato manifestamente ilegal ou inconstitucional que ofenda, frontalmente, direito certo e incontestável”.

Esse “rush”, entretanto, que tem tumultuado os serviços administrativos e inundado de solicitações despropositadas a Justiça, justifica-se, em parte, pelo desconhecimento generalizado do assunto entre os servidores públicos, pela falta de escrúpulo de advogados, e, em parte, pode ser tido como válvula de escape de uma época de transição de regimes políticos.

E’ possível, portanto, que as águas voltem ao seu leito normal, após esse aguaceiro de incompreensões e de desabafos.

E a prova de que o Judiciário fazia côro com a Administração, impedindo o litígio na Justiça antes de esgotados os recursos administrativos não podia ser mais cristalina do que a que se colhe nos seguintes trechos do voto do Min. Aníbal Freire ao examinar o referido Mandado n.º 899:

“Era invariável a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, sempre no sentido de se considerar que o

pedido de reconsideração importava em recurso e que só com a exaustão dêste — e não a contar da data da última decisão — é que se poderia ter como proferida a palavra derradeira na órbita administrativa"... "eu me considero assim amparado pela jurisprudência do Supremo Tribunal, que considerou o assunto neste sentido em outros julgamentos, e na companhia de Temístocles Cavalcanti, um dos mais respeitáveis autores de direito administrativo".

Não pensaram, porém, da mesma forma os Ministros que não tomaram conhecimento do pedido, reformando, dêste modo, a jurisprudência invariável do mais alto pretório, como se observava:

"Uma vez que o prazo para o pedido de reconsideração pode ser até de um ano, os interessados poderiam esperar a decorrência dêsse grande lapso de tempo, de modo que o prazo de decadência do pedido de Mandado de Segurança se prolongaria demasiadamente, contrariando a essência do remédio legal". (Min. Armando Prado).

"...a reconsideração tem eficácia meramente devolutiva, não suspendendo, entretanto, o curso do prazo para o requerimento do Mandado de Segurança" (Min. Hahne-mann Guimarães).

"...se nos termos do art. 331 do Código do Processo Civil, o direito de requerer Mandado de Segurança extingue-se decorridos 120 dias da data da ciência do ato impugnado, e se nos termos do art. 520, n.º 2, não corre de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, o simples pedido de reconsideração não tendo êsse efeito, não pode interromper aquêlê prazo pré-fixado, e que deve ser considerado de decadência". (Min. Edgard Costa).

"...a impossibilidade de se poder contar o prazo para o Mandado de Segurança além dos 120 dias, estabelecidos peremptoriamente"... "é da tradição do nosso direito que os prazos corram da data das decisões e não das reconsiderações". (Min. Goulart de Oliveira).

Saliente-se, portanto, que, doravante, o funcionário não estará mais sujeito às disposições estatutárias sobre direito de petição para que possa bater às portas da Justiça por meio do Mandado de Segurança, desde que na defesa de direito certo e incontestável.

O seguinte exemplo dado pelo Juiz Oliveira e Silva esclarece, perfeitamente, o que seja direito certo e incontestável:

"Se um funcionário público, estável ou vitalício, é demitido, sumariamente, sem o preenchimento dos requisitos legais, tem o direito de, pelo Mandado de Segurança, pleitear a sua volta ao cargo. Se, a um magistrado, o Governo reduz o vencimento, o ato será nulo, porque o mesmo não pode sofrer essa redução, por força da regra constitucional que assegura tal irredutibilidade. Ou, ainda, se se nega, a um funcionário, direito à promoção, quando é o primeiro na lista de antiguidade e a vaga se destina ao mais antigo".

Isso no que diz respeito ao Mandado de Segurança. E quanto aos outros meios processuais, de rito mais lento, mas também apropriados ao controle jurisdicional dos atos administrativos?

Se, como acentuou o Min. Goulart de Oliveira,

"é da tradição do nosso direito que os prazos corram da data das decisões",

se, na forma do art. 222, item I, do Estatuto dos Funcionários, os atos de demissão, aposentadoria e disponibilidade prescrevem em cinco anos, se já são conhecidas as protelações, muita vez indispensáveis, na instrução dos processos, e se tôdas as ações judiciais têm prazos certos de decadência, não será razoável entender-se que se lhes aplica a mesma norma hoje consagrada pela Egrégia Côrte ao recusar conhecer, liminarmente, do dito Mandado?

Parece que, em não se tratando de caso para Mandado de Segurança, a parte interessada deve ter todo o interesse em discutir o assunto, em primeira mão, na esfera administrativa, sem perder de vista, entretanto, os prazos fatais que o Código do Processo Civil assinala para as ações ordinárias. Mas, se quiser suscitar, de plano, o pronunciamiento do judiciário, pelas vias comuns, sem usar do direito de petição que o Estatuto lhe assegura, creio que não há mais impedimento, a despeito do que prescreve o art. 223 já transcrito, uma vez que tal disposição já foi refugada pela boa doutrina agora perflhada pelo Colêgio Supremo Tribunal.

Ademais, note-se que o aludido art. 223 transformava o "direito de petição" num verdadeiro "dever de petição", que seria de incluir-se no capítulo "Dos deveres e da ação disciplinar" e não estar capitulado no de "Direitos e Vantagens". Se é um direito, não deve ser impôsto, compulsoriamente, ao funcionário, que só usará dêle se entender, se lhe convier.

Se ficar de pé esta tese, o art. 223 do Estatuto passa a ser, duma vez, letra morta, como já o é nos casos em que o Mandado de Segurança é o remédio, devendo ser removido o entulho na reforma que ora se processa daquele diploma legal.

De qualquer modo é necessário que a autoridade administrativa se acautele, com equilíbrio, dentro das fronteiras da lei, para que não se desmoralize e a fim de que prestigie o Poder a que serve; e que o funcionário possuidor de um direito porventura ameaçado não transforme o Mandado de Segurança — uma das melhores conquistas democráticas — numa desagradável panacéia.

DECRETOS E DECISÕES ADMINISTRATIVAS

PRISÃO ADMINISTRATIVA — SUSPENSÃO PREVENTIVA — FUNDAMENTO — NORMAS DE APLICAÇÃO

— *Estudando um processo em que o Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda faz consulta sobre época e oportunidade de aplicação de penas de prisão administrativa e de suspensão preventiva, a Divisão do Pessoal do D. A. S. P. exarou o parecer que abaixo se reproduz, apresentando ainda um modelo de Portaria de Prisão Administrativa.*

Processo n.º 5.839-49. Parecer da D. P. do D. A. S. P., em 22-12-49, aprovado pelo Diretor-Geral. D.O. de 7-1-50.

Foi solicitada pelo S. P. F., neste processo, a audiência do D.A.S.P.

“Sobre se à prisão administrativa pode suceder a suspensão preventiva ou se ambas as medidas podem ser simultâneas, convindo, outrossim, a expedição de modelo apropriado à primeira das medidas indicadas”.

2. A prisão administrativa (artigo 262 do E. F.), tem por finalidade evitar embaraços que possam ser criados pelos funcionários faltosos, encarregados da guarda de valores do Estado, achados em alcance, relativamente às medidas legais de busca e apreensão dos bens públicos sob sua guarda (Decreto-lei n.º 3.415-41).

3. A suspensão preventiva (artigo 263 do E. F.) visa afastar o funcionário, que se acha respondendo a inquérito administrativo, da repartição em que tem exercício, para evitar sua influência perturbadora nas diligências a serem feitas no local, pela Comissão de Inquérito.

4. Ambas essas medidas se acham adstritas ao prazo-limite de 90 dias, mas visam a fins diversos, aquela só aplicável aos funcionários ou não, encarregados da guarda de valores do Estado e esta a todos que se achem respondendo a inquérito administrativo.

5. O prazo estatutário de 90 dias, estabelecido para ambas coincide, de um modo geral, com o lapso entre o limite e o término do processo administrativo (art. 250-6 do E. F.).

6. Da leitura dos dispositivos estatutários que tratam do processo administrativo, deduz-se que os prazos ali estabelecidos são fatais, especialmente o último de 20 dias, para julgamento “sob pena de responsabilidade” (art. 256, *in fine*, donde a conclusão de que não pode ser absolutamente considerada normal a duração do inquérito administrativo por mais de 90 dias, digna por todos os modos, de ser evitada.

7. Se, entretanto, na prática, ocorre excepcionalmente a necessidade de dilatar esse prazo, com a nomeação de nova Comissão de Inquérito não se afigura justo sofra o funcionário acusado as consequências dessa delonga cuja culpa evidentemente não lhe cabe.

8. Daí a reassunção automática do cargo, por parte do acusado, quando o processo não fôr julgado no prazo (art. 256, parágrafo, do E. F.), “exceto prisão administrativa, que ainda perdure” (*in fine*), sendo de entender-se, no caso, a possível duração da prisão por motivos judiciais, relativos ao seqüestro de bens sob guarda ou responsabilidade do faltoso.

9. Como o prazo da prisão administrativa é o mesmo da suspensão preventiva, essa hipótese de perduração só pode ser entendida no caso de não haver a autoridade julgadora proferido em 20 dias a decisão, embora o total dos demais prazos do inquérito não tenha sido ultrapassado nas outras fases, dando margem ao término muito antes de 90 dias, prazo máximo da prisão administrativa.

10. Não parece haver justificativa para suspensão preventiva do funcionário depois de sua prisão administrativa, exceto se esta fôr inferior a 90 dias e tiver sido sustada ou relaxada antes de terminado o inquérito, hipótese ocorrida, porquanto é possível ultimar o seqüestro dos bens do servidor faltoso antes do término das demais diligências do processo administrativo.

11. A simultaneidade dessas medidas é que não é possível de maneira alguma: o funcionário preso jamais poderia perturbar as diligências do inquérito administrativo, por isso é conveniente firmar-se desde já o entendimento de que o tempo da suspensão preventiva, seqüente à prisão administrativa, somar-se-á à duração desta, dentro do limite de 90 dias para ambas, não havendo suspensão preventiva de servidor que estêve administrativamente preso por esse prazo.

12. A recíproca, contudo, não é verdadeira: pode ocorrer a prisão administrativa no curso das diligências enquanto o funcionário faltoso já se ache preventivamente suspenso; é compreensível que, dentro do prazo de 90 dias a contar daí, essa prisão pode durar o necessário ao seqüestro dos bens públicos sob sua guarda.

13. Por outro lado, torna-se necessário a adoção de modelo de portaria, para os casos de prisão administrativa, conforme propõe o órgão consultante, porquanto a Circular DF-2, de 3-2-44, que recomendou fossem adotados modelos de atos sobre medidas de ação disciplinar, não se referiu à medida de que trata o presente processo, razão por que esta DP elaborou o anexo modelo, a fim de guardar uniformidade no ato que ordenar a prisão administrativa de servidor público.

14. Com este parecer, submeto o assunto à consideração do Sr. Diretor-Geral, propondo seja o processo restituído ao S. P. F., para os devidos fins.

D. P., em 22 de dezembro de 1949. — *Lucílio Briggs Brito*, Diretor de Divisão. — Aprovado. — 26-12-49. — *J. Broxado Filho*, Diretor-Geral interino.

* * *

Modelo de Portaria de Prisão Administrativa

O
(denominação do cargo da autoridade signatária)
tendo em vista o que consta do processo n.º
de/...../....., de
(nome da repartição)
Resolve ordenar a prisão administrativa de
(nome do servidor)
....., por
(nome do cargo ou função e seus característicos)
dias, no período de/...../..... a
...../...../..... de acôrdo com o artigo 262 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.415, de 10-7-41, visto como
(motivo circunstanciado)
proposta d
(nome do cargo da autoridade que aconselhou a medida) (se fôr o caso)
....., em
(localidade)
de de 19.....
(assinatura)

PODER LEGISLATIVO

SOB A ORIENTAÇÃO DO ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR

A instituição do ensino secundário e superior gratuitos, para os estudantes desprovidos de recursos, uma necessidade urgente

JOSÉ FONTES ROMÉRO

Médico, membro da Comissão de Saúde Pública da Câmara, tem-se destacado especialmente em abordar problemas de educação e saúde e relacionados, problemas de transcendental importância na vida nacional, e para os quais o Presidente da República, desde o início do seu governo vem dedicando grande atenção. Durante a 3.^a sessão, do período extraordinário, realizada a 19 de janeiro de 1950, S. S. apresentou o projeto que tomou o n.º 1.232-50, "regulando a gratuidade do ensino ulterior ao primário para quantos provem falta ou insuficiência de recursos". Projeto de tal natureza dispensa justificativa, tendo porém o seu autor discursado ao ensejo da apresentação, fazendo referência ainda a outros projetos importantes em trânsito no Congresso. A seguir apresentamos o discurso pronunciado por S. Senhoria.

A CÂMARA dos Deputados terminará este ano a atual legislatura. Muito tem feito e muito mais tem a fazer. Os trabalhos legislativos desta última sessão atingem a grande vulto. Recemos não leve a Câmara a termo certas obrigações, não só em face da complexidade das leis a serem votadas como também pela presença de ambiente político apaixonado pela sucessão presidencial. Desligados das altas esferas políticas sem qualquer influência nas deliberações partidárias e muito menos nas decisões desta Casa, fazemos, contudo, sincero e patriótico apêlo aos ilustres Deputados, no sentido de terminarmos o mandato aprovando certas leis que são um imperativo constitucional.

Conhecemos e até admiramos o esforço, a dedicação e, talvez, o sacrifício dos eminentes membros da Comissão Mista de Leis Complementares. A labuta tem sido imensa, nós o sabemos. Entretanto Sr. Presidente, de prático quase nada foi feito, isto é, as leis ditas complementares jazem em forma de projeto que andam lentamente, para desencanto e desilusão do povo. Há leis que não devem e não podem ser retardadas, sem graves prejuízos para a Nação. Por incrível que pareça, após 3 anos e meses de Constituição ainda estamos sob o império de leis anteriores à Carta Magna!



O deputado José Fontes Roméro, representante do Distrito Federal, discursando na tribuna da Câmara

O CÓDIGO ELEITORAL

O Código Eleitoral ainda em vigor é o elaborado em 1945 e embora estejamos a tempo de votar o novo Código para as próximas eleições, todo o serviço eleitoral referente à qualificação, à inscrição, organização de seções, de mesas receptoras, etc. — é executado pela atual lei, obsoleta, é verdade, porém ainda vigente. O Código em estudos só será aplicado no concernente à votação e à apuração! Os atos preparatórios do pleito serão regidos pela lei de 1945 o que, sem dúvida, não é fato para ser desprezado em suas conseqüências não muito benéficas.

O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Outra lei — não menos importante — que envolve interesses e direitos de grande parte da população brasileira — é o Estatuto dos Funcio-

nários Públicos, diploma que há muito deveria estar em uso. Por que esse retardo? Acaso é conveniente à Nação deixar vigor uma lei que em vários aspectos contraria a Constituição? Os servidores da Nação — esses operários da máquina administrativa e ativos colaboradores da nossa grandeza — que possuem direitos assegurados na lei máxima permanecem na esperança de obter... o que já possuem desde 1946!

A LEI AGRÁRIA

E a lei agrária? Não está na boca de todos, inclusive dos incientes, que um dos fundamentais, básicos, primordiais problemas do Brasil é a produção? Como compreende uma Nação agrícola sem agricultura? O êxodo do homem do interior para as cidades continua alarmando os que acertadamente provem grandes males decorrentes desse fenômeno, que nos levará à miséria, à fome, à desgraça! Não se fixa o homem ao solo, não se ampara o camponês, não se resolvem os problemas rurais! A lei agrária, hoje ainda inexpressivo projeto, aí está à espera que alguém lhe faça caminhar — para o Brasil caminhar!

A REFORMA BANCÁRIA

Diríamos o mesmo da reforma bancária. Esta, que tanto auxiliaria a lavoura, também não chegará a termo!

No que tange à complementação da Constituição, citamos rapidamente nestes poucos minutos disponíveis na tribuna, duas leis: uma, referente a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa; outra, que diz respeito à gratuidade do ensino ao estudante pobre, nos cursos superiores ao primário.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A partir de 1946 todos os trabalhadores têm direito a essa participação nos lucros, obrigatoriamente; porém até hoje ninguém usufruiu esse direito! Bem compreendemos ser uma lei de difícil elaboração, pela possibilidade de se transformar em arma de dois gumes — porém é preciso, é imprescindível, é imperioso sejam resguardados, amparados, e defendidos os imprescritíveis direitos dos trabalhadores e — mais do que isso! — seja resguardada, amparada e defendida a própria Constituição!

O PROBLEMA DO ENSINO

Quanto ao ensino, vemos, com tristeza, o não cumprimento da lei fundamental! Nos três anos e meses da Constituição, quantos estudantes pobres desistiram de estudar — numa Nação de analfabetos? E' possível calcular em números ou palavras esse prejuízo?

Damos, aqui, Sr. Presidente a nossa colaboração, apresentando à consideração da Casa um projeto de lei, regulando o ingresso dos estudantes pobres nos cursos secundário e superior. Esperamos de nossos pares as suas luzes no aprimoramento da lei e a boa vontade na urgência de sua votação. Agora mais do que nunca é exigido o pronunciamento da Câmara dos Deputados, prin-

cipalmente no instante em que alguns proprietários de colégios, felizmente poucos, são os grandes industriais e magnatas do ensino, que impõem o aumento do preço da educação! No mundo civilizado o ensino é fonte de despesas; no Brasil, é das maiores fontes de renda!

Passo a ler, Sr. Presidente, a proposição referida:

O PROJETO DE LEI

Regula a gratuidade do ensino ulterior ao primário para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º O estudante que provar falta ou insuficiência de recursos terá direito à gratuidade à admissão e ao curso no ensino ulterior ao primário em estabelecimentos oficiais.

Parágrafo único. Só poderá alegar falta ou insuficiência de recursos o estudante cujo pai, tutor ou responsável viver de ordenado ou renda mensal de Cr\$ 3.000,00.

Art. 2.º O estudante nas condições do artigo anterior além dos documentos legalmente exigidos, apresentará ao diretor do estabelecimento documento assinado pelo empregador, chefe de repartição ou autoridade policial declarando o ordenado do pai, tutor ou responsável.

Art. 3.º Na falta de vagas em estabelecimentos oficiais, o estudante matricular-se-á, após as formalidades legais, em qualquer estabelecimento particular fiscalizado, correndo as despesas por conta do Ministério de Educação e Saúde.

§ 1.º A inscrição do estudante ao concurso de admissão bem como a matrícula serão feitas imediatamente, sem qualquer exigência de pagamento.

§ 2.º O diretor de estabelecimento particular remeterá ao M. E. S. uma relação dos estudantes beneficiados por esta lei, especificando a quantia correspondente às taxas e mensalidades.

§ 3.º O M. E. S. anotará em folha própria o pagamento, que será feito mensalmente pela repartição competente mais próxima do estabelecimento.

Art. 4.º O estabelecimento que pleitear ou receber indevidamente qualquer pagamento, reporá em dobro a quantia recebida, sendo o seu diretor considerado inidôneo e, como tal, impedido definitivamente de dirigir educandário fiscalizado pelo Governo.

Art. 5.º E' aberto ao M. E. S. um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para ocorrer as despesas no presente exercício.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de janeiro de 1950. — José Fontes Roméro.

APARTE DO DEPUTADO COELHO RODRIGUES

Vossa Excelência sabe que, nesta época de dificuldades, a classe que mais sofre é a que chamamos da pobreza envergonhada. E' pobre, mas não pode dizer que é. O projeto de V. Excelência, aliás de grande merecimento, visa aliviar a bolsa do pai de família que está em aperturas e tem de dar instrução aos filhos. Mas o pai de família nessa situação sempre relutará em vir confessar, publicamente, que está passando fome. Proporia a Vossa Ex.^a determinasse, segundo a tabela da pecuária, que cinquenta por cento de todas as taxas fôssem pagas pelo Governo.

FINALIZA O AUTOR DO PROJETO

Agradeço o aparte de V. Ex.^a e espero a sua colaboração, apresentando as emendas que julgar convenientes.

Atividades do Congresso Norte-americano

SYLVIO CORRÊA DE AVELLAR

EM novembro de 1948 foram realizadas as eleições para o preenchimento de vagas no Congresso norte-americano, ganhando a maioria o Partido Democrático, que conta com 263 do total de 435, na Câmara, e 54 de 96, no Senado, sendo essa maioria superior à de qualquer outra legislatura, desde a 77.^a, de 1941-43.

O corpo parlamentar eleito para a legislatura de 1949, ou seja a 81.^a, reuniu-se pela primeira vez a 3 de janeiro, formando entre os membros da Câmara 8 mulheres, e uma no Senado, a Sra. Margaret Chase Smith, representante republicana do Estado de Maine.

O Senado norte-americano compõe-se de 96 membros, dois representantes de cada Estado, e a Câmara com 435 membros, que representam os Estados em número proporcional à população de cada um, sendo a duração do mandato dos deputados de 2 anos, e a dos senadores de 6 anos.

De dois em dois anos realizam-se eleições para escolha de todos os deputados e a de um terço dos senadores, utilizando-se o processo da eleição popular direta.

De acôrdo com a Constituição, ambas as Casas devem concordar para sancionar qualquer legislação, com exceção da ratificação de tratados, que é da alçada exclusiva do Senado.

Ao Partido com maioria, conforme o Regulamento do Congresso, cabe preencher todos os cargos importantes, tais como o de Presidente da Câmara, de Presidente do Senado e de Presidentes das Comissões permanentes.

O Presidente da Câmara é o líder político do partido majoritário, dirigindo as sessões da Casa, regulando seus trabalhos, e dividindo a sua influência com o líder da maioria, a Comissão de Regulamento e os Presidentes das Comissões.

A Presidência do Senado é exercida pelo Vice-presidente da República, não exercendo, porém, sôbre a Casa Alta, a mesma influência que o Presidente da Câmara exerce no seu setor.

As Comissões permanentes do Congresso examinam todos os projetos de lei, convocando audiências e recomendando ação sôbre os projetos.

E' de praxe que a presidência das Comissões seja ocupada pelo membro mais antigo do partido majoritário na Comissão, sendo os membros das mesmas escalonados por antiguidade.

Tradicionalmente, o partido majoritário concede ao da minoria uma representação proporcional em tôdas as Comissões.

Tanto o Partido Republicano como o Democrático, quer estejam com a maioria, quer com a minoria, elaboraram vários meios pelos quais operam com unidade política no Congresso.

Cada Casa tem uma comissão de Conferência, composta de todos os membros do partido, uma Comissão de Comissões, responsável pela designação de membros para as comissões permanentes, uma Comissão de Patrocínio, uma Comissão Executiva, líderes da maioria ou da minoria, diretores de debates da Câmara, e chefes da disciplina.

No comêço de cada legislatura, na Câmara dos Deputados, o Secretário do Congresso abre a sessão e a preside, até que os parlamentares elejam o Presidente. O Secretário faz a chamada dos 435 membros, cujas credenciais tenham sido remetidas pelos respectivos Estados, e declara aberta a candidatura do cargo de Presidente.

Depois de eleito o Presidente, uma comissão mista dos partidos da maioria e da minoria o acompanha à tribuna onde aquêle presta o juramento do cargo.

O Presidente pede então a todos os membros da Câmara que se levantem, enquanto que êle defere o juramento de todos os membros conjuntamente. Adotam-se resoluções para a aprovação do regulamento e a eleição dos presidentes e dos membros das maiorias das comissões permanentes, notificando-se o Senado de que a Câmara se acha organizada e pronta para iniciar seus trabalhos.

Ao contrário da Câmara, cujo corpo legislativo se renova de dois em dois anos, o Senado é uma entidade contínua, achando-se sempre dois terços dos membros no exercício dos seus mandatos, já que sômente um terço é eleito de dois em dois anos. Os senadores ingressantes prestam juramento em grupos de três, nomeiam-se as Comissões e o Senado está pronto para começar seus trabalhos.

A Câmara e o Senado estabelecem a data da abertura da assembléia do Congresso, para ouvir a mensagem sôbre a situação da União, sendo a Mensagem exigência ao Presidente do Executivo estabelecida na Constituição.

A suspensão da legislatura, em data fixa, no fim de julho, anualmente, permite que os membros do Congresso se mantenham em relações mais estreitas com os seus representados.

Consignação em fôlha de pagamento para os Servidores Públicos

O instituto da consignação em fôlha de pagamento, para os funcionários públicos, nasceu com o Decreto n.º 771, de 20 de setembro de 1890, à época em que ministro da Fazenda, do Governo Provisório, o grande Ruy Barbosa, e, a justificação para a sua adoção foi a verificação de que os servidores viviam em situação angustiosa por falta de crédito especializado para satisfazer a eventuais necessidades.

São apontadas vantagens e desvantagens para esse recurso, e tôdas sem contestação, porque são insofismáveis, evidentes, reais, levando o legislador a um balanço no estudo da questão e a concluir pela aceitação do sistema, mas adotando normas rígidas que visem evitar os inconvenientes, dos quais o maior é o da facilidade de crédito e a falta de educação econômica, implícita no nível baixo de educação geral que é infelizmente o ponto vulnerável das massas.

Todavia, à época em que surgiu — 1890, a previdência e assistência social era coisa precaríssima, aceitando-se que, eventualmente, se encontrassem os servidores a braços com dificuldades prementes, mas, hoje em dia, com o aperfeiçoamento constante, mantidas instituições governamentais e particulares destinadas a zelar pela vida, saúde e bem-estar do homem, com o alertar incessante do Estado para o cumprimento desse dever, não temos dúvida em afirmar: os empréstimos livres, contraídos hoje em dia, em sua maioria, não são destinados a sanar situações angustiosas mas, muitas vezes, para satisfação de caprichos, vícios ou gasto supérfluo, levando famílias a estado de penúria.

E' sabido que o sistema de venda de mercadorias a crédito consignável em fôlha de pagamento, tem dado azo a que haja venda e revenda à vista por preço inferior.

Tem-se verificado, ainda, o fato de empregados, constrangidos, ligados a certas sociedades, por uma satisfação de relações sociais, por sentir-se sob maus olhos de colegas ou superiores, banida, pois, a liberdade, que é o maior anseio humano e o principal fundamento do regime democrático.

Ampliado o número de entidades consignatárias, pelo Decreto n.º 21.576, de 27 de junho de 1932, modificado pelo de n.º 22.296, de 2 de janeiro de 1933, foi novamente limitado pelo Decreto n.º 312, de 3 de março de 1938, restringindo a transigência à Caixa Econômica, I. P. A. S. E., Clube Militar e Clube Naval, apontados como jus-

tificativa "os inconvenientes do regime que vigorava", "ser dever do Estado proteger os cidadãos", como principais motivos.

Apresentado em 1947 um projeto de autoria do deputado Jonas Corrêa, que tomou o número 633-47, o Congresso estudou-o juntamente com as mensagens ns. 6-946 e 183-48, redundando na Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que teve alguns artigos vetados por parte do Chefe do Executivo, após a consideração daqueles motivos que são reconhecidos como os inconvenientes do sistema.

Apresentamos, a seguir, os textos da Lei e das Razões do Veto:

LEI N.º 1.046 — DE 2 DE JANEIRO DE 1950

Dispõe sobre a consignação em fôlha de pagamento
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' permitida a consignação em fôlha de vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, ou meio sôlido, nos termos desta lei.

CAPÍTULO I

DA CONSIGNAÇÃO

Art. 2.º A consignação em fôlha poderá servir a garantia de:

I — fiança para o exercício do próprio cargo, função ou emprego;

II — juros e amortização de empréstimo em dinheiro;

III — cota para aquisição de mercadorias e gêneros de primeira necessidade, destinados ao consignante e sua família, a cooperativas de consumo, com fins beneficentes e legalmente organizadas;

IV — cota para educação de filhos ou netos do consignante, a favor de estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos pelo Governo;

V — aluguel de casa para residência do consignante e da família, comprovado com o contrato de locação;

VI — contribuição inicial para aquisição de imóvel destinado à residência própria, ou da família; ou, prestação mensal, após a aquisição, para pagamento de juros e amortização.

Art. 3.º Além da consignação em fôlha para os fins do art. 2.º, poderão ser admitidos com o caráter obrigatório, os seguintes descontos:

I — quantias devidas à Fazenda Nacional;

II — contribuição para montepio, meio sôlido, pensão, ou aposentadoria, desde que sejam em favor de instituições oficiais;

III — contribuição fixada em lei a favor da Fazenda Nacional;

IV — cota para cônjuge ou filhos, em cumprimento de decisão judiciária.

CAPÍTULO II

DOS CONSIGNANTES

Art. 4.º Poderão consignar em folha:

I — funcionários públicos ou extranumerários, mensalistas, diaristas, contratados e tarefeiros;

II — militares do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

III — juizes, membros do Ministério Público e serventuários da Justiça;

IV — senadores e deputados;

V — servidores e segurados ou associados de autarquias, sociedades de economia mista, empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, ou incorporadas ao patrimônio público;

VI — associados e servidores de cooperativas de consumo, com fins beneficentes, legalmente constituídas;

VII — servidores civis aposentados e militares reformados, ou da reserva remunerada;

VIII — pensionistas civis e militares.

CAPÍTULO III

DOS CONSIGNATÁRIOS

Art. 5.º Poderão ser consignatários:

I — Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado;

II — Caixas Econômicas Federais e suas filiais;

III — autarquias, sociedades de economia mista, empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, ou incorporadas ao patrimônio público;

IV — Vetado;

V — Vetado;

VI — Vetado;

VII — estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido pelo Governo;

VIII — proprietário ou locatário de prédio ou apartamento residencial, que fizer prova de o haver locado ou sublocado a consignante autorizado por esta lei, para residência sua ou da família e para pagamento do respectivo aluguel.

CAPÍTULO IV

DOS EMPRÉSTIMOS

Art. 6.º Os empréstimos em dinheiro, mediante consignação em folha, serão efetuados nos prazos de seis, doze, dezoito, vinte e quatro, trinta e seis ou quarenta e oito meses e não poderão, em se tratando de empréstimos para aquisição de imóvel, destinado à moradia própria, exceder de trinta anos.

Art. 7.º Os juros compensatórios dos empréstimos em dinheiro não excederão de 12% (doze por cento) ao ano e os para residência própria de 10% (dez por cento), tabela Price.

Art. 8.º Serão devidos os juros de mora sempre que ocorrer omissão ou suspensão do desconto, durante a vigência do contrato.

Parágrafo único. Os juros de mora serão calculados pela taxa de 1% (um por cento) sobre o saldo devedor da importância mutuada, pagos após a última prestação contratual; e se a importância total for superior à pres-

tação contratual, deverá ser desdobrada na base da prestação.

Art. 9.º As entidades a que pertençam, ou sirvam os consignantes, não responderão pela consignação, nos casos de perda do emprêgo ou de insuficiência do vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, ou meio sôlido.

Parágrafo único. No caso de insuficiência, será suspenso o desconto e dilatado o prazo pelo tempo necessário para pagamento das consignações em débito e dos juros da mora.

Art. 10. Nos empréstimos em dinheiro não será admitida outra garantia além da consignação em folha, nem será permitida a cobrança de taxas, comissões, ônus ou quaisquer contribuições, afora as previstas nos arts. 7.º e 8.º desta lei.

Art. 11. Quando se tratar de empréstimo para aquisição de moradia própria, poderá, além da consignação em folha, ser exigida, a par do seguro de fogo, a garantia do de vida, conforme a idade do consignante, com a taxa não superior a 2% (dois por cento) ao ano; ou a hipoteca, sendo que, nesta última hipótese, nenhuma obrigação anterior deverá pesar sobre o imóvel.

Parágrafo único. Quando o reforço da garantia consistir no seguro de vida do consignante, o imóvel não responderá, mesmo ocorrida a morte do devedor, antes de satisfeita a obrigação do contrato, pelo débito ainda restante e a propriedade passará, desde a data da abertura da sucessão, ao pleno domínio dos respectivos herdeiros; e se, com a liquidação do seguro, houver saldo, caberá este aos sucessores do consignante.

Art. 12. É lícito ao consignatário exigir prova da situação funcional, da idade e do estado de saúde do candidato a empréstimo, bem como recusar a operação antes de averbado o contrato. Depois da averbação, a entrega do dinheiro deverá ser efetuada dentro em dez dias.

Art. 13. O consignatário é obrigado a fornecer ao consignante, ou à repartição averbadora, no prazo de quinze dias, e sempre que lhe for exigido, extrato da conta corrente de movimento do empréstimo realizado.

Art. 14. O consignante exonerado, demitido ou dispensado, continuará obrigado ao pagamento integral do empréstimo contraído, que poderá ser cobrado pelos meios legais.

Parágrafo único. Será restaurada a consignação em folha nos casos de reintegração, readmissão ou nova nomeação para qualquer outro cargo, função ou emprêgo.

Art. 15. É facultado ao consignante, a qualquer momento, antecipar, no todo ou em parte, o pagamento de seu débito.

§ 1.º Na liquidação antecipada do empréstimo, ou da reforma, o consignatário deduzirá as consignações descontadas e ainda não recebidas, mediante comprovação fornecida pelo órgão averbador.

§ 2.º Na hipótese do § 1.º, o consignante ficará isento dos juros relativos às prestações posteriores ao mês em que se realizar a liquidação.

Art. 16. Ocorrido o falecimento do consignante, ficará extinta a dívida do empréstimo feito mediante simples garantia da consignação em folha.

Art. 17. Para a garantia da ordem da preferência dos candidatos a empréstimos haverá, na sede da entidade consignatária, em lugar acessível a qualquer interessado, um livro, devidamente aberto, numerado e rubricado pelo incumbido de proceder à fiscalização de qualquer irregularidade, exigência ou fraude. Poderá ser lavrada, por escrito independente de selo, qualquer reclamação atinente ao referido registro, com direito de recurso até ao diretor-geral do respectivo Ministério.

CAPÍTULO V

DAS AVERBAÇÕES

Art. 18. Nenhum desconto poderá ser efetuado em folha, sem prévia averbação na ficha financeira individual.

Art. 19. As consignações para pagamento de empréstimo em dinheiro serão averbadas mediante contrato, isento de selo e de quaisquer outras despesas para o consignante.

§ 1.º Os contratos, lavrados em duas vias, serão assinados pelo consignante e pelo representante legal do consignatário, independentemente de testemunhas.

§ 2.º A segunda via do contrato ficará arquivada no órgão averbador.

§ 3.º Da averbação dar-se-á certidão ao consignatário, que o reclamar.

Art. 20. O pagamento ao consignatário será realizado no decorrer do mês subsequente ao do desconto.

§ 1.º A entrega das consignações independe da quitação do consignante no cheque de vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, ou meio sôldo.

§ 2.º No ato do pagamento da consignação, será, pelo averbador, fornecida ao consignatário nota discriminativa dos descontos.

§ 3.º Se houver excesso ou omissão no pagamento ao consignatário será deduzida ou abonada, na folha do mês imediato, a importância correspondente.

Art. 21. A soma das consignações não excederá a 30% (trinta por cento) do vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, ou meio sôldo.

Parágrafo único. Esse limite será elevado a 60% (sessenta por cento) para prestação alimentícia, educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel destinado à moradia própria.

Art. 22. É proibida a intervenção de estranhos, inclusive procuradores, em todas as fases dos empréstimos, salvo o caso de comprovado impedimento por parte do consignante, a juízo do averbador.

CAPÍTULO VI

DOS DESCONTOS

Art. 23. Serão mantidos os descontos das consignações durante a vigência do contrato.

Parágrafo único. Serão cancelados os descontos:

a) independentemente de qualquer comunicação, quando houver terminação do débito;

b) a requerimento do consignante, mediante prova de quitação do débito.

Art. 24. Verificada a improcedência de qualquer desconto, o órgão averbador promoverá imediata restituição ao consignante, independente de requerimento e fará a consequente dedução no que tiver de ser pago ao consignatário.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 25. Os consignatários estão sujeitos à autorização do Governo e à sua fiscalização.

Parágrafo único. Independem de autorização do Governo e de fiscalização especial o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, as Caixas Econômicas Federais e as autarquias administrativas da União.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 26. As penas para o consignante serão as estabelecidas para os servidores públicos, conforme a responsabilidade apurada.

Art. 27. A execução e fiscalização desta lei cabe aos órgãos de pessoal.

Art. 28. As penas para as entidades consignatárias serão:

a) de suspensão por um a seis meses e a pena poderá compreender o recebimento de consignações já descontadas;

b) de suspensão, a que se refere a letra a, acrescida de multa de mil a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00 a 50.000,00);

c) de perda da faculdade de operar pelo prazo de um a doze meses, ou definitivamente, além do que estabelecem as letras a e b deste artigo.

Parágrafo único. As penas acima serão também aplicadas às entidades consignatárias que:

a) não respeitarem a rigorosa ordem de inscrição dos candidatos a empréstimos;

b) cobrarem ou exigirem, de qualquer modo, do candidato a empréstimo, ou do consignante, o pagamento de juros maiores, comissões, bonificações, ou quaisquer outras despesas não autorizadas por esta lei.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Adroaldo Mesquita da Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

Clovis Pestana.

Daniel de Carvalho.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro.

Armando Trompowsky.

(D. O. 3-1-1950).

RAZÕES DO VETO

Veto a dispositivos do Decreto do Congresso Nacional que dispõe sobre consignações em folha de pagamento, publicado em obediência à parte final do § 1.º, do art. 70, da Constituição.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossas Excelências que, usando da atribuição que me confere o art. 87, item II, da Constituição, resolvi vetar parcialmente o projeto de lei n.º 633-C/47, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento e regula suas condições.

O projeto ora submetido à minha sanção tem, inegavelmente, um nobre objetivo: pretende ampliar as transações que constituem uma espécie de válvula de desfogo à vida privada dos servidores públicos, permitindo-lhes encontrar, com mais facilidade, nos momentos difíceis, sem constrangimentos ou vexames, o recurso que, por outra forma, talvez, lhes seria impossível conseguir. Visa, ainda, exercer o mandato de assistência social mais completa, dever precípua do Estado, facilitando aos seus servidores a educação dos filhos, a obtenção dos artigos de consumo indispensáveis ao seu uso e dos seus dependentes.

Não é possível, todavia, escurecer que, a despeito das salutares cautelas previstas no texto legal em apreciação, dispositivos há dentro do mesmo que, se aprovados, constituiriam um perigo para a própria segurança econômica dos servidores do Estado e uma perene ameaça à paz de suas famílias.

O presente projeto, uma vez transformado em lei, representaria, praticamente, o estabelecimento da situação anterior ao Decreto-lei n.º 312, de 1938, quando vigoravam os dispositivos do Decreto n.º 21.576, de 1932, com as modificações que lhes foram introduzidas pelo Decreto número 22.296, de 1933.

A amplitude das transações permitidas aos servidores públicos, através consignações em folha de pagamento, por aqueles dois diplomas legais, a despeito das cautelas com que se tentou cercá-las, provaram à saciedade a necessidade de uma providência do Estado em defesa da economia dos seus servidores, cuja proteção lhe cabe assumir.

Do estudo do assunto a que procedeu, na época, o extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil, destaco o seguinte trecho por sua inegável eloquência e oportunidade :

“56. Verifica-se, pelo exposto, que todos concordam em que o regime das consignações em folha de pagamento, com a largueza permitida no Decreto n.º 21.576, de 27 de junho de 1932, não deverá continuar, porque já é forçoso considerar esse regime uma frustrada iniciativa oficial em favor dos servidores e pensionistas do Estado”.

“... Examinando-se, porém, com sereno espírito público, o caso alarmante que ora solicita remédio, chegar-se-á à conclusão de que a situação clamorosa se formou por duas imprevidências: a do Estado, que confiou no tino econômico dos seus servidores e pensionistas, na honestidade dos que estariam sob a sua proteção legal, emprestando dinheiro a juros, e na eficiência da fiscalização oficial contra os faltosos, e a dos próprios servidores e pensionistas que, diante da facilidade de jogar com o crédito, passaram a sacar sobre o futuro, despreocupados dos dias vindouros”.

Essa a situação que se procurou sanar com o Decreto-lei n.º 312, de 1938, ora em vigor. E é no intuito de evitar voltem a imperar os abusos verificados então, que resolvi apor o meu veto aos itens IV, V e VI do artigo 5.º do projeto ora submetido à minha sanção, ou sejam :

“IV — Cooperativas de consumo com fins beneficentes, legalmente constituídas”.

A experiência de longos anos de vigência do antigo regime de consignações em folha de pagamento, demonstrou sobejamente que a facilidade de consignar em favor de cooperativas de consumo é uma porta aberta para a usura e a extorsão, dado que os servidores, especialmente os de nível mais modesto não hesitarão talvez em adquirir a crédito objetos de uso, que logo adiante venderão ou empenharão por preços irrisórios, sujeitando-se ainda a juros extorsivos.

“V — Associações de classe com caráter benéfico”.

Estender-se às associações de classe a faculdade de transigir com os servidores públicos mediante consignação em folha de pagamento, é dar azo a toda espécie de abusos e explorações dificilmente controláveis. Uma vez sancionado o projeto em exame, não tardarão, certamente, a surgir numerosas dessas entidades que, mediante a instalação de modesto ambulatório, adquirirão o caráter de “beneficentes”. Não será mesmo de estranhar que até clubes esportivos, recorrendo a hábeis adaptações, consigam ser incluídos entre as associações visadas no projeto, multiplicando ainda mais o número de entidades legalmente investidas da faculdade de transigir mediante consignação em

fôlha de pagamento. E não será de estranhar que dentro em breve, o número de associações de classe com caráter benéfico venha a reproduzir a situação anterior ao Decreto-lei n.º 312, de 1938, quando proliferavam as caixas que, pretextando intuitos de beneficência ou de socorro financeiro, à sombra da lei das consignações, criaram o triste panorama da agiotagem agindo impunemente e prosperando à custa da imprevidência dos servidores públicos e com sacrifício das suas famílias.

Objetar-se-á, não há dúvida, que as medidas acauteladoras previstas no projeto, restringindo a um máximo de 30% dos salários, o limite das consignações para a maioria das transações, prevendo a aplicação dos juros legais e instituindo salutar fiscalização, constituirão uma garantia contra possíveis explorações.

E' preciso não esquecer, porém, que a elevação do custo de vida, as injunções do momento difícil que atravessa o país, já suscitam tantas e tão variadas sollicitações por parte dos servidores públicos que, tudo leva a crer, muito difícil se tornará a existência das famílias cujos chefes se vejam reduzidos a 70% dos seus salários.

Na defesa, pois, da instituição da família e da própria dignidade dos seus servidores, cabe ao Estado evitar, por todos os meios, o ressurgimento dos abusos apontados.

“VI — Estabelecimentos de crédito legalmente constituídos, com capital não inferior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e tempo de funcionamento não menor de cinco anos, sob a condição ainda de não fazerem do empréstimo consignado em folha a sua única ou principal atividade e de empregarem a metade, pelo menos, do seu capital em crédito comercial ou industrial”.

Os estabelecimentos de crédito a que alude esse item são, praticamente, todos os bancos. O dispositivo ampliará de tal forma o campo de transações dos servidores por meio de consignação em folha de pagamento, multiplicando o número das entidades consignatárias, que a fiscalização prevista no próprio projeto tornar-se-ia impraticável.

Nestas condições, a medida legal proposta fugiria completamente ao seu salutar objetivo, que é o de amparo e auxílio aos servidores do Estado, transformando-se, lamentavelmente, em malefício para aqueles mesmos a quem pretendia beneficiar.

Os servidores públicos, com as facilidades ampliadas através dos itens III, VII e VIII do art. 5.º do projeto, já verão bem facilitada a solução para emergências difíceis, e inevitáveis, uma vez que tais dispositivos representam inovações ao regime atual, cuja rigidez se procura atenuar.

Os itens citados parecem-me, porém, contrários aos altos interesses nacionais, por isso que os considero prejudiciais à segurança econômica dos servidores públicos, cuja salvaguarda constitui um dos deveres precípuos do Governo uma vez que dela depende, em grande parte, a eficiência do elemento pessoal, parte integrante e mesmo preponderante da máquina administrativa do país.

Por essa razão nego minha sanção aos itens IV, V e VI do art. 5.º do Projeto 633-C de 1947, por contrários aos altos interesses nacionais.

Estou certo de que ao elevado patriotismo e ao espírito esclarecido dos Srs. Membros do Congresso Nacional, não escapará a justeza dos argumentos expostos, que justificam o veto parcial que aponho ao Projeto de Lei n.º 633-C de 1947.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1950. G. DUTRA.

(D. O. 2-1-1950).

NOTAS

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO
MARIA DE LOURDES LIMA MODIANO

Melhoram as perspectivas de vida para a humanidade

Otimistas as previsões da FAO para o próximo ano

MARIA DE LOURDES LIMA MODIANO

PELA primeira vez, desde que se desencadeou sobre o mundo a torrente de sangue provocada pelo imperialismo nazista, começam a apontar no horizonte os prenúncios de uma nova aurora. Não se dissiparam ainda, de todo, as nuvens negras que ensombravam a terra. Todavia, já se pode vislumbrar, ao longe, um tênue raio de sol que talvez acabe triunfando das trevas que, há mais de uma década, envolviam os destinos da humanidade.

Desde a sua instalação, após o último conflito mundial, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), entidade filiada à ONU e que, de certo modo, sucedeu à UNRRA em sua tarefa de levantamento dos recursos alimentares mundiais, publica, anualmente, substancial e circunstanciado relatório retratando com uma fidelidade e uma honestidade dignas de respeito, a situação afluente em que se debatem as populações do nosso planeta. E não somente retrata periodicamente a situação existente, como, também, apresenta os seus prognósticos sobre o período a seguir, no nobre objetivo de esclarecer governos e governados e concitá-los, ao mesmo tempo, a colaborar na árdua tarefa de reconstrução do mundo.

Os primeiros relatórios foram dos mais sombrios, tão sombrios que o grande cientista e sociólogo britânico, Lord John Boyd Orr, este ano detentor do prêmio Nobel da Paz, subscrevendo como Diretor-Geral da FAO um dos seus primeiros relatórios, viu seu nome e suas previsões servirem de base e apoio à literatura dos Vogt, dos Osborn e de outros que lhes seguiram as pegadas, preconizando, para a salvação da humanidade, medidas drásticas, anticristãs, de sacrifício dos mais fracos, para que pudessem viver, e viver melhor, os mais fortes, neste planeta superpovoado que já não podia — afirmavam eles —

alimentar sua população em constante crescimento.

O relatório da FAO, apresentado aos delegados dos países membros dessa organização mundial em sua 5.^a reunião da Conferência anual, já se apresenta sob um aspecto diferente. Sem encobrir a verdade dos fatos, mostra-nos, com a sóbria eloquência das cifras, que a humanidade pode e deve esperar dias melhores.

E' um extenso trabalho, compilado em um volume, sob o título de "STATE OF FOOD AND AGRICULTURE 1949" e foi escrito sob a supervisão direta do Diretor-Geral daquele organismo internacional, Sr. N.E. Dodd, norte-americano que sucedeu a Lord John Boyd Orr.

Em seu apêndice, apresenta o volume copiosos dados acerca dos mais variados produtos agrícolas, têxteis, florestais e industriais, relacionados com a subsistência humana.

Um dos pontos que mais impressionam, nesse vasto documentário, é o que se refere ao contraste entre os padrões de vida nos países ricos e nos países pobres, mostrando-nos que os povos que, há dez anos atrás já eram bem alimentados, estão hoje em melhores condições do que antes, enquanto que os insuficientemente alimentados, na sua maioria, pioraram de situação.

Não há dúvida que a observação muito dá para refletir.

Por outro lado, vemos, por exemplo, no trabalho da FAO, que a produção alimentar muito se desenvolveu no período 1948-49 em todas as regiões do globo, exceção feita da Austrália e da Nova Zelândia (países que sempre se destacaram nesse particular) e que o abastecimento de gêneros foi mais farto do que no ano anterior em todas as principais regiões, a não ser na América do Norte, onde já era alto.

As colheitas do último ano, no Hemisfério Norte, levantaram verdadeira barreira contra a ameaça de fome que pairava sobre o mundo desde a última guerra.

Vemos com surpresa, também, que, na Europa, foi na Alemanha que se verificou melhoria mais sensível no setor alimentação.

O relatório dá uma análise da situação alimentar das populações do globo em termos de calorias, isto é, tendo em vista o número de calorias que cada indivíduo consome, em média, em cada país, diariamente. Comparado com o período 1947-48, o nível calórico elevou-se de modo apreciável na Europa, na África meridional e setentrional, no Oriente próximo e na América Latina, zonas onde antes mais se fazia sentir, no período de após-guerra, a fome global. Diminuiu, porém, nos países do Extremo Oriente, onde já eram precárias as condições alimentares das populações. Na Nova Zelândia, no Canadá e nos Estados Unidos, países de população normalmente mais bem alimentada, sofreu também ligeiro declínio. Nestes últimos, porém, tal como na Austrália, na Argentina, na Dinamarca, na Irlanda, na Noruega, na Suécia e no Reino Unido, o consumo de calorias *per capita* continua a superar o dos outros países. O nível dos demais elementos nutritivos acompanha de perto o das calorias.

Mas, acentua o relatório, a população mundial continuou a crescer, num ritmo variável de um país para outro, mantendo, porém, a proporção média de cerca de 1% ao ano. Considerando-se as reservas alimentares existentes, em confronto com a população global do mundo, a situação já não se apresenta tão favorável. Em todos os pontos da terra, a não ser no Hemisfério Ocidental, a quantidade de alimentos de que dispõe cada indivíduo continua inferior ao que era antes da guerra. Para remediar, pois, essa situação, acentua a FAO no seu relatório, faz-se mister aumentar os suprimentos alimentares numa proporção superior ao aumento da população.

Em outras palavras: uma vez que o aumento populacional — variável de um país para outro — oscila entre 1 e 2,5% ao ano, o abastecimento alimentar deverá aumentar pelo menos em 2 a 3,5%, anualmente. Infelizmente, em parte alguma do mundo há sinais de tal aumento.

Estudando os preços da lavoura no conjunto das nações, observa a FAO que o "boom" de após-guerra, que tanta prosperidade trouxe aos que se entregam a essa atividade, tendeu a declinar no ano findo. Os preços dos produtos agri-

colas baixaram ligeiramente nos países da zona do dólar e, nos países europeus, sofreram deflação.

Na América do Norte, por exemplo, ao iniciar-se o último semestre de 1949, observou-se que os preços pagos aos fazendeiros correspondiam a 16% dos do ano anterior. Os preços dos produtos de que necessita a lavoura desceram, porém, apenas 3%. Segundo a FAO, a situação dos fazendeiros, em comparação com a de outros grupos da população, permanece, porém, ainda muito mais favorável, na maioria dos países, do que antes da guerra.

Outro ponto interessantíssimo do relatório é o que se refere ao comércio internacional. Verifica-se aí o impressionante vulto das exportações dos Estados Unidos e do Canadá, no total das exportações mundiais. Antes da guerra, representavam elas a sétima parte desse total. Hoje, correspondem a dois quintos, cabendo os três quintos restantes à totalidade dos demais países.

Um fato torna-se evidente, da leitura do relatório: a dependência, cada vez maior, do resto do mundo para com os dois grandes Estados norte-americanos e a crescente escassez de meios com que luta cada povo, para pagar suas importações.

O equilíbrio da balança comercial vai-se tornando, evidentemente, por toda parte, cada vez mais precário. E — como acentua o relatório — qualquer queda súbita nos proventos em dólares, ou nas dádivas e empréstimos norte-americanos, nos países atingidos pela escassez alimentar, pode provocar um colapso, acarretando, como consequência, maiores dificuldades de alimentação para as respectivas populações e mais um problema para a América do Norte, quanto à colocação dos seus excedentes.

É que a questão dos excedentes da produção dos países ricos começa a preocupar a FAO. Uma das suas cogitações, fácil de deduzir-se através do seu relatório de 1949, é induzir esses países a manterem altos seus níveis de produção, para atender às necessidades dos que ainda lutam e continuarão a lutar contra a escassez de gêneros.

Outra observação interessante no terreno do comércio internacional é a seguinte: a escassez de dólares, por toda a parte, dificulta cada vez mais o intercâmbio com os países da zona do dólar. Em compensação, expandem-se auspiciosamente as trocas dentro da zona de moedas flutuantes, isto é, fora da zona do dólar.

E' impressionante o número de acordos comerciais e de pagamento, firmados entre estes

últimos. A lista de produtos hoje relacionados nesses acôrdos já inclui — diz o relatório — 80% dos produtos comerciáveis do mundo. A FAO considera tais acôrdos “um sistema complexo e mal ajustado”. Não duvida, porém, que favoreçam o intercâmbio entre países.

A parte mais auspiciosa do relatório é a que se refere às perspectivas para 1950/51. Prognostrica a FAO melhores suprimentos e preços mais baixos. Os excedentes começarão a acumular-se.

Já os Estados Unidos e o Canadá, dando por encerrada sua missão de auxílio aos povos na emergência de guerra e de após-guerra, começam a preocupar-se com o problema dos excedentes agrícolas iminentes e estudam programas de restrição à produção.

Por outro lado, outros países, menos afortunados, tratam de incrementar a própria produção, traçando programas, elaborando planos a prazo fixo, com o objetivo evidente de aumentarem as exportações e restringirem as importações.

É de esperar-se, portanto, que, nos próximos doze meses, o panorama do comércio mundial passe por certas modificações: de um lado, os

países ricos reduzindo a produção do que não podem vender, dada a falta de recursos dos mais necessitados. Por outro lado, um esforço deliberado, por parte dos países pobres, para se libertarem aos poucos da penosa dependência, procurando produzir mais, vender mais, a fim de suprir as próprias necessidades.

O relatório indica dois caminhos a seguir na luta contra a pobreza e a subnutrição. Um deles, é a assistência técnica aos países economicamente subdesenvolvidos, onde são, atualmente, inadequados os recursos de equipamento técnico e material. O outro, o estabelecimento de novos rumos ao comércio de produtos alimentares, vencendo as barreiras econômicas e as restrições à produção.

Oxalá sejam ouvidos e seguidos êsses sábios conselhos e é possível que um dia, em futuro talvez não tão distante, sem os chocantes contrastes de miséria e opulência hoje existentes entre as nações, venham as gerações futuras a viver uma era de paz e prosperidade. E outros não podem ser os anelos dos bons brasileiros, uma vez que o Brasil, país que tanto depende do seu comércio exterior, ainda tem os seus interesses ligados aos interesses dos mais fracos.

As principais organizações de estudo de administração pública dos Estados Unidos

Recebemos a publicação que se segue e, data venia, reproduzimo-la pela oportunidade e interesse do assunto para todos os estudiosos da matéria.

O “1313” E AS ORGANIZAÇÕES NÊLE SEDIADAS

A partir de 1929 certas organizações nacionais interessadas em questões de governo e administração pública, e várias associações nacionais de funcionários públicos começaram a estabelecer suas sedes em Chicago. Várias dessas organizações começaram, a partir de 1938, a ter como sede o edifício n.º 1313 East 60th Street, Chicago, que foi especialmente construído para alojar essas organizações.

As principais organizações localizadas no “1313” são:

Associação	Data da Sede em Fundação Chicago	
American Public Works Association	1894	1934
National Association of Secretaries of State	1904	1936
Municipal Finance Officers Association	1906	1932

Civil Service Assembly	1906	1935
National Association of Attorneys General	1907	1935
Governors' Conference	1908	1938
International City Managers' Association	1914	1929
American Municipal Association	1924	1932
American Public Welfare Association	1930	1932
Public Administration Clearing House	1931	1931
American Committee for the International Union of Local Authorities	1932	1932
Council of State Governments	1933	1933
National Association of Housing Officials	1933	1933
Public Administration Service	1933	1933
National Association of Assessing Officers	1934	1934
American Society of Planning Officials	1934	1935
Federation of Tax Administrators	1937	1937

American Society of Public Administration	1939	1940
National Association of State Budget Officers	1945	1945
Association of State Planning and Development Agencies	1946	1946
National Association of State Purchasing Officials	1947	1947
Legislative Service Conference ..	1948	1948

Cada uma dessas organizações tem objetivos próprios e todas elas são independentes umas das outras. Entretanto, foi possível, sobretudo devido à similaridade dos seus objetivos gerais, desenvolver métodos de cooperação em vários assuntos. Essas organizações, conforme disse Herbert Emmerich, "acreditam que o governo dos Estados Unidos poderá melhorar se melhorarem os métodos, as técnicas e a organização administrativa, e que a responsabilidade pelo progresso nesses assuntos é principalmente dos funcionários públicos".

PUBLIC ADMINISTRATION CLEARING HOUSE

Organização — A Clearing House é uma sociedade que não visa lucro, registrada no Estado do Illinois. É mantida por meio de doações especiais e pela renda dos serviços que presta. Não tem sócios nem faz pedidos de contribuições.

Finalidades — Os fins da Clearing House são: facilitar a troca de informações, pontos de vista, idéias e experiências entre associações de funcionários públicos, organizações privadas e outros grupos interessados no progresso da técnica de administração; auxiliar as organizações, facilitando-lhes o uso dos recursos técnicos, experiência e informação disponíveis nas outras organizações, evitando assim duplicidade de programa e repetição de esforço. A Clearing House procura pôr em contato funcionários de um lado, e técnicos e pesquisadores de outro lado, a fim de reduzir a separação entre a teoria e a prática.

No desempenho das suas finalidades, a Clearing House publica um guia das organizações privadas, voluntárias e outras no campo da administração pública; realiza conferências especiais; mantém uma bolsa de emprêgo (personnel exchange service), que auxilia as autoridades a localizar candidatos especialmente qualificados para cargos de pesquisa e de administração; divulga, através do seu *News Bulletin*, que é distribuído a jornais e revistas, informações relativas a fatos importantes no campo da administração pública; administra o edifício n.º 1313 E 60th Street e certos serviços comuns para as organizações que têm sua sede naquele edifício.

Os principais serviços prestados pela Public Administration Clearing House são os seguintes:

BIBLIOTECA GERAL DE REFERÊNCIA (Joint Reference Library)

A Clearing House mantém uma Biblioteca Geral de Referência que é financiada inclusive pelas organizações sediadas no edifício. Cada uma das organizações coleciona relatórios, dados estatísticos, publicações periódicas e folhetos que são difíceis de ser obtidos por uma biblioteca comum. Através da Biblioteca Geral de Referência o material de interesse geral e de importância recebido por uma organização é facilmente pôsto à disposição das demais. A Biblioteca mantém um índice e classifica todo o material recebido, presta serviços de referência às associações, prepara bibliografias especiais e publica uma lista semanal das publicações de interesse chamada "Recent Publications on Governmental Problems". A Biblioteca tem atualmente cerca de 80.000 folhetos, 26.000 livros e 800 periódicos. A bibliotecária é a Sra. Lucile L. Keck, e a bibliotecária assistente é a Sra. Marianne Yates.

SERVIÇOS COMUNS

O pessoal de escritório da Clearing House supervisiona o uso das salas de conferência e de reunião do edi-

fício n.º 1313. O Departamento de Contabilidade da Clearing House se encarrega da contabilidade de várias das organizações. A Clearing House mantém uma Seção de Serviços Gerais, que se incumbem dos trabalhos de mimeógrafo addressograph, empacotamento, correio e guarda de material para as demais organizações sediadas no edifício, além de prestar serviços especiais de estenografia e dactilografia, e de manter uma mesa telefônica.

ESCRITÓRIO DE WASHINGTON

A Clearing House mantém um escritório em Washington, localizado no Transportation Building, que é utilizado pelos representantes de algumas das organizações de Chicago em Washington e por outros funcionários quando em viagem de serviço à capital.

O Diretor da Clearing House é o Sr. Herbert Emmerich, o Diretor-Assistente Sr. Don K. Price (que foi assistente principal do Presidente Hoover na Comissão que recentemente estudou a organização do governo Americano e que conhece vários dos funcionários do D.A.S.P.)

O Gerente é o Sr. Doras E. Brown e o Assistente do Diretor é o Sr. Joseph S. Toner. A Clearing House tem também um Conselho Curador (Board of Trustees), composto das seguintes pessoas: Ralph Budd, Presidente, Charles G. Dawes, Vice-Presidente, Paul H. Appleby, Louis Brownlow, Richard S. Childs, Frederick M. Davenport, Marshall Field, Paul G. Hoffman, Robert M. Hutchins, William E. Levis, Charles E. Merriam e John Lord O'Brian.

VANTAGENS DO "1313"

A reunião de todas as organizações sediadas no "1313" oferece grandes vantagens para todas elas. A proximidade permite contatos freqüentes entre os diretores e o pessoal das diversas associações e institutos. Apesar de serem as organizações independentes, elas têm um objetivo em comum: o aperfeiçoamento da organização, das técnicas administrativas e dos métodos de governo em todos os níveis — municipal, de condado, estadual e federal — nos Estados Unidos.

Outra vantagem é o fato de todas as organizações ficarem assim adjacentes da Universidade de Chicago permitindo-lhes usar as facilidades universitárias, consultar professores e técnicos da universidade, enquanto, por outro lado, vários funcionários das organizações do "1313" são convidados a lecionar na universidade.

ORGANIZAÇÕES DE MUNICIPALIDADES E DE FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Muitas das associações sediadas no "1313" se dedicam ao estudo de problemas de administração local. Algumas delas são simples associações profissionais de funcionários de cidades, vilas, condados, etc. Outras são entidades compostas de associações de municipalidades de âmbito estadual como a American Municipal Association que é composta de ligas estaduais de municipalidades.

Neste, descreveremos a composição e as atividades principais das associações que se dedicam principalmente ao estudo dos problemas de administração local. Incluímos neste grupo a Sociedade Americana de Funcionários de Planejamento e a Associação Nacional de Funcionários Especialistas em Questões de Habitação porque a maior parte dos problemas nesses dois setores da administração foram estudados nos Estados Unidos com maior cuidado e entusiasmo no nível municipal.

AMERICAN MUNICIPAL ASSOCIATION

A *American Municipal Association*, que representa oficialmente 9.500 municipalidades americanas, é na realidade uma federação nacional das ligas estaduais de municipalidades. Além das ligas estaduais, podem ser sócios da Associação Americana de Municípios todas as grandes cidades de mais de 100.000 habitantes e as associações nacionais interessadas em problemas municipais. Somente as ligas estaduais e as cidades-membros têm direito de voto.

Finalidades — Através dos seus escritórios em Washington e Chicago, a Associação desempenha várias funções tendo em vista auxiliar os seus membros na solução dos problemas de administração municipal. As suas finalidades são:

- a) Realizar pesquisas, prestar informações e manter relações com o público; e
- b) elaborar e pôr em prática uma política nacional em assuntos municipais (a National Municipal Policy), uma declaração de princípios e objetivos destinada a servir de base às diferentes municipalidades na solução dos problemas difíceis de administração que têm de enfrentar.

Em Washington, a Associação representa as municipalidades junto ao Congresso e informa as ligas estaduais e as cidades-membros sobre a legislação federal que afeta os governos locais. O escritório de Washington publica um semanário, *AMA Washington News Letter*, e mantém as ligas estaduais e as cidades informadas a respeito das atividades das repartições federais de interesse para as administrações locais. Em Chicago, o escritório central da Associação mantém um serviço completo de informações municipais e responde a consultas sobre problemas de governo local. O pessoal de Chicago também viaja para atender às necessidades dos membros da Associação e promove a difusão de informações sobre assuntos municipais através da imprensa e do rádio. Relatórios especiais e relatórios regulares (fruto das pesquisas realizadas), são preparados e publicados pela AMA, em alguns casos com a ajuda de consultores técnicos.

A conferência anual da Associação em 1948 foi dedicada à discussão e adoção de princípios e objetivos comuns da National Municipal Policy. A conferência foi baseada na convicção de que a ação conjunta das municipalidades em relação a problemas comuns será mais eficaz quando encontrar, da parte dos residentes das cidades, um acordo geral em relação aos objetivos básicos da administração municipal.

Alguns críticos da AMA acusam-na de atividades de "lobbying", sobretudo no Congresso, em favor das municipalidades.

A Associação tem o seguinte corpo executivo: Carl H. Chatters, Diretor Executivo, Donoh W. Hanks, Júnior, Assistente do Diretor (Escritório de Washington) e Winfield Best, Diretor de Relações com o Público.

O Comité Executivo que dirige os trabalhos da Associação é composto de: Lesseps S. Morrison, Presidente, Prefeito, New Orleans (Estado de Louisiana), John H. Huss, Vice-Presidente, Diretor da Liga Municipal de Michigan. Conselho Curador: Chester Biesen, Secretário Executivo, Associação das Cidades de Washington; John A. Delaney, Prefeito, Perth Amboy (Estado de New Jersey); Quigg Newton, Prefeito, Denver (Estado de Colorado); Frank C. Owens, Prefeito, Columbia (Estado de South Carolina); A. L. Sargent, Diretor Executivo, Liga Municipal de Illinois; Morgan Strong, Secretário Executivo, Conferência de Prefeitos e Outros Funcionários Municipais do Estado de New York; Fletcher Bowron, Presidente que antecedeu o atual, Prefeito, Los Angeles (Estado da California).

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE GERENTES DE CIDADE

A Associação Internacional de Gerentes de Cidade (International City Managers' Association) foi fundada em 1914. É uma Associação composta de City Managers, isto é, "Chefes Administrativos de Municipalidades nomeados pelos órgãos governamentais dessas cidades". A associação também aceita como sócios estudantes e especialistas em administração pública.

Finalidades — A Associação foi organizada com o propósito de fomentar o aperfeiçoamento da administração local. Ela auxilia e estimula os "City Managers" a administrar as suas cidades de acordo com os melhores métodos de administração descobertos pela pesquisa e pela aplicação prática. Com esse fim a Associação realiza con-

ferências anuais; mantém o *Management Information Service*, um serviço de consulta pelo correio para cidades e municípios numa base de subscrição voluntária; publica *Public Management*, revista mensal de administração municipal; publica o Anuário Municipal (*The Municipal Yearbook*), que resume todos os anos atividades e dados estatísticos referentes a cidades americanas; publica o quinzenário *City Managers' New Letter*; mantém o Instituto de Treinamento em Administração Municipal (Institute for Training in Municipal Administration), que oferece oito cursos por correspondência no campo da administração municipal. As aulas dos cursos estão reunidas nos excelentes oito volumes que são considerados hoje em dia melhores textos em matéria de administração municipal:

- Technique of Municipal Administration. 1947. 601 pp.
- Local Planning Administration. 1948. 337 pp.
- Municipal Finance Administration. 1946. 427 pp.
- Municipal Personnel Administration. 1947. 435 pp.
- Municipal Police Administration. 1945. 531 pp.
- Municipal Fire Administration. 1946. 667 pp.
- Municipal Public Works Administration. 1946. 457 pp.
- Municipal Recreation Administration. 1945. 516 pp.

Cada volume custa \$7,50 (sete dólares e cinquenta centavos). A coleção completa, com 8 volumes, custa \$55,00 (cinquenta e cinco dólares). (*)

O Diretor da Internacional City Managers' Association é o professor Clarence E. Ridley, e o Diretor Assistente é o Sr. Orin F. Nolting. O Conselho Executivo compreende: Presidente, John H. Ames, City Manager, Ames (Estado de Iowa); Vice-Presidents, A.J. Koenig, City Manager, Milford (Estado de Connecticut); John C. Hiteshew, Borough Manager, Sewickley (Estado de Pennsylvania); Ross E. Windom, City Manager, St Petersburg (Estado da Florida); Carl H. Peterson, City Manager, Saginaw (Estado de Michigan); Harold C. McClinck, City Manager, Hutchinson (Estado do Kansas). Membros suplentes: Roy S. Braden, City Manager, Raleigh, (Estado de North Carolina); L.P. Cookingham, City Manager, Kansas (Estado de Missouri); J. R. French, City Manager, Verdun, Província de Quebec (Canadá); C.A. Harrell, City Manager, Norfolk (Estado da Virgínia); Don C. McMillan, City Manager, Alameda (Estado da California).

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FAZENDÁRIOS MUNICIPAIS DOS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

A Associação dos Funcionários Fazendários Municipais dos Estados Unidos e Canadá (Municipal Finance Officers Association of the United States and Canada) é constituída de funcionários públicos fazendários tais como contadores, auditores, controladores, diretores de finanças e tesoureiros das cidades, vilas, distritos escolares, distritos especiais e condados, assim como de funcionários federais, estaduais e provinciais que exercem funções relacionadas com finanças e contabilidade. Muitos contadores especializados em contabilidade municipal são "associate members". A Associação, que foi organizada em 1906, conta com mais de dois mil associados.

Finalidades — A Associação tem caráter profissional e presta certos serviços aos seus membros, reúne dados de interesse geral e formula princípios de contabilidade e finanças. Com o fim de estabelecer padrões nacionais de contabilidade municipal, foi fundado, com a cooperação das principais sociedades de contadores e funcionários, o Comité Nacional de Contabilidade Municipal (National Committee on Municipal Accounting). A Associação elaborou muitos livros e folhetos tratando de assuntos de contabilidade municipal, dívida pública dos municípios, receita dos municípios e sistema de aposentadoria. Os trabalhos da Associação são geralmente realizados através

(*) A Biblioteca do D.A.S.P. possui 5 ou 6 desses volumes das edições anteriores a 1944.

de pequenos grupos ou comitês. A Associação tem organizado cursos em vários Estados para funcionários fazendeiros dos municípios. A Associação publica uma revista trimestral chamada *Municipal Finance*, um boletim mimeografado quinzenal, contendo notícias da Associação e vários boletins especiais. A Associação mantém um serviço de pesquisas especiais através do qual ela responde, todos os anos, a centenas de consultas que lhe são dirigidas por funcionários sobre questões financeiras.

O corpo diretor da Associação é o seguinte: Miner B. Philipps, Diretor Executivo; Robert L. Funk, Diretor Assistente; Ingrid Peterson, Subdiretor. Conselho Executivo: Presidente: C.L. Beazley, Vice-Ministro de Negócios Municipais; Halifax, Província de Nova Escócia, Canadá; Vice-Presidente: Joseph F. Clark, Tesoureiro, Wildwood, Estado de New Jersey; Presidente anterior: R.F. Agard, Diretor de Finanças, Kansas City, Estado de Missouri; Joseph M. Lowery, Auditor do Condado de Los Angeles, Los Angeles, Califórnia; Outros Membros: R.T. Anderson, Diretor de Finanças, Toledo, Estado de Ohio; Dwight P. Chamberlain, Auditor da cidade de Lackawanna, Estado de New York; E.H. Dieruf, Louisville, Estado de Kentucky; L.J. Ferrie, Secretário-Tesoureiro da cidade de Mimico, Província de Ontário, Canadá; William H. Mc Nichols, Auditor da cidade e do condado de Denver, Estado de Colorado; J. Maurice Miller, Controlador da cidade de Richmond, Estado de Virgínia.

FEDERAÇÃO DE ADMINISTRADORES FISCAIS

A Federação de Administradores Fiscais compõe-se de funcionários federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos e do Canadá, cujas funções se relacionam com os impostos e taxas. O Conselho Curador da Federação é composto de representantes da Associação Nacional de Funcionários Fiscais, da Associação Nacional do Imposto sobre o Fumo e da Conferência Norte-Americana do Imposto sobre a Gasolina, e vários outros representantes gerais.

Finalidades — O objetivo da Federação é melhorar as técnicas de execução do sistema impositivo, da coleta de impostos e melhorar o padrão profissional dos funcionários fiscais. O Secretário da Federação serve de "Clearing House" em relação aos diferentes grupos especializados em determinados impostos e taxas e a numerosas repartições fiscais.

No desempenho de suas finalidades, a Federação publica boletins de informações e realiza estudos e pesquisas referentes aos diversos aspectos da administração fiscal. Ela também estimula a adoção de métodos administrativos comuns e a cooperação administrativa de diferentes repartições fiscais, dos vários níveis de governo.

A Federação colabora também com outras associações nacionais interessadas numa administração mais eficiente de certos impostos. Ela patrocina e organiza conferências de funcionários fiscais e publica as atas dessas conferências. A Federação publica estudos e análises de problemas fiscais de momento e edita a revista mensal *Tax Administrators News*. O Diretor da Federação é o Sr. Charles F. Conlon.

COMITÉ AMERICANO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE AUTORIDADES LOCAIS

O Comité Americano da União Internacional de Autoridades Locais é o representante nos Estados Unidos do Congresso Interamericano de Municipalidades e é membro da União Internacional de Autoridades Locais.

A *União Internacional de Autoridades Locais* foi fundada em 1913 por associações nacionais de cidades e outras autoridades de governo local. Tinha sua sede em Bruxelas, mas agora está sendo transferida para Haia. A função principal da União é desenvolver a cooperação internacional entre as autoridades municipais no sentido do melhoramento da vida nas cidades, reunindo e divul-

gando informações sobre métodos e técnicas modernas de administração pública. A União realizou vários congressos internacionais, publica periódicos em várias línguas e presta serviços de consulta aos governos que lhe dirigem solicitações nesse sentido.

O *Congresso Interamericano de Municipalidades* foi estabelecido pela 6.^a Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Havana em 1928, mas realmente só foi organizado em 1938 naquela capital. A composição do Congresso representa, de um modo geral, a vida municipal dos dois continentes americanos. A União realizou dois congressos plenários e a sua secretaria em Havana publica um boletim mensal que responde consultas relativas a todos os aspectos da administração municipal.

O Presidente do Comité Americano da União Internacional de Autoridades Locais é o Sr. Herbert Emmerich. Entre os seus membros acham-se numerosos dos diretores das associações sediadas no "1313" e outras autoridades em administração pública, tais como Luther Gulick, do Instituto de Administração Pública de Nova York, Rowland Egger, do Bureau de Administração Pública da Universidade da Virgínia, Samuel C. May, do Bureau de Administração Pública da Universidade da Califórnia, Leonard D. White, da Seção Americana do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, e outros.

SOCIEDADE AMERICANA DE FUNCIONÁRIOS DE PLANEJAMENTO

A "American Society of Planning Officials" é composta de pessoas que exercem funções públicas no setor de planejamento, no plano municipal, estadual ou federal, bem como todo indivíduo interessado em questões de planejamento.

Finalidades — O objetivo da Sociedade é promover eficiência na administração pública no campo do planejamento através da associação de funcionários incumbidos da elaboração ou execução de planos locais, regionais, estaduais ou nacionais. A Sociedade serve de "Clearing House" para prestar informações e responder consultas em relação a todas as questões de planejamento, inclusive tráfego, estacionamento de veículos, urbanismo, zoneamento, uso de terrenos, aeroportos, parques, desenvolvimento econômico e industrial, etc.; auxilia os sócios na solução dos seus problemas técnicos; auxilia o treinamento de especialistas em planejamento; realiza pesquisas nos campos de sua especialidade, além de prover assistência técnica e facilitar o intercâmbio de pessoal. A Sociedade organiza também conferências sobre planejamento, ajuda a criação e a instalação de órgãos de planejamento e a elaboração de leis e regulamentos referentes aos planos de caráter local, regional, de condado e estadual.

A Sociedade distribui uma *Newsletter* (mensal), através da qual são divulgadas informações a respeito do planejamento local, estadual, regional e nacional, assim como publica boletins e relatórios sobre aspectos especiais do planejamento. O Sr. Walter H. Wucher é o Diretor Executivo.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AVALIADORES

A "National Association of Assessing Officers" (Associação Nacional de Avaliadores) é composta de funcionários públicos estaduais e locais, cujas funções se relacionam com a avaliação de propriedades para efeito de taxaço. Além disso, todas as pessoas empregadas pelo governo ou em atividades educacionais podem pertencer a uma categoria especial de membros da Associação. Outra categoria de sócios inclui todas as pessoas que estejam de acordo com os objetivos da Associação.

Finalidades — A Associação tem por objetivo melhorar os padrões do trabalho de avaliação da propriedade; servir de "Clearing House" para coleta e distribuição de informações úteis relativas à técnica de avaliação; educar os contribuintes sobre a verdadeira natureza e importância das funções exercidas pelos funcionários encarregados da avaliação; elevar os padrões exigidos no re-

crutamento dos avaliadores; cooperar com outras organizações públicas e privadas interessadas no melhoramento da administração fiscal; promover por tôdas as maneiras justiça e equidade na distribuição da carga impositiva.

A Associação dispõe de um serviço de consulta e de pesquisa para os seus sócios. Publica a *Assessors Newsletter* (mensal) e uma série de boletins especiais e relatórios das pesquisas realizadas. A Associação patrocina a realização de uma conferência nacional todos os anos, sobre as técnicas de avaliação, assim como a organização de conferências regionais. A Associação presta também assistência na organização de conferências estaduais e de escolas para funcionários de avaliação.

O Diretor da Associação é o Sr. Albert W. Noonan.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FUNCIONÁRIOS ESPECIALISTAS EM QUESTÕES DE HABITAÇÃO

A "National Association of Housing Officials" é composta de funcionários de repartições e indivíduos diretamente relacionados com os problemas de habitação para famílias das classes pobres e da classe média. A Associação publica *The Journal of Housing* doze vezes por ano e o *Directory of Housing Agencies* (semestral); além disso, realiza reuniões anuais de âmbito nacional e regio-

nal. O Diretor Executivo da "National Association of Housing Officials" é o Sr. John M. Ducey.

INSTITUTOS DE PESQUISA MUNICIPAL FINANCIADOS PELOS CONTRIBUINTES

É importante salientar que o vigoroso movimento de pesquisa no campo da administração municipal tão bem representado hoje em dia pelas organizações sediadas no "1313" teve sua origem nas campanhas populares pró-reforma das administrações municipais. A partir do começo do século grupos de cidadãos em várias cidades americanas começaram a se organizar para promover o estudo e o aperfeiçoamento dos governos locais de suas cidades. A primeira organização financiada por indivíduos e entidades privadas foi o *Bureau of Municipal Research* de Nova York que mais tarde se transformou no atual *Institute of Public Administration*. Várias outras organizações foram instaladas em Philadelphia, Cincinnati, Chicago, Dayton, Milwaukee, Minneapolis, Toronto, Akron, Rochester, Detroit, etc. Esses grupos de estudo inteiramente financiados pelos contribuintes que desejavam corrigir os erros existentes nas administrações das cidades continuam a exercer uma função importante na vida americana e mantêm estreitas relações com as entidades sediadas no "1313" em Chicago.

Comissão econômica para a América Latina

DIóGENES B. MONTEIRO

Organizada em meados de 1948 e sediada em Santiago do Chile, a Comissão tem trabalhado afincadamente com o objetivo de encontrar a verdade sobre a situação econômica e financeira dos países latino-americanos, mas a sua verdade pessoal, se assim nos pudermos expressar, é também orientar o pensamento latino americano para uma fórmula de solução que lhe seja também peculiar.

É com anseio maior que os latino-americanos deixam de pensar e agir segundo fórmulas equacionais que operaram em outros países de outro hemisfério, como se vem processando até agora.

Estêve há pouco entre nós o Sr. Gustavo Martinez Cabanas, seu Secretário Executivo e dele são as informações que constituem esta entrevista.

As Nações Unidas se reúnem numa época e num mundo em que o nível de vida da maioria de seus habitantes se acha muito baixo, o trabalho inseguro e não permanente para todos, e o desenvolvimento econômico e social em etapas muito desiguais nas diversas regiões do mundo.

A guerra contribuiu a aguçar ainda mais estas condições precárias. A fome, a miséria, e a insegurança se assenhorearam de muitos dos mais prósperos lugares do planeta. Era mister reparar e reconstruir cidades e campos, fazer planos, e restabelecer governos. Para tudo isto, se necessita um conhecimento mais ou menos exato da situação, de valores estatísticos, investigações, e estudos econômicos sobre a realidade imperante.

As Nações Unidas, a fim de enfrentar este problema, organizaram Comissões Econômicas Regionais. Surgiu a da Europa em terras devastadas pela guerra; foi criada a do Extremo Oriente, onde ao açoitado da guerra se agrega um desenvolvimento econômico ínfimo, e se organizou por último a Comissão Econômica para a América Latina, mais conhecida por CEPAL que atua num continente onde coexistem talvez todos os graus do desenvolvimento econômico, mas onde a miséria é todavia grande, como são grandes e majestosas suas cordilheiras e esplêndidos seus vales.

A CEPAL tem ante si um dos mais sérios problemas da época. Que fazer para elevar o nível de vida da população que habita a América Latina? População com índices de nutrição abaixo do normal; população que cresce mais rapidamente que seus recursos alimentícios; população que não conta com albergues suficientes, nem água potável, nem meios de transporte adequados.

A CEPAL está integrada pelas 20 Repúblicas Latino-americanas, os Estados Unidos da América, França, Holanda e Grã-Bretanha. Quando convocados, os representantes destes países se reúnem e deliberam.

A Comissão Econômica para a América Latina é ainda muito jovem. Só pôde realizar dois períodos de sessões, um em Santiago, em junho de 1948, em que se delinearam as bases de seu programa, e outro em Havana, onde se examinou o resultado do primeiro ano de trabalho. Hoje se prepara para uma terceira reunião que se efetuará em Montevideu no próximo ano.

Com tal propósito, prepara-se o segundo Estudo Anual de economia latino-americano que focalizará o pro-

blema do desenvolvimento econômico latino-americano mediante análises realizadas país por país.

Em estreita relação com o Estudo Econômico, se encontram Estudos especiais, sobre as flutuações cíclicas, as inversões de capitais estrangeiros e os transportes. O primeiro destes estudos conterà uma descrição do ciclo econômico no México, Cuba, Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina, Chile e Peru, desde 1925, e formulará uma explicação teórica do ciclo nos ditos países, dentro do quadro geral de uma teoria cíclica. O problema das medidas anticíclicas, ponto de vista latino-americano, será também examinado.

O Conselho Interamericano Econômico e Social colabora com a Comissão na preparação do Estudo sobre inversões de capitais estrangeiros. O estudo sobre transportes consistirá igualmente numa série de trabalhos por países.

Esse estudo se baseará antes numa análise econômica, do que na descrição dos sistemas de transporte e de seus problemas técnicos. Também se levarão a cabo estudos especiais em matéria agrícola, referentes a créditos, utilização de águas, e problemas de armazenagem, e conservação, estudos já iniciados em colaboração com a Organização para a Alimentação e a Agricultura e que compreenderão determinados países da região onde estes problemas apresentam maior gravidade.

Confiamos em que os Estudos empreendidos e a empreender pela Comissão, o Conselho Interamericano Econômico e Social, os Órgãos Especializados e outras entidades internacionais, dentro da América Latina, sejam de importância primordial para formular a política nacional e internacional em matérias econômicas, e sobretudo quanto ao desenvolvimento econômico da região.

Os representantes dos governos que assistiram à Primeira Reunião, fizeram uma análise conscienciosa da realidade que refletiam seus respectivos países nos anos imediatos ao término da guerra. Reconheceram que este pedaço da América tinha em comum com as Antilhas pelo menos três características básicas.

1. Um desenvolvimento econômico insuficiente, em relação com suas necessidades;
2. Uma mínima diversificação de seus recursos, exploráveis;
3. Uma exagerada dependência das economias mais desenvolvidas.

A CEPAL, depois de um ano de trabalhos se apresentou à Segunda Assembléia de Havana, com um acervo de estudos que confirmaram plenamente as apreciações que se haviam formulado no ano anterior em Santiago. Entretanto ao mesmo tempo que os fatos e as cifras revelam todavia um grande atraso nas condições econômicas gerais, marcam também a aparição de um novo acontecimento na vida de nossos povos. O começo de um movimento industrializador, que já se havia iniciado desde antes em quase todos os países, e que, porém, com a guerra tomou corpo e se robusteceu, com o auge das exportações.

O desenvolvimento industrial da América Latina, nos últimos dez anos, não tem precedente em nossa história econômica. Mas isto não quer dizer que já nos encontremos no mesmo plano dos países altamente industrializados. Muito longe estamos deles, e a experiência de cada uma de nossas repúblicas mostra quão penoso é o

longo caminho da industrialização, e quantos sacrifícios impõe, sobretudo agora quando os preços das matérias-primas industriais e de alguns produtos agrícolas começam a declinar e a procura mundial não se mantém.

Na minha opinião a afirmação de que nossas dificuldades atuais se devem exclusivamente à escassez de dólares tem uma validade muito duvidosa, já que de certo modo obscurece o fato de que os Estados Unidos têm também um problema de excedentes, que se evidencia pela incapacidade deste país ou sua renúncia a importar, tanto quanto exporta. Estamos em face de um curioso dilema: de um lado nossas economias, por causa de sua íntima dependência do comércio internacional, são extraordinariamente sensíveis às flutuações econômicas dos Estados Unidos; de outro lado, com o fim de manter sua plenitude de empresa, dito país necessita colocar determinadas quantidades de matérias-primas e artigos alimentícios, que entram em competição nos mercados mundiais com produtos similares da América Latina. Basta mencionar como exemplo, somente produtos tais como trigo, algodão, arroz, milho e cobre.

Que se pode fazer nesta situação? Existem medidas que possamos adotar e que num período relativamente curto logrem restituir o equilíbrio do comércio? Que fazer, se paralelamente à expansão do comércio temos de assegurar os mecanismos necessários e o aparelhamento imprescindível para que nosso desenvolvimento econômico siga mantendo níveis de vida crescentes?

Os Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha acabam de criar métodos destinados a aliviar em certo grau a escassez de dólares dentro da zona esterlina, convênios que se complementaram com a desvalorização monetária que, por certo, foi sugerida também pelo mesmo Diretor do Fundo Monetário Internacional a outros países deficitários em dólares. A importância desta medida se aprecia com só mencionar que as desvalorizações já realizadas equivalem a uma redução nas tarifas a 43 por cento, com relação ao dólar e sua zona, levada a cabo por países que representam 60 por cento das importações mundiais e 50 por cento do comércio do mundo, segundo dados recentes.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, conhecida por FAO, publicará brevemente um informe elaborado por um grupo de especialistas, que contém recomendações para regular a colocação de excedentes agrícolas.

Não seria este o momento oportuno para que os países latino-americanos combinassem seus esforços a fim de proteger seus próprios interesses e laborar soluções conjuntas com as demais regiões do mundo?

E' hábito considerar que se o problema do desequilíbrio entre a América do Norte e a Europa se resolvesse, os problemas latino-americanos se resolveriam também. E' certo, entretanto, que a América Latina, por causa de sua estreita dependência da Europa e dos Estados Unidos, receberá benefícios de semelhantes soluções, porém não é menos certo que a América Latina tem interesses próprios, que contrastam com os de outras regiões, e também problemas específicos que devem ser levados em conta em toda decisão global, já que esta decisão pode influir profundamente nas relações comerciais da América Latina com o resto do mundo. Eis aí um campo em que a CEPAL pode servir, não só para o estudo do problema,

função que já realiza, senão também como veículo dos países latino-americanos para canalizar uma ação comum destinada a aliviar um grave mal que também é compartilhado em comum.

E' indubitável que as Conferências Internacionais e também em grande parte, os mecanismos criados pelas Nações Unidas e os Órgãos Especializados, podem trazer valiosa e às vèzes inestimável ajuda à solução de nossos problemas. Não é menos certo porém que o esforço principal tenha que ser aquêlê que realizam seus próprios povos, e seus governos. Daí a transcendental importância

da formação de um pensamento que influa na formação da própria opinião pública, a qual depois tomará vulto na ação coordenadora do Estado. Precisamente por isto, e porque sôbre os latino-americanos pesa a responsabilidade de criar a opinião pública mundial, orgânica e coerente, entendo que lhes corresponde entranhar nas consciências a necessidade de que países e governos combinem urgente e praticamente suas ações na solução conjunta dos problemas econômicos, da qual depende a possibilidade de resolver tôdas as demais questões que oferece uma convivência humana, fecunda, digna e pacífica.

Publicações recebidas

"Américas" janeiro 1950.

National Municipal Review — Volume XXXVIII n.º 11 — december 1949.

Resenha Econômica Mensal (Banco do Brasil) Ano II — n.ºs 10 e 11 — out-nov. 1949.

Trabajos de Seminario — Tomo XXI (año 1947).

Mensário Forense — Vol. IV — Ano II — Fasc. III — julho e agosto 1949.

Boletim Informativo Mensal da Associação de Montenegro — Rio G. do Sul.

Revista de la Escuela de Estudios Contables — Vol. II — Enero 1950.

Revista do Impôsto de Renda — Ano XIII — n.º 1; janeiro 1950.

Administração Pública — Periódico de Divulgação. Est. da Bahia; Ano I — n.º II — Vol. I — 1949.

Boletim — Ministério de Hacienda de la Nacion. — Ano IV — n.º 180 — nov. 1949.

Taxes, vol. 32 — n.º 11 — november 1949.

Notícias de Portugal — Ano III — n.º 139 — dezembro 1949.

Boletim Econômico — Ministério das Relações Exteriores; n.º 11 — out-nov. 1949.

Boletim Paraguaio — Agência Comercial do Brasil — Ano 4 — n.º 25 — nov. 1949.

Boletim do Instituto Brasil — Estados Unidos; Ano VIII, n.º 79 — janeiro 1950.

Aviação — Ano X; novembro 1949.

Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion — Ano IX — n.º 100.

Revista Senai — Ano V; n.º 51 — outubro, 1949.

A Organização dos Estados Americanos e as Nações Unidas.

Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Intercepcion de Chispas en Locomotoras a Combustibles Sólidos. por (Ing. Anacleto Tobar) Tucuman 1949.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior; Ano XII — n.º 11 — nov. 1949.

Boletim da Contadoria da República — Ano XXVI n.º 158 Rio — 1950.

The Journal of the American Dental Association; Vol. 39, number 6, dec. 1949.

Legislação do Trabalho — Ano XIV, Vol. XIV, n.º 151, novembro 1949.

Public Administration — Vol. XXVII; Winter 1949.

Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ano XI. Vol. XIX — julho e setembro 1949.

* *

*

Um dos aspectos mais interessantes do "Ramspeck Act" diz respeito à extensão do "Classification Act". O termo "classificação" tem sentido duplo no sistema pessoal da América do Norte; é bom aviso estremar um e outro, atalhando ambigüidades de interpretação. Um cargo "classified status" significa jurisdição da "Civil Service Commission" que administra o "Civil Service Act of 1883". Tal cargo, pertencendo ao sistema do mérito, será preenchido mediante concurso. Há duas grandes categorias de cargos na América do Norte no que tange à jurisdição do "Civil Service Act": os cargos classificados ("classified") e os não classificados ("nonclassified"). Um cargo, por outro lado, quando analisado e sistematizado consoante o "Classification Act of 1923", tem as suas atribuições e responsabilidades ordenados dentro de um plano geral. Quando um cargo pertence ao sistema do mérito, pôsto sob a égide do "Civil Service Act", é da jurisdição da "Civil Service Commission"; se classificadas as suas atribuições e responsabilidades, visando determinado plano de pagamento que se destina a remunerar trabalho igual com igual vencimento, este cargo pode estar colocado no sistema do mérito ou não. Uma coisa não implica a outra como podia parecer. Os cargos classificados geralmente pertencem ao sistema do mérito; seria mesmo absurdo pretender que a soma de esforço preliminar à classificação de cargos fôsse sempre orientada no sentido de distribuir cargos de natureza temporária. Há cargos classificados que não pertencem ao sistema do mérito; o número dos "classified status" são em proporção muito maior do que os classificados na base das atribuições e responsabilidades. Um plano de classificação de cargos no sentido jurídico, marcando a existência precária ou não, é fundamental na política do Governo ao definir o sistema do pessoal. Todo cargo, ao ser criado, traz o signo da sua existência. Do ponto de vista técnico, o sistema de mérito não oferece dificuldades; sômente as inerentes aos processos conhecidos de recrutar pessoal qualificado. — Paulo Poppe de Figueiredo — R.S.P. — setembro de 1949.

1950

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I

VOLUME I	
N. 1 — novembro (esgotado).....	1937
N. 2 — janeiro (esgotado).....	1938
N. 3 — fevereiro (esgotado).....	1938
N. 4 — março.....	1938

VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1938
N. 2 — maio.....	1938
N. 3 — junho.....	1938

VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1938
N. 2 — agosto.....	1938
N. 3 — setembro.....	1938

VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1938
N. 2 — novembro.....	1938
N. 3 — dezembro — (esgotado).....	1938

ANO II

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1939
N. 2 e 3 — fevereiro e março.....	1939

VOLUME II	
N. 1 e 2 — abril e maio.....	1939
N. 3 — junho.....	1939

VOLUME III	
N. 1 e 2 — julho e agosto.....	1939
N. 3 — setembro.....	1939

VOLUME IV	
N. 1 e 2 — outubro e novembro.....	1939
N. 3 — dezembro (esgotado).....	1939

ANO III

VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1940
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1940
N. 3 — março (esgotado).....	1940

VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1940
N. 2 — maio (esgotado).....	1940
N. 3 — junho (esgotado).....	1940

VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1940
N. 2 — agosto (esgotado).....	1940
N. 3 — setembro.....	1940

VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1940
N. 2 — novembro (esgotado).....	1940
N. 3 — dezembro.....	1940

ANO IV

VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1941
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1941
N. 3 — março.....	1941

VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1941
N. 2 — maio (esgotado).....	1941
N. 3 — junho (esgotado).....	1941

VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1941
N. 2 — agosto (esgotado).....	1941
N. 3 — setembro (esgotado).....	1941

VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1941
N. 2 — novembro (esgotado).....	1941
N. 3 — dezembro.....	1941

ANO V

VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1942
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1942
N. 3 — março (esgotado).....	1942

VOLUME II	
N. 1 — abril (esgotado).....	1942
N. 2 — maio (esgotado).....	1942
N. 3 — junho (esgotado).....	1942

VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1942
N. 2 — agosto.....	1942
N. 3 — setembro (esgotado).....	1942

VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1942
N. 2 — novembro.....	1942
N. 3 — dezembro.....	1942

ANO VI

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1943
N. 2 — fevereiro.....	1943
N. 3 — março.....	1943

VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1943
N. 2 — maio.....	1943
N. 3 — junho.....	1943

VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1943
N. 2 — agosto.....	1943
N. 3 — setembro.....	1943

VOLUME IV	
N. 1 — outubro (esgotado).....	1943
N. 2 — novembro (esgotado).....	1943
N. 3 — dezembro (esgotado).....	1943

ANO VII

VOLUME I	
N. 1 — janeiro (esgotado).....	1944
N. 2 — fevereiro (esgotado).....	1944
N. 3 — março (esgotado).....	1944

VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1944
N. 2 — maio.....	1944
N. 3 — junho.....	1944

VOLUME III	
N. 1 — julho (esgotado).....	1944
N. 2 — agosto.....	1944
N. 3 — setembro.....	1944

VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1944
N. 2 — novembro.....	1944
N. 3 — dezembro.....	1944

ANO VIII

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1945
N. 2 — fevereiro.....	1945
N. 3 — março.....	1945

VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1945
N. 2 — maio.....	1945
N. 3 — junho.....	1945

VOLUME III

N. 1 — julho.....	1945
N. 2 — agosto.....	1945
N. 3 — setembro.....	1945

VOLUME IV

N. 1 — outubro.....	1945
N. 2 — novembro.....	1945
N. 3 — dezembro.....	1945

ANO IX

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1946
N. 2 — fevereiro.....	1946
N. 3 — março.....	1946

VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1946
N. 2 — maio.....	1946
N. 3 — junho.....	1946

VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1946
N. 2 e 3 — agosto e setembro.....	1946

VOLUME IV	
N. 1 e 2 — outubro e novembro.....	1946
N. 3 — dezembro.....	1946

ANO X

VOLUME I	
N. 1 e 2 — janeiro e fevereiro.....	1947
N. 3 e 4 — março e abril.....	1947

VOLUME II	
N. 1 e 2 — maio e junho.....	1947
N. 3 e 4 — julho e agosto.....	1947

VOLUME III	
N. 1 e 2 — setembro e outubro.....	1947
N. 3 e 4 — novembro e dezembro.....	1947

ANO XI

VOLUME I	
N. 1 e 2 — janeiro e fevereiro.....	1948
N. 3 e 4 — março e abril.....	1948

VOLUME II	
N. 1 e 2 — maio e junho.....	1948
N. 3 e 4 — julho e agosto.....	1948

VOLUME III	
N. 1 e 2 — setembro e outubro.....	1948
N. 3 e 4 — novembro e dezembro.....	1948

ANO XII

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1949
N. 2 — fevereiro.....	1949
N. 3 — março.....	1949

VOLUME II	
N. 1 — abril.....	1949
N. 2 — maio.....	1949
N. 3 — junho.....	1949

VOLUME III	
N. 1 — julho.....	1949
N. 2 — agosto.....	1949
N. 3 — setembro.....	1949

VOLUME IV	
N. 1 — outubro.....	1949
N. 2 — novembro.....	1949
N. 3 — dezembro.....	1949

ANO XIII

VOLUME I	
N. 1 — janeiro.....	1950
N. 2 — fevereiro.....	1950

Vista aérea do conjunto residencial construído pela F.C.P. em Campinas, São Paulo ,

